



**REGISTROS  
ONLINE**  
LIMITAR  
ESPAÇOS???

### ATIVIDADES:

- Estórias
- Pintura
- Artesanato
- Divertimento
- Música & Dança
- Trabalhar argila
- Parquinho



# UNIFICADA

---

Revista Multidisciplinar da Faculdade Unificada do Estado de São Paulo - v.6 n.3 – março 2024 – Mensal

Modo de acesso: <http://revista.unificada.com.br/>

e-ISSN: 2675-1186

Data de publicação: 31/03/2024

1. Educação 2. Formação de Professores

CDD 370  
CDU 37

---

Renato Moreira de Oliveira – Bibliotecário – CRB/8 8090

**Responsável Intelectual pela Publicação**  
Faculdade Unificada do Estado de São Paulo - FAUESP





## **UNIFICADA**

Revista Multidisciplinar da FAUESP

v.6 n.3 – março de 2024 – Mensal

Bibliotecário Renato Moreira de

Oliveira – CRB/8 8090

e-ISSN: 2675-1186

Editoração: SL Editora

Supervisão: Neusa Sanches Limonge

Publicada em: 31/03/2024

## **DIREÇÃO**

### **DIREÇÃO ACADÊMICA**

Prof: MSc Claudineia Lopes

### **DIREÇÃO FINANCEIRA**

Prof: Esp: Sylvia Storniollo

### **COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

Prof: Msc. Sônia Q. dos Santos e Santos

## **CONSELHO EDITORIAL**

### **EDITORA-CHEFE**

Prof: Msc. Sônia Q. dos Santos e Santos

Prof: MSc Claudineia Lopes (FAUESP)

Prof: Esp: Sylvia Storniollo (FAUESP)

Prof. Dr. Marcos Rogério Costa (FAUESP)

Prof. Dr. Gladson Cunha (Fabra/PUC-Rio)

Prof. MSc. José Ivanildo (FAUESP)

Prof. MSc. Marcos Roberto dos Santos  
(FAUESP)

## **EDITORIAL**

A divulgação científica é o meio de popularizar o conhecimento produzido nas faculdades e universidades mundo a fora. É também uma forma de interação entre os espaços acadêmicos, muitas vezes, percebidos como espaços elitizados e distantes da realidade pública.

Pensando nessas duas situações é que nós, da FAUESP, estamos apresentando a sociedade brasileira a Revista UNIFICADA, um periódico acadêmico de circulação mensal voltado para a divulgação ensaios, relatórios de pesquisas e artigos científicos num viés multidisciplinar.

Sendo o nosso objetivo divulgar, tornando público o conhecimento produzido por diversos meios e em diferentes perspectivas científicas, apresentamos artigos que englobam as áreas da Educação, Literatura e Direito.

Nós da FAUESP entendemos que a educação não é apenas um meio de desenvolvimento pessoal, porém, que educar vai além da formação do aluno. Educar significa agir na transformação da realidade em que nos encontramos, de modo que possamos cumprir a nossa Missão:

*“Educar, produzir e disseminar o saber universal, contribuir para o desenvolvimento humano, se comprometendo com a justiça social, a democracia e a cidadania[1] além de promover a educação[1] visando o desenvolvimento sustentável do país”.*

**Boa leitura!**

**Dr. Gladson Cunha - Membro do Conselho**



## SUMÁRIO

### **OS POVOS ORIGINÁRIOS E SUA REAL REPRESENTATIVIDADE NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA**

ANA PAULA COSTA PEREIRA.....05

### **BRINCAR HEURÍSTICO ATRELADO AS NOVAS INFÂNCIAS**

ANA PAULA COSTA PEREIRA.....17

### **MÚSICA FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO NAS INFÂNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

ANA PAULA COSTA PEREIRA.....37

### **TEMPOS E ESPAÇOS - O OLHAR DO PROFESSOR NA ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DO BRINCAR**

CRISTIANE DE SOUZA .....52

### **O BRINCAR NA NATUREZA - NOSSA HERANÇA ANCESTRAL**

CRISTIANE DE SOUZA .....60

### **BRINCAR NA NATUREZA - SEUS BENEFÍCIOS PARA SAÚDE E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA**

CRISTIANE DE SOUZA .....70

### **A LUDICIDADE E O DESENHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

DANIELA DOS SANTOS .....80

### **O DESAFIO DA INCLUSÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS**

DANIELA DOS SANTOS .....87

### **A ARTE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

DANIELA DOS SANTOS .....94

### **CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA COMO ESTRATÉGICA PARA ALFABETIZAR COM EFICIÊNCIA E EFICÁCIA**

LÚCIA HELENA DE OLIVEIRA SAN SEVERINO ..... 100

### **LEITURA E ESCRITA, ENSINO DE JOVENS E ADULTOS**

NATÁLIA RIBAS COSTA CAMPOS ..... 109

### **SUSTENTABILIDADE E CIDADANIA**

NISLENE GARCIA DE ALMEIDA ..... 117

### **ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO**

NISLENE GARCIA DE ALMEIDA ..... 125

### **AS DIFICULDADES DO ENSINO E APRENDIZAGEM NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO**

NISLENE GARCIA DE ALMEIDA ..... 132

**RACISMO ESTRUTURAL: O PAPEL DA HISTÓRIA NUMA  
FORMAÇÃO ANTIRRACISTA**

PATRICIA MARIA DA SILVA ALVES ..... 139

**AS CONTRIBUIÇÕES DA ARTE PARA EDUCAÇÃO INFANTIL**

PATRICIA MARIA DA SILVA ALVES ..... 150

**MUSICALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL POSSIBILIDADES E  
DESAFIOS PARA PRÁTICA PEDAGÓGICA**

VIVIANE CARRIJO VIEIRA ..... 164

**ARTE E EDUCAÇÃO UMA CONEXÃO NECESSÁRIA**

LUCIENE MARIA BENTO ..... 172

**A CONTRIBUIÇÃO DA ARTE NAS SÉRIES INICIAIS**

LUCIENE MARIA BENTO ..... 179

**CONTRIBUIÇÕES DA ARTE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA O  
PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

LUCIENE MARIA BENTO ..... 185

**A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA PARA AS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO  
INFANTIL**

SÍLVIA REGINA VALENTE RUIZ ..... 191

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONHECER PARA PRESERVAR**

SÍLVIA REGINA VALENTE RUIZ ..... 211

**ALFABETIZAÇÃO NA INFÂNCIA: PRÁTICAS E CONCEITOS**

SÍLVIA REGINA VALENTE RUIZ ..... 230

**O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO E A  
NEUROPSICOPEDAGOGIA**

TATIANA COSTA FRANCO DE OLIVEIRA FREITAS ..... 249

**CONTRIBUIÇÕES DA MÚSICA E A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL**

TATIANA COSTA FRANCO DE OLIVEIRA FREITAS ..... 255

**A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO INSTRUMENTO LÚDICO NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL**

TATIANA COSTA FRANCO DE OLIVEIRA FREITAS ..... 262

**DIREITO EDUCACIONAL SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO  
ESPECIAL**

MARIA ALCILEIDE DO CÉU BRITO ..... 270

**POSSÍVEIS CAUSAS DAS DIFICULDADES DE APRENDIZADO DOS  
ALUNOS NA REGRA DE SINAIS**

TATIANA ANHOLETO ..... 280



# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fauesp

e-ISSN: 2675-1186

## OS POVOS ORIGINÁRIOS E SUA REAL REPRESENTATIVIDADE NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA

ANA PAULA COSTA PEREIRA<sup>1</sup>

### Resumo

Os povos originários são de extrema importância no ensino da disciplina História, pois sua história e cultura são fundamentais para compreendermos a formação e desenvolvimento do nosso país. Sendo assim, a cultura escolar tem que ter como compromisso com a identidade nacional. Assim, as relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana com o compromisso de igualdade racial e promover a equidade no seio escolar e concomitantemente na sociedade. Há necessidade de se revisitar com real compromisso resgatando o passado histórico com a participação dos povos negros primórdios possibilitando repensar a história, superar estereótipos, equívocos, pré-conceitos e reconhecer o significado. O estudo da temática na disciplina de História, além de questionar visões errôneas e colonizadoras, vem ratificar a promoção de ações que visem a identidade negra não tão valorizada no contexto escolar.

**Palavras-chave:** Povos Originários; História; Étnico-raciais.

### Abstract

---

<sup>1</sup> Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Flamingo. Professora de Educação Infantil na Prefeitura de São Paulo desde 2017. Pós-graduação Lato Sensu em Relações Étnicos Raciais pela Faculdades Integradas Campos Salles. Pós-graduação Lato Sensu em Especialização Intitulado em Arte pela Faculdade Unificada do Estado de São Paulo (FAUESP). E-mail anapaulac.pedagoga@gmail.com.

Native peoples are extremely important in the teaching of History and Culture, as their history and culture are fundamental to understanding the formation and development of our country. Therefore, school culture must be committed to national identity. Thus, Ethnic-Racial relations and the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture with a commitment to racial equality and promoting equity within schools and concomitantly in society. There is a need to revisit with real commitment, rescuing the historical past with the participation of early black people, making it possible to rethink history, overcome stereotypes, misconceptions, preconceptions and recognize meaning. The study of the theme in the History discipline, in addition to questioning erroneous and colonizing views, ratifies the promotion of actions aimed at black identity that is not so valued in the school context.

Keywords: Original Peoples; History; Ethnic-racial.

## **1. INTRODUÇÃO**

O discurso escolar está enraizado na nossa cultura que exaltam suas descendências e silencia a história africana e afro-brasileira, dando assim uma identidade nacional tão falsa quanto a miscigenação enquanto ideologia. Percebe-se assim, a intensão de anular o negro na história do Brasil, com a postura de colocar o mestiço em um lugar nenhum, sem história, desarticulando assim o movimento negro e sua luta pela valorização da identidade dos povos originários.

É necessário que haja intervenções pertinentes de Políticas Públicas para a mudança do contexto atribuído as vivências escolares uma política que se encontra enraizada nas crianças e jovens brasileiros negros, pardos que defrontados com o racismo cotidiano a si e seus ancestrais, são impedidos muitas vezes de galgar determinados espaços sociais, que acham por interiorizar o discurso da classe dominadora racista, segundo o qual somos uma nação de identidade única, embora miscigenada, cujos habitantes são vistos enquanto iguais.

Cabe a escola adotar uma ação política entendendo que o negro deve estar dentre suas raízes, culturas e histórias, não somente dos sofrimentos aos quais foram submetidos seus ancestrais quando escravizados, mas também das lutas por liberdade, igualdade e dignidade, reconhecendo o negro como aquele que ajudou um povo, ajudou a construir este país, não apenas através de obra, mas também por meio do saber intelectual.

O que a Lei nº10.639/03, sob o apoio das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana, vem ratificar a promoção de ações que visem a igualdade racial no seio escolar e acadêmico e que possuem, posteriormente atingir outros espaços sociais.

Sendo assim, essa pesquisa tem o intuito de fomentar olhares com relação ao processo de discriminação racial vivida cotidianamente pelos alunos negros na sala

de aula, e o silêncio de sua trajetória impede diretamente a construção de uma identidade crítica.

## **2. AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ESPAÇO ESCOLAR**

Nosso país é multicultural construído por uma diversidade de povos oriundos de diversos países, ou seja, os povos originários, porém a maior parte são cidadãos afrodescendentes. Embora que, com a implementação das Leis nº 10.639/03 e 11.645/08 que caminham, mas ainda em passos lentos o Brasil intercultural ainda é marcado por problemas com questões étnico raciais. Nossa cultura escolar é marcada pela homogeneização monocultura, valorizando a cultura branca em detrimento da negra, já houve mudanças a curto passos. Desde a educação infantil ainda acontece de a cultura negra ser apresentada as nossas crianças, numa sociedade menos favorecida. Nesta



perspectiva, queremos fazer uma crítica sobre a representatividade dos negros nos livros, nos brinquedos nas vivências cotidianas.

Este presente trabalho terá como objetivo colocar fomentar olhares mais aguçados referentes às Políticas Públicas nas relações étnico-raciais e discutir a formação da identidade e cidadania negra em relação a didática dos educadores para com o ensino. Busca-se compreender com os (as) alunos (as) negros (as) percebem e vivenciam essas relações da representação do negro nas escolas e de que maneira é construída (ou não) a identidade nesse espaço.

Esta pesquisa obteve-se a fomentar à questão: como as crianças negras constroem sua identidade racial na sala de aula, pautar as questões Curriculares e a diversidade cultural. Procurou-se também compreender como se dá a representação do negro nos livros e as relações étnico-raciais em seu cotidiano, nas vivências nas Instituições de ensino.

A análise inicial nos mostra a construção da identidade negra ainda não tão valorizada no contexto escolar.

Conforme Cavalleiro (2001):

...existem crianças meninos e meninas, jovens negros, brancos, asiáticos e indígenas que interagem no cotidiano escolar estruturado por valores sociais, familiares e até religiosos muitas vezes preconceituosos e discriminatórios em relação àqueles considerados diferentes. A escola, como uma das instituições formadoras da sociedade, não escapa a prática pedagógica discriminatória, aliados as pinturas individuais e coletivas igualmente calçadas nesses valores (Cavalleiro, 2001, p.38).

Entende-se que as relações étnico-raciais no espaço escolar podem trazer sérias consequências à autoestima dos alunos ao longo de suas vidas. Constatou-se que, os estudantes negros convivem diariamente com depreciações em relação a sua pertença identitária. São raros os momentos ou momentos específicos, e não ao longo dos anos como deve ser trabalhado por reparação social para se exaltar a negritude. Necessita-se que a escola exerça

o seu papel formador na perspectiva de planejar, de forma sistêmica, atividades que combatam o racismo em seu interior.

O campo educacional apresenta diversas questões que, ainda hoje, impossibilitam a realização de uma educação de qualidade e equidade. Como exemplo, podemos destacar as várias formas de preconceitos, discriminações que são reproduzidos e naturalizados nas escolas. Sabemos que nossas escolas têm importante papel a cumprir perante a sociedade. Esta, por muito tempo apresentou uma cultura escolar unicamente para a construção de uma sociedade em que se valoriza a cultura europeia, reforçando assim ainda mais o racismo e a desigualdade em benefício de uma apenas uma camada social.

E com as Políticas Públicas estabelecidas pela Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008, ao determinar a obrigatoriedade do ensino de história e cultura da África, dos afro-brasileiros, em como todos os povos indígenas, nos põe diante de desafios não só de ordem cultural, política e certamente de cunho pedagógico.

Conforme cita Silva (2003):

...estudar Africanidades Brasileiras significa estudar um jeito de ver a vida, o mundo, o trabalho, de conviver e lutar por sua dignidade, próprio dos descendentes de africanos que, ao participar da construção da nação brasileira, vão deixando nos outros grupos étnicos com quem convivem suas influências, e, ao mesmo tempo, recebem e incorporam as daqueles (Silva, 2003, p.26).

Os movimentos sociais organizados pelo povo negro e pelos povos indígenas por exemplo, tiveram grande importância e continuam tendo. Quando falamos em resistência vem a luta dos povos escravizados e indígenas por reparação, ditos e respeitos para com as suas histórias e culturas. É importante exaltar também uma das bandeiras de luta levantada por esses movimentos foi voltada para a área da educação.

Durante a pesquisa, verificamos que ainda há poucos materiais didáticos na escola que abordassem a história da África, da cultura africana e afro-

brasileira, dos povos escravizados e sobre os diferentes povos indígenas, entre outras coisas. Os livros de história infantis, as bonecas, se apresentavam brancos. O que não ia de encontro com os sujeitos presentes naquele espaço, pois grande camada das crianças que fazem parte do sistema de ensino são negras.

Nesse sentido, sabendo que ainda há nas escolas entraves que se apresentam reprodutores de preconceitos, de estigmas, de história simplificadas e silenciadas, foi elaborado esse estudo a fim de fomentar e aguçar o olhar sobre as barreiras do racismo.

Sendo que, o livro é e sempre será uma das ferramentas mais utilizadas na área da educação e no cotidiano das crianças. Ele nos atribui muitos conteúdos, de diferentes áreas do conhecimento de forma sistematizada para que o aluno ou aluna possa ter uma compreensão do assunto abordado. Porém são nesses conteúdos, da maneira como determinados assuntos são retratados e contados que precisamos ter atenção. Uma vez que, tomado como base da trajetória nas escolas, o livro didático antigamente era o detentor da palavra e o que ali escrito era o que eu deveria saber e “aprender”. Mas, na atualidade professores e educadores tem o livro como uma das ferramentas de trabalho, assim podendo analisar diversos conteúdos que cabem melhor ou retratam a visão de aluno, as infâncias de acordo com as especificidades do seu grupo de educandos.

### **3. REFLEXÕES SOBRE AS SITUAÇÕES DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL NAS ESCOLAS NA ATUALIDADE**

O ambiente escolar deve ser local rico em aprendizagem, porém converte-se em espaços de conflitos e exclusões que são naturalizadas em

seu dia a dia continuamente pelas práticas sociais, onde os alunos são mobilizados a serem submissos a uma cultura.

Diversos estudos e pesquisas nos chamam a atenção para uma educação verdadeiramente equidade, transformadora e que valorize as demais identitárias, o conceito de identidade como algo complexo, que não é único, mas está em constante processo de transformação. Existe uma variedade de identidades (gênero, raça, classe social, etnia, nacionalidade, ideologia e profissões. Sendo assim, passamos por inúmeras identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar.

Sendo assim, nos traz a reflexão sobre as situações de discriminação racial nas escolas ainda não superadas em sua forma explícita, pelo menos de forma parcial. No entanto, ainda na contemporaneidade vão ao encontro do racismo no cotidiano escolar ao longo dos anos, como tons de fala estereotipados no sentido de inferioridade explícita.

As ilustrações de livros de história negra e sua cultura, pouco a pouco chegam as nossas crianças e jovens para serem sujeitos capazes de pensar de forma crítica a construir suas identidades através da escrita e didática deixadas nas instituições dos livros, novos.

Apesar da escola ser caracterizada como espaço criador de sujeitos pensantes e críticos, ainda se esconde o tratamento pedagógico que a escola, os educadores e potencialmente, o professor poderia dar para modificar essa realidade.

Quando falamos a palavra negro em algumas instituições ocorre de maneira neutra e isolada da verdadeira identidade do negro, que trazem consigo uma bagagem de vivências que marcam seu processo de construção de identidade. Dentre as situações de preconceito racial aprendidas no cotidiano escolar, ainda categorizando-as em: padrão de beleza, identidade negra e aspecto, sem exaltar a beleza da criança negra.

São estereótipos que ainda trazem um padrão de beleza único, necessitam de uma ação política para a desconstrução destes estereótipos, defendendo assim a diversidade cultural em toda sua amplitude. Portanto, a construção de um olhar mais alargado para os valores e representações que estudantes negros enfrentam na sala de aula durante a formação de sua identidade é de suma relevância social e pedagógica.

Segundo Silva (2003):

(...) queremos nos reportar ao modo de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprio dos negros brasileiros e, de outro lado, as marcas da cultura Africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia a dia (Silva, 2003, p.26).

O papel social da escola é de romper com a questão do ser negro em um contexto permeado que ainda há discriminação social, fazendo alusão ao seu conseqüente atraso social, no que se trata chamada uma história que é marcada pelo preconceito racial.

A escola não deve ser cenário de tensões raciais excludentes, mas sim viabilizar e valorizar e fomentar produtos culturais dos movimentos negros, incentivando crianças enquanto alunos e não se adequarem ou se subordinarem ao sistema racista. A história do negro ainda há casos de uma violência racial continua, em que, são desrespeitados (as) em sua integridade moral e física, o que conseqüentemente interfere de forma negativa na construção de sua identidade, bem como no desenvolvimento pleno desses sujeitos.

No que diz respeito aos sujeitos e às situações que permeiam suas relações sob a compreensão da Teoria das Representações Sociais. A didática do professor deve favorecer o aluno, onde nessa perspectiva ele cria sua cidadania enquanto oportunidades de produção de saberes em determinados espaços sociais, no caso a sala de aula, onde são mobilizados a terem a sua primeira leitura do mundo, mesmo que do senso comum, representada por emoções e vivências em sociedade, o que caracteriza-se a ser potencial dos

acontecimentos em sala de aula para a desmistificação de preconceitos, aspecto que poderia ser trabalhado pedagogicamente.

Segundo Fazzi (2006):

Ao pesquisar sobre como as crianças vão elaborando suas próprias experiências raciais, esclarece que: [...] o discurso relativiza dor e o preconceito racial são componentes do em processo de socialização das crianças, e ambos estão em processo de cristalização e de estabilização durante a infância. Contudo isso não impede a ação preconceituosa (Fazzi, 2006, p.213).

Sendo assim, desde o nosso processo de construção do conhecimento, somos submetidos a maneiras de mascarar o preconceito racial, culminando no discurso de igualdade, tão proclamado e instaurado em legislação, porém na prática ela não se sustenta, pois vivemos em uma sociedade cotidianamente racista em suas relações e conseqüentemente representações.

Segundo a escritora Candau (2003) “a educação está imersa nos processos culturais do contorno em que se situa”. Afirmando que não é possível projetar uma educação desvinculada das questões culturais da sociedade. Ela ressalta que “educação e cultura são indissociáveis”. Atualmente, as instituições escolares estão sendo desafiadas a trabalhar a inclusão na sua prática pedagógica”.

Ao longo dos anos, os currículos escolares foram desenvolvidos de forma monocultural, homogeneizador e padronizador. Sempre valorizando a cultura europeia em detrimento das outras culturas principalmente a cultura negra que até os nossos dias, é estigmatizada e descriminalizada.

Afirma Candau (2003):

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar (Candau, 2003, p.161).

Hoje segundo a nova BNCC (2018) as escolas devem ser um espaço de cruzamento de culturas pois nosso continente é constituído pela diversidade de povos de diferentes culturas. Romper esse caráter homogeneizador integrar e construir práticas pedagógicas em que a questão da inclusão estejam cada vez mais presentes.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme Candau (2003) a nossa formação histórica está marcada pela eliminação do outro ou por sua escravização, que também é uma forma violenta de negação de sua alteridade. A questão da inclusão nos coloca diante de nossa própria formação histórica nos questionando como nós construímos socialmente, culturalmente, o que silenciamos e negamos, o que valorizamos e integramos na cultura hegemônica. E nos privilegia diante de sujeitos históricos que lutam pela igualdade de direito que lhe foram negados. Portanto é indiscutível a contribuição dessas pessoas para o nosso país.

Não só os Currículos Escolares devem ser revistos dando visibilidade a cultura negra afirmando que o continente africano é o berço da humanidade pois foram esses povos que desenvolveram a agricultura e pecuária possibilitando a conquistas em outros continentes. Proporcionando uma visão afirmativa a respeito dos povos afrodescendentes. É primordial que se desenvolva um trabalho com a literatura africana, afirmando a ascensão do negro na sociedade. Para criar uma identidade positiva dele.

Como afirma Candau (2003):

Maior conhecimento das nossas raízes africanas e da participação do povo negro na construção da sociedade brasileira haverá de nos ajudar na superação de muitos que discursam sobre a suposta indolência do africano escravizado e a visão desse como selvagem e incivilizado (Candau, 2003, p.72).

Revisitar historicamente o passado resgatando a participação dos povos negros, ou seja, os povos originários na construção do nosso país tanto nos primórdios da colonização quanto no presente poderão construir na superação da estigmatização e preconceito. Deve haver o rompimento do silenciamento sobre a beleza e diversidade da cultura africana. E a formação contínua de professores e educadores e atores da comunidade escolar, comprometidos com a formação dos nossos alunos, fomentará e poderá compor a formação da identidade deles.

## 5. REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

BRASIL, Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, porém não prevê a sua obrigatoriedade nos estabelecimentos do ensino superior para os cursos de formação de professores (licenciaturas).

BNCC, **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação, Brasília DF, 2018.

CANDAU, Vera Maria. **Reinventar a Escola**. São Paulo, Vozes, 2003.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo, Summus, 2001.

FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras**, São Paulo, Autêntica, 2006.



SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Africanidades Brasileiras: esclarecendo significados e definindo procedimentos pedagógicos.** Revista do Professor, Porto Alegre, 2003.



# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

## BRINCAR HEURÍSTICO ATRELADO AS NOVAS INFÂNCIAS

ANA PAULA COSTA PEREIRA<sup>2</sup>

### Resumo

A curiosidade e a observação são características presentes nas crianças advindas das infâncias, desde a mais tenra idade. Através delas e dos questionamentos que fazem aos adultos próximos, as crianças buscam entender e compreender o mundo que as cerca, tanto o físico como o social. As infâncias por um longo período pandêmico ficaram isoladas, sendo assim, nesse novo momento precisaremos enfatizar o brincar, ressignificando as infâncias, contudo é de suma importância que essas infâncias deverão estar a cada dia mais conectadas com os espaços livres e a natureza e assim possamos retroalimentar as brincadeiras com elementos da natureza a, e concomitantemente começarmos a promover as interações sociais entre as crianças advindas das diferentes infâncias na proposta do brincar heurístico. Assim, esse artigo já discorre sobre a suma importância de nos apropriarmos de um “novo” brincar, considerando cada vez mais na promoção do brincar livre, cheio de questionamentos e descobertas, significando a criança não só como protagonista, mas também como parceira de conhecimento.

Palavras-Chave: Educação Infantil, Brincar Heurístico, Infâncias.

### Abstract

Curiosity and observation are characteristics present in children from childhood, from an early age. Through them and the questions they ask close adults, children seek to understand and comprehend the world around them, both

---

<sup>2</sup> Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Flamingo. Professora de Educação Infantil na Prefeitura de São Paulo desde 2017. Pós-graduação Lato Sensu em Relações Étnicas Raciais pela Faculdades Integradas Campos Salles. Pós-graduação Lato Sensu em Especialização Intitulado em Arte pela Faculdade Unificada do Estado de São Paulo (FAUESP). E-mail anapaulac.pedagoga@gmail.com.

physical and social. For a long pandemic period, childhoods were isolated, so in this new moment we will need to emphasize playing, giving new meaning to childhoods. However, it is extremely important that these childhoods must be more connected every day with free spaces and nature so that we can feed back on play with elements of nature, and at the same time begin to promote social interactions between children from different childhoods in the proposal of heuristic play. Thus, this article already discusses the paramount importance of appropriating a “new” way of playing, increasingly considering the promotion of free play, full of questions and discoveries, meaning the child not only as a protagonist, but also as a knowledge partner. .

Keywords: Early Childhood Education, Heuristic Play, Childhoods.

## 1. INTRODUÇÃO

A maneira como a criança explica os elementos de seu mundo demonstra a variedade e riqueza de inquietações e interpretação que ela produz, aprendidas em sua interação cotidiana com diferentes parceiros, quando ela é confrontada com explicações historicamente elaboradas sobre uma enorme quantidade de fenômenos naturais e uma variedade igualmente grande de fatos sociais. Desta forma, na interação com as situações e com parceiros experientes que as façam refletir, as crianças vão ressignificar suas hipóteses e se apropriando do conhecimento científico.

De acordo com a BNCC (2018) no campo de experiência “Espaço, Tempo, Quantidade, Relações e Transformações”.

As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo construído de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite: hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstam também curiosidade sobre o mundo físico, seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos. Os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc. (BNCC, p.42, 2018).

Os espaços de convivência social onde a criança se relaciona com adultos e com outras crianças, criam oportunidades para ela construir e relacionar diferentes aspectos da natureza sendo o meio ambiente que a cerca. A partir de sua interação com objetos e mediada pelo convívio com outras pessoas, por informações veiculadas através dos meios de comunicação e por imagens que capta visualmente, a criança elabora noções onde se misturam à fantasia, o pensamento mágico e algumas tentativas de formulação lógica. Quanto mais oportunidade as crianças tiverem para falar e ouvir opiniões de adultos, ou de outras crianças, sobre fatos, fenômenos e situações sociais observadas, mas elas poderão pensar e elaborar ideias sobre eles.

## **2. O BRINCAR EXPLORATÓRIO E ESPONTÂNEO MEDIADO PELO PROFESSOR**

Segundo as autoras Elinor Goldschmied e Sonia Jackson (2006), afirmam que o “Brincar Heurístico” é de grande ênfase para a pequena infância, pois, chama a atenção para o brincar exploratório e espontâneo, dando a esse brincar o significado e a importância para as habilidades e desenvolvimento da criança, fase em que o brincar é de suma importância.

Conforme cita Borges 2021:

O direito a brincar é uma conquista muito recente porque só no final do século XIX começaram a existir mudanças significativas quanto à valorização e reconhecimento dos direitos da criança e do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento no século XX assinalaram-se dois momentos determinantes na história da educação e dos direitos da criança: 20 de Novembro de 1959 foi concebida a Declaração Universal dos Direitos da Criança; 20 de Novembro de 1989 a assembleia geral das Nações Unidas retificou a convenção sobre os direitos das crianças (Borges, 2021, p.17).

Noções relacionadas à transformação de elementos, objetos e situações que aproximem as crianças da ideia de casualidade também podem ser estabelecidas através da discussão ou observação de fatos e fenômenos,

como enchente, seca, hábitos de vida que devem ser mudados com o consumo responsável pela água, com tudo isso o brincar heurístico poderá ser um gatilho para grandes aprendizagens.

Enfatiza Borges (2021) “A criança quando brinca estimula a imaginação e coloca hipóteses e organiza o seu pensamento”. Ou seja, a criança vivencia o mundo do seu entorno partindo do seu próprio corpo e as sensações e sentidos através da exploração, podendo desenvolver diversas habilidades através do brincar livre.

Como mediador de cultura em situações de aprendizagem, a função do professor é trazer para as crianças informações que as alimentem na construção de conhecimento, conforme ele define o conteúdo, realiza o recorte temático e estabelece os objetivos específicos do trabalho que irá desenvolver com elas. É ele, também, quem realiza a escolha de fontes de informação e as formas de registro a serem utilizadas, assim como forma de sistematização e socialização dos conteúdos aprendidos, pois é parte das situações de aprendizagem documentar o trabalho de exploração através de desenhos ou modelagens, armazenar o material colhido (como tipos diferentes de solo, folhas secas), organizar um mostruário coletivo ou individual, registrar e armazenar destacando a importância de cada coisa para o meio ambiente.

Ainda de acordo com as autoras Eleonor Goldschmied e Sônia Jadson (2006), é de suma importância algumas observações no brincar heurístico:

- As crianças selecionaram espontaneamente alguns objetos dentre uma vasta gama de materiais (descritos a seguir). Trabalharam com objetivos em mente e de forma concentrada. Sua energia física e sua habilidade em desenvolvimento de manipular coisas foram uma parte essencial da atividade satisfatória e prazerosa. Isso as levou a praticar constantemente e a ganhar competência.

Segundo Majen (2010):

A brincadeira com materiais da cesta dos tesouros favorece: individualmente a capacidade de concentração, a utilização das mãos e dos movimentos de todo o corpo,

a capacidade de escolher entre muitos objetos, a capacidade de exploração de um conjunto muito variado de objetos e o descobrimento de suas propriedades, que a criança aprenda sozinha e por si mesma sem depender do adulto, a estruturação do pensamento, que a criança aja de acordo com seu próprio ritmo, o prazer da surpresa (Majen, p.30, 2010).

- No processo de exploração do material, não surge a questão sobre quais maneiras estão corretas ou erradas no uso dele. Segurando o objeto, as crianças observam diretamente o que é possível fazer com ele e o que não é. Tudo que elas tentam fazer é bem-sucedido; a única falha, ao efetuar uma ação intencionalmente ocorre quando a natureza do próprio material obstrui os esforços da criança.

Assim no RCNEI (1998), reafirma a importância do brincar Heurístico, ou seja, brincar com elementos da natureza.

O contato com pequenos animais como formigas, tatu-bola, peixes, tartarugas, patos, passarinhos etc. pode ser proporcionado por meio de atividades que envolvam a observação, a troca de ideias entre crianças, o cuidado e a criação com ajuda do adulto (RCNEI, 1998, p.178).

É importante que as crianças, durante os anos que passam nos espaços de educação infantil, tenham acesso às informações fundamentais para a construção de conhecimentos sobre a história da cultura humana: a vida cotidiana dos homens em sociedade, as formas como os homens vêm-se organizando em espaços que ocupa no meio ambiente para viver e como os homens vêm contando a sua história.

Elas podem aprender que há múltiplas culturas feitas pelos homens, cada uma delas rica em elementos simbólicos, em produtos artesanais, artísticos e técnicos. Podem aprender que, na história, muitos povos foram dominados por outros e suas culturas.

O mesmo pode ser dito sobre o conhecimento de outras culturas como africana, chinesa, coreana, judaica, portuguesa e tantas outras etnias. Uma boa forma de ajudar a crianças a aprenderem sobre história dos homens pode

ser pesquisar modos de viver de personagens de um tempo passado, de outra civilização, como no caso dos estudos da Idade Média, do Egito ou dos Índigenas no período colonial brasileiro. Aqui, como tratam o meio ambiente é importante a utilização de fontes de diferentes tipos, tanto livros, jornais e revistas, relatos de testemunhas, obras de literatura, televisão, internet, cinema, vídeos etc.

A Educação Infantil deve então, caracterizar-se como espaço onde as crianças encontrem, desde cedo, espaço vivo de informações sobre diferentes conteúdos que compõem o universo de conhecimentos construídos pelas ciências naturais e sociais. A compreensão do mundo natural e o meio ambiente perceber-se como única, como pessoa diferente das demais, mas incluída em um projeto humano solidário onde as mais variadas pessoas se colocam em busca de formas de justiça social e de preservação do planeta.

Segundo Muller e Redin (2007).

O cotidiano na escola de educação infantil será significativo para as crianças, se for um espaço de troca de intercâmbio, de valorização de diferenças. O professor precisa estar aberto ao novo e ter habilidade para torná-lo rico de possibilidades, transformando situações aparentemente simples e desprovidas de novidades, em formas criativas e interessantes que possibilitem a participação e envolvimento do grupo (Muller; Redin, 2007, p.17).

Sendo assim, as crianças podem aprender a conhecer-se, elas podem aprender a estabelecer relações de causa-efeito das mudanças observadas em elementos da natureza, a perceber a complexidade e diversidade dos mesmos e ampliar sua capacidade de observação, pesquisas e coletas de informação. Podem aprender a observar e significar organizações sociais, hábitos e culturas, verificando permanências e regularidades, a interpretar problemas, discutir propostas e relatar de modo coerente e com terminologia adequada e registrar suas observações, com a ajuda do professor, usando diferentes

linguagens. Podem conhecer e relacionar algumas semelhanças e diferenças com as formas de organização de outras culturas e as formas de adaptação de alguns seres vivos ao meio em que vivem. Podem aprender a observar fenômenos e elementos da natureza presentes no dia a dia e reconhecer algumas características – calor produzido pelo sol, chuva, claro, escuro, quente, frio – relacionando-as à necessidade de abrigo e alguns cuidados básicos: agasalhar-se, não ficar exposto ao sol, beber líquido, equilibrar o ambiente – fechar ou abrir janela; acender ou apagar a luz. Podem ainda aprender a observar e perceber algumas características do ambiente ao seu entorno. Por exemplo, conhecer os espaços da Educação Infantil, descalços e com as mãos sentindo as texturas dos diferentes tipos de solo, a inclinação dele, observando os locais com pouca ou muita incidência de luz. Participar de atividades que envolvam processos de culinária ou de confecção de objetos pode ajudá-las a levantar questões relativas à transformação de elementos, explorando e reconhecendo algumas das características e propriedade desses elementos.

Afirma Gobbato (2011):

Levando em consideração a necessidade dos bebês de passar a maior parte do dia na instituição, a rotina da vida desse grupo na escola é de total relevância. Porém, rotina aqui não significa mesmice ou repetição constante das mesmas propostas: rotina quer dizer a realização das atividades de forma organizada e planejada, com o intuito de transmitir segurança aos bebês. Porém a rotina, essa categoria pedagógica, conforme analisou Barbosa (2006), não pode tornar-se uma rotina rotineira, sendo banalizada ou empobrecida por uma reprodução mecânica (Gobbato, p.103, 2011).

As crianças, ao explorarem o mundo da natureza e da cultura, podem aprender a pensar, de forma mais elaborada, nos conceitos de transformação e causalidade, explicar os tipos de transformações que percebem nas mudanças de energia (fontes de energia), movimento, mistura (separação e tipos), alimentação (diferenças de gosto, consistência, nutrientes), cadeia alimentar (pensando na organização enquanto um sistema) e entre outros tantos tópicos.



Além das atividades já descritas as crianças podem ainda aprender a observar e perceber características e propriedade não evidentes nos objetos e a refletir sobre as relações de mudanças e permanências nos costumes a partir de relatos de vivências de parentes próximos e pessoas mais velhas. Podem observar e comparar os componentes da paisagem, aprender a comentar as transformações decorrentes da ação do homem, a observar as construções do lugar onde vivem, o local de onde vêm a água que consomem etc. Podem discutir como o homem usa e transforma a natureza para sua necessidade e bem-estar e pensar na necessidade de cuidado e preservação do meio ambiente.

Contudo Goldschmied / Jackson (2006) afirma que:

O brincar heurístico é uma abordagem, e não uma prescrição. Não há uma única maneira correta de fazê-lo, e pessoas em centros diferentes terão suas próprias ideias e juntarão seus próprios materiais. Com efeito, um dos grandes méritos dessa abordagem é que ela liberta a criatividade dos adultos e torna a tarefa de cuidar das crianças muito mais estimulante (Goldschmied / Jackson, p.149, 2006).

As crianças têm diferentes condições de aprendizagem nos diversos momentos de suas vivências em uma instituição educacional. É fundamental que elas encontrem na Educação Infantil o brincar heurístico, desde cedo, um espaço vivo de informação sobre conteúdos que compõem o universo do conhecimento científico, natural e social, garantindo que possam se defrontar com tema já conhecidos e criar relações com o que veem sobre os elementos e fenômenos da natureza.

A apropriação de conhecimentos elaborados pelas ciências naturais e sociais envolve aprendizagem de conceitos, atitudes e procedimentos que constituem práticas culturais de indagar, selecionar e elaborar conhecimentos que permitem a investigação, a comunicação e o debate de fatos e ideias entre as pessoas.

### 3. O PROFESSOR DA PEQUENA INFÂNCIA E O BRINCAR HEURÍSTICO

A função do professor é estruturar situações em que as crianças possam ver, ouvir e falar, trazer aquilo que sabem – saberes construídos a partir de suas experiências anteriores – interagindo com o conhecimento socialmente construído, os saberes dos alunos e de outras crianças. Isso transforma as diferentes situações criadas para mediar a aprendizagem em espaços para as crianças desenvolverem posturas reflexivas, críticas, questionadoras e investigativas.

Afirma Majen (2010):

Por meio da brincadeira ajudamos a criança a estabelecer os primeiros contatos, comunicações e interesses mútuos, enquanto brincam com os objetos da cesta. Esses objetos são autênticas ferramentas e aprendizagem e como tais devem ser respeitados, ainda que muitos deles sejam utensílios domésticos de uso cotidiano ou de materiais da natureza sem nenhuma finalidade concreta (Majen, p.11, 2010).

O objetivo do trabalho com as crianças é ajudá-la a ampliar seus conhecimentos, suas ideias e os observáveis que utilizam quando estabelecem relações entre elementos que observam ou fazem comparações, e suas formas de registrar os resultados, conforme elas têm oportunidade de:

- Observar fenômenos, organizações sociais, hábitos e culturas, verificando regularidades.
- Comparar aquelas observações e comunicar informações e achados.
- Registrar dados e informações por meio de desenhos, tabelas, gráficos ou esquemas com ou sem ajuda do professor.

Desta maneira, por um lado, as crianças fazem “Ciências”, respondendo a situação-problema sobre os fenômenos estudados e buscando explicações para eles, vivenciando a pesquisa e exploração. Por outro, apropriam-se de informações e exemplos trazidos pelo professor ou por colegas, por vídeos, leitura de imagens, exemplos etc.

O trabalho do professor da Educação Infantil no brincar heurístico realmente acontece nos “bastidores”, ou seja, de acordo com as autoras Elinor Goldschmied e Sônia Jackson (2006) no livro “Educação de 0 a 3 anos”, as autoras destacam que, antes de iniciar-se as brincadeiras é necessário que o adulto colete objetos, cuidando deles assegurando de verificar se algum está danificado para ser substituído, consertados ou até mesmo descartados. Antes mesmo do início do brincar sutilmente a professora reorganizara os materiais para que finalmente comessem a coleta dos objetos pelas próprias crianças em sacolas oferecidas para elas. Assim o professor será um mediador, ou facilitador, e sobretudo um observador com o olhar cuidadoso e a escuta apurada para registrar as observações, ou estudando uma criança específica e registrando o brincar dela.

O professor tem que estar isento, sendo que ele não estimula ou sugere, elogia ou direciona a ação da criança, mas deverá ficar sempre atento para que as crianças não arremessem as coisas ou perturbem demais, mediando sempre atento para que o brincar heurístico ocorra de maneira tranquila.

E assim, após o término do brincar o professor tem que garantir que haja tempo hábil para que as próprias crianças colem e organizem os materiais nos receptivos lugares a serem guardados sempre com a supervisão do professor, descartando o que não poderá ser usado, por estar danificado, assim a criança se apropria desse brincar com autonomia e cuidará dos materiais, assim afirma Elinor Goldschied e Sonia Jackson (2006) “...Dessa maneira, ela mostra seu apreço e seu cuidado pelos materiais do brincar...”

Como mediador da aprendizagem do seu grupo, o professor necessita:

- Desafiar a curiosidade da criança e sua capacidade de observação, organizando situações em que elementos da natureza que a rodeia e elementos de sua cultura e de outras culturas possam ser comparados e explicados

- Estimular as interações infantis entre os pares com menores e maiores, sugerindo atividades para as crianças pensarem juntas, dialogarem, chegarem a acordos, reconhecerem diferenças, se ajudarem e se avaliarem mutuamente;
- Formular perguntas que criem nas crianças desejos de buscar respostas;
- Observar as crianças e selecionar formas de ajudá-las a resolver problemas;
- Estruturar o ambiente de modo que este facilite a exploração e a autonomia;
- Favorecer a circulação de informações sobre situações experimentais, fenômenos da natureza ou socioculturais, enfatizando a importância do meio ambiente;
- Organizar atividades em que as crianças mais velhas tenham que observar algum acontecimento, levantar hipóteses sobre ele e procurar formas de verificá-las, e colocá-las em contato com diferentes fontes de informação sobre os temas eleitos;
- Proporcionar às crianças momentos para realizar estudos de meio ambiente e refletir a respeito dos costumes de sua cultura e os de outras culturas, e sobre a interação. Positiva ou não, do homem sobre o ambiente, destacando que nesses tempos de pandemia o brincar com os elementos da natureza são ainda mais importantes;
- Respeitar os raciocínios, relações, comparações e analogias que as crianças fazem quando procuram entender o mundo que as cerca, e fazer-lhes questionamentos não com o objetivo de colocar seus pensamentos à prova, mas para fazê-las pensar sobre eles, e considerar a enorme quantidade de ideias diferentes que se têm para explicar coisas e fenômenos.

O importante é o professor instalar, resgatar, propor perguntas, questionamentos, dúvidas que mobilizem o processo de indagação das crianças acerca de algum aspecto do mundo e a construção de novos conhecimentos. Ao tentar resolvê-los, envolvem-se com a situação, constroem

suas próprias hipóteses, buscam testá-las, estabelecem relações e apropriam-se de explicações historicamente elaboradas pelas ciências.

Há momentos em que é conveniente o professor das crianças pequenas promover situações em que ele tenha uma participação mais ativa na organização e no desenvolvimento da atividade. Por exemplo, em atividades de modelar massinha ou argila, ele pode propor que as crianças realizem diferentes ações como: amassar, bater, endurecer ou amolecer, esfriar, cortar, que podem evidenciar as propriedades dos materiais. Em atividades de jogo simbólico, ele pode sugerir às crianças que assumam diferentes papéis nas brincadeiras, que experimentem brincadeiras de outras épocas, ou que experimentem comidas de culturas diversas.

De acordo com as autoras Elinor Goldschmied e Sonia Jackson (2006).

Em situações como essa o professor poderá oferecer:

- Materiais para o brincar: devem ser oferecidos no mínimo 15 variedades, com uma sacola que possa ser fechada com uma corda para cada uma. Isso pode parecer muito, mas há muitas possibilidades: uma creche em Barcelona, em que o brincar heurístico já é realizado há alguns anos, acumulou 36 tipos de objetos. Uma fileira de ganchos, etiquetados com o tipo de objeto, é necessária para pendurar as sacolas quando os objetos não estiverem sendo utilizados. Deve haver mais itens do que o necessário, 50 ou 60 em cada sacola, e pelo menos receptáculos, para um grupo de oito crianças.
- É necessário um espaço claramente definido para cada seção, grande o suficiente para que as crianças possam movimentar-se livremente. O carpete ajuda a reduzir o nível de ruídos; o silêncio é uma característica importante da sessão.
- Todos os outros materiais para o brincar devem ser guardados durante o período escolhido para essa atividade.
- Um período limitado do dia deve ser selecionado e reservado para o brincar heurístico com objetos. Uma hora é o período ideal, permitindo que os

brinquedos sejam disponibilizados e depois retirados. É importante escolher uma hora em que o maior número de educadores esteja presente, para que um deles possa dedicar sua atenção integral a um grupo pequeno (de no máximo oito crianças). Se alguma criança precisar trocar as fraldas durante esse período, o melhor é que outra educadora o faça.

- Para evitar que as crianças fiquem amontoadas em um mesmo local, deve-se utilizar o espaço disponível em sua totalidade. Para esse fim, o adulto, ao preparar a sessão, distribui latas de tamanhos variados pela sala ou área de brincar. O número de latas necessárias depende do número de crianças no grupo, mas não deve haver jamais menos de três por criança. Acreditamos que as latas são muito melhores do que cestos ou caixas para esse objetivo. A educadora, então, seleciona algumas (cinco digamos) sacolas de objetos para formar uma boa combinação, por exemplo, correntes, tubos de papelão, pompons, tampas de latas e argolas de cortina. Esses itens são colocados em pilhas mistas ou separadas, a partir das quais as crianças escolherão por si, sem precisar de direcionamento ou estímulo dos adultos. As crianças precisam de tempo para pensar de que maneira brincarão com o material. Como explicamos, o papel do adulto é oferecer uma atenção que não interfira com o brincar, e a concentração que a criança mostra torna supérfluo o conversar.

- À medida que a criança fica absorvida pela exploração, os objetos ficarão espalhados pelo chão. Eles precisam ser silenciosamente reorganizados de tempos em tempos, para que o material sempre pareça convidativo.

- A educadora mantém as sacolas vazias ao lado da sua cadeira, até que decida que é hora de os itens serem coletados pelas crianças ao fim da sessão. Sempre se deve dar tempo suficiente (15 minutos, digamos) para a arrumação, para que não haja pressa e essa atividade seja tão prazerosa quanto o brincar em si.

- Organizar atividades de conhecimento, exploração e experimentação de brincadeiras, tipos de alimentação e de organização social característicos de diferentes culturas;

- Oferecer oportunidades para as crianças pensarem sobre diferentes formas de organização social, experimentar vivenciar diferentes papéis, e comparar diferentes hábitos e costumes a partir de relatos de vivências de parentes próximos e pessoas mais velhas;
- Criar situações para que elas percebem, por exemplo, as palavras, que compartilham o mesmo espaço que elas, estabelecendo relações de diferença e igualdade entre diferentes espécies vegetais. No caso de haver possibilidade de se manter pequenas plantas no espaço da sala, as atividades de observação e registro podem integrar a rotina diária.

O essencial é partir sempre das ideias e representações que as crianças possuem e fazer-lhes perguntar instigantes, oferecer-lhes meios para que busquem mais informações e possam reformular suas ideias iniciais com crescente autonomia.

#### **4. O BRINCAR HEURÍSTICO NA PEQUENA INFÂNCIA**

As atividades a serem desenvolvidas com a criança na Educação Infantil devem ser promovidos com mediação do professor, a partir das relações naturais das crianças com o ambiente onde vivem.

Embora simples, as atividades revelam a riqueza de possibilidades e a força criadora que o ser humano desenvolve quando respeita a natureza e tem sua própria natureza respeitada.

No RCNEI (1998) afirma que:

Observação da paisagem local (rios, vegetação, construções, florestas, campos, dunas, açudes, mar, montanhas etc.); Utilização com a ajuda dos adultos de fotos, retratos, e outros registros para a observação de mudanças ocorridas nas paisagens ao longo do tempo; Valorização de atitudes de manutenção e preservação dos espaços coletivos e do meio ambiente. (RCNEI, 1998, p.184).

Desde que o mundo é mundo, as crianças e a natureza brincam juntas. De acordo com o Livro Cuidar bem do Ambiente (2009, pg.27), nesta edição há sugestões de ações tais como:

- Conversar com as crianças sobre as plantas da região;
- Conversar sobre sementes, os caroços, as frutas e as árvores;
- Perguntar se alguém conhece algum brinquedo ou jogo que utilize semente. Pedir que ensine aos outros como se faz ou se joga;
- Mostrar o livro Cuidar bem do Ambiente e propor atividades com sementes;
- Pedir as crianças se poderem trazer garrafinhas plásticas transparentes lavadas para guardar sementes;
- Providenciar recipientes maiores para guardar as sementes grandes;
- Pedir à turma para trazer sementes variadas para coleção;
- Separar as sementes em garrafinhas;
- Deixar que as crianças brinquem com as sementes;
- Procurar realizar essas atividades durante algumas semanas para que a coleção cresça em interesse e variedade sempre fomentando o interesse sobre recursos do meio ambiente;
- Pedir para as crianças inventarem nomes e tentarem adivinhar como é a planta que produziu as sementes;
- Tentar descobrir com as crianças e pesquisar em livros e na internet o nome das plantas, de onde vem cada semente, os meios naturais que elas necessitam para viver.

Fochi (2013) enfatiza que:

Portanto, a escola, enquanto contexto de vida coletiva, é compreendida aqui como um lugar da vida, tecido por vários fios juntos e em conjunto, tramado e constituído pela ação do eu com o outro e do outro, e que supõe



estar em contínuo exercício de construção. Enquanto, nesse contínuo, juntos colhem e acolhem aprendizagens e descobertas sobre si, sobre os outros e sobre o mundo (Fochi, p.24, 2013).

Fomentando na roda de conversa sobre o meio ambiente e que na natureza existe uma grande variedade de sementes. Algumas são lisas e coloridas, outras são ásperas e rugosas. Algumas são leves e voam com o vento. Outras caem girando das árvores. Algumas ficam guardadas em vagens até que estas explodam e arremessem as sementes bem longe. Outras são guardados caquinhos ou em cascas grossas. Algumas são carrapichos que grudam na roupa, e existem ainda as que são comestíveis. Muitas delas só existem em determinadas regiões, e as plantas que brotam delas estão presentes nos hábitos e na cultura dos povos desses lugares e nas diferentes infâncias.

Os sucos, as frutas, os feijões, os temperos, os doces, o artesanato, as cantigas e os brinquedos de cada local têm relação direta com seu clima, sua geografia, sua fauna e sua flora. Por isso, é muito importante que as crianças descubram as sementes pode ser um exercício precioso de reconhecimento da identidade cultural e da importância da preservação ambiental.

Sendo que quando a criança brinca com a origem da vida das plantas de seu lugar, conhecendo as árvores, as flores e os frutos, provavelmente compreenderá as características do seu bioma e ajudará na sua conservação. Podendo assim começar a compreender as origens e a importância de tudo no meio ambiente.

Sempre despertando na criança as dificuldades sobre os recursos naturais do meio ambiente que a criança está inserida sensibilizando sobre os cuidados que a criança deve ter diariamente com os recursos naturais.

O autor Adelsin (2009) ainda destaca, que o professor tem que mediar o olhar da criança e que é importante observar.

Sendo assim, o autor destaca que cada planta tem segredos adquiridos em milhares de anos de evolução. A necessidade de saber viver faz que cada espécie desenvolvesse características especiais de adaptação ao clima, aos animais e ao solo dos lugares onde nasceram. Por isso existem milhares de espécies diferentes. As sementes de cada planta trazem guardadas todas as informações e as experiências adquiridas pelas plantas ao longo dos anos. O mesmo acontece com todos os seres vivos, inclusive com o ser humano. As crianças trazem no corpo na memória genética, toda a experiência evolutiva de seus antepassados. Por isso manifestam com muita força a vontade de cumprir determinados movimentos irá provavelmente, dificultar seu desenvolvimento integral. Por isso e outros inúmeros motivos é que a criança precisa brincar. Brincar com a terra, plantar e observar uma semente crescer é um exercício precioso ou contato com a vida e a natureza.

Portanto Adelsin (2009) enfatiza que:

Quem cresce observando com atenção o crescimento de outras espécies provavelmente desenvolve um amor natural pelo meio ambiente. A experiência de plantar uma semente pode ser o brotar da semente da consciência ecológica (Adelsin, pg.30, 2009).

Enfatizando que um ecossistema é o conjunto de seres vivos e do meio ambiente em que eles vivem, e todas as relações desses organismos com o meio e entre si. São exemplos de ecossistema uma floresta, um rio, um lago ou um jardim. Cada ecossistema é uma experiência rica e contínua de vida e movimento.

Destacamos que nas grandes cidades e em muitas escolas é difícil observar algum ecossistema interessante. Embora existam muitos microrganismos, insetos e outras formas de vida que sobrevivem no ambiente urbano, a interferência humana é tão grande que muitas vezes não conseguimos enxergar as relações entre os seres do ambiente.

Sendo que, podemos falar do cotidiano da criança onde a criança está inserida, a fumaça e o barulho dos automóveis, as áreas construídas

contínuas, as vias asfaltadas, os rios poluídos e canalizados e a quase ausência de áreas verdes, transformam as cidades em lugares pouco interessantes para se viver: Até as estrelas são difíceis de enxergar nos grandes centros. Além de tudo isso, a sensação é de que o tempo nas cidades é muito curto. Por essas razões, os moradores das cidades vão se tornando apressados e muitas vezes estressados.

As crianças que nascem e crescem em áreas urbanas precisam mais que todas as outras do contato com a natureza. É a única maneira de elas experimentarem uma relação de proximidade e benquerer com os elementos naturais da terra, da água e do ar. Esse contato deve acontecer em parques, praças e vistas do interior ou ao litoral. Nos intervalos entre os passeios, as crianças podem observar os movimentos da vida em vasos ou pequenos ecossistemas existentes em terrário.

Contudo, a Educação Infantil e o Brincar Heurístico intrinsecamente atrelados poderá fazer toda a diferença na pequena infância nestes tempos ímpares e singulares.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante das atuais circunstâncias, onde vivenciamos a Pandemia COVID 19, é necessário que na Educação Infantil se reinvente e se adeque aos protocolos de proteção!

Assim, o Brincar Heurístico na escola da pequena infância vem de encontro à necessidade de neste momento explorar o uso das áreas externas da instituição, valorizando assim o meio ambiente, promovendo o respeito e o protagonismo infantil desde pequeninhos.

Não há uma expectativa que leve a normalização do processo de ensino aprendizagem. Por muito tempo precisaremos viver/conviver com este “novo normal” e por isto, precisamos associar o cuidar e educar acolhendo os bebês e crianças, ampliando, explorando a aprendizagem com os elementos da

natureza, e o brincar heurístico promove a ludicidade, a diversão, podendo adquirir autonomia para seguirem o distanciamento social e respeitar o espaço de cada um.

Os brinquedos chamados Heurísticos proporcionam a criança a possibilidade de explorar objetos simples do dia a dia de forma que possam ter a oportunidade de expandir sobre suas ideias, sua criatividade, suas percepções sobre o mundo e suas sensações.

## 6. REFERÊNCIAS

Adelsin, B. – **Cuidar do Ambiente** – Ed. Autêntica, Belo Horizonte MG, 2009.

BORGES, Ana Catarina Lopez. **Descobrir o Mundo: a brincadeira heurística e a exploração de materiais não estruturados na educação infantil**. São Paulo, Atlas, 2021.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto de Educação Fundamental, **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**, Brasília: MEC/SEF, 1998.

BNCC, **Base Nacional Curricular Comum**, Ministério da Educação, Brasília DF, 2018.

ELINOR, Goldschmied / SONIA Jackson. **Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche**. 2ª ed., Ed. Grupo A, Porto Alegre, 2006.

FOCHI, Paulo Sergio. **Mas os bebês fazem o quê no berçário, Hein?** Ed. Ática, Porto Alegre, 2013.

GOBBATO, Carolina. **Os bebês estão por todos os espaços: um estudo sobre a educação de bebês nos diferentes contextos da vida coletiva na Educação Infantil**. Ed. Ática, Porto Alegre, 2011.

MAJEN, Elizabete. **Descobrir Brincando**. Ed. Cortez, São Paulo, 2010.

MULLER, Fernanda; REDIN, Maria Martins. **Infâncias: a infância e as práticas escolares.** Porto Alegre, Meditação, 2007.



# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

## MÚSICA FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO NAS INFÂNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ANA PAULA COSTA PEREIRA<sup>3</sup>

### Resumo

No universo que acerca a Educação contemporânea encontramos possibilidades quando nos organizamos de modo que possamos propiciar às crianças diferentes jeitos e maneiras de ampliar suas experiências no mundo da natureza, ou seja, podendo produzir novas significações. Revisitar as diversas culturas das infâncias se faz necessário através das propostas da musicalização, podendo construir coletivamente com as crianças nas vivências da Educação Infantil os espaços, abertos a exploração do lúdico, onde elas possam vivenciar o real poder da música em uma atmosfera de tolerância, respeito e curiosidade. E assim, podendo estimular o desenvolvimento cognitivo, emocional, social que a música pode promover para o pleno desenvolvimento da criança.

Palavras-chave: Musicalização; Diferentes Infâncias; Educação Infantil.

### Abstract

In the universe surrounding contemporary Education, we find possibilities when we organize ourselves so that we can provide children with different ways and means of expanding their experiences in the world of nature, that is, being able to produce new meanings. Revisiting the diverse cultures of childhood is necessary

---

<sup>3</sup> Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Flamingo. Professora de Educação Infantil na Prefeitura de São Paulo desde 2017. Pós-graduação Lato Sensu em Relações Étnicas Raciais pela Faculdades Integradas Campos Salles. Pós-graduação Lato Sensu em Especialização Intitulado em Arte pela Faculdade Unificada do Estado de São Paulo (FAUESP). E-mail anapaulac.pedagoga@gmail.com.

through the proposals of musicalization, being able to collectively build with children in the experiences of Early Childhood Education spaces, open to the exploration of play, where they can experience the real power of music in an atmosphere of tolerance, respect and curiosity. And so, being able to stimulate the cognitive, emotional and social development that music can promote for the full development of the child.

Keywords: Musicalization; Different Childhoods; Child education.

## 1. INTRODUÇÃO

Percebe-se, ensino da música na Educação Infantil cada vez mais abrangente para as crianças em toda a infância, que se encontram em fazer de transição e de desenvolvimento nas quais percepções artísticas se fazem no progresso de construção de personalidade em constante transformação.

Na perspectiva de que através da música, que é uma importante ferramenta de promoção de várias interações, sobre a vida real do aluno como em todo, contribuindo assim para o desenvolvimento de uma consciência crítica e transformadora, a fim de desenvolver suas potencialidades e habilidades no processo de aprendizagem, auxiliando-os no que diz respeito à sua percepção enquanto sujeitos de direitos. Percebendo as crianças inseridas em uma sociedade paradoxal, com famílias singulares de crianças ímpares, com diferentes conhecimentos e ideias sobre a infâncias na contemporaneidade, e que sofrem modificações ao longo do tempo, ou seja, diferente das décadas anteriores.

Por isso, não podemos deixar de perceber essa criança como agente participante dessa história, pois, para ter uma atuação docente com prosperidade precisamos levar em consideração tudo o que ocorreu e ocorre na vida das crianças, percebendo quais são as demandas sociais, como as crianças são vistas e vivenciam suas infâncias por esta sociedade contemporânea, bem como as suas reais necessidades e especificidades, e como fomentar sua sede de conhecimento através da música.

Em se tratando das contribuições da música, na educação infantil, se torna cada vez mais abrangente e essencial às crianças, por estarem em fase de pleno desenvolvimento nas quais percepções musicais se fazem parte no processo de construção da personalidade.

Para Piaget (2000), “o desenvolvimento cognitivo resulta na interação entre a criança e as pessoas com quem ela mantém contatos regulares, no caso da Educação Infantil a criança, professores, e toda comunidade escolar”. O autor enfatiza que, as construções realizadas pelo sujeito, ou seja, construções passam a ser possíveis através da interação do aluno com seu meio havendo assim a modificação do papel do professor, o qual passa a ser um facilitador, enquanto a criança assume posse da ideia.

O objetivo dessa pesquisa é definir conceitos e métodos de musicalizar, e significa a importância da música que auxilia no aprendizado de conceitos, na expressão de sentimentos, no desenvolvimento da linguagem e coordenação motora, além de promover a criatividade e a socialização.

Assim, na construção desta pesquisa, é fomentar o processo educativo, com o objetivo de valorizar as experiências musicais na pequena infância. De acordo com Vygotsky (2003), o ambiente externo interage diretamente no aprendizado e no desenvolvimento das crianças, dessa maneira acreditamos que o contato das crianças com a cultura existente a seu redor seja um elemento considerável para seu crescimento.

## **2. AS DIFERENTES INFÂNCIAS E A IMPORTÂNCIA DA MUSICALIDADE PARA AS CRIANÇAS**

O Brasil se encontra diante do compromisso de aliar a qualidade ao ensinar e do desafio de incluir todas as crianças advindas das diferentes histórias e culturas, ou seja, meninos e meninas vindos de diferentes realidades, que vivenciaram a pandemia COVID19 e suas restrições.



Precisamos afinar o olhar, com a necessidade de o professor contemporâneo ver a criança real do nosso cotidiano: indígenas, crianças vindas de diferentes Estados, Países, com necessidades e especificidades ou não, crianças vindas de diferentes lares compostos por membros singulares, e diferentes infâncias.

Certamente o Projeto Político Pedagógico (P.P.P), tem a função de ajudar esse professor a superar esse olhar e enxergar essa criança real e toda essa diversidade contemporânea que acerca das novas infâncias.

O ensino de música para todas as infâncias desempenha um papel fundamental no desenvolvimento físico, emocional e intelectual e até global da criança. Porque, a música é uma linguagem muito importante na comunicação e expressão humana. Desde antes do seu nascimento, as crianças já estão imersas num mundo de sons: pesquisas comprovam que, ainda dentro do útero, os bebês escutam e reagem aos sons externos. Quando nascem, e já desde as primeiras semanas de vida os bebês são capazes de distinguir claramente a voz humana de outras fontes sonoras. A voz materna é reconhecida pelo bebê e será um vínculo na interação pais-crianças. Farão parte igualmente deste universo sonoro as canções e pequenas brincadeiras musicais, onde a criança estará conhecendo e se apropriando de sonoridades características do contexto em que está inserida. A música terá abordagens para descobrir e reencontrar seu corpo físico; se reconhecer como ser que pode: perceber, ouvir, criar, movimentar, interagir diretamente num determinado espaço, adquirindo habilidades e comportamentos criativos e críticos, que irão contribuir para seu desenvolvimento integral.

Assim, afirma Brescia (2009):

A música é uma linguagem universal tendo participado da história da humanidade desde as primeiras civilizações conforme dados de antropólogos as primeiras músicas seriam usadas em rituais como: nascimento, casamento, morte, recuperação de doenças e fertilidade (Brescia, 2009, p.15).

A instituições de Educação Infantil devem proporcionar um espaço de reflexão sobre a vida da criança como um todo, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e transformadora.

Esse processo não deveria dissociar-se do processo a qual é retratada pelo conteúdo atitudinais, em que a BNCC (2018) defende alguns princípios que devem orientar educação escolar, como a dignidade da pessoa humana o que implica respeito aos direitos humanos, a igualdade de direitos, a participação como princípios democráticos e responsabilidades pela vida social.

De acordo com a BNCC (2018):

Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais no cotidiano das instituições escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras (BNCC, 2018, p.37).

A música na educação básica da qual faz parte a Educação Infantil é uma ferramenta com grande ênfase na promoção, nas interações e de espaços de reflexões sobre a vida real da criança como no contexto que está inserido.

No processo de desenvolvimento socioafetivo, a criança pouco a pouco, vai formando sua identidade, ou seja, vai se descobrindo como pessoa, percebendo-se cada vez mais diferenciada dos outros. Ao mesmo tempo, ela busca formas de comportamento que lhe vão lhe permitir agir de maneira mais integrada na sociedade.

Na formação dessa identidade, destacam-se o papel que autoestima e autorrealização desempenham do desenvolvimento socioafetivo da criança. A autoestima é a capacidade de nos aceitarmos em todos os sentidos, entendendo, assim, nossas limitações e capacidades. Essa estrutura do eu se constrói a partir do contato com outras crianças.

As atividades musicais coletivas favorecem a autoestima, bem como a socialização infantil, pelo ambiente de compreensão, participação e cooperação, favorecendo crianças que estão dentro do espectro autista na socialização com seus pares maiores e menores.

Quando a criança é inserida em um grupo com a mesma finalidade, um grupo musical, a cooperação se tornará mais constante e começara a se formar, em cada criança, a consciência de grupo. Concomitantemente a música favorece o desenvolvimento emocional da criança, pois proporciona autossatisfação e prazer possibilitando a expansão dos sentimentos. Favorecendo mesmo as crianças tímidas ou inibidas sentem-se encorajadas ao cantar em grupos.

É quase impossível alguém não se relacionar de alguma forma com a música, seja cantando, dançando, se mexendo, enfim cada um de uma maneira especial de se manifestar, mas sempre existe uma reação frente aos sons, seja ele ouvindo ou inventando, recordando a infância e as brincadeiras.

Cada um tem um repertório que reúne músicas significativas que fazem parte da nossa cultura e história.

Porém, a música pode ser relacionada com a infância como um jogo sensório-motor, jogo simbólico e jogo com regras.

De acordo com Vygotsky (1997):

Ao interpor realidade, imaginação, inovação e cognição envolve reconstrução, reelaboração. Nesse sentido, é sempre um processo singular no qual o sujeito deixa suas marcas revelando seus encaminhamentos, ordenamentos e formas próprias de se relacionar com materiais, com o espaço com as linguagens e com a vida (Vygotsky, 1997, p.51).

A inserção da música cotidianamente tem papel com grande ênfase no desenvolvimento da criança. Estímulos decorrentes da presença da música contribuem para o aprimoramento do desenvolvimento auditivo, com sons do seu ambiente, e na exploração do mundo exterior. Sons que provocam reações

diferenciadas, nesse sentido o desenvolvimento das capacidades motoras e cognitivas, raciocínio, fala, entre outras habilidades socializadoras.

O ensino-aprendizagem na área de música vem recebendo influência das teorias cognitivas, em sintonia com procedimentos pedagógicos contemporâneos. Ampliando-se o mundo de pesquisas sobre o pensamento e as ações musicais que podem orientar o educador e gerar contextos significativos de ensino-aprendizagem, que respeitem o modo de perceber, sentir e pensar de bebês e crianças.

Brito (2003) afirma que:

Para grande maioria das pessoas, incluindo os educadores e educadoras (especializados ou não), a música era (e é) entendida como “algo pronto”, cabendo a nós a tarefa máxima de interpretá-la, ensinar música, a partir dessa óptica significa ensinar a reproduzir e interpretar música, desconsiderando a possibilidade de experimentar, improvisar, inventar como ferramenta pedagógica de fundamental importância no processo de construção de conhecimento musical (Brito, 2003, p.52).

Nessa mesma direção, a música afirma que o objetivo da intervenção do professor que atua na educação infantil é a importância de se trabalhar com grupos heterogêneos de crianças com diferentes níveis de habilidade e experiências relativas ao movimento de arte-educação socializadora através da música tendo uma grande contribuição a oferecer, pois a música desempenha o papel de destaque na discriminação auditiva, por isso, é importante cantar canções infantis, acompanhadas por palmas incentivando a criança a fazer o mesmo, já que nessa faixa estaria ela demonstrando prazer em imitar os adultos.

Para Piaget (2000), “os indivíduos se desenvolvem intelectualmente a partir de exercícios e estímulos oferecidos pelo meio que os cercam”. O que vale também dizer que a inteligência humana pode ser exercitada, buscando um aperfeiçoamento de potencialidade que evolui “desde o nível mais primitivo

da existência, caracterizado por trocas bioquímicas até o nível de trocas simbólicas”.

Reforçando que a música também é importante, na medida em que nesse processo se dá o desenvolvimento integral da criança, pois permite o incremento da atenção e da aquisição da comunicação e da expressão além do ritmo, a música pode ser utilizada de muitas maneiras, servindo de fundo para outras atividades como a ação de cantar, como pesquisa de materiais sonoros ou como centro da própria atividade, e ainda, abre espaços para construção de conhecimentos nas tarefas e realização da vida diária.

Piaget (2008) sugere que:

É mais provável que haja adaptação quando a atividade da criança é espontânea, que não quer dizer que elas devem fazer o que querem, mas que a aprendizagem de adaptação não ocorrerá a não ser que a criança chegue até ela através da atividade espontânea (Piaget, 2008, p.67).

Sabe-se que cada criança particularmente absorve seu conhecimento e impressões do mundo de acordo com sua vivência cotidiana das diferentes infâncias, é um ciclo de construção, as quais são refletidas na musicalidade através da linguagem.

Percebeu-se, a importância de trabalhar com esses elementos, além da estimulação da criatividade, é mostrar uma forma de expressão e de comunicação que pode ser utilizada pela criança.

De acordo com Brito (2003):

Um trabalho pedagógico-musical deve se realizar em contextos educativos que entendam a música como processo contínuo de construção, que envolve perceber, sentir, experimentar, imitar, criar, refletir (Brito, 2003, p.46).

Brito (2003), “fórmula que as indagações a qual é preciso estar alerta, tendo o cuidado essencial de despertar o percurso individual da criança”.

- O que você, na sua prática como educador ou educadora, tem percebido com relação à maneira como as crianças se expressam musicalmente? Elas cantam? Como? Retêm na memória as canções que aprendem? Inventam canções? Afinam?
- As crianças se interessam em ouvir? Que tipos de música preferem escutar? Elas se movimentam ou fazem gestos enquanto escutam ou cantam algo? E com relação aos sons do entorno?
- Gostam de tocar instrumentos e de transformar objetos em instrumentos musicais? Criam com seus materiais sonoros?
- Demonstram alegria e entusiasmo quando participam de atividades musicais? Fazem perguntas sobre questões musicais?
- Que experiências musicais elas trazem consigo? Você conhece as famílias das crianças? Tem algum tipo de informação sobre a vida musical delas?
- Que idade tem as suas crianças? O que você percebe que é diferente com relação às mais velhas? E com relação às mais novas?
- Que outras questões poderiam ser elaboradas para ampliar e enriquecer o trabalho nessa área?

Essas e outras indagações que podemos estar formulando a cada dia, devem acompanhar nosso trabalho musical com as crianças. Observar, comparar (sem juízo de valor, sem considerar melhor ou pior) e registrar o que percebemos é mais importante do que apenas acreditar no que dizem os livros. Só assim criaremos condições para ampliar as possibilidades de percepção, criação, reflexão, expressão e comunicação musical das crianças.

Enfatizamos que, de nada serve uma atividade ou brincadeira com música sem que a arte lúdica que é a música possa contemplar a satisfação e apreciação da criança mediante ela.

Existem relatos que ainda na contemporaneidade que muitas instituições de ensino encontram dificuldades para integrar a linguagem musical do

contexto educacional que estão inseridos, enfatizando a defasagem existente entre o trabalho realizado com a música fragmentando e criando entraves para que a música em todas as fases na educação cumpra seu papel que é a construção do conhecimento.

Objetivos da música: a música na educação básica deve possibilitar alguns objetivos a explorarem som, ritmo e movimento significam descobertas vivenciadas pelas crianças.

De acordo com a BNCC (2018), Campos de Experiências (Traço, Som, Cor e Forma): Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento.

Bebês (zero a 1 ano e 6 meses):

(EIO1TSO1) – Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente.

(EIO1TSO2) – Traçar marcas gráficas, em diferentes suportes, usando instrumentos riscantes e tinta.

(EIO1TSO3) – Explorar diferentes fontes sonoras e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.

Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses):

(EIO2TSO1) – criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos musicais.

(EIO2TSO2) – Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), explorando cores, texturas, formas e volumes ao criar objetos tridimensionais.

(EIO2TSO3) – Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.

Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses):

(EIO3TSO1) – Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas.

(EIO3TSO2) – Expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais.

(EIO3TSO3) – Reconhecer as qualidades do sons (intensidade, duração, altura e timbre), utilizando-as em suas produções sonoras e ao ouvir músicas e sons.

A dimensão relacional do professor educador revela as ambiguidades, contradições e o que da ordem de uma descontinuidade, de ruptura, de confrontos presentes no conjunto de subjetividades pela ausência de comprometimento com a música na educação básica que é a educação infantil e ensino fundamental, sendo necessário o professor ter claro os objetivos da música.

De acordo com Brito (2003):

É certo que a música é gesto movimento e ação. No entanto, é preciso dar as crianças a possibilidades de desenvolver a expressão, permitindo que criem gestos, que observe e imitem os colegas e que, principalmente concentre-se na interpretação da canção, sem a obrigação de fazer gestos comandados durante o tempo todo (Brito, 2003, p.93).

Linguagem artística, criação do ser humano, a música guarda especificidades culturais, ao mesmo tempo em que ultrapassa diferenças e universaliza-se pelo despertar de emoções e sensibilidade.

Nesse sentido, para atingir seus significados interpessoais, a música deve ser apresentada de forma a criar um envolvimento emocional com a música por parte da criança, com empatia pela música poderá significar para ela.

De acordo com Vygotsky (1998) “todo avanço está conectado a uma mudança acentuada nas motivações, tendências e incentivos”, afirmando que o



ato lúdico se caracteriza pela presença de emoções que o incentivam, ainda que não estejam conscientes para a criança.

Enfatizamos que, de nada serve uma música com intenção intelectual com intenções didáticas. O propósito de incorporar a musicalidade na educação é que, os frutos poderão dar validade a sentimentos importantes, promoverão percepções internas, ampliarão vocabulários, reduzirão ansiedades e fomentarão a sociabilidade e com isto enriquecerão a vida da criança no momento e daí para frente.

O professor exerce um papel com grande ênfase como mediador, estimulando vivências significativas possibilitando o desenvolvimento social, físico, afetivo e cognitivo.

A criança constrói uma imagem de si mesma e do mundo que são exteriorizados por meio de suas ações, linguagem, expressando o movimento de seu próprio corpo em crescimento e externando a realidade que está inserida como a percebe.

A música, preenche com tanta competência o espaço da socialização em toda a educação, pois, abrange a diversidade ilimitada dos repertórios, processando através múltiplas variedades que poderão ser realizadas de acordo com a faixa etária, pois tem a capacidade de transportar diferentes realidades, sendo fundamental em toda a infância para despertá-lo da imaginação.

Transmitidos por tradição oral, as brincadeiras musicais enfatizam o gesto, o movimento, o canto, a dança e o faz de conta, brincadeiras e jogos que são legítimas expressões da infância: brincadeira e jogos musicais das culturas infantis incluem os acalantos (cantigas de ninar), as parlendas, as rondas (canções de roda, as adivinhas, os contos e os romances). E faz parte da infância em todos os tempos das diferentes infâncias.

O professor na Educação pode revisitar resgatando as canções, jogos, brincadeiras, cotidianas das suas infâncias, como também a prática de

pesquisa na comunidade e entorno escolar. A cultura popular infantil é uma riquíssima fonte na qual se pode buscar destas tradições.

Sendo a brincadeira musical é uma possibilidade de se relacionar com o mundo, de compreender a lógica do compartilhar com outro, no cenário de uma sociedade excludente, mas que organiza de modo específico o lugar da criança, dessa forma pode-se integrar ao íntimo da criança e adquirir significado para vida pessoal, pois a criança constrói seu próprio conhecimento de mundo a partir da relação que se estabelece com seus pares.

Isso leva a outra função da música, a da relação afetiva, que não é estritamente da brincadeira musical, mas mantém um papel importante, mesmo que nem sempre tão compreendidos pelos adultos, que muitas vezes ignoram a dimensão lúdica da relação com as brincadeiras musicais.

E assim, cabe ao professor ajudar todas as crianças a expressarem seus sentimentos e a brincadeira musical começa a fazer seu papel na construção do conhecimento, pois, a brincadeira musical e carrega então uma cultura lúdica. Por essa expressão um conjunto de esquemas, de regras e de imagens que permite as crianças executarem com ênfase essa atividade lúdica e pode-se desenvolver todos os conteúdos usando a linguagem musical e assim desenvolvendo as áreas do conhecimento. Dessa forma as crianças poderão vislumbrar um espaço lúdico e de fantasias, na qual a brincadeira através da música seja maior incentivo para despertar na criança com vontade de retornar à educação infantil ou no ensino fundamental.

Os benefícios do contato com a brincadeira musical são maiores que pensamos, pois, contempla a familiaridade com diversas culturas.

As brincadeiras musicais infantis são um divertido mundo rico em cultura, sentimento e valores. Enquanto vivenciam cotidianamente as brincadeiras, as crianças constroem habilidades afetivas, cognitivas e críticas que podem ajudá-las com desafio da vida real, e com chances de as crianças reinventarem seu mundo.

É fundamental que, o professor conheça todas as dimensões e formas em que as brincadeiras podem atuar em uma criança, tanto as promover conforme as habilidades que identifica nos alunos quanto para auxiliar a reconhecê-las.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na perspectiva de destacar a importância da dimensão relacional da música na Educação Infantil e no ensino Fundamental. A música, ou seja, na infância oferece-se para construir um campo de escuta da brincadeira e jogo musical, em outras palavras, ela pode abrir possibilidades para que o contato sirva de apoio a interação das crianças advindas das diferentes infâncias desenvolvendo uma consciência crítica e transformadora.

Para este aporte, pensar a formação dos professores não só da educação infantil como também do ensino fundamental, requer constatar que é necessário o professor fomentar na criança a descoberta da musicalidade do ritmo corporal, cantar, brincar e inventar música são importantes experiências para a formação das crianças como seres humanos atuantes no mundo pela sistemática da possibilidade de entrar em contato com a música como uma maneira de revisitar a cultura ou vivenciar novas maneiras de aprendê-los, o que implica a constituição de espaços regulares e sistemáticos de troca, nos quais os professores possam reconhecer a importância do trabalho com a música no cotidiano da Educação Infantil e ensino Fundamental e a reflexão da importância da música enquanto linguagem expressiva essencial à criança no processo da identidade pessoal e cultural.

O favorecimento da escuta musical e a garantia do resgate de vivências lúdicas sonoras, que remetem a memória que são os critérios necessários para resgatar o lugar do pertencimento social da arte musical e constituem as condições para potencializar um processo de vivência criativo, e ocupar o

espaço para o qual tem sido chamado na transmissão cultural das novas gerações.

#### 4. REFERÊNCIAS

BRÉSIA, Vera Lucia Pessagno, **Educação Musical: bases psicológicas e ação preventiva**. Campinas, SP, Átomo, 2009.

BRITO, Teca Alencar, **Música na Educação Infantil**, São Paulo, ed. Peirópolis, 2003.

BNCC, **Base Nacional Curricular Comum**, Ministério da Educação, Brasília DF, 2018.

PIAGET, Jean, **A Formação do Símbolo na Criança**, Rio de Janeiro, Guanabara, 2000.

PIAGET, Jean, **A Psicologia da Inteligência**. São Paulo, Ática, 2008.

VYGOTSKY, L.S., **Educational Psychology Boca Ratom**, Florida, St. Luise Press, 1997.

VYGOTSKY, L.S., **Psicologia da Arte**, São Paulo, ed. Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L.S., **Formação Social da Mente**, São Paulo, ed. Martins Fontes, 2003.



# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Faesps

e-ISSN: 2675-1186

## TEMPOS E ESPAÇOS - O OLHAR DO PROFESSOR NA ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DO BRINCAR

CRISTIANE DE SOUZA

### RESUMO

Este artigo propõe-se a discutir a importância da elaboração e organização dos tempos e espaços de brincar na educação infantil e seus reflexos nos desenvolvimentos dos bebês. A organização dos tempos e espaços quando se dá de forma conjunta oportunizam aos bebês e crianças pequenas o desenvolvimento de diversas habilidades como motoras, físicas, psicológicas e intelectuais. Assim, organizar e planejar a rotina e suas materialidades, intenções e funcionalidades, pensando sobre o espaço como campo de aprendizagem, faz com que os bebês se desenvolvam de forma integral e com equidade, tendo na escola de educação infantil um espaço para construção de aprendizagens significativas e construção da autonomia. O presente trabalho foi realizado a partir de uma análise bibliográfica.

Palavras-chave - tempos e espaços - educação infantil - organização

### ABSTRACT

This article aims to discuss the importance of elaborating and organizing playtimes and spaces in early childhood education and their impact on babies' development. The organization of playtimes and spaces, when done together, provides babies and young children with opportunities to develop various skills such as motor, physical, psychological, and intellectual skills. Thus, organizing

and planning the routine and its materials, intentions, and functionalities, thinking about space as a learning field, enables babies to develop comprehensively and equitably, with the early childhood education setting serving as a space for building meaningful learning experiences and autonomy. This study was conducted based on a bibliographical analysis.

Keywords - playtimes and spaces - early childhood education - organization

## 1. INTRODUÇÃO

A organização do tempo e espaço em um ambiente educacional não se resume apenas a uma questão logística. Na verdade, esses elementos têm um profundo impacto no desenvolvimento cognitivo, emocional, social e físico das crianças. O ambiente físico da sala de aula, os materiais disponíveis, a rotina diária e a distribuição do tempo são todos fatores que afetam diretamente a qualidade da experiência educacional das crianças.

Os espaços de aprendizagem na educação infantil devem ser projetados levando em consideração as necessidades e interesses das crianças. Um ambiente bem-organizado oferece oportunidades para a exploração, descoberta, interação e criatividade. Isso inclui áreas claramente definidas para diferentes tipos de atividades, como leitura, jogos simbólicos, arte e manipulação de materiais.

Além disso, a disposição dos móveis e materiais deve ser pensada de forma a promover a autonomia e a independência das crianças, permitindo que elas tenham fácil acesso aos recursos necessários para suas atividades.

Assim como a organização do espaço, a gestão do tempo na educação infantil é fundamental para criar um ambiente de aprendizagem eficaz. Uma rotina bem estruturada proporciona segurança e previsibilidade para as crianças, ajudando a reduzir a ansiedade e promovendo um ambiente propício para a concentração e o engajamento.

Além disso, o tempo deve ser utilizado de forma flexível, permitindo que as crianças tenham tempo suficiente para explorar e se aprofundar em suas atividades, sem se sentirem apressadas ou pressionadas.

Nesse contexto, o papel do professor é fundamental. É o olhar atento e sensível que permite identificar as necessidades individuais de cada criança e adaptar o ambiente e as atividades de acordo. Isso requer uma observação constante e uma compreensão profunda do desenvolvimento infantil.

O professor também desempenha um papel ativo na co-construção do ambiente educacional, envolvendo as crianças na organização e manutenção dos espaços e na definição das rotinas diárias. Isso promove um senso de pertencimento e responsabilidade, além de desenvolver habilidades sociais e de colaboração.

## 2. Organização de espaços desafiadores e estimulantes

Os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulista em sua dimensão 6 que trata do Ambiente educativo: Tempos, Espaços e Materiais e aborda o quanto é fundamental prover espaços desafiadores que estimulem o desenvolvimento de bebês e crianças pequenas requer uma abordagem cuidadosa e intencional, levando em consideração suas necessidades de desenvolvimento em diversas áreas, como cognitiva, física, emocional e social.

“A organização dos ambientes, os usos dos tempos, a seleção e oferta de materiais articulados Às experiências de aprendizagens propostas aos bebês e crianças refletem concepções de educação e cuidados presentes no cotidiano das Unidades Educacionais”. (Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulista, 2016, p 49)

Aqui estão algumas sugestões de estratégias para propiciar ambientes enriquecedores e desafiadores:

- **Espaços Seguros e Estimulantes:** Certifique-se de que o ambiente esteja seguro, livre de objetos perigosos e com materiais adequados para a idade das crianças. Ofereça uma variedade de brinquedos e materiais sensoriais que estimulam os sentidos, como texturas diferentes, cores vibrantes e sons interessantes.
- **Áreas de Exploração:** Crie áreas específicas para diferentes tipos de atividades, como áreas de exploração sensorial, áreas de movimento livre, áreas de leitura e áreas de manipulação de objetos. Isso permite que as crianças escolham as atividades que mais lhes interessam e se envolvam em experiências de aprendizagem variadas.

- **Promoção da Autonomia:** Disponibilize materiais que incentivem a autonomia e a independência, como brinquedos que as crianças possam manipular facilmente, acesso a áreas seguras onde possam explorar livremente e oportunidades para tomar decisões sobre suas atividades.
- **Desafios Adequados:** Ofereça atividades e materiais que apresentem um grau apropriado de desafio para cada criança, levando em consideração seu nível de desenvolvimento. Isso pode incluir quebra-cabeças simples, brinquedos de encaixe, blocos de construção e jogos de classificação.
- **Rotatividade de Materiais:** Mantenha os materiais e brinquedos em constante rotação para manter o interesse das crianças. Introduza novos materiais regularmente e ofereça oportunidades para explorar e experimentar.
- **Promoção da Criatividade:** Incentive a criatividade e a expressão artística, oferecendo uma variedade de materiais de arte e oportunidades para criar livremente. Isso pode incluir pintura, desenho, modelagem com massinha e colagem.
- **Interação e Socialização:** Projete o espaço de forma a facilitar a interação e a socialização entre as crianças, criando áreas para brincadeiras em grupo, como casinhas, cantinhos de leitura compartilhada e espaços para jogos cooperativos.
- **Observação e Adaptação:** Observe atentamente as reações e interesses das crianças e adapte o ambiente conforme necessário para atender às suas necessidades em constante mudança. Esteja aberto a experimentar novas ideias e ajustar o espaço conforme o feedback das crianças.

Ao implementarmos estratégias, nós educadores podemos criar ambientes desafiadores e estimulantes que promovam o desenvolvimento holístico das crianças, permitindo que elas explorem, descubram e aprendam de maneira ativa e envolvente.

### 3. Organização do tempo e da rotina

- A organização do tempo e da rotina de bebês e crianças pequenas é fundamental para promover um ambiente seguro, previsível e estimulante. Contudo é imprescindível estabelecer uma relação próxima de confiança e entender a dinâmica e o ritmo dos bebês. Assim, algumas diretrizes podem auxiliar na criação de uma rotina saudável, como nos aponta os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana, 2016 na página 49: “Quando se entende a construção do



tempo como aquisição psicológica e sociocultural, deve-se romper com estruturas rígidas, mecânicas e absolutas de organização do tempo destinado a diferentes linguagens em diferentes ambientes. Advém daí a importância de se levar em conta a singularidade de bebês e crianças que frequentam as instituições de educação infantil”.

É importante estabelecer uma rotina consistente, bebês e crianças pequenas se beneficiam de rotinas consistentes, pois isso proporciona previsibilidade e segurança. Mantenha horários regulares para alimentação, sonecas, atividades de aprendizagem, brincadeiras e momentos de cuidados pessoais, como troca de fraldas.

Outro ponto essencial de atenção é a flexibilidade, pois embora seja importante ter uma rotina, também é essencial ser flexível e adaptar-se às necessidades e interesses das crianças. Esteja aberto a mudanças e ajustes conforme necessário para garantir que a rotina seja eficaz e satisfatória para todas as crianças envolvidas. Priorize as necessidades individuais: embora seja importante manter uma rotina geral, esteja atento às necessidades individuais de cada criança. Algumas crianças podem precisar de mais tempo para dormir, enquanto outras podem ficar mais cansadas mais cedo. Ajuste a rotina conforme necessário para atender às necessidades de sono, alimentação e atividade de cada criança.

Organizar tempo suficiente para exploração e brincadeiras, é outro ponto importante, pensar períodos de tempo ao longo do dia para que as crianças possam explorar livremente, brincar e se envolver em atividades de aprendizagem dirigida e livres, é necessário para promover o desenvolvimento cognitivo, motor, social e emocional das crianças.

Alternar entre atividades mais calmas e tranquilas, como leitura de histórias e música suave, e atividades mais ativas, como brincadeiras ao ar livre e jogos de movimento, ajuda as crianças a manter um equilíbrio saudável entre momentos de foco e relaxamento.

O professor também deve incentivar a independência das crianças, oferecendo oportunidades para que elas realizem atividades por conta própria, como se vestir, escolher brinquedos e ajudar nas tarefas do dia a dia. Isso ajuda a desenvolver habilidades de autocuidado e autoconfiança. Assim como incluir momentos de interação e socialização, reservando tempo para atividades em grupo, como brincadeiras compartilhadas, cantar músicas juntos e participar de

atividades de arte colaborativas. Imprescindíveis para promover habilidades sociais, como compartilhar, cooperar e se comunicar.

Ao organizar o tempo e a rotina de bebês e crianças pequenas de maneira cuidadosa e intencional, os educadores podem criar um ambiente propício para o desenvolvimento saudável e o bem-estar emocional das crianças, promovendo aprendizado, autonomia e felicidade.

#### 4. O OLHAR DO PROFESSOR NA ORGANIZAÇÃO DE ESPAÇOS DE CUIDADO E APRENDIZAGEM.

O olhar do professor desempenha um papel crucial na organização de espaços de cuidado e aprendizagem na educação infantil. É através desse olhar atento e sensível que o ambiente educacional pode ser moldado para atender às necessidades individuais das crianças, promovendo um desenvolvimento holístico e significativo. O olhar do professor é fundamental para observar e compreender as necessidades, interesses e habilidades das crianças. Isso permite que o ambiente seja adaptado para fornecer estímulos adequados que promovam o desenvolvimento integral de cada criança.

“Cabe às educadoras e educadores estarem presentes nos momentos de brincadeiras e atentos à organização dos tempos, espaços e materiais disponíveis para interagir com bebês e crianças, mas também possibilitar espaços para que eles se organizem a partir do que lhes é ofertado, promovendo experiências de relações significativas.”(Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana, 2016, p 41)

Com base na observação das crianças, o professor pode criar ambientes que ofereçam uma variedade de materiais, recursos e atividades que estimulem a curiosidade, a criatividade e a exploração. Isso inclui áreas para brincadeiras sensoriais, jogos simbólicos, leitura, arte, música e movimento. O olhar atento permite organizar o espaço físico de forma a promover a segurança, a acessibilidade e a autonomia das crianças. Isso envolve a disposição dos móveis, a seleção e organização dos materiais, a criação de áreas distintas para diferentes tipos de atividades e a garantia de que o ambiente seja acolhedor e convidativo.

O professor pode organizar o espaço de forma a facilitar a interação entre as crianças, promovendo oportunidades para brincadeiras em grupo, trabalhos colaborativos e comunicação. Isso contribui para o desenvolvimento de

habilidades sociais, emocionais e de linguagem, além de promover um senso de pertencimento e comunidade.

Ao observar as crianças em ação, o professor pode identificar necessidades e maneiras de promover a autonomia e a independência, oferecendo oportunidades para que as crianças tomem decisões, resolvam problemas e cuidem de si mesmas e de seu ambiente. Esse olhar atento não se limita apenas à organização inicial do espaço, mas também envolve uma avaliação contínua para garantir que o ambiente continue atendendo às necessidades das crianças e promovendo equidade. Isso pode envolver ajustes na disposição dos materiais, na introdução de novas atividades ou na criação de áreas adicionais conforme necessário.

## 5. CONCLUSÃO

A organização dos tempos e espaços na educação infantil é muito mais do que uma questão de logística. É um elemento essencial para promover um ambiente de aprendizagem rico e estimulante, que atenda às necessidades individuais de cada criança. O olhar do professor na organização de espaços de cuidado e aprendizagem na educação infantil é essencial para criar ambientes que sejam acolhedores, estimulantes e significativos para o desenvolvimento das crianças. É através desse olhar atento e cuidadoso que o ambiente educacional se torna um lugar onde as crianças podem explorar, descobrir e aprender em seu próprio ritmo e de maneira plena, garantindo que o ambiente educacional seja verdadeiramente inclusivo, equitativo, acolhedor e enriquecedor para todas as crianças.

É importante frisar que o espaço de aprendizagem tem papel fundamental no desenvolvimento infantil e também é necessário promover adequações de estrutura e materiais a cada faixa etária.

## 6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretaria de Educação

Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME. - Base Nacional Comum Curricular. - Brasília: MEC, 2018

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana. - São Paulo: SME/ DOT, 2016

ZAVALLONI, Gianfranco - A Pedagogia do Caracol: por uma escola lenta e não violenta - Coordenação Margareth Brandini Park, Renata Holmuth Motta; Tradução Renata Holmuth Motta. - 1 ed., 3. reimpressão - Americana [SP]: Adonis, 2023

OLIVEIRA, Taciane Natacia Silva - A Importância Da Organização Dos Espaços De Aprendizagem Na Educação Infantil - Revista Científica Eletrônica De Ciências Aplicadas Da FAIT, - Ano VII v 13, n 2, dezembro, 2018. disponível em: [http://fait.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/4vxUd1ZBCXaeZNO\\_2020-6-19-18-45-5.pdf](http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/4vxUd1ZBCXaeZNO_2020-6-19-18-45-5.pdf) > Acesso em: 23 de fevereiro de 2024



# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

## O BRINCAR NA NATUREZA - NOSSA HERANÇA ANCESTRAL

CRISTIANE DE SOUZA

### Resumo

O Brasil possui uma grande diversidade de povos indígenas, cada um com suas próprias tradições e brincadeiras. Ao longo deste artigo vamos investigar algumas características marcantes das brincadeiras dos povos originários e a sua estreita relação com a natureza. Muitos desses jogos envolviam a observação e interação com elementos naturais, como animais, plantas, rios e montanhas. Além disso, as brincadeiras indígenas com elementos da natureza representam uma forma única e valiosa de expressão cultural e conexão com o ambiente natural. Elas são uma manifestação da sabedoria e da criatividade dos povos originários, transmitindo ensinamentos e valores que são essenciais para a preservação da diversidade cultural e ambiental do nosso planeta.

Ao brincar com a natureza e explorar espaços abertos como florestas, praias, parques e campos, as crianças são incentivadas a usar sua imaginação para criar mundos inteiros e histórias fascinantes, desenvolvendo habilidades sensoriais e motoras, valorizando, conhecendo e respeitando o mundo natural, enquanto apreciam momentos de diversão, aprendizado e conexão com o ambiente ao nosso redor. O presente trabalho foi realizado a partir de uma análise bibliográfica e experiências compartilhadas em documentários produzidos.

Palavras-chave - brincadeiras indígenas - natureza - cultura

### Abstract

Brazil boasts a rich diversity of indigenous peoples, each with their own traditions and games. Throughout this article, we will explore some notable characteristics of indigenous games, particularly their close relationship with nature. Many of these games involve observation and interaction with natural elements such as animals, plants, rivers, and mountains. Furthermore, indigenous games with natural elements represent a unique and valuable form of cultural expression and connection to the natural environment. They manifest the wisdom and creativity of indigenous peoples, conveying teachings and values essential for preserving the cultural and environmental diversity of our planet.

By playing with nature and exploring open spaces like forests, beaches, parks, and fields, children are encouraged to use their imagination to create entire worlds and fascinating stories. This fosters the development of sensory and motor skills while instilling an appreciation, understanding, and respect for the natural world. Simultaneously, they enjoy moments of fun, learning, and connection with the environment around us. This study was conducted based on a bibliographical analysis and shared experiences documented in produced documentaries.

Keyword - indigenous games - natural - culture

## 1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, diversas culturas indígenas desenvolveram brincadeiras e jogos que estavam intrinsecamente ligados ao ambiente natural em que viviam. Essas práticas lúdicas não apenas proporcionam entretenimento, mas também desempenhavam um papel fundamental na transmissão de conhecimentos, valores e habilidades essenciais para a sobrevivência dentro de seus ecossistemas.

Uma das características marcantes das brincadeiras dos povos originários é a sua estreita relação com a natureza. Muitos desses jogos envolviam a observação e interação com elementos naturais, como animais, plantas, rios e montanhas. Por exemplo, entre os povos nativos americanos, havia jogos que imitavam o comportamento de animais, como o jogo do "caçador e da presa",

que não apenas ensinava habilidades de caça, mas também promovia um profundo respeito e compreensão pela fauna local.

Além disso, as brincadeiras dos povos originários muitas vezes tinham um propósito educativo, ensinando habilidades essenciais para a vida cotidiana. Por exemplo, jogos que envolviam o rastreamento de animais ou a identificação de plantas comestíveis não só proporcionavam diversão, mas também transmitiam conhecimentos importantes sobre sobrevivência e sustento.

A influência dessas brincadeiras na forma como interagimos com a natureza ainda é evidente nos dias de hoje. Muitas das atividades recreativas ao ar livre, como acampar, fazer trilhas, pescar e observar pássaros, têm raízes nas práticas tradicionais dos povos originários. Essas atividades nos conectam mais intimamente com o ambiente natural, promovendo um senso de apreciação, cuidado e responsabilidade ambiental.

As brincadeiras com a natureza têm um papel fundamental no desenvolvimento infantil. Estudos mostram que o contato regular com ambientes naturais durante a infância está associado a uma série de benefícios para a saúde física, mental e emocional das crianças. Brincar ao ar livre estimula a criatividade, promove a autonomia e ajuda a desenvolver habilidades sociais e emocionais, além de cultivar um senso de admiração e respeito pela natureza.

## 2. AS BRINCADEIRAS INDÍGENAS E O PAPEL SOCIAL E CULTURAL DOS JOGOS

As brincadeiras indígenas são um reflexo da profunda conexão que os povos originários têm com a natureza. Ao longo dos séculos, essas culturas desenvolveram uma variedade de jogos e atividades que incorporam

elementos naturais de seus ambientes, proporcionando não apenas entretenimento, mas também educação, socialização e conexão espiritual com o mundo ao seu redor.

Uma característica marcante das brincadeiras indígenas é a utilização de recursos naturais como parte integrante do jogo. Por exemplo, em muitas comunidades, é comum encontrar jogos que envolvem o uso de elementos como pedras, galhos, folhas, sementes, penas, entre outros. Esses materiais são abundantemente encontrados na natureza e são habilmente incorporados pelos povos indígenas em suas atividades lúdicas.

Além disso, muitas brincadeiras indígenas são inspiradas diretamente pela observação e imitação dos fenômenos naturais. Por exemplo, há jogos que reproduzem os movimentos de animais, como o voo de pássaros ou a caça de animais selvagens, como no jogo de tabuleiro “jogo da onça” que estimula o raciocínio lógico com elementos do dia a dia das crianças e suas comunidades. Um dos povos indígenas que o praticavam são os bororos. O povo Bororo com autodenominação "Boe" jogou este jogo no passado, antes mesmo da colonização portuguesa, antes do contato com não indígenas. Essas atividades não apenas proporcionam diversão, mas também ensinam habilidades de observação, concentração e coordenação motora, além de promoverem um profundo respeito e admiração pela vida selvagem.

Outro aspecto importante das brincadeiras indígenas é o seu caráter coletivo e comunitário. Muitos jogos são realizados em grupo, envolvendo a participação de várias pessoas de diferentes idades e habilidades. Essas atividades fortalecem os laços sociais dentro da comunidade, promovendo a cooperação, o trabalho em equipe e o senso de pertencimento.

Além de proporcionarem diversão e entretenimento, as brincadeiras indígenas desempenham um papel educativo fundamental. Elas transmitem conhecimentos ancestrais, valores culturais e habilidades práticas essenciais



para a vida cotidiana. Por exemplo, jogos que envolvem a caça, a pesca ou a coleta de alimentos ensinam técnicas de sobrevivência e sustento, enquanto atividades que imitam rituais e mitos ancestrais transmitem tradições e crenças espirituais.

Em suma, as brincadeiras indígenas com elementos da natureza representam uma forma única e valiosa de expressão cultural e conexão com o ambiente natural. Elas são uma manifestação da sabedoria e da criatividade dos povos originários, transmitindo ensinamentos e valores que são essenciais para a preservação da diversidade cultural e ambiental do nosso planeta. Valorizar e respeitar essas tradições é fundamental para promover o reconhecimento e a valorização da riqueza cultural e ambiental das comunidades indígenas e para inspirar um maior cuidado e respeito pela natureza em todas as sociedades.

O Brasil possui uma grande diversidade de povos indígenas, cada um com suas próprias tradições e brincadeiras. Aqui estão alguns exemplos de brincadeiras e brinquedos indígenas presentes no Brasil:

- Arco e flecha: Utilizado por várias tribos indígenas para caça e também em competições e jogos de precisão. As crianças indígenas aprendem a fazer flechas de brinquedo, que podem ser usadas em jogos simulando caça ou batalhas.
- Peteca: Feita com penas, sementes ou areia e couro, a peteca é jogada de um lado para o outro em um jogo de cooperação ou competição.
- Cerâmica: Em muitas tribos, a cerâmica é uma arte tradicional e as crianças frequentemente participam da confecção de pequenas peças como brinquedos.
- Cordas e saltos: Brincadeiras com cordas são comuns entre os povos indígenas, envolvendo saltos individuais ou em grupo.
- Instrumentos musicais: Em várias comunidades indígenas, as crianças aprendem a confeccionar e tocar instrumentos musicais tradicionais, como flautas, maracás e tambores.

- Brinquedos feitos com materiais naturais: As crianças indígenas frequentemente criam seus próprios brinquedos utilizando materiais encontrados na natureza, como gravetos, tocos de madeira, folhas, sementes e pedras.
- Brincadeiras aquáticas: Em regiões onde há rios e lagos, as crianças indígenas costumam brincar em atividades aquáticas, como nadar, pescar e construir pequenas canoas.
- Jogos de estratégia: Alguns povos indígenas têm jogos de tabuleiro ou jogos de estratégia que são passados de geração em geração, ensinando habilidades de raciocínio e planejamento, como o jogo da onça.
- Jogos de equipe com ou sem material como: cabo de guerra - a ideia é fazer com que os adversários ultrapassem a linha do chão que divide o território de cada equipe, para isso, utiliza-se bastante força para puxar a corda; arranca mandioca - uma criança fica agarrada a uma árvore e se forma um fila atrás dela, o "colhedor de mandioca tem que tentar colher o maior número, puxando os amigos agarrados à fila ; bola - alguns povos indígenas têm jogos tradicionais de bola, como o "xikunahity", praticado pelos índios Xikrin, no qual os jogadores devem passar a bola por cima de uma corda sem deixá-la cair.

Esses são apenas alguns exemplos de brincadeiras e brinquedos indígenas presentes no Brasil, e cada grupo étnico possui suas próprias tradições e práticas lúdicas que refletem sua cultura e relação com o ambiente natural. O instituto Alana desenvolveu um vasto trabalho de pesquisa e reúne vídeos, fotos, textos e documentários que proporcionam um encontro com a criança brasileira trazendo um novo olhar sobre a cultura do brincar. Podemos não só conhecer brincadeiras sobre uma nova perspectiva, como também, encontramos brincadeiras que eram populares da infância da criança urbana.

### 3. DESENVOLVIMENTO DA CRIATIVIDADE E IMAGINAÇÃO

Os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulista em sua dimensão 4 aborda as Interações e o papel crucial do adulto em ofertar experiências culturais e vivências com o ambiente promovendo experiências significativas:

“Cada criança, ao nascer, passa a fazer parte da sociedade que é inserida em contextos diferentes. Como ator social, sujeito histórico e cultural é constituído pelas experiências e, ao mesmo tempo, influencia o meio em que vive. As formas de estar no mundo são manifestadas nas relações e nas experiências cotidianas vivenciadas.” (Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulista, 2016, p 41)

Assim é importante pensar no ambiente natural como um verdadeiro tesouro para o desenvolvimento da criatividade e imaginação das crianças. Ao explorar espaços abertos como florestas, praias, parques e campos, as crianças são incentivadas a usar sua imaginação para criar mundos inteiros e histórias fascinantes. Aqui estão algumas sugestões de maneiras pelas quais o ambiente natural estimula a criatividade e a imaginação das crianças:

### 3.1 Estímulo à Criatividade e Imaginação:

**Exploração de Ambientes Diversificados:** A natureza oferece uma ampla gama de ambientes, cada um com suas próprias características e desafios. Isso encoraja as crianças a imaginar e criar cenários únicos para suas brincadeiras. Por exemplo, uma floresta densa pode se transformar em um reino encantado, enquanto uma praia vasta pode ser o cenário perfeito para uma aventura de piratas.

**Liberdade para Explorar e Experimentar:** Em espaços naturais, as crianças têm a liberdade de explorar e experimentar sem restrições. Isso permite que elas usem sua imaginação para criar novas formas de brincadeira e experimentação. Por exemplo, uma simples poça de água pode se transformar

em um laboratório científico improvisado, onde as crianças podem fazer experiências e descobrir novos fenômenos naturais, criar misturas e diferentes texturas com folhas, barro, água ou argila.

**Interconexão com a Natureza:** O contato regular com a natureza ajuda as crianças a desenvolver um senso de conexão e respeito pelo meio ambiente. Isso as inspira a criar brincadeiras e atividades que reflitam essa conexão, como construir abrigos para animais ou criar arte com materiais naturais encontrados no ambiente.

### 3.2 Incentivo ao Jogo Simbólico e Pensamento Criativo:

**Transformação de Elementos Naturais em Brinquedos Improvisados:** As crianças são mestres na arte de transformar elementos naturais em brinquedos improvisados. Uma simples vara pode se tornar uma espada mágica, uma pedra pode se transformar em um tesouro escondido e um galho pode ser usado como varinha mágica, folhas e pequenos gravetos viram um sopa. Essa capacidade de transformar elementos naturais em brinquedos estimula a criatividade e a imaginação das crianças.

**Criação de Cenários e Narrativas:** Os espaços naturais oferecem um ambiente perfeito para a criação de cenários e narrativas imaginativas. As crianças podem inventar histórias complexas e criar personagens fictícios para suas brincadeiras. Por exemplo, uma simples caminhada na floresta pode se transformar em uma expedição épica em busca de tesouros perdidos, com os participantes desempenhando diferentes papéis e contribuindo para a narrativa.

**Experimentação Espontânea e Criativa:** O ambiente natural oferece oportunidades para a experimentação espontânea e criativa. As crianças podem criar suas próprias regras e inventar novas formas de brincar, sem a necessidade de instruções ou direcionamento externo. Isso estimula o pensamento criativo e encoraja as crianças a explorar novas possibilidades.

Exemplos de Brincadeiras Criativas na Natureza:

- Construção de castelos de areia em uma praia.
- Criação de uma trilha de aventura em uma floresta, com obstáculos naturais para superar.
- Montagem de uma feira de pedras e conchas em uma margem de rio.
- Representação de uma peça teatral improvisada em um campo aberto.

Esses exemplos ilustram como o ambiente natural oferece um espaço fértil para o desenvolvimento da criatividade e imaginação das crianças. Ao explorar e interagir com a natureza, as crianças são inspiradas a criar mundos inteiros e histórias fascinantes, desenvolvendo habilidades de pensamento criativo que serão inestimáveis ao longo de suas vidas.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje encontramos uma série de espaços para além do asfalto nas cidades: “os quintais brincantes”, que propõe esse resgate da infância, proporcionando contato com o mundo natural, a nossa herança ancestral. Esses espaços trazem o brincar livre e com a natureza, resgate de jogos e brincadeiras populares que para muitas crianças se perderam em meio a vida cotidiana e falta de espaço nos seus lares.

As brincadeiras dos povos originários têm exercido uma influência duradoura nas nossas interações com a natureza. Elas nos ensinam a valorizar e respeitar o mundo natural, enquanto nos proporcionam momentos de diversão, aprendizado e conexão com o ambiente ao nosso redor. É importante reconhecer e honrar essa herança cultural, integrando esses ensinamentos em nossas vidas cotidianas e incentivando futuras gerações a cuidar e apreciar a beleza e a riqueza da natureza.

## 5. REFERÊNCIAS

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana. - São Paulo: SME/ DOT, 2016

FRIEDMANN, Adriana - O Brincar na Educação Infantil: Observação , adequação e inclusão - 1. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2012

SANTOS, Zemilda - CRIANÇA E A EXPERIÊNCIA AFETIVA COM A NATUREZA - Editora APPRIS - 1. ed. 2021

SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria dos Centros Educacionais Unificados. Jogo da onça. [livro digital] – São Paulo : SME / COCEU, 2020. (Coleção Jogos de Tabuleiro, v. 2).

QUINTAIS BRINCANTES - Sobrevoos por vivências educativas brasileiras - 2022 - Pesquisa disponível em: <[Quintais Brincantes - Sobrevoos por Vivências Educativas Brasileiras \(criancaenatureza.org.br\)](http://criancaenatureza.org.br)> Acesso em: 23/01/24

INSTITUTO ALANA: - Territorio do Brincar: <https://territoriodobrincar.com.br/> Acesso em: 20 de janeiro de 2024

INSTITUTO ALANA: - Criança e Natureza - <https://criancaenatureza.org.br/> Acesso em: 20 de janeiro de 2024

REVISTA TODA MATÉRIA - <https://www.todamateria.com.br/brincadeiras-indigenas/> Acesso em: 20 de janeiro de 2024



# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

## **BRINCAR NA NATUREZA - SEUS BENEFÍCIOS PARA SAÚDE E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA**

CRISTIANE DE SOUZA

### **RESUMO**

O brincar na natureza não é apenas uma atividade recreativa, mas uma parte essencial do desenvolvimento saudável das crianças. É através do contato com o mundo natural que as crianças desenvolvem uma compreensão mais profunda do ambiente e de si mesmas, cultivando uma conexão duradoura com a natureza que perdurará ao longo da vida. Portanto, é fundamental reconhecer e valorizar a importância do brincar na natureza como uma prática essencial para o crescimento e o bem-estar das gerações futuras.

Neste artigo, exploraremos como o contato com a natureza estimula os sentidos das crianças e contribui para seu processo educativo. Ao mergulhar nas riquezas sensoriais oferecidas pelo ambiente natural, as crianças desenvolvem uma compreensão mais profunda do mundo ao seu redor, expandem sua criatividade e imaginação, fortalecem seus laços sociais e cultivam uma conexão mais profunda com o meio ambiente. Examinar esses aspectos nos permitirá compreender melhor por que o brincar na natureza não é apenas uma atividade recreativa, mas uma parte essencial do crescimento e desenvolvimento saudáveis das crianças. O presente trabalho foi realizado a partir de uma análise bibliográfica.

Palavras-chaves: brincar na natureza - saúde - educação

### **Abstract**

Play in nature is not just a recreational activity but an essential part of children's healthy development. It is through contact with the natural world that children

develop a deeper understanding of the environment and themselves, fostering a lasting connection with nature that will endure throughout their lives. Therefore, it is crucial to recognize and value the importance of playing in nature as an essential practice for the growth and well-being of future generations.

In this article, we will explore how contact with nature stimulates children's senses and contributes to their educational process. By immersing themselves in the sensory richness offered by the natural environment, children develop a deeper understanding of the world around them, expand their creativity and imagination, strengthen their social bonds, and cultivate a deeper connection with the environment. Examining these aspects will allow us to better understand why playing in nature is not just a recreational activity but an essential part of children's healthy growth and development. This study was conducted based on a bibliographical analysis.

Keywords: playing in nature - health - education

## 1- INTRODUÇÃO

No mundo moderno, onde telas e tecnologia muitas vezes dominam o cotidiano das crianças, o simples ato de brincar na natureza pode parecer algo antiquado ou até mesmo dispensável. No entanto, estudos e observações demonstram que o brincar na natureza desempenha um papel vital no desenvolvimento das crianças pequenas, influenciando não apenas sua saúde física, mas também seu bem-estar emocional, cognitivo e social. Nesta era de urbanização rápida e desconexão com o meio ambiente, é fundamental reconhecer a importância de proporcionar às crianças oportunidades significativas de explorar e interagir com o mundo natural que as cerca.

## 2. A CRIANÇA E A NATUREZA

Em um passado não muito distante, o quintal de casa era um mundo repleto de possibilidades para as crianças. A geração atual de pais e mães, em sua maioria, teve a oportunidade de correr livremente pelo pátio durante a infância, explorar os espaços externos, brincar com areia, barro, água e grama, subir em árvores e andar de bicicleta pelo bairro.

Você já pensou em quantas habilidades foram desenvolvidas e quantos lições de vida aprendeu nesses momentos? E o que nossos filhos estão perdendo por não vivenciarem essas experiências no dia a dia? Vivendo em



apartamentos e casas cada vez menores, as novas gerações têm experimentado uma imersão virtual e deixando de viver experiências, saber como é bom e faz bem conviver com a natureza e o outro.

O que vemos hoje, principalmente em capitais e grandes centros urbanos, é uma infância sem liberdade, em que as crianças vivem rodeadas de prédios, carros, asfalto, restritas a playgrounds de condomínios e que preferem jogos online e videogame às atividades ao ar livre. Com as diversas opções tecnológicas de lazer e a redução de áreas verdes nas cidades, o distanciamento das crianças da natureza se torna uma realidade cada vez mais preocupante.

Precisamos buscar espaços naturais e proporcionar o convívio com o mundo natural. Ao explorar os elementos que compõe a natureza, como terra, areia, árvores, pedras, graveto, entre outros, as crianças percebem suas características, fazem comparações, descobrem e identificam as sensações, aprendem sobre a própria existência, o ciclo da vida e a importância de respeitar o meio ambiente.

O interesse natural da criança é um convite à natureza e a todo o encantamento e beleza que ela proporciona. Através do ambiente natural a criança vai aprender a respeitar, cuidar e perceber a relevância deste espaço para ele e sua comunidade. estimula os cinco sentidos, dessa forma é preciso frisar o quão importante é oportunizar o contato delas com o meio ambiente.

A conexão com a natureza traz muitos benefícios para a saúde e colabora com o desenvolvimento integral da criança: intelectual, emocional, social e físico. Esse contato pode reduzir significativamente o estresse e até a ocorrência de condições como obesidade infantil, colaborando para amenizar sintomas de Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade.

Ao explorar os elementos que compõe a natureza, como terra, areia, árvores, pedras, graveto, entre outros, as crianças percebem suas características, fazem comparações, descobrem e identificam as sensações, aprendem sobre a própria existência, o ciclo da vida e a importância de respeitar o meio ambiente.

### 3. BENEFÍCIOS DO BRINCAR NA NATUREZA PARA AS CRIANÇAS

É importante frisar que o cuidado com o bem estar e saúde não podem se restringir à saúde física, mas também à afetiva e intelectual. O brincar na natureza é uma prática essencial para o desenvolvimento saudável e integral

das crianças, essa conexão com a natureza traz muitos benefícios para a saúde e colabora para o desenvolvimento integral da criança: *intelectual, emocional, social e físico*, além de contribuir para felicidade e bem-estar.

### 3.1 Benefícios Físicos:

Aumento da Atividade Física: Brincar ao ar livre geralmente envolve atividades que incentivam o movimento e o exercício físico, como correr, pular, escalar e explorar. Isso ajuda as crianças a desenvolverem habilidades motoras, fortalecer os músculos e aumentar sua resistência cardiovascular.

- **Exposição à Vitamina D:** A exposição ao sol durante o brincar ao ar livre permite que as crianças absorvam vitamina D, essencial para a saúde dos ossos, sistema imunológico e prevenção de doenças como o raquitismo. A vitamina D também desempenha um papel importante na regulação do humor e na prevenção de doenças crônicas.
- **Redução do Estresse:** O contato com a natureza tem sido associado à redução dos níveis de estresse e ansiedade nas crianças. O ambiente natural oferece uma sensação de calma e tranquilidade, ajudando as crianças a relaxarem e a se desconectarem das pressões do mundo moderno.
- **Desenvolvimento motor:** Brincar ao ar livre proporciona oportunidades para correr, pular, escalar, equilibrar-se e manipular objetos naturais, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades motoras grossas e finas.
- **Exposição ao ar livre:** A exposição ao ar fresco e à luz solar ajuda na síntese de vitamina D, fortalecendo os ossos e sistema imunológico.
- **Promoção da saúde cardiovascular:** O brincar ao ar livre incentiva a atividade física, reduzindo o risco de obesidade infantil e promovendo um estilo de vida ativo desde a infância.

### 3.2 Benefícios Cognitivos:

- **Estímulo à criatividade e imaginação:** O ambiente natural oferece uma variedade de estímulos sensoriais que desafiam a imaginação das crianças, encorajando o jogo simbólico e a criação de narrativas.
- **Exploração científica:** O contato com a natureza estimula a curiosidade das crianças e promove a investigação e a experimentação, permitindo que elas explorem conceitos científicos como ecossistemas, ciclo da água, fenômenos naturais, entre outros.

- Desenvolvimento do raciocínio espacial: Brincar em ambientes naturais requer que as crianças naveguem por terrenos variados, estimulando habilidades de orientação espacial e resolução de problemas.

### 3.3 Benefícios Sociais e Emocionais:

- Fortalecimento dos laços sociais: O brincar na natureza oferece oportunidades para as crianças interagirem umas com as outras em um ambiente não estruturado, promovendo a cooperação, a comunicação e o trabalho em equipe.
- Redução do estresse e ansiedade: A natureza proporciona um ambiente calmante e relaxante, ajudando as crianças a lidarem com o estresse do dia a dia e a desenvolverem habilidades de autorregulação emocional.
- Fomento da empatia e conexão com o meio ambiente: O contato regular com a natureza promove o respeito e apreço pela vida selvagem e pelo meio ambiente, incentivando um senso de responsabilidade e cuidado com o planeta.

“Crianças que brincam ao ar livre são mais saudáveis, criativas, autônomas e felizes. Também se tornam mais dispostas a assumir riscos, podendo se tornar adultos mais resilientes”, destaca a educadora física Verônica Meira, professora da Escola Sesc Palhoça. Segundo a profissional, a interação com a natureza possibilita à criança explorar e descobrir muito mais o mundo à sua volta, de diferentes formas e com mais qualidade de vida, contribuindo para a construção da sua identidade e autoconhecimento.

## 4. ESTÍMULOS SENSORIAIS NA EXPERIÊNCIA NATURAL

O ambiente natural é uma fonte inesgotável de estímulos sensoriais que cativam as mentes curiosas das crianças, proporcionando uma experiência rica e envolvente. Desde os sons suaves do vento nas árvores até a textura áspera da casca de uma árvore, cada elemento da natureza oferece uma oportunidade única para as crianças explorarem e expandirem seus sentidos. O escritor Gian nos chama atenção para o movimento de andar pé, passear pelos territórios como forma de vivenciá-los:

“É a primeira e indispensável maneira de viver em um território, para conhecê-lo bem e profundamente nas suas vicissitudes históricas e geográficas. Fazer isso junto com todos os colegas da turma permite viver emoções, voltar a olhar para detalhes nunca vistos da cabine dos nossos velozes automóveis, sentir perfumes, experimentar sensações que

4.1 Visão: As cores vibrantes das flores, o movimento das folhas ao vento, a interação de luz e sombra em um bosque - o ambiente natural é um festival visual que estimula a curiosidade das crianças e as convida a observar detalhes sutis ao seu redor. O contraste entre o verde exuberante da vegetação e o azul profundo do céu, por exemplo, oferece uma paleta de cores que estimula a percepção visual das crianças, incentivando a exploração e a descoberta.

4.2 Audição: O ambiente natural é uma sinfonia de sons, desde o canto dos pássaros até o murmúrio suave de um riacho. As crianças são naturalmente atraídas pelos sons da natureza, que despertam sua curiosidade e imaginação. O ruído das folhas secas sob os pés, o som reconfortante da chuva caindo suavemente sobre as folhas das árvores - cada som é uma oportunidade para as crianças se conectarem com o mundo ao seu redor de uma maneira única e significativa.

4.3 Tato: O contato direto com elementos naturais oferece uma variedade de texturas que desafiam os sentidos táteis das crianças. A maciez da grama sob os pés descalços, a aspereza da casca de uma árvore, a suavidade das pétalas de uma flor - cada sensação tátil é uma oportunidade para as crianças explorarem o mundo físico e desenvolverem uma compreensão mais profunda de sua própria corporalidade.

4.4 Olfato: O aroma fresco da terra molhada após uma chuva de verão, o perfume doce das flores em um jardim, o cheiro reconfortante de pinheiros em uma floresta - o mundo natural está repleto de fragrâncias que despertam os sentidos olfativos das crianças e evocam memórias duradouras. O olfato desempenha um papel poderoso na formação de conexões emocionais com o ambiente natural, enriquecendo a experiência sensorial das crianças e estimulando sua curiosidade exploratória.

4.5 Paladar: Embora o paladar possa ser menos explorado durante o brincar na natureza, as crianças ainda podem experimentar uma variedade de sabores ao ar livre, especialmente durante atividades como piqueniques ou colheita de frutas silvestres. A doçura de uma fruta madura, a acidez de uma baga silvestre, a frescura de uma hortaliça recém-colhida - cada sabor é uma oportunidade para as crianças explorarem novas sensações gustativas e desenvolverem uma apreciação pela comida e pela natureza.

#### 4.6 Exemplos de Estímulos Sensoriais na Natureza:

O contato com os elementos naturais proporciona logo de início uma investigação por parte da criança. Reunir diversos elementos que vão encontrando ao longo do caminho e organizá-los, depois pensar sobre como conduzir a brincadeira com esses diferentes materiais. Investigar seus cheiros, texturas, diferentes formatos e densidades, adicionar água e terra à brincadeira. São tantas possibilidades que convidam a pensar, criar e imaginar.

- Correr descalço pela grama fresca em uma manhã ensolarada.
- Ouvir o canto dos pássaros ao amanhecer em um passeio matinal pela floresta.
- Sentir a textura áspera da casca de uma árvore ao escalar seus galhos.
- Brincar com a terra molhada modelando bichinhos ou comidinhas no barro
- Cheirar o aroma fresco das flores ou de ervas aromáticas em um jardim.
- Saborear o sabor doce de uma fruta madura colhida diretamente do pé.
- Observar e sentir a textura das folhas em seus diferentes estágios: ainda na planta quando está verde e amarela e as folhas já caídas ao chão, quando estão secas

Esses exemplos ilustram como o contato com elementos naturais como grama, água, terra e flores pode aguçar os sentidos das crianças, proporcionando uma experiência sensorial envolvente que enriquece seu desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social. Ao explorar e interagir com o mundo natural ao seu redor, as crianças desenvolvem uma compreensão mais profunda do ambiente e de si mesmas, cultivando uma conexão duradoura com a natureza que perdurará ao longo da vida.

#### 5. IMPACTOS POSITIVOS NA SAÚDE MENTAL E EMOCIONAL

O brincar na natureza não só proporciona diversão e entretenimento para as crianças, mas também oferece uma série de benefícios significativos para sua saúde física, mental e emocional.

- **Redução da Ansiedade:** o contato regular com a natureza pode reduzir os sintomas de ansiedade nas crianças, proporcionando um ambiente seguro e reconfortante onde elas podem se sentir livres para explorar e se expressar sem medo.
- **Melhoria do Humor:** O brincar na natureza está associado a um aumento nos níveis de felicidade e bem-estar emocional das crianças. A beleza e

serenidade do ambiente natural têm um efeito positivo sobre o humor das crianças, ajudando-as a se sentirem mais relaxadas, contentes e satisfeitas.

- **Desenvolvimento de Resiliência:** O contato com a natureza ajuda as crianças a desenvolverem resiliência emocional, ensinando-lhes a lidar com desafios e adversidades de forma eficaz. Ao enfrentarem situações desconhecidas ao ar livre, as crianças aprendem a se adaptar, superar obstáculos e desenvolver uma maior autoconfiança.

Esses benefícios para a saúde e bem-estar infantil destacam a importância do brincar na natureza como uma prática essencial para promover o desenvolvimento holístico das crianças. Ao oferecer oportunidades regulares para as crianças se conectarem com o mundo natural, pais e educadores podem ajudar a promover uma vida saudável e feliz para as gerações futuras.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, investigamos o papel crucial do brincar na natureza no desenvolvimento integral das crianças. Desde os estímulos sensoriais oferecidos pelo ambiente natural, incluindo visão, audição, tato, olfato e paladar, que enriquecem a experiência das crianças, até o estímulo à criatividade e imaginação das crianças, fica claro que o contato com o mundo natural desempenha um papel fundamental no crescimento saudável e equilibrado das crianças e contribuem para seu desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social.

Exploramos exemplos de como o contato com elementos naturais como grama, folhas, galhos, água, terra e flores aguça os sentidos das crianças e as convida a explorar o mundo ao seu redor de maneira significativa e envolvente.

Além disso, discutimos como o ambiente natural estimula a criatividade e a imaginação das crianças, incentivando o jogo simbólico, a narrativa criativa e a experimentação espontânea. Exploramos exemplos de como as crianças transformam elementos naturais em brinquedos improvisados e cenários para suas brincadeiras, demonstrando como o mundo natural oferece um espaço seguro e inspirador para a expressão criativa e a exploração de novas possibilidades.

Vale destacar que crianças que brincam na natureza têm mais consciência sobre o valor da vida. Ao oportunizar um maior convívio, facilitando o contato da criança com a natureza (como campo, montanhas, rios, parques e praças

locais em sua cidade) e tudo o que a engloba, enriquecemos suas vivências, estimulando-a a valorizar os espaços e apreciar o mundo natural, com respeito e sentimento de pertencimento.

## REFERÊNCIAS:

Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil>

Evangelista, Mahal Massavi e Marull, Yana. A pedagogia da natureza -: Disponível em: <<https://criancaenatureza.org.br/acervo/pedagogia-da-natureza/>>

Sesc: Por uma infância conectada à natureza, 2019. Disponível em: <https://www.sesc-sc.com.br/site/educacao/por-uma-infancia-conectada-a-natureza-crianca-que-brinca-ao-ar-livre-e-mais-ativa-e-feliz>

Barros, Maria Isabel Amando de e Tiriba, Léa - Desemparedamento da infância- A escola como lugar de encontro com a natureza, 2018. Disponível em: <[https://criancaenatureza.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Desemparedamento\\_infancia.pdf](https://criancaenatureza.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Desemparedamento_infancia.pdf)>

TIRIBA, Léa. Crianças, natureza e educação infantil. Tese de Doutorado, Departamento de Educação, PUC-RIO, 2005.

TIRIBA, Léa. Reinventando relações entre seres humanos e natureza nos espaços de Educação Infantil. In: MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel (Org.). Vamos cuidar do Brasil – Conceitos e Práticas em Educação Ambiental na Escola. 1. ed. Brasília: MEC, 2007. p. 219-228.

ZAVALLONI, Gianfranco - A Pedagogia do Caracol: por uma escola lenta e não violenta - Coordenação Margareth Brandini Park, Renata Holmuth Motta; Tradução Renata Holmuth Motta. - 1 ed., 3. reimpressão - Americana [SP]: Adonis, 2023

Criança e Natureza - Entrevista com o Educador Antonio Roque Joaquim: A natureza sempre nos ampara. Disponível em: <<https://criancaenatureza.org.br/pt/entrevistas/natureza-sempre-ampara/>>

Assessoria de imprensa hospital Femina Hospital - Brincadeiras ao ar livre -  
Entrevista com a pediatra Miriane Rondon  
<https://femina.com.br/noticias/ver/173/brincadeiras-ao-ar-livre-beneficiam-desenvolvimento-infantil-durante-as-frias-destaca-pediatra>

Sugestão de sites

Instituto Alana: - Território do Brincar: <https://territoriodobrincar.com.br/>

- Criança e Natureza - <https://criancaenatureza.org.br/>





# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

## A LUDICIDADE E O DESENHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

DANIELA DOS SANTOS

Eixo; Ludicidade, Educação infantil

**Resumo:** - O presente estudo trata das contribuições dos jogos e brincadeiras no processo de aprendizagem motora, partindo do os jogos e brincadeiras são atividades de estimulação capazes de contribuir para o desenvolvimento cognitivo, físico, social e emocional. As brincadeiras e jogos não podem ser vistos apenas como forma de divertimento, mas como meio que contribuem e enriquecem, para o desenvolvimento cognitivo, físico e emocional. Assim temos como objetivo geral demonstrar a importância dos jogos e brincadeiras no processo de aprendizagem motora. E a importância dos educadores de terem em mente os objetivos e os fins dos jogos desenvolvidos, que precisam saber observar as condutas dos educandos para então diagnosticar, avaliar e elaborar estratégias de trabalho; identificando desta forma, as dificuldades e os avanços.

**Palavras-chave:** Jogos, Brincadeira, Ludicidade, Aprendizagem.

**Abstract:** The present study deals with the contributions of games and games in the process of motor, assuming that these pedagogical resources contribute significantly to the learning and development of the educating with the objective to demonstrate that games and games are stimulation activities capable of contributing to cognitive, physical, social and emotional development. Play and games can not be seen merely as a form of entertainment, but as a means of contributing and enriching, for cognitive, physical and emotional development. Thus we have as general objective to demonstrate the importance of games and games in the process of motor learning. And

the importance of educators to keep in mind the goals and objectives of the developed games, which must know how to observe the behaviors of the learners and then diagnose, evaluate and elaborate work strategies; identifying in this way, the difficulties and the advances.

**Keywords:** Skills. Skills, Language, Drawing

## 1. INTRODUÇÃO

Os jogos e brincadeiras utilizadas de forma adequada como recurso pedagógico poderão contribuir para o processo de aprendizagem na educação física, possibilitando assim, desenvolvimento global de habilidades necessárias para processo educativo, compreende o jogo como um dos seus conteúdos clássicos, que proporciona e desenvolve uma educação baseada em um processo criativo, permitindo modificar imaginariamente a realidade como processo educativo.

Desse modo, o presente trabalho aborda a importância dos jogos e das brincadeiras para a aprendizagem considerando-as como um mecanismo adequado à construção do conhecimento, do aparelho sensório-motor, do movimento corporal e o pensamento incentivando o desenvolvimento de suas habilidades operatórias, ao mesmo tempo em que envolve a identificação, observação, comparação, análise, síntese e generalização e desenvolve suas possibilidades e a autoconfiança.

Nessa Concepção, os jogos, geralmente, compara-se a um divertimento, brincadeira, passatempo que obedece à regras observadas durante a realização dessas atividades, contudo sabe-se que o jogo é um processo lúdico e criativo que possibilita ao sujeito da ação modificar imaginariamente a realidade, pois funciona como elo integrador entre os três domínios do conhecimento o psicomotor, cognitivo e o afetivo-social.

Para Piaget, a aprendizagem situa-se ao lado oposto do desenvolvimento, pois geralmente é provocada por situações criadas pelo educador ou é determinada por uma situação interna, sendo assim a tarefa do processo de aprendizagem motora é

maior e tem mais desejo de crescimento pessoal e motivacional quando sente que pode vencer obstáculos. O movimento corporal no espaço e no tempo, e juntamente com a combinação de movimentos grossos ou globais, e com os movimentos finos e assimétricos, como requerem as habilidades específicas, dependendo das experiências vividas nas diversas formas de aprendizagem motora.

A atividade lúdica tem por objetivo proporcionar prazer e divertir ao mesmo tempo, porém também desenvolve no educando habilidades motoras, cognitivas, atenção e movimento. Libâneo (1996) determina que na Educação, o lúdico, pode ser aplicado em todas as atividades, sendo essa uma maneira de aprender/ensinar, despertar o prazer e, assim realiza-se a aprendizagem. O lúdico como ponto educativo é a oportunidade de entender o mundo e obter conhecimento sobre si mesmo. Podemos afirmar que através da brincadeira começa-se a investigar, e resolver suas dúvidas.

Através de uma atividade a criança aprende, porém o educador deve estar bem preparado para trabalhar com educação infantil o brincar não pode ser utilizado como passar tempo, ao contrário deve ser algo que o educador usa para transmitir o ensino de forma eficaz e diferenciado. Nas creches são vários os ambientes, assim as crianças têm várias opções de lugares para adquirirem experiências, uma vez que, a presença de brincadeiras e jogos no processo pedagógico faz incentivar o gosto pela vida.

Diante disso, o brincar se torna uma ferramenta fundamental e necessária ao processo de desenvolvimento humano, o início da vida, o senso lúdico tem papel de grande importância para o ser humano, tanto no início como durante toda sua vida. Assim de acordo com Kishimoto (1994), o lúdico possibilita o estudo da relação da criança com o mundo externo, integrando estudos específicos sobre a importância do lúdico na formação da personalidade.

Através da atividade lúdica e do jogo a criança forma conceitos, estabelecem lógicas, integra percepções, faz estimativas compatíveis com o crescimento físico e desenvolvimento e, o que é mais importante, vai se socializando, os jogos e as brincadeiras despertam muitas habilidades nas crianças, pois estas atividades são

vistas como algo que não lhe é imposto, e, por isso, são importantes estímulos para desenvolver a inteligência do educando.

Segundo Antunes (1999), o desenvolvimento da inteligência humana não termina na adolescência, mas estende-se por a vida, dependendo do ambiente em que o indivíduo vive e das oportunidades de estímulo que ele recebe.

O educador deve estar atento às etapas de desenvolvimento com o intuito de que possa trabalhar com atividades que venham contribuir com a aquisição de habilidades por parte da mesma, assim como, enriquecer a personalidade.

Para isso, Antunes (1999, p. 40) aconselha-nos que “os jogos devem ser utilizados somente quando a programação possibilitar e somente quando se constituírem em um auxílio eficiente ao alcance de um objetivo dentro dessa programação”.

Assim sendo, o professor, antes de se programar o uso de qualquer, deve ter em mente os seus objetivos com a aplicação do jogo, assim como conhecê-lo e adequá-lo à situação real. Estudar e analisar o processo de formação com a utilização de música, sobre a influência e poder de penetração da música no ambiente escolar, pretende-se verificar sua abrangência nos anos iniciais da escolarização da criança

Brincando a criança descobre, inventa, experimenta, aprende habilidades, traduzindo o que vivencia no cotidiano para a realidade infantil fazem parte na vida da criança, e as brincadeiras simbólicas, exercícios ou brincadeiras com regras, possibilitam uma situação favorável à qualidade lúdica e colaboraram para o desenvolvimento social.

Vygotsky (1984, p.74) escreve que o brincar possibilita às crianças um espaço para resolução dos problemas que as rodeiam.

A missão do professor é estar atualizado para ajudar através de aulas dinâmicas e atraentes, metodologias diversificadas para jogos e brincadeiras envolvendo todo o domínio corporal, desencadeando o desenvolvimento psicomotor do aluno e facilitando o processo de aprendizagem oportunizam espaços para pensar, expressar e

desenvolver as habilidades no processo educativo, proporciona uma ética da aprendizagem que satisfazem as necessidades básicas na educação infantil, ou seja, na escola mostrando também como influencia na socialização das crianças a brincadeira é uma reflexão nesse processo.

O brincar está contemplado na nossa legislação:

A Lei Federal 8069/90- Estatuto da Criança e do Adolescente, capítulo II, artigo 16 que diz o seguinte no inciso IV- Brincar, praticar esportes e divertir-se. Nota-se que o documento sugere que toda criança deve desfrutar de jogos e brincadeiras, os quais deverão estar dirigidos para a educação.

Ficando toda pessoa, em especial pais e professores, responsáveis em promover o exercício desse direito. (MODESTO e RUBIO, 2014, p. 3)

Segundo Geraldo Mattos, em seu Dicionário Júnior da Língua Portuguesa, Música é a arte de combinar os sons para serem tocados ou cantados, ou o conjunto de sons combinados para serem tocados ou cantados.

Segundo ela, o conceito de Música varia de cultura para cultura e, embora a linguagem verbal seja um meio de comunicação, ela não é universal, já que cada povo tem sua própria maneira de expressão pela palavra, motivando a existência de milhares de idiomas no mundo. Já a Música é uma linguagem universal, com muitos dialetos, que variam de cultura para cultura, envolvendo a maneira de tocar, de tocar e de organizar os sons que a receptividade à Música é um fenômeno corporal, e logo ao nascer, a criança entra em contato com o universo sonoro que está a seu redor: sons produzidos pelos seres vivos e pelos objetos que a cercam.

Essa movimentação bilateral desempenha um importante papel em todos os meios de expressão que utilizam do ritmo, seja a Música, seja a linguagem verbal, seja a dança, as crianças gostam de acompanhar as músicas com movimentos do corpo, tais como palmas, sapateados, danças, volteios de cabeça, mas, em um primeiro momento, é esse movimento bilateral que ela irá realizar.

A partir dessa relação entre o gesto e o som que a criança \_ ouvindo, cantando, imitando, dançando \_ construirá seu conhecimento sobre música, percorrendo o mesmo

caminho do homem primitivo na exploração e na descoberta dos sons, uma grande influência da Música sobre a criança e é por isso que os jogos ritmados, próprios dos primeiros anos de vida, devem ser trabalhados e incentivados na escola afirma que Música é linguagem e, assim, devemos seguir, em relação à Música, o mesmo processo que adotamos quanto à linguagem falada, ou seja, devemos expor a criança à linguagem musical e dialogar com ela sobre e por meio da Música.

É evidente que a comunicação verbal é por excelência a primeira na escala comunicativa humana, também não é menos verdadeiro que, quando tem a Música como aliada, ganha força, entre outros motivos, pelo suporte e penetração mais intensas, que adquire a transmissão da mensagem original.

O jogo no passado, já era visto como importante ferramenta de auxílio ao processo de educação das crianças. Infelizmente, hoje nossas crianças brincam cada vez menos ,a vida corrida dos pais, a pressa do dia-a-dia, os medos e inseguranças da sociedade moderna são barreiras às brincadeiras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A principal sessão teórica é mostrar a relação da Psicomotricidade tendo em vista que essa abordagem de ensino utilizada dentro das aulas influência na maturação e no desenvolvimento motor e cognitivo do estudante.

Para Hayer (1982) apud De Oliveira, De Barros e Silva (2013) a Psicomotricidade trata-se de uma educação global, que associando os potenciais intelectuais, afetivos, sociais, motores e que se organizado corretamente influenciará nas suas relações com os diferentes meios e aspectos nos quais tem de evoluir.

A identidade da Psicomotricidade e a validade dos conceitos que emprega para se legitimar revelam uma síntese inquestionável entre o afetivo e o cognitivo, que se encontram no motor, é a lógica do funcionamento do sistema nervoso, em cuja integração maturativa emerge uma mente que transporta imagens e representações e

que resulta numa aprendizagem mediatizada dentro dum contexto sócio-cultural e sócio-histórico. (FONSECA, 1989 apud MONTEIRO 2006, p. 10). No âmbito educacional a psicomotricidade está diretamente ligada à Educação Física, pois, além de ser considerada como uma das várias abordagens de ensino da mesma tem dentro seus vários objetos de estudo, o estudo do movimento é um dos que mais se destaca.

Para a educação psicomotora é uma ação pedagógica e psicológica que utiliza os meios a fim de normalizar ou melhorar o comportamento do aluno por ser a responsável por estimular a evolução motora dos alunos, será também determinante no desenvolvimento e maturação dos estudantes, através do como mover estimula os neurónios transmissores para a execução das suas ações psicomotoras, fazendo assim com que ele realize movimentos conscientes e integrados.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. Jogos para a estimulação das inteligências múltiplas. 8ª ed, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org). Jogos Infantis. O jogo, a criança e a educação. 7ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1993. Tizuko Morchida (org). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 9ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

KISHIMOTO, T. M. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira 2002

KISHIMOTO, T. M.(Org.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e educação**. São Paulo: Cortez, 2001

MACEDO, L. de, PETTY, A. L. S. & PASSOS, N. C. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2005.



# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

## O DESAFIO DA INCLUSÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS

DANIELA DOS SANTOS

### RESUMO

Esse trabalho tem o objetivo de ressaltar a importância da inclusão da criança surda nas escolas da rede regular de ensino. Qual o desafio dos professores, funcionários, equipe gestora e família na inclusão de crianças surdas na rede regular de ensino, priorizando a LIBRAS ( Língua Brasileira de Sinais ) como sua primeira língua para comunicação e formação, fato esse que muitos professores desconhecem e ao receber um aluno surdo não conseguem incluir de forma que ele participe das atividades desenvolvidas tendo as adaptações conforme suas necessidades e respeitar sua cultura e incluir os demais alunos para essa nova realidade, criando um ambiente agradável de ensino e aprendizagem para todos com atividades de socialização e interação , sendo necessário para esse acontecimento uma reformulação no projeto político pedagógico onde essa criança seja incluída e seus direitos respeitados quantos ao seu processo ensino aprendizagem, sendo necessário a realização de formações dos educadores e demais funcionários para não só saber incluir o aluno surdo, mas as demais deficiências que estão presentes nas escolas.

**Palavras - chave :** inclusão de criança surda , adaptação de atividades .

### ABSTRACT:

This paper aims to highlight the importance of the inclusion of deaf children in schools in the regular school system. What is the challenge of faculty, staff, management team and family in the inclusion of deaf children in the regular school system, prioritizing POUNDS (Brazilian Sign Language) as their first language for communication and training, a fact that many teachers are unaware and receiving a deaf student can not include so that they participated in the activities with the adjustments according to your needs and respect their culture and include other students to this new reality, creating a pleasant environment for teaching and learning for all with socialization and interaction activities and it is necessary for this event an overhaul in the pedagogical political project where the child to be included and their rights respected how



their learning process, being necessary to conduct training of teachers and other employees not only know include the deaf student, but other deficiencies that are present in schools.

**Keywords** : inclusion deaf child , adaptation of activities .

## 1 INTRODUÇÃO

Ao observar desabafos de professores em artigos e revistas em que o assunto em pauta e a inclusão em especial da criança surda, observa se como alguns professores se sentem despreparados para lidar com essa nova realidade em recepcionar um aluno surdo, que muitas vezes chegam à escola sem se reconhecer sua própria identidade, pois muitas vezes os alunos crescem sem ter contato com outros surdos e não reconhece entre seus pares, são educados pelos pais, que na maioria das vezes são ouvintes e que não buscaram ajuda e em alguns casos foram mal orientados por profissionais sobre a surdez e não sabem quais os caminhos poderiam percorrer para auxiliar o filho para uma comunicação, sendo com o uso de um aparelho auditivo, implante coclear e a LIBRAS ( Língua Brasileira de Sinais ).

Quando os pais são orientados desde o primeiro instante sobre a surdez e direcionado a criança podem evoluir com muito mais facilidade, pois irá ter uma comunicação com o meio em que está inserida, por esse motivo quanto mais rápido a criança reconhecer seus pares, conhecer a Língua Brasileira de Sinais, melhor será seu desenvolvimento e sua aprendizagem.

Temos dois exemplos típicos de casos de crianças surdas que ingressam na escola, o primeiro caso e a criança que os pais não aceitam a deficiência auditiva e com isso não buscam recursos de comunicação seja por LIBRAS, um implante coclear um aparelho auditivo dependendo da lesão que a criança apresente e a criança entra na escola com gestos que aprendeu em casa para se relacionar e na escola não e compreendido pelo professor da

sala, interprete e o professor especialista na sala de apoio.

O professor especialista que precisa começar um processo de ensinar a LIBRAS com sinais básicos como: pedir um copo com água ou ir ao banheiro e começar a ter uma comunicação e comecar um processo de inclusão através da compreensão de sua identidade.

O Segundo caso e a crianças que ingressa na sala das redes regulares de ensino e quando a família ao primeiro laudo médico compreende e aceita a deficiência procura recursos e formas para incluir a criança em sua cultura e na sociedade que está inserida, em alguns casos temos os pais que também buscam aprender a língua de sinais e a criança ao ingressar à escola se depara com uma realidade de escola tem que ser inclusiva, porem a inclusão não acontece, falta à comunicação que deveria acontecer com um professor bilíngue, sala de apoio e funcionários bilíngues um ambiente acolhedor e de aprendizagem.

Ao ingressar em uma escola regular, muitas vezes são únicos com essa deficiência e com professores, que por muitas vezes não sabem como lidar e tratam o aluno como se tivessem uma doença cognitiva em que o aluno não consegue acompanhar os demais alunos e não permite evoluir em sua aprendizagem nos dias de hoje encontramos professores que ainda resistem em compreender os direitos dos deficientes auditivos, sendo que o aluno é tem direito de se comunicar e expressar através da sua Língua visual motora. Conforme Art. 1º da Lei 10.436:

Nas escolas bilíngues a necessidades de se contratar professores bilíngues que sejam fluentes na Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa e que principalmente estejam inseridos na cultura surda e realmente sabiam da importância e da responsabilidade da alfabetização e do letramento dessa criança, pois um aluno surdo muitas vezes se sente inferior por não compreender o universo letrado que está inserido e com isso alguns se fecham ao mundo e depois de período nas escolas deixam de ir à escola,

por não serem entendido e deixado de lado como incapazes.

Em escolas em que o ambiente escolar é bilíngue a comunicação ocorre por meio dos pares e apreendem sinais, criam novos sinais e se sentem inseridos na comunidade escolar e se tem uma exigência que os se possível os funcionários conheçam a LIBRAS e que se tenham profissionais surdos em seu quadro de funcionários, as informações são passadas de formas concretas e são utilizados recursos tecnológicos, materiais visuais entre outros recursos que ajudem na aprendizagem, pois compreendem que o surdo aprende a partir concreto.

Em algumas escolas da rede regular de ensino também encontramos professores especialista, que buscam com o professor de sala ensinar LIBRAS e realizar atividades integradas com a sala de aula regular, porem com outros alunos surdos. Momento que para alguns alunos e único com outro surdo e que trocam informações, tiraram duvidas e até mesmo constituem novas amizade.

Muitos pais resistem em deixar os filhos sozinhos, por ter medo de como a sociedade ira tratar e com isso acabam prejudicando esse aluno no desenvolvimento da sua identidade limitando sua autonomia e restringindo o contato com sua cultura não permitindo participar de encontros em que os surdos se reúnem para trocar experiências, fazer novas amizades e aumentar seu conhecimento quanto aos novos sinais e se atualizar em meio a sua cultura esse conhecimento sobre a cultura surda e a forma que é constituído seu vocabulário, os novos sinais que estão sempre sendo criados conforme a compreensão do objeto ou situação que a informação seja passada de forma clara e significativa é o que falta quando nós deparamos com um único aluno em uma sala de aula regular.

Nas escolas encontramos Interpretes que tem conhecimento em LIBRAS, que por sua vez tentam fazer a mediação entre o professor e o aluno, mas alguns professores por não acreditarem que o aluno surdo seja

capaz de aprender e desenvolver cognitivamente e socialmente, como uma criança sem deficiência e não compartilham das atividades com o interprete, que chega a aula sem conhecer devidamente o conteúdo a ser ministrado durante a aula e não consegue interpretar de forma clara e significativa para o aluno surdo.

Quando o professor compreende que o papel do interprete que é de mediar à comunicação, para que através dela ele compreenda os conteúdos e realize suas atividades esse aluno tem um desenvolvimento significativo e muitas vezes acompanha o ritmo da sala, na Constituição está mencionado o pleno desenvolvimento e a educação um direito de todos, compreendendo uma educação de qualidade independente da deficiência que o educando apresente os professores e demais pessoas envolvidas no processo de ensino aprendizagem tem o dever de auxiliar para que ocorra o pleno desenvolvimento para vida social e profissional.

A participação da família nesse processo de aprendizagem desde que tenha se confirmado a deficiência auditiva é de grande importância compreendendo e buscando se comunicar em LIBRAS.

Para Marcia Goldfeld (2002),

...”se pensarmos no caso dos surdos que não tem acesso a língua alguma, percebemos que a situação é de grande gravidade, que estes indivíduos são privados de compartilhar as informações mais óbvias de uma comunidade e, sem um instrumento linguístico acessível, sofrem enormes dificuldades na constituição de sua própria consciência, ou seja, não se constituem com base nas características culturais de sua comunidade e com isso desenvolvem uma maneira de ser e pensar muito diferente dos indivíduos falantes”. (pag. 54 A Criança surda).

Dessa forma compreendemos que quanto mais cedo essa criança estiver inserida na comunidade surda, reconhecer seus pares será melhor seu desenvolvimento nas escolas e na sociedade frequência e as crianças

chegam a escola muitas vezes sem compreenderem que são diferentes, mas que são capazes de aprender e a partir desse momento entra o conhecimento do professor que ira tentar trabalhar todas as lacunas que ficaram nesse aluno por não ter sido exposto aos seus pares.

O professor precisa compreender que a sala tem que ter um ambiente alfabetizador como a sala de um ouvinte com figuras junto com os sinais, alfabeto em LIBRAS, propiciar a inclusão não só na adaptação das atividades a ser desenvolvida, mas fazer com que o ambiente esteja o incluindo, nas dependências da escola colocar placas com imagem sinal e escrita em português, pois ao mesmo tempo em que o aluno surdo aprende o ouvinte também e com a equipe gestora promover encontros de formação para que todos os funcionários da escola e compreendem o aluno surdo como um individuo de muito potencial desde que receba as informações adequadas para ter uma vida normal.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A escola tem um papel importante que é propiciar momentos para essas trocas de experiências tanto com os alunos surdos como com os demais alunos e em meio dessa interação que pode ser feita através de feiras, peças teatrais e muitos outros movimentos que se inclua a comunidade escolar.

A necessidade que através do Projeto Político Pedagógico (PPP) esteja incluso formações para a equipe gestora, professores, funcionários, pais e alunos atividades que mobilizem a comunidade escolar a buscar informações, cursos e aprender não apenas a LIBRAS, mas obter informações sobre as várias deficiências, de forma que não se tenha nenhum tipo de preconceito e que se compreenda a melhor maneira de torna a sala de aula um ambiente inclusivo.

A escola precisa estar em constante busca para adequar seu

currículo e espaço físico as várias deficiência sempre que possível realizar formações constantes com os professores e equipe de funcionários sobre as diversas deficiências, em como recepcionar esse aluno de forma que ele se sinta incluso nas atividades e no espaço.

Quando falamos em espaço para alunos surdos podemos mencionar sobre placas de Banheiro que tenham o símbolo feminino ou masculino, mas também o sinal em Língua Brasileira de Sinais, o sinal para o lanche sendo o sonoro com uma luz em cada sala e ambiente da escola e nas salas de aulas imagens com sinais em LIBRAS e escrita em Língua Portuguesa e com simples adaptações, tornar a escola um ambiente que se adapta a necessidade de um aluno e não ele que se adapta em prestar atenção no que os alunos fazem para saber o termino de uma aula ou inicio de um intervalo ou até mesmo ir embora.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9394/1996.

Disponível em:

< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 13/09/2023

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

Agostinho, K. A. (2010). **Formas de participação das crianças na educação infantil.** Tese de Doutorado em Estudos da Criança. Universidade do Minho. Braga-POR.



# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

## A ARTE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

**DANIELA DOS SANTOS**

**Eixo:** Inclusão e Arte

### RESUMO

Este trabalho visa refletir sobre a importância da arte e Ludicidade na educação infantil, e suas práticas pedagógicas na Educação Inclusiva, considerando-se que as artes em suas diversas formas, entre elas a música, a dança, o teatro, as artes visuais são elementos da cultura de uma sociedade e estão muito presentes na vida das pessoas, e que a escola deve atentar-se para a arte como meio de aprendizagem e como área de conhecimento, esta proposta de pesquisa apresenta a questões da contribuição da arte para o ensino na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental analisando as práticas pedagógicas da Educação Inclusiva.

**Palavras-chave:** Arte, Ludicidade, Educação Infantil. Inclusão.

### INTRODUÇÃO

Desde o tempo em que habitava as cavernas, o homem vem

manipulando cores, formas, gestos, espaços, sons, silêncios, superfícies, movimentos, luzes, etc. tendo, com isso a intenção de dar sentido a algo, de comunicar-se com outros sujeitos a comunicação entre os indivíduos e as diferentes leituras de mundo não se dão somente por meio das palavras, muito do que o ser humano sabe sobre pensamento e os sentimentos de diferentes povos e épocas são conhecimentos obtidos por meio de músicas, teatro, poesia, pintura, cinema, danças, entre outras manifestações artísticas.

A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico, que caracteriza um modo particular de dar sentido às experiências das pessoas: por meio dele, o aluno amplia a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação. Aprender arte envolve, basicamente, fazer trabalhos artísticos, apreciar e refletir sobre eles. Envolve, também, conhecer, apreciar e refletir sobre as formas da natureza e sobre as produções artísticas individuais e coletivas de distintas culturas e épocas (BRASIL, 1997, p. 15).

A obra de arte pode ser considerada um “conjunto de signos estéticos, destinados a suscitar emoções nas pessoas”. E por isso, deve ser encarada como uma das “funções vitais da sociedade” o ser humano aprende a pensar sobre as coisas como intérpretes dos signos do mundo, construindo interpretantes sobre ele, para uma aprendizagem significativa, o aluno necessita basear seu processo de aprendizagem em experiências vividas, pois, segundo Martins, Picosque e Guerra (2010, p. 118) “só aprendemos aquilo que, na nossa experiência, se torna significativo para nós”.



## DESENVOLVIMENTO

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) o ensino da arte” é um dos eixos da aprendizagem significativa do ensino da Arte, isso é necessário incluir a leitura de diferentes e variadas obras de arte para que o aluno seja capaz de interpretar os diversos signos nelas presentes.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira Nacional:

Art. 26 Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 2 O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

Art.-3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber. (BRASIL, 1996).

“Em muitas propostas a prática de artes visuais são entendidas como meros passatempos (...) destituídas de significado” (BRASIL, 1997, p.61). A arte não deve ser uma forma de preencher o tempo da aula que restou sem planejamento ao contrário deve ser significativa para formar o cidadão crítico e participante na sociedade, permitindo uma nova visão de conhecimento.

O aluno pode com a Arte desenvolver suas habilidades, na criação e observação dos trabalhos. “Conhecendo a arte de outras culturas, o aluno poderá compreender a relatividade dos valores que estão enraizados nos seus modos de pensar e agir” (BRASIL, 1997 p. 61)

A expressão do saber, do comunicar-se, do interagir com materiais variados, de compreender a arte como fator histórico, são capacidades enumeradas para os alunos do Ensino Fundamental, desenvolvendo-os para competências estéticas nas diversas modalidades artísticas: dança, música, teatro, artes plásticas, etc.

Segundo o documento, os conteúdos de arte trazem para o Ensino Fundamental a aprendizagem de formação cidadã, buscando participação, igualdade, compreensão da produção nacional e internacional além disso, continu

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse parece ser um exercício bastante complexo para a sala de aula nos dias atuais, pois o excesso de informações e a rapidez com que elas chegam até as pessoas as tornam, muitas vezes, imediatistas e impacientes para esse tipo de atividade contemplativa, por isso, o professor precisa tornar a aula de Arte uma experiência prazerosa com a interação entre a criança e as diferentes manifestações artísticas, pois “uma boa atividade de leitura deve ser construída com base na interação com os aprendizes.

O ser humano aprende a pensar sobre as coisas como intérpretes dos signos do mundo, construindo interpretantes sobre ele, para uma aprendizagem significativa, o aluno necessita basear seu processo de aprendizagem em experiências vividas, pois, segundo Martins, Picosque e Guerra (2010, p. 118) “só aprendemos aquilo que, na nossa experiência,

se torna significativo para nós”.

Com base em Larrosa (2004), as autoras afirmam que ao pensar em processos de aprendizagem, deve-se:

[...] parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (LARROSA, 2004, p. 160, *apud*, MARTINS; PICOSQUE; GUERRA, 2010, p. 119).

Desse modo, ao estudar a Arte, o aluno torna-se capaz de ordenar e dar sentido à experiência humana, além de desenvolver a sensibilidade, percepção e imaginação, tanto quando realiza trabalhos artísticos como quando passa a apreciar trabalhos de outros.,o estudo de Arte propicia o conhecimento de diferentes culturas, levando o aluno a apreciar e a respeitar a diversidade cultural de seu país e a de outras sociedades a arte está presente em diferentes profissões sendo necessária no mundo do trabalho como parte do desenvolvimento profissional dos cidadãos.

## REFERÊNCIAS

**MARTINS**, Mirian Celeste; **PICOSQUE**, Gisa; **GUERRA**, M. Terezinha Telles. **Teoria e Prática do Ensino de Arte**: a língua do mundo. São

Paulo: FTD, 2010.

**BRASIL. BOLETIM DE EDUCAÇÃO. Um salto para o futuro.** 1998. p. 22-42.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução

2 de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação**

**Especial na Educação Básica.** Brasília, DF, 2001.

Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 16/09/2023



# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

## CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA COMO ESTRATÉGICA PARA ALFABETIZAR COM EFICIÊNCIA E EFICÁCIA

Lúcia Helena de Oliveira San Severino

### RESUMO

O estudo aborda a interligação entre psicomotricidade, jogos e brincadeiras no contexto da Educação Infantil, visando explorar sua relevância para o desenvolvimento psicomotor das crianças. A psicomotricidade, ao analisar a relação entre corpo e mente, é fundamental para o aprimoramento da coordenação motora e da percepção espacial. Quando integrada aos jogos e brincadeiras, cria um ambiente estimulante onde as crianças podem aplicar e aprimorar suas habilidades de forma espontânea e prazerosa. O estudo busca analisar os fundamentos teóricos da psicomotricidade e sua aplicabilidade na Educação Infantil, examinar os benefícios dos jogos e brincadeiras no desenvolvimento psicomotor das crianças e avaliar a integração eficaz desses elementos no currículo da Educação Infantil. Destaca-se o papel crucial do educador na promoção do desenvolvimento psicomotor através de atividades lúdicas e psicomotoras. A pesquisa adota uma metodologia de revisão bibliográfica sistemática e visa contribuir para a disseminação do conhecimento sobre o tema, fornecendo subsídios teóricos e práticos para educadores na Educação Infantil.

**Palavras-chave:** psicomotricidade, jogos, brincadeiras, Educação Infantil.

### ABSTRACT

This study addresses the interconnection between psychomotricity, games, and play in the context of Early Childhood Education, aiming to explore its relevance for children's psychomotor development. Psychomotricity, by examining the

relationship between body and mind, is fundamental for enhancing motor coordination and spatial perception. When integrated with games and play, it creates a stimulating environment where children can apply and improve their skills spontaneously and enjoyably. The study seeks to analyze the theoretical foundations of psychomotricity and its applicability in Early Childhood Education, examine the benefits of games and play in children's psychomotor development, and evaluate the effective integration of these elements into the Early Childhood Education curriculum. The crucial role of the educator in promoting psychomotor development through playful and psychomotor activities is emphasized. The research adopts a systematic literature review methodology and aims to contribute to the dissemination of knowledge on the subject, providing theoretical and practical insights for educators in Early Childhood Education.

**Keywords:** psychomotricity, games, play, Early Childhood Education.

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo central explorar a relevância e a interação entre a psicomotricidade, os jogos e as brincadeiras no processo de desenvolvimento psicomotor das crianças na Educação Infantil. A importância desse tema reside na compreensão da influência significativa que o desenvolvimento psicomotor exerce no progresso cognitivo, emocional e social das crianças em suas primeiras fases de vida, fornecendo uma base sólida para seu crescimento global.

A psicomotricidade, enquanto campo de estudo que investiga a relação entre corpo e mente, é crucial para o aprimoramento da coordenação motora, percepção espacial e expressão corporal das crianças. Quando integrada aos jogos e brincadeiras, cria-se um ambiente lúdico e estimulante no qual as crianças podem aplicar e aprimorar suas habilidades de forma espontânea e prazerosa. Dessa forma, atividades ludicamente estruturadas oferecem um terreno fértil para experimentação, socialização, raciocínio estratégico e aprendizado de regras, enriquecendo a vivência infantil.

Os objetivos deste estudo são multifacetados. Busca-se, primeiramente, analisar os fundamentos teóricos e conceituais da psicomotricidade e sua

aplicabilidade no contexto educacional, especialmente na Educação Infantil. Em seguida, almeja-se examinar os benefícios dos jogos e brincadeiras como estratégias para estimular o desenvolvimento psicomotor nas crianças, considerando aspectos motores, cognitivos e emocionais.

Outro ponto relevante é a avaliação de como a psicomotricidade, os jogos e as brincadeiras podem ser integrados de maneira eficaz no currículo da Educação Infantil, alinhando-se com as diretrizes educacionais vigentes. Adicionalmente, será objeto de estudo o papel do educador na promoção do desenvolvimento psicomotor por meio de atividades lúdicas e psicomotoras, compreendendo sua influência no processo de aprendizagem das crianças.

Esta pesquisa se fundamenta em uma metodologia de revisão bibliográfica sistemática, onde será realizada uma busca extensiva em diversas fontes, incluindo bases de dados acadêmicas, livros, artigos científicos e materiais relacionados à psicomotricidade, jogos e brincadeiras na Educação Infantil. A análise crítica e a síntese dessas fontes serão utilizadas para embasar as conclusões deste estudo, contribuindo para a disseminação do conhecimento sobre a temática e fornecendo subsídios teóricos e práticos para educadores e profissionais da área da Educação Infantil.

## **2 A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR NAS CRIANÇAS**

No contexto educacional, é de suma importância incorporar elementos lúdicos, pois eles têm o potencial de cultivar várias competências durante o processo de aprendizagem, estimulando a concentração, criatividade, retenção de informações e, de certa maneira, impulsionando todos os aspectos cognitivos, motores e afetivos (SALVO, 2018).

Dessa forma, é fundamental que as atividades planejadas para as crianças na educação infantil tenham como objetivo principal estimular aprendizagens significativas por meio do lúdico. Isso inclui o desenvolvimento

da coordenação motora fina e grossa, onde atividades de deslocamento pelo espaço e manuseio de objetos são essenciais para ampliar o conhecimento e enriquecer a prática educacional.

Ao incorporar elementos da psicomotricidade na educação infantil, estamos promovendo uma abordagem educacional abrangente, que considera e interage com as habilidades intelectuais, emocionais, sociais e motoras da criança. Esse enfoque visa garantir um desenvolvimento funcional, levando em conta as capacidades individuais da criança e contribuindo para o crescimento de sua afetividade.

A abordagem da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2019 destaca a importância de trabalhar o desenvolvimento do "Eu", do "Nós" e do "Outro" por meio de atividades que abrangem diversos aspectos: corpo, gestos, movimentos, traços, sons, cores, formas, escuta, fala, pensamento, imaginação, espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

No âmbito do corpo, gestos e movimentos, é crucial no ambiente educacional focar no desenvolvimento corporal das crianças. Esse domínio ressalta a importância de proporcionar experiências enriquecedoras e variadas, onde gestos, mímicas, posturas e movimentos expressivos constituem uma linguagem vital. Essa linguagem permite que as crianças se expressem, se comuniquem e construam conhecimento sobre si mesmas e sobre o mundo social e cultural que as cerca (OLIVEIRA, 2018, p. 8).

Uma atividade exemplar que aborda o corpo, gestos e movimentos é uma roda de música, na qual os estudantes podem dançar, expressar-se e movimentar-se, ao mesmo tempo em que ouvem e prestam atenção na letra da música. Além disso, atividades ao ar livre, como visitas ao parque da escola, podem contribuir para a expressão corporal e o desenvolvimento motor das crianças.

Quando falamos sobre traços, sons, cores e formas na educação infantil, é notável que as crianças naturalmente possuem uma curiosidade inerente a esses elementos, o que gera uma imaginação única em cada uma delas. O



papel do professor é proporcionar experiências enriquecedoras que permitam às crianças explorar e ampliar sua criatividade.

Conforme Oliveira (2018, p. 51) destaca, as crianças estão imersas em ambientes repletos de situações dinâmicas envolvendo pessoas, atividades, espaços, objetos e materiais. Elas buscam compreender, dar significado e representar essas situações em constante mudança. Para alcançar esse entendimento, elas se apropriam de diversas linguagens e recursos, tais como sensações, emoções, movimento corporal, expressão verbal, observação das ações dos colegas e atenção aos aspectos físicos do ambiente ao seu redor.

A primeira expressão do ser humano é o movimento, pois desde o período intrauterino, a criança começa a realizar movimentos com seu corpo. Esses movimentos se desenvolvem e têm uma influência significativa em seu comportamento ao longo da vida. O movimento é crucial para o desenvolvimento físico ao longo da vida.

Através de gestos, olhares, fala, movimentos e emoções, bem como da linguagem corporal e verbal, a criança consegue se comunicar e expressar suas necessidades desde cedo. A psicomotricidade desempenha um papel fundamental, auxiliando e possibilitando intervenções preventivas para lidar com dificuldades no processo de ensino-aprendizagem. É por meio da psicomotricidade e da percepção visual que a criança começa a explorar e compreender o mundo dos objetos. A manipulação desses objetos permite que ela redescubra o mundo, mas essa descoberta se torna verdadeiramente enriquecedora quando a criança adquire a capacidade de segurar e soltar objetos, compreendendo a distância entre ela e o objeto que manipula. É nesse momento que o objeto deixa de ser apenas uma atividade corporal básica e se torna parte de uma interação mais consciente (OLIVEIRA, 2000, p.34).

### **3 PSICOMOTRICIDADE, JOGOS E BRINCADEIRAS: UMA TRÍADE NECESSÁRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A interligação entre psicomotricidade, jogos e brincadeiras representa uma tríade crucial no contexto educacional e no desenvolvimento infantil. A psicomotricidade, ao focar a relação entre corpo e mente, promove o aprimoramento da coordenação motora, da percepção espacial e da expressão corporal, fundamentais para o desenvolvimento global da criança. Os jogos e brincadeiras, por sua vez, proporcionam um ambiente lúdico e estimulante, onde as crianças podem aplicar e aprimorar suas habilidades psicomotoras de maneira espontânea e prazerosa. Essas atividades ludicamente estruturadas oferecem um terreno fértil para a experimentação, a socialização, o raciocínio estratégico e o aprendizado de regras, enriquecendo a vivência infantil. A combinação eficaz desses elementos contribui não apenas para o desenvolvimento motor e cognitivo, mas também para o estímulo da criatividade, da concentração, da autoestima e do senso de coletividade, fomentando um processo educacional completo e enriquecedor (ANGELI, 2023).

A Base Nacional Comum de Formação Primária de Professores da Educação Básica (BNCC), conforme estabelecido pelo Brasil em 2019, ressalta a importância de um planejamento educacional na Educação Infantil que priorize a integração das atividades lúdicas e interativas, alinhando-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, BRASIL, 2010) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, BRASIL, 2017). Essas diretrizes afirmam o direito das crianças de aprender através do viver, brincar, participar, explorar e expressar-se, garantindo sua compreensão sobre si mesmas. A estrutura educacional, guiada pelos objetivos da BNCC, se organiza em torno das áreas de experiência, nomeadamente: "Eu, o Outro e Nós; Corpo, gesto e movimento; ouvir, falar, pensar e imaginar; pinceladas, sons, cores e formas; e espaço, tempo, quantidade, relacionamento e transformação".

Assim, para que as crianças alcancem metas de desenvolvimento psicomotor, é fundamental promover atividades intencionais que as estimulem, permitindo que elas se conheçam e compreendam a si mesmas. A psicomotricidade desempenha um papel crucial ao integrar aspectos

cognitivos, emocionais e motores, ampliando essa capacidade e facilitando o progresso de cada pessoa no seu desenvolvimento (ANGELI, 2023).

A base essencial para o desenvolvimento intelectual e de aprendizagem de uma criança reside na estrutura da educação psicomotora, que progride de conceitos gerais para específicos. Quando uma criança enfrenta dificuldades, isso geralmente se manifesta no nível fundamental da psicomotricidade. Portanto, para promover o desenvolvimento psicomotor, é crucial trabalhar os componentes fundamentais da psicomotricidade, que são os alicerces para a compreensão física: lateralidade e organização no espaço e tempo. É importante notar que problemas no desenvolvimento psicomotor podem impactar a capacidade de aprendizagem (ANGELI, 2023).

Conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394/96), as creches são instituições voltadas para crianças de 0 a 3 anos, enquanto a pré-escola é para crianças de 4 a 6 anos. Esses grupos etários compreendem a Educação Infantil, a primeira etapa da educação básica que visa ao desenvolvimento completo do aspecto físico, mental, intelectual e social das crianças.

A escola desempenha um papel crucial no desenvolvimento do sistema psicomotor da criança, especialmente nas séries iniciais. Na fase da Educação Infantil, as crianças estão ávidas para explorar e compreender seus corpos, organizando seus esquemas corporais. A abordagem psicomotora nos ajuda a entender como a criança percebe seu corpo, se expressa através dele e se posiciona no tempo e no espaço. O movimento humano é direcionado por um propósito, passando de uma expressão íntima para um ato significativo. É vital que cada criança atravesse todas as etapas do seu desenvolvimento (GALLAHUE e OZMUN, 2005).

Nesse contexto, como indicado por Rodrigues (1997), é essencial orientar a criança sobre como e quando utilizar seus movimentos, de modo a permitir a associação e evitar a repetição mecânica excessiva. A maturidade para certas atividades não segue um cronograma fixo, sendo a própria criança capaz de avaliar

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interconexão entre psicomotricidade, jogos e brincadeiras na Educação Infantil revelou-se uma abordagem fundamental e enriquecedora para o desenvolvimento psicomotor das crianças. O estudo aprofundado dos fundamentos teóricos e conceituais da psicomotricidade permitiu compreender sua estreita relação com o processo de aprendizagem, destacando a importância de integrar esse conhecimento na prática educacional.

Ao analisar os benefícios dos jogos e brincadeiras como estratégias para estimular o desenvolvimento psicomotor, observou-se que essas atividades proporcionam um ambiente lúdico e estimulante, onde as crianças podem aplicar e aprimorar suas habilidades de maneira espontânea e prazerosa. A experimentação, socialização e aprendizado de regras, essenciais nesse processo, são facilitados por meio do lúdico.

A integração eficaz da psicomotricidade, dos jogos e das brincadeiras no currículo da Educação Infantil foi destacada como uma estratégia fundamental para promover o desenvolvimento psicomotor das crianças de maneira holística. A adequação dessas atividades às diretrizes educacionais vigentes, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é essencial para garantir uma prática pedagógica alinhada com os objetivos educacionais estabelecidos.

Ademais, a figura do educador mostrou-se de suma importância no processo de promoção do desenvolvimento psicomotor por meio de atividades lúdicas e psicomotoras. Sua compreensão do papel facilitador do lúdico no aprendizado e sua habilidade para guiar as crianças nesse processo são cruciais para o sucesso dessa abordagem educacional.

Em síntese, esta pesquisa evidencia que a combinação da psicomotricidade, dos jogos e das brincadeiras na Educação Infantil é uma tríade necessária para o desenvolvimento integral das crianças. A riqueza proporcionada pelo lúdico não apenas estimula habilidades motoras, cognitivas e emocionais, mas também fomenta a criatividade, a concentração, a autoestima e o senso de coletividade, enriquecendo a vivência infantil e

construindo uma base sólida para o futuro desenvolvimento das crianças. Assim, a busca contínua pela integração eficaz desses elementos na prática educacional representa um compromisso crucial na formação de indivíduos completos e preparados para os desafios do mundo contemporâneo.

## **BIBLIOGRAFIA**

ANGELI, Wester Bruno Chagas. A Importância da Ludicidade e da Psicomotricidade para a Educação Infantil. Colatina, 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Itapina.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil. (BNCC). 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>. Acesso 20 de setembro de 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 2017. Disponível em: . Acesso em: 22 de set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares\\_2012.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf) > Acesso em: 20 de setembro de 2022. Disponível em <<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/a-importancia-do-ludico-na/30066>> Acesso em 20 de setembro de 2023.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN J. C. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2005.

OLIVEIRA, Vera Barros de (Org). O brincar e a criança do nascimento aos seis anos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

RODRIGUES, M. Manual teórico-prático de educação física infantil. 7. ed. São Paulo: Ícone, 1997.

SALVO, Leticia Soares. A importância do lúdico na aprendizagem. 2018.



# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

## LEITURA E ESCRITA, ENSINO DE JOVENS E ADULTOS

NATÁLIA RIBAS COSTA CAMPOS

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo identificar concepções sobre o ato de ler e práticas sociais e pedagógicas voltadas à formação leitora dos(as) alunos(as) da Educação de Jovens e Adultos. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica de artigos e livros do conteúdo. Com o resultado das pesquisas conseguimos aplicar os métodos pesquisados em sala de aula com jovens e adultos.

**Palavras-chave:** educação de jovens e adultos; alfabetização; leitura.

### LEITURA E ESCRITA ENSINO DE JOVENS E ADULTOS

Neste presente trabalho, o olhar estará direcionado para um público escolar que tem como objetivo de vida acadêmica à busca pela retomada dos estudos e sua conclusão em tempo *record*, além do mais importante a aquisição de conhecimento, o desenvolvimento pessoal e intelectual, e em grau e intensidades singulares saber ler e escrever e não depender de outras pessoas. Para tal, o alunado recorre ao ensino de jovens e adultos (EJA) que tem como objetivo uma formação humana, crítica e autônoma.

O aluno que se apresenta com interesse neste ensino, geralmente são pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar na infância e adolescência, ou não conseguiram acompanhar pedagogicamente seu grupo. Em muitas ocasiões, apresentam um histórico de fracasso escolar que podem ter sido por diferenças humanas físicas, raciais, sociais, econômicas, culturais e até sexuais e religiosas, desta forma sofreram várias retenções ou desistências dos estudos durante o processo.

O processo de alfabetização em que leitura e escrita de jovens e adultos apresentam muitos desafios tanto para os alunos como para os professores, pois respingam sobre um universo de limitações e pelas expectativas de ambos.

Geralmente os alunos que frequentam o EJA são educandos com diferentes idades muitas vezes dividem seu tempo com o trabalho e outros afazeres e que disponibilizam pouco tempo para a retomada de conteúdo em casa. Devido a isso, a produção deve ser intensa dentro do horário de aula no ambiente escolar.

O professor deve a partir de palavras geradoras, englobar conteúdos de forma interdisciplinar e significativa para cada aluno em uma linguagem clara, objetiva, contextualizada a fim de enriquecer e facilitar o processo de ensino aprendizagem sem esquecer que o curso é acelerado e devido a isso, a postura do professor deve ser paciente e utilizar de estratégias que venham auxiliar o desenvolvimento do aluno e principalmente ter a preocupação em questionar, incluir, integrar todos os alunos no processo pedagógico.

“...é um processo de construção do conhecimento, que se dá num contexto discursivo de interlocução e interação, através do desvelamento crítico da realidade, como uma das condições necessárias ao exercício da plena cidadania...” (Freire, Paulo, 1996, pág. 59)

Não se pode esquecer que o aluno do EJA não é mais uma criança, logo não se deve usar o mesmo tipo de material didático pois, usar o material das crianças pode não despertar o interesse desses alunos.

"Sabendo disso, é preciso escolher textos e músicas, por exemplo, que tenham a ver com o mundo desses alunos e despertem a curiosidade deles, descartando o que é destinado aos pequenos", diz Francisco Mazzeu, pedagogo e professor do Departamento de Didática da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), campus de Araraquara.

A seleção dos autores deve ser sempre feita de acordo com os temas que eles abordam, devem estar conectados diretamente com o mundo adulto - e, é claro, com a qualidade apresentada pelo material escolhido além de práticas diversificadas.

Uma delas é a prática questionadora e crítica em que é uma estratégia que promove benefícios na vida do ser humano o que resulta em melhor emprego, interação interpessoal, autoconhecimento, autoconfiança entre outros.

O professor tem que conversar constantemente com os alunos sobre as estratégias que adota, expondo os motivos que o leva a organizar as atividades.

Criar uma rotina estratégica para auxiliar no desenvolvimento da leitura e escrita com: Predição: trata-se de antecipar, prever fatos ou conteúdo do texto, utilizando o conhecimento existente para facilitar a compreensão.

Pensar em voz alta: o leitor verbaliza seu pensamento enquanto lê.

Estrutura do texto: analisar a estrutura do texto, auxiliando os alunos a aprenderem a usar as características dos textos, como cenário, problema, meta, ação, resultados, resolução e tema, como um procedimento auxiliar para compreensão e recordação do conteúdo lido.

Representação visual do texto: auxilia leitores a entenderem, organizarem e lembrarem algumas das muitas palavras lidas quando formam uma imagem mental do conteúdo.

Resumo: tal atividade facilita a compreensão global do texto, pois implica na seleção e destaque das informações mais relevantes contidas no texto.

Questionamento: auxilia no entendimento do conteúdo da leitura, uma vez que permite ao leitor refletir sobre ele. Pesquisas indicam também que a compreensão global da leitura é melhor quando os alunos aprendem a elaborar questões sobre o texto.

Pensar em conteúdo, metodologias e objetivos específicos que proporcionem um despertar, um envolvimento do aluno para chegar ao desenvolvimento satisfatório de forma descontraída e prazerosa sem descuidar da construção das normas e coesões nos registros.

## **EJA EM DOCUMENTOS OFICIAIS**



Com a Constituição Federal de 1988 a Educação de Jovens e Adultos enuncia condição através de direito garantido pelo Estado, o qual estende o direito à educação a todos os que não tiveram acesso ao ensino na idade apropriada, conforme Art. 208 da referida lei:

O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: (EC nº 14/96 e EC nº 53/2006);

§ I – Ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

Analisando os escritos pode-se concluir que a Educação de Jovens e Adultos passa a ser entendida, não mais como suplementar, mas como um direito estendido a todo cidadão. O Estado aumentou seu compromisso com o ensino, assegurando o direito à educação a todos. É através da divulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº 9.394 de 1996, que são reiterados os direitos educativos do jovem ao ensino, conciliando suas necessidades próprias e, ainda atribuindo ao ensino de jovens e adultos uma nova identidade e também estabelecendo responsabilidades ao Poder Público com garantia de acesso e permanência ao ensino, conforme Art. 37 e 38 da referida lei:

Art. 37. A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, e constituirá instrumento para a educação e aprendizagem ao longo da vida.

§ 1º- Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º- O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ I- Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - No nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - No nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

O favorecimento de um cenário mais propício abre caminhos para as demandas educacionais normativas, que segundo Costa e Machado (2017, p.57)) “vão se materializando em decretos, pareceres, resoluções e portarias, conceitos e princípios”. As ações no âmbito legislativo se voltam para importantes ações no acesso ao sistema educacional da EJA. Dessa forma, faz-se necessário abordar alguns documentos que regem a Educação de Jovens e Adultos, no âmbito legislativo, os quais são descritos nos estudos de Paula e Oliveira (2011, p.28): Parecer nº 5/1997 do Conselho Nacional de Educação (CNE) – Aborda a questão da denominação “Educação de Jovens e Adultos” e “Ensino Supletivo”, define os limites de idade fixados para que jovens e adultos se submetam a exames supletivos; define as competências dos sistemas de ensino e explicita as possibilidades de certificação. Parecer nº 12/1997 do Conselho Nacional de educação (CNE) – Elucida dúvidas sobre cursos e exames supletivos entre outras. Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 10.172/2001 - Aprova o Plano Nacional de Educação, estabelecendo objetivos e metas para as diferentes etapas e modalidades do sistema de ensino, assim como para aspectos relacionados valorização e formação dos profissionais e ao financiamento da educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000 – Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, garantindo a sua especificidade e, portanto, flexibilizando sua estrutura e organização quanto à definição de programas e currículos. Parecer CNE/CEB nº 11/2000 - Documento referencial para a homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Estabelece as funções da EJA (reparadora, equalizadora e qualificadora); estabelece limites de idade; por fim, reafirma a necessidade de contextualização das propostas curriculares, destacando os princípios de proporção, equidade e diferença. E ainda cabe destacar quanto ao (PNE 2014, p. 13) que apresenta as Diretrizes para a superação das desigualdades educacionais: “I- Erradicação do analfabetismo, e Universalização do atendimento escolar, III- Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. Em vista dos documentos citados, os quais amparam a modalidade, é preciso entender que nada disso será suficiente se essas ações não garantirem mudanças junto à modalidade. O comprometimento com a Educação de Jovens e Adultos deve estar realmente inserido no processo de mudança e qualificação.

## **A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL: ENTRAVES E POSSIBILIDADES**

Sabe-se que a leitura é de suma importância para o desenvolvimento do ser humano, pois possibilita a ampliação do conhecimento, com isso, o educando estará sempre se aperfeiçoando e adquirindo novos saberes. Por ser uma questão relevante para o desenvolvimento do ser humano, a leitura se faz urgente e necessária ao público da EJA, o qual em boa parte retorna às salas de aula apenas para uma simples certificação, sem propósitos maiores que os levem a um conhecimento mais amplo. A importância da leitura na Educação de Jovens e Adultos no Brasil se caracteriza por levar a esses educandos o despertar de um pensamento crítico que os impulsionem a buscar uma nova perspectiva de vida e um novo olhar sobre o mundo, pois a falta de leitura poderá acarretar aos mesmos um imenso fracasso enquanto aluno e conseqüentemente, um fracasso enquanto cidadão. Dessa forma, Magnani (2001, p.11) mostra que “a falta de hábito de leitura tem sido apontada como uma das causas do fracasso escolar do aluno, e em conseqüência, do seu fracasso enquanto cidadão”. Nas palavras da autora observa-se como a insuficiência da leitura prejudica o empenho educacional do aluno e conseqüentemente prejudica seu êxito enquanto cidadão. A esse respeito, Martins (2007, p.25) ainda ressalta que “a leitura seria a ponte para o processo educacional eficiente, proporcionando a formação integral do indivíduo”. Diante do estudo, percebe-se, no entanto, que o domínio da leitura assegura ao homem sua inserção integral em meio a sociedade, adquirindo assim os devidos conhecimentos que se faz necessário à formação efetiva enquanto cidadão. Conforme, os descritos anteriores, a leitura enquanto relevante ao público da EJA, se faz necessária e imediata para que estes busquem sempre uma formação que lhes garanta oportunidades nos setores pessoal, social e profissional. Nesse sentido, os PCNs (1997, p.43) destacam que “a leitura, como prática social, é sempre um meio, nunca um fim. Ler é resposta a um objetivo, a uma necessidade pessoal”. Como se observa, a leitura se firmará sempre como uma busca ilimitada, uma forma de produção do conhecimento, a qual tem em toda sua expressão uma fonte de informação maior. A importância da leitura se faz presente nesse processo de informação, despertando ou até mesmo provocando uma ação maior por parte do educando. O despertar do aluno para essa realidade é de suma importância para que o mesmo possa vir desenvolver uma formação intelectual, conseqüentemente, possibilitando seu crescimento pessoal e profissional, para que assim, venha ter acesso a boas oportunidades, participar da vida em sociedade e conhecer seus direitos e

deveres enquanto cidadão. Diante dessa perspectiva se faz imprescindível verificar os entraves ou fatores que impedem aos alunos de desenvolverem o processo de leitura no ambiente escolar e as inúmeras possibilidades de acesso à leitura nos espaços escolares e também extraescolares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de aprendizagem de leitura e escrita de ensino de jovens e adultos inicia-se com o desejo de buscar através do EJA a retomada dos estudos e sua conclusão. Contudo as dificuldades apresentadas, podem ser superadas a partir de metodologias aplicáveis as necessidades do educando. Estratégias devem ser pensadas de acordo com o público-alvo e suas experiências de vida, pois são pessoas que na sua maioria contém uma bagagem de saberes ainda não formais que devem ser levados em consideração partindo de suas experiências e vivências, até a aquisição da educação formal. Cabe ao professor identificar as necessidades, reconhecer as potencialidades dos alunos e dar base para que os estudantes consigam através da aprendizagem uma formação humana, crítica e autônoma, sendo o início para o desenvolvimento interpessoal e profissional.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/1BRASIL, Direitos Humanos. Título I da Educação Nacional, art. 1º, Seção V, Educação de Jovens e Adultos. Art. 37990.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/960). A Educação Como Direito.

A experiência do MOVA. SP/ Brasil. Ministério da Educação e Desporto. Instituto Paulo Freire; Organização de Moacir Gadotti. São Paulo, (s. n.) 1996

Declaração Mundial sobre Educação para Todos. In: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jontiem, Tailândia – 5 a 9 de março de 1990

<https://educador.brasilecola.uol.com.br/sugestoes-pais-professores/como-orientar-os-alunos-com-dificuldades-na-leitura.htm>

[Proposta curricular do MEC para o 1º segmento do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adulto](#)



# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

## SUSTENTABILIDADE E CIDADANIA

NISLENE GARCIA DE ALMEIDA

### RESUMO

A sustentabilidade consiste em atender às necessidades das gerações atuais sem comprometer as necessidades das gerações futuras, garantindo ao mesmo tempo um equilíbrio entre o crescimento econômico, o respeito pelo meio ambiente e o bem-estar social. Seu objetivo principal é encontrar o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental.

**Palavras-chave:** educação; ecologia; sustentabilidade; cidadania.

### INTRODUÇÃO

Para tratar do tema sustentabilidade e cidadania é necessário falar da continuidade da vida, como é conhecida hoje, no planeta. Para que a vida seja preservada faz-se necessário retomar os conceitos do que significam sustentabilidade e cidadania bem como, contextualizar o processo de lutas pela sustentabilidade planetária. Lutas que demandam algumas mudanças de hábitos pessoais e coletivos, de convivência entre e com as espécies, um pensar participativo, comprometido com um novo paradigma educacional e de consumo. O consumo, o modelo de produção e a explosão demográfica são os problemas que serão analisados. Outros pontos serão os caminhos de atuação da escola na educação ambiental, respeito à diversidade e formação

para a cidadania. A informação como ferramenta preponderante nesta construção de um novo pensamento social; e a educação ambiental, não como matriz curricular, apenas, mas como uma nova ética. Persegui-los requer a formação de cidadãos proativos, críticos, plenos.

Temas em discussões atuais; sustentabilidade e cidadania são indissociáveis. Em Latim, “sustentar” pode ser entendido como “suportar; defender; manter; vir em socorro; alimentar; resistir a”. Em português, remete a “suster; manter o equilíbrio; conservar; prover; dar continuidade a” e outros mais. Daí surgem o adjetivo “sustentável” - o que pode ser sustentado - e o substantivo “sustentabilidade” - característica do que é sustentável. Portanto, a sustentabilidade é uma qualidade atribuível a processos da natureza, o que inclui todas as atividades humanas. Assim, significa a ação ou processo que garanta e forneça, ao longo do tempo, os meios necessários à realização e continuação da vida, seja humana, dos indivíduos ou comunidades, seja das demais espécies. Entretanto, as grandes economias mundiais empregam a palavra sustentável para manter o sistema de acumulação em nome do “direito” e da “liberdade”, como é o caso dos EUA e China, que não assinaram o Tratado de Kyoto, no Japão em 1997, porque se recusam a reduzir emissões de gases, bem como resistem à mudança no sistema de produção industrial e consumo. As nações mais pobres justificam ações predatórias em nome do desenvolvimento. Mas são apenas eles os grandes vilões? O termo cidadão, originado na Grécia antiga, servia para designar os que viviam em cidades. Evoluiu para significar uma nova condição humana para quem vive em comunidade e exerce seus direitos civis e políticos, ou no desempenho de seus deveres para com o Estado. A cidadania é o estado ou qualidade de cidadão. O que vem a ser cidadão sob a ótica da preservação sustentável do planeta e da vida?

Segundo Paulo Freire (2008), “Como presença consciente no mundo, não posso escapar à responsabilidade ética no meu mover-me no mundo”, conclui-se assim a urgência de uma nova consciência e responsabilidade ética. Não é mais possível que jovens que começam agora a sua jornada como cidadãos sejam indiferentes à preservação da natureza. Garantir a preservação da natureza exige promover a conscientização da comunidade, o que se dá por meio da educação formal e informal. Educando as crianças e os jovens, haverá a formação de uma juventude participativa, consciente, capaz de assumir os encargos que vêm com a vida e as novas demandas globais. Eles precisam ser estimulados a ações simples que começam dentro de casa desde separar o lixo reciclável, manter os recipientes que contêm água sempre cobertos, fechar a torneira ao escovar os dentes, não desperdiçar energia elétrica; à ações

comunitárias como preservação de patrimônio, a conservação das árvores, manutenção da limpeza urbana; o que gerará ações cívicas, porque jovens educados e críticos são capazes de mobilizar as sociedades, seus representantes no Legislativo e, mediante a prática do voto, mobilizar os interesses políticos em favor de projetos ambientais, culturais promotores da cidadania plena. Na Contemporaneidade, o termo cidadania representa a qualidade de cidadão, a condição de pessoa que, como membro de um Estado, se acha no gozo de direitos e deveres que lhes permitam participar da vida política, econômica, social. Promessas geradas pelas transformações da sociedade e dos modos de governo e produção. Entretanto, as promessas transformadoras das Revoluções Americana (1776), Francesa (1789) e Russa (1917). Não se sustentaram, contrariamente, tornaram-se até mesmo a negação daqueles princípios. Nelas o ciclo virtuoso não alcançou sustentabilidade. Hoje em dia parece ter havido uma vitória de um conjunto de axiomas: modo de produção não-estatal, ênfase na propriedade privada, mercado como fator regulador por auto-organização, questionamento do intervencionismo estatal, abertura dos mercados para o mundo (globalização) através da formação de grandes conglomerados comerciais, forte ênfase na educação básica e na saúde (pelo menos como consenso verbal), formação de quadros para o emprego e necessidade de se manter a inflação domada e as contas públicas equacionadas para que o crescimento se encarregue de gerar os dividendos do progresso. Porém, a mente coletiva, selecionada para maximizar a união entre os elementos da sociedade, parece estar desgarrando-se de sua função biológica e abandonando qualquer vocação solidária, deixando imperar o individualismo e o sucesso pessoal. O mercado reinventou um mecanismo de seleção natural, porém, esqueceu-se de imitar a biologia de modo total: a eliminação e morte que ocorrem no mundo natural se tornaram exclusão social. Sem eliminar os excluídos, a espécie humana está desafiando a lógica natural: ou incorporam os desempregados ao mercado e à sociedade, ou então “deve-se eliminá-los”, uma vez que a biologia natural ensina que os menos aptos serão eliminados pela força da necessidade. Esta não é uma defesa neonazista ou ideal eugênico, antes sim, é um manifesto de desafio à diminuição do conceito de menos apto. O desemprego estrutural, já há mais de 20 anos sem solução, lança alguns questionamentos: qual o fundamento biológico de se deixar profissionais competentes e bem formados à míngua por que o mercado não pode absorvê-los? Será que o avanço na produtividade justifica a criação de tal massa de excluídos? Considerar o insucesso má adaptação é criar uma massa de exclusão social. Quando a razão deixa de formular políticas públicas, exercendo altruísmo genuíno e dedica a uma batalha de eliminação do empregado, de busca incessante do lucro, fere sua função, usando mal aquilo



que a biologia lhe deu. O mais fraco parece na “favela” ou nas filas de assistência ou recolocação profissional. O mais forte é eliminado pela violência crescente, pelo ressentimento das massas alijadas do processo produtivo. O que será dos filhos da classe média quando, já resignados, constatarem que, mesmo com a melhor formação escolar (graduação, pós-graduação, aulas de computação, cursos de línguas, dentes saudáveis), há uma chance de que se encontrem entre os 20% cronicamente desempregados? A educação é formadora e transformadora de ações. A proposta de um trabalho diferenciado, voltado a projetos inter e trans disciplinares objetiva a formação de novos gestores, com visão humana e humanitária, na qual imperem, de fato, a autonomia, o respeito e a inclusão

Com tudo ao falar em educação, a referência não trata apenas da educação formal, escolarizada, mas da educação enquanto conjunto de conhecimentos e valores sociais, que estão presentes nos processos de socialização do indivíduo. Segundo Paro (2007), os indivíduos passam por dois processos de socialização. Uma primeira associação entre o mundo familiar e a escola, no início da escolarização infantil, relaciona-se com questões da socialização primária, desenvolvida nas relações pessoais por meio das quais a pessoa torna-se membro da sociedade à qual faz parte, apreendendo seus valores, e a socialização secundária, se relaciona a qualquer processo de introdução da pessoa já socializada a novos setores da sociedade, no caso específico, inserção da criança na sociedade escolar. Berger e Luckmann, (1973) defendem que a socialização primária tem uma permanência maior na criança do que a socialização secundária, assim, se a família considera importante desenvolver o hábito de estudo, valoriza os saberes escolares como fonte de construção da pessoa, muito provavelmente esta criança não perderá a disposição para aprender e valorizar os saberes escolares. Porém, numa sociedade em que as pessoas saem da escola alfabetizadas funcionais, que não conseguem compreender a mensagem de um texto simples, são expurgadas pelo mercado de trabalho, sem perspectivas de ascensão social, sentindo-se ludibriadas pelas promessas do capitalismo e do socialismo de promover a igualdade social, como esperar que tais pessoas consigam acreditar nas promessas da educação formal transformando suas vidas? Mais do que isto, como quem não acredita nesta promessa pode convencer seu rebento a acreditar? No outro pólo, pessoas extremamente bem formadas, que investiram muito na educação formal, mas não encontram colocação no mercado formal de trabalho, vivendo o chamado desemprego conjuntural, motivado pela retração do mercado, ou o desemprego tecnológico, motivado pela substituição do homem pela máquina, que argumentos utilizar para convencer a sua criança de que a educação formal é um caminho viável para

atingir as aspirações de uma vida bem sucedida por meio dos estudos se ele próprio está em processo de desencantamento? Provavelmente o caminho seja a reorganização dos saberes escolares a partir das necessidades reais de cada região, cada localidade, aplicando os preceitos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, renovando a esperança, reeditando a utopia e acreditando novamente na transformação social, como acreditou Paulo Freire durante sua vida inteira, deixando um legado bibliográfico e biográfico fascinantes, norteadores de muitas das ações quixotescas que adentram às práticas de muitos educadores por este país afora, desvinculando o discurso do convencimento de que a educação serve ao mercado de trabalho e direcionando este discurso para o humano, ou seja, aprender a cultura valorizada e selecionada pela escola para torná-la instrumento de transformação, não como continuidade, servindo de instrumento ideológico das elites instituídas.

A sustentabilidade poderá ser atingida se houver controle populacional, diminuição de consumo, mudanças no sistema de produção. Para tanto, há que se criar uma nova consciência nos futuros cidadãos, o que se atinge por meio da educação. Segundo Jacobi (2003), repensar as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e dos ecossistemas, envolve, necessariamente, a articulação de meios para uma educação ambiental como questão que envolve um conjunto de atores, o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais da educação e da comunidade escolar numa perspectiva interdisciplinar. Neste sentido, as ações devem contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes deste processo, bem como o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas para um novo modelo de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental. Leff, (2001), alerta sobre a impossibilidade de resolver os problemas ambientais e reverter suas causas sem que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos gerados pelo modelo econômico do desenvolvimento contemporâneo, pautados pela produção, acúmulo e consumo. A urgência em tratar o tema da complexidade ambiental como prática dentro da escola abre uma oportunidade para empreender a formação de novos atores sociais que se mobilizem para a apropriação da natureza num processo comprometido com a sustentabilidade e a participação, apoiado numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de diferentes áreas de saber

Programar um projeto de cidadania e educação para o ambiente facilita aos educandos e funcionários da escola uma compreensão fundamental dos problemas existentes com a presença humana no ambiente, da sua responsabilidade e do seu papel crítico e atuante como cidadãos de uma escola, de um país e de um planeta. A informação assume, cada vez mais, papel relevante, para uma educação para a cidadania. O ciberespaço, a multimídia, a internet representam a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida e promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável. Portanto, a educação ambiental é condição necessária para modificar o quadro de degradação socioambiental. Porém, ela ainda não é suficiente. Tamaio, (2000), lembra que ela 25 é mais uma ferramenta de mediação entre culturas, comportamentos e interesses de grupos sociais para a construção das transformações necessárias, cabendo ao educador ser o mediador na construção de referenciais ambientais. Para tanto, ele deve saber usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito da natureza. Reforça as necessárias relações entre economia, tecnologia, sociedade e política e chama a atenção para a necessidade do reforço de uma nova postura ética em relação à preservação do meio ambiente, caracterizada pelo desafio de uma responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os integrantes da sociedade contemporânea.997), conclui que o conceito de desenvolvimento sustentável contempla cálculo econômico, aspecto biofísico e componente sociopolítico. Portanto, não se refere especificamente a um problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia ou um modelo múltiplo para a sociedade, que deve levar em conta tanto a viabilidade econômica como a ecológica. Num sentido abrangente, a noção de desenvolvimento sustentável reporta-se à necessária redefinição das relações entre sociedade humana e natureza, a uma mudança substancial do processo civilizatório, e o desafio de passar do conceito para a ação, respeitando a diversidade. . O conceito de diversidade está relacionado com a multiplicidade, com a diferença, com as aspirações das pessoas à liberdade. Está ligado ainda à aspiração de democracia e à necessidade de administrar coletivamente realidades sociais que são plurais e de respeitar as liberdades básicas.

A água é um bem humano que está se tornando cada vez mais escasso, por esta razão justifica-se a preocupação de voltar a atenção dos alunos para eles mesmos como agentes importantes na teia da vida, sendo estimulados a analisar seus hábitos com relação ao uso que fazem da água,

levando-os a olhar para a comunidade onde vivem, analisando se a distribuição de água e tratamento de esgotos é igual para todos ou existem diferenças entre bairros centrais e os da periferia. Voltar este olhar para si como consumidores e para a forma como a água é tratada pode levar a uma mudança significativa de ações pessoais e coletivas. Mudando a postura agora, haverá interferência para outras pessoas de seu convívio, para educação de seus futuros filhos e para a sociedade.

## **Conclusão**

Durante as pesquisas para a constituição deste trabalho foi possível ler, ver, refletir a respeito de ações e hábitos universais ou universalizados pelos padrões de produção e consumo fundados dentro de um período em que se pensava que o planeta Terra fosse um provedor inesgotável de recursos a serviço do bem-estar humano. Porém, junto com o crescente desejo de ter vieram as consequências sociais e ambientais com as quais não havia a preocupação anterior. O desenvolvimento industrial, o enriquecimento químico de alimentos, a fertilização química do solo, o desvelamento da genética, a farmacêutica, todos estes componentes propiciaram uma explosão demográfica humana. Junto com o crescimento populacional desordenado surgiram a necessidade de exploração de mais recursos naturais, mais produção de alimentos, mais abertura de campos de plantio, geração de energia, demanda por habitação etc. Quanto mais o planeta suporta? O homem buscou, incessantemente na natureza, tudo de que necessitou até então, porém, descobriu que a fonte não é inesgotável e esta busca provocou alterações drásticas no clima, no solo, nas águas, no ar. Estas alterações são irreversíveis, porém, podem ser controladas e assimiladas.

## **Bibliografia:**

Eliezer, CAVALCANTI Roberto, FUJIHAR **Caminhos da Sustentabilidade no Brasil** Editora Terra das Artes, 2005 BECK, U. Risk society . London: Sage Publications, 1992.

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis, Vozes, 1973

CARVALHO, I. **A Invenção ecológica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. Cursos 24 horas: Educação Ambiental (material apostilado)

DEL NERO, Henrique S. **O Sítio da Mente: pensamento, emoção e vontade no cérebro humano** – São Paulo: Collegium Cognitivo, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.



# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

## ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

NISLENE GARCIA DE ALMEIDA

### RESUMO

Esta pesquisa justifica-se pelo fato de que a Alfabetização e o Letramento caminham juntos e busca um repensar da aquisição da língua escrita, baseado no alfabetizar. O letrando não deve ser trabalhado de maneira independente na realidade da Educação Infantil, já que é fundamental para a vida, a formação e o desenvolvimento do ser humano, em qualquer idade. A alfabetização e a prática da leitura de textos infantis, contos e fábulas dentro ou fora da sala de aula e precisa ser estimulada pelo educador e pela família, pois a leitura é de fundamental importância para o desenvolvimento infantil.

**Palavras-chave:** educação; escola; alfabetização; letramento.

### INTRODUÇÃO

Neste contexto, a finalidade principal desta pesquisa é compreender a importância de uma alfabetização voltada para a aprendizagem da escrita e da leitura, da escrita através da linguagem, enfatizando alguns elementos

considerados de grande relevância para o desenvolvimento de capacidades e amadurecimento da criança, por meio da leitura.

O presente estudo tem como enfoque principal a Alfabetização e o Letramento, como processos que caminham juntos, este trabalho, em específico, busca repensar a aquisição da língua escrita, baseada no alfabetizar letrando, não basta ao indivíduo ser simplesmente alfabetizado, ou seja, aprender meramente a decodificar.

É necessário e de suma importância que o indivíduo seja também letrado para que possa exercer as práticas sociais de leitura e escrita que a sociedade exige, estar alfabetizado é ver o mundo com outros olhos, com olhos de leitor e escritor, com olhos de quem aprende e vai levar o seu aprendizado para toda a vida. Estar alfabetizado é muito mais do que pegar um texto e decodificar ler apenas, ser alfabetizado é compreender é abrir os olhos para um novo mundo do saber, é ir muito mais além do que saber ler e escrever é entender o que está lendo e saber escrever um texto que tenha sentido, entender o que está nas entre linhas ao interpretar um texto.

Uma pessoa que não consegue entender um pequeno texto ou só escreve um monte de palavras é um analfabeto funcional. A alfabetização é um processo que acontece no decorrer da vida do indivíduo, quanto mais se estuda mais capacidade terá de usar a linguagem efetiva, ela terá uma maior possibilidade de se informar e uma maior capacidade de se expressar. Então não podemos dizer que uma criança que estuda apenas quatro ou oito anos esteja alfabetizada, a grande maioria apenas escreve e decodifica textos e elas só vão desenvolver suas capacidades com a continuação dos estudos e com a maturidade, o aprendizado nunca termina sempre teremos coisas novas a aprender que levaremos por toda a vida.

Com tudo é importante analisar, perceber e compreender como a leitura de textos e histórias infantis, interferem de maneira produtiva no processo de desenvolvimento e aprendizagem na Educação Infantil e assim contribuir de

uma maneira positiva e de forma eficaz para a educação no processo de Alfabetização e letramento, enriquecendo a dinâmica das relações sociais em sala de aula.

Esse artigo pretende por meio de a pesquisa bibliográfica contemplar de forma sucinta, o tema abordado, considerando que esta abordagem proporciona resultados significativos na área educacional, para no sentido de oportunizar ao pesquisador uma visão mais ampla no cotidiano escolar, além de produzir conhecimentos e contribuir para a transformação da realidade de cada estudante no processo educativo.

Segundo Gill (1999, p. p.65) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituindo principalmente de livros e artigos científicos. Embora e quase todos os estudos sejam exigidos algum tipo de trabalho, desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

A descrição do que é e para que serve a pesquisa bibliográfica permite entender que, se por um lado a resolução de um problema pode ser alcançada através dela, por outro lado, tanto a pesquisa laboratorial quanto a pesquisa de campo, exigem como início de pesquisa, o levantamento do estudo do tema proposto. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda a pesquisa científica.

A utilização do texto para a alfabetização em sala de aula é algo muito importante, onde o professor deve criar estratégias para ensinar de acordo com as características individuais de seus alunos, isso envolve leitura, produção de textos promovendo a alfabetização e também o letramento

Por muito tempo o espaço do texto ficou relegado ao trabalho com análise linguística, o ensino tradicional tomava como unidade de estudo a estrutura da oração e do período. Só a partir década de oitenta, opondo-se a essa maneira de ensino da língua portuguesa, começam a despontar propostas de trabalho diferentes que tomam o texto como unidade de estudo essencial e com o



reflexo das contribuições da Linguística Textual, da Teoria dos gêneros, da Sociolinguística, da Análise do Discurso, passou-se a ver o texto como unidade básica da interação verbal. Segundo Trujillo (1974, p 230), A pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre o assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

Sendo assim, o estudo bibliográfico subsidiará e favorecerá todo o percurso da pesquisa.

### **Alfabetização e Letramento**

Segundo Magda soares, alfabetização é tornar o indivíduo capaz de ler e escrever, é o processo pelo qual a pessoa adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja, domínio de técnicas pra exercer a arte e a ciência da escrita e também o desenvolvimento de novas formas de compreensão e interpretação e uso da linguagem de uma maneira geral.

Na verdade, estar alfabetizado é poder ir além do código escrito, é apropriar-se da função social constituinte dos atos de ler e escrever é fazer uso da leitura e da escrita no cotidiano, ser capaz de ler um livro, uma revista, um jornal, estar apto escrever com total compreensão, ou seja, saber o que está lendo e escrevendo sem somente juntar as sílabas, é poder no mundo da cultura conseguir acessar informações e delas se utilizar com senso crítico.

O conceito de alfabetização para Paulo freire tem um significado mais abrangente na medida em que vai além do domínio do código escrito, ele tinha uma visão mais ampla desse conceito, enquanto prática discursiva que possibilita uma leitura crítica da realidade .Ele defendia a ideia de que o ser humano aprende a ler o mundo bem antes de aprender a ler e escrever defendia que a leitura do mundo precede a leitura da palavra fundamentando se na antropologia: o ser humano, muito antes de inventar códigos linguísticos , já lia o seu mundo.

Assim sendo , se pudermos compreender o texto como uma a unidade básica da linguagem verbal, é de nosso dever utilizá-lo como veículo mediador em nossas aulas e torná-lo cada vez mais presente na escola e na vida dos nossos alunos trazendo para dentro do contexto educacional a diversidade de gêneros textuais disponíveis em toda a sociedade, até porque saber ler e escrever não é suficiente para vivenciar de maneira plena a cultura escrita, para ler diferentes gêneros textuais e responder as demandas da sociedade em que se vive atualmente. Quanto a isso, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p.30) afirma-se que:

“Cabe a escola viabilizar o acesso do aluno ao universo dos textos que circulam socialmente, ensinar a produzi-los e a interpretá-los. Isso inclui os textos das diferentes disciplinas, com os quais o aluno se defronta sistematicamente no cotidiano escolar e, mesmo assim, não consegue manejar, pois não há um trabalho planejado com essa finalidade”. (PCN, 1997, p.30)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando todo o processo de pesquisa para elaboração desse trabalho de conclusão de curso, pode-se dizer que essa experiência proporcionou importantes reflexões e aprendizagem para o meu processo de formação como profissional, toda a pesquisa pode me proporcionar uma compreensão melhor do tema e da realidade educacional e suas carências quanto à visão de Alfabetização e Letramento.

Através dessa pesquisa pude aprimorar meus conhecimentos e me aprofundar mais no tema que escolhi, pois, desde o início achei que era um tema interessante para ser estudado, que também já foi tema de pesquisa de vários estudiosos e pensadores da área da educação, essa pesquisa pode me proporcionar uma visão ampla e clara do conceito de Alfabetização e

Letramento e o uso de textos como recurso mediador na aquisição da linguagem e da escrita.

Deixo minhas considerações aos autores dos livros que usei como referência, que foram de grande relevância para minha pesquisa, admiro muito o trabalho de todos e suas contribuições para educação.

“Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos”, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens, na criação de um mundo em que seja menos difícil amar”. (PAULO FREIRE)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAGLIARI, Luiz Carlos, *Alfabetizando sem o bá- bé- bi-bo-bu/ Luiz Carlos Cagliari-2.ed-* São Paulo :Scipione, 2009. (Coleção Pensamento e ação na sala de aula)

DIAS, Fátima Regina Teixeira de Salles; FARIA, Vitória Líbia Barreto de. **Currículo na Educação Infantil: Diálogo com os elementos da Proposta Pedagógica**. São Paulo: Scipione, 2007

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

FERREIRO Emília. *Alfabetização em Processo*. Tradução de Marisa do Nascimento Paro e Sara Cunha Lima. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2001, 136 p

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científico / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos*. -7. Ed. -São Paulo - Atlas, 2012.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. 128 páginas

TRUJILLO, Afonso F. Metodologia da Ciência. 3ª ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974. VYGOTSKY, L.S. Formação social da mente. Martins Fontes. São Paulo. 2007



# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

## AS DIFICULDADES DO ENSINO E APRENDIZAGEM NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

NISLENE GARCIA DE ALMEIDA

### RESUMO

A Educação brasileira é um ponto de grande preocupação devido ao grande número de alfabetizados funcionais e o crescente número de crianças com dificuldades graves de aprendizagem. Sendo assim este trabalho levanta hipóteses a respeito das responsabilidades dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e as possíveis causas que levam crianças enfrentar dificuldades de aprender a ler e escrever, fazendo-nos refletir a respeito da necessidade de se repensar o modelo e estrutura da educação vigente no país sob a perspectiva da formação dos educadores.

**Palavras-chave:** educação; formação docente.

### DESENVOLVIMENTO

São temas muito abordados; defasagem de conhecimento e as dificuldades de aprendizagem um ponto de desdobramento para quem decide enfrentar os desafios da Educação no Brasil. Este trabalho busca levantar hipóteses sobre o que leva à desmotivação, questionando o que conduz a criança a desistir da aquisição dos saberes escolares, visto que ela não desiste de aprender a se relacionar com o mundo exterior à escola, assimilando seus saberes de forma

natural e espontânea, dominando as tecnologias, enfim, interagindo com naturalidade com o aprendizado de mundo.

Os dados obtidos com o levantamento realizado buscou compreender quais relações se estabelecem entre a aquisição do saber institucional e os sujeitos envolvidos em tal processo, com embasamento na legislação, que garante o direito da criança a este conhecimento, e o dever do Estado, da família e da sociedade de garantir tal direito; a ação alfabetizadora, que envolve dois momentos interdependentes e indissociáveis, que é a vontade pessoal da criança e a ação do professor-mediador; a importância de se respeitar a mobilidade da criança, proporcionando-lhe um ambiente educacional que respeite seu direito ao movimento e à interação com o outro e com o meio; a necessidade de um currículo que garanta uma aprendizagem significativa e de uso presente, não voltada apenas para o futuro; a formação do professor que permita construir um currículo que parta dos conhecimentos prévios da criança, valorizando o seu contexto social e a sua cultura, promovendo a ampliação de seus horizontes a partir do conhecido, currículo que traga como pressuposta “o quê” e “como” ensinar; a importância de se conhecer qual a visão que a família traz sobre o valor da educação formal para uma vida feliz, garantindo cidadania e direito à igualdade de oportunidades; finalizando, conclui-se que há que se pensar numa reorganização da formação do professor e da escola e seus espaços, o modelo presente já não garante a qualidade educacional e de vida necessárias para uma educação integral .

Mediante a observação do grande contingente de alfabetizados funcionais que a escola vem formando, o crescente número de crianças que chegam ao Ensino Fundamental II sem sequer escrever seu nome com segurança e a responsabilidade dos cursos de formação de professores para a manutenção deste estado de coisas. Portanto objetivo aqui não é dar respostas, mas levantar hipóteses e buscar algumas possíveis causas do desencantamento com a educação formal, seja no aspecto quantitativo quanto qualitativo, uma vez que a escola, especialmente a pública, é direito de todos, num pressuposto de autonomia, compromisso e criticidade.

Todos envolvidos concordam que é preciso da exigir uma educação de qualidade, expresso no eixo da legislação, nos debates acadêmicos e no discurso cotidiano de educadores. A defesa da educação de qualidade gera uma unanimidade em torno da qual diferentes ideologias e projetos políticos se organizam, nesse sentido, a qualidade da educação torna-se uma expressão muito utilizada para referir-se a coisas distintas a partir de olhares, e diferentes posições sociais .

A Declaração dos Direitos da Criança - adotada pela Assembléia das Nações Unidas, em 1959, ratificada pelo Brasil através do artigo 84, inciso XXI, da Constituição - em seus princípios 2º e 7º - garante que a criança receberá proteção social e lhe serão proporcionadas oportunidades e facilidades, garantidas por lei, a fim de lhe facultar o seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e em condições de liberdade e dignidade. Que ela terá direito de receber educação, gratuita e compulsória, ao menos o ensino fundamental, e que esta educação deverá ser capaz de promover sua cultura geral e capacitá-la a desenvolver suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, tornando-a um membro útil para a sociedade, em condições de igualdade de oportunidades.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8069/90 – criado a partir da Carta Magna, no Capítulo IV, Art. 53, dispõe sobre os direitos da criança e do adolescente à educação, cujo objetivo é o pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para o exercício da cidadania e qualificando-a para o trabalho, garantindo-lhe acesso e permanência na escola, a ser respeitada pelos educadores, a questionar e recorrer dos critérios avaliativos, a ser matriculada em uma instituição próxima a sua residência, etc.

A legislação garante ainda a qualidade da educação, e um padrão de avaliação para garantia da qualidade da educação nacional, como prevê o artigo 206 da Constituição Federal de 1988, no inciso VII; bem como a organização dos sistemas de ensino em todo o Território Nacional e o seu financiamento – Art. 211 (§1º); Art. 212 (§3º), consecutivamente. Pontos que são ratificados pela LDBEN de 1996, no Art. 3º - inciso IX, Art. 4º - inciso IX, Art. 9º - inciso VI, Art. 74; LEI 13005/14 – Art. 2º - inciso IV e VIII, Art. 11.

Com base na legislação acima citada, uma escola que seja permeada pelo respeito ao indivíduo e à legislação deve ter por princípio a resposta de Sócrates a Menon, que ao perguntar ao mestre se a virtude poderia ser ensinada, recebe como orientação que deveria procurar a resposta em si mesmo. Nesta perspectiva, segundo Gadotti (2000, p 9),” *educar significa, então, capacitar, potencializar, para que o educando seja capaz de buscar a resposta do que pergunta, significa formar para a autonomia.*”

Contudo esta articulação é complexa e difícil por trazer em seu bojo a imprevisibilidade de uma demanda que vem da articulação de grupos humanos que lida com uma polaridade que precisa ser equacionada e minimamente harmonizada: o poder, a autoridade e a formação permanente. Provavelmente, neste ponto possa-se situar uma questão fundamental

que dá suporte ao possível entendimento para que se encontre o novo rumo da educação escolar, o novo papel da escola nos dias atuais, baseada no modelo de sociedade em que está inserida.

No entanto a escola precisa assumir-se e constituir-se como uma construção coletiva. Talvez seja esta a condição básica para que todos se sintam envolvidos e comprometidos com a escola como direito de todos. Para atingir esta assunção é urgente que os cursos de formação docente capacitem o futuro professor - e aquele que retorna para aprimorar sua formação – a lidar com a demanda das escolas baseados nos princípios da problematização constante; da comunicação e do diálogo; do respeito e da confiança no outro; no rigor e na seriedade da sua autoformação – formação permanente; e na formação do outro.

O ser humano apresenta como característica natural uma necessidade de se comunicar, se expressar. Esta necessidade torna-se um aprendizado que se concretiza no contato social, nas trocas com o outro, pela intermediação da família, dos grupos sociais, e é tão natural quanto respirar. O mestre, Paulo Freire (1987, p.39) filosofa a respeito quando afirma que *“ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”*.

O que acontece quando se institucionaliza a aprendizagem na escola que causa tanta dificuldade, levando o menino e a menina a desistirem de aprender a leitura e a escrita? O que faz um jovem desistir da formação universitária como artifício para melhoria da sua qualidade de vida? Esta inquietação será abordada neste trabalho, sem a pretensão de responder a estes questionamentos, mas permeando algumas ações e interações entre os sujeitos do processo ensino-aprendizagem que apontam alguns caminhos para a compreensão de tais fenômenos, sob a perspectiva de que a qualidade social da educação traz consigo múltiplas vozes. E a formação docente precisa atentar-se a estas vozes e preparar o professor para ouvi-las e dar-lhes eco, refletir sobre elas e transformar o ato de educar educando-se.

Em nome dos interesses e visões de mundo comprometidos com o capital, têm colocado em prática a qualidade da em prática a qualidade da educação pela lógica mercadológica, transformando o direito à educação num direito de consumo e transformando o educando num consumidor de serviços. Esta lógica, com suas soluções e estratégias colocam-se como capazes de resolver as questões dos sistemas educativos a partir de um olhar empresarial. Identificar e analisar criticamente esta voz é parte indispensável à formação docente. O professor não pode ser transformado em um mero reproduzidor de ideologias, precisa aprender a



dialogar com elas. Esta aprendizagem precisa estar presente na sua formação inicial e prorrogar-se por toda a sua continuidade formativa.

Esse debate contemporâneo é altamente tecnocrata e coloca um conceito de educação de qualidade pautado pelo conceito da eficiência de resultados observáveis em torno da construção de uma diversidade de índices de rendimento interpretados, na maior parte das vezes, como expressão de escola eficiente, produzindo a crença de que mensurar produz qualidade e resolve a deficiência dos sistemas educativos nacionais e traz qualidade, daí a necessidade formar professores capazes de ouvir esta voz, dialogar com ela e aprender a usá-la como instrumento eficaz é um ato que parte de sua formação inicial e de sua formação continuada, senão, a ação será contrária, tornar-se-á mais um instrumento de opressão ao ato docente, que diante da necessidade de gerar índices fica acuado na sua ação.

No entanto, a terceira voz, menos hegemônica, porém, bastante comum é a que pressupõe a educação como um instrumento importante na equalização das desigualdades sociais e na emancipação dos sujeitos, definindo qualidade como aquela capaz de promover a distribuição mais igualitária de todos os direitos sociais, nesta perspectiva, a qualidade da educação seria o poder redentor, que reverteria todas as mazelas sociais. Embora seja um discurso defendido nas falas e pensamento comuns, os cursos de formação têm que dar clareza ao professor de que sua profissão não é messiânica. É preciso formar uma consciência profissional que garanta, inclusive, a saúde física e mental do educador.

## CONCLUSÃO

Por fim, tratar da formação de professores é trazer à tona a discussão sobre a qualidade da educação que se faz necessária, cuja dimensão social do direito à educação esteja relevante. Por isso, é preciso formar docentes que conheçam a qualidade social da educação, reconhecida como aquela que garanta acesso igualitário, direito à permanência com aprendizagem, gestão democrática e currículo comprometido com a emancipação e equidade, fundamental e necessário para formar o olhar docente, e suas ações, que permitam uma qualidade educativa em sua prática, respeitando os preceitos legais e os direitos e as necessidades específicas de cada aluno .

A educação formal é uma barreira para uma grande parcela das classes sociais menos privilegiadas, mas também existente em menor proporção na classe média, que não conseguem assimilar o código formal da escrita selecionado e determinado pela elite. Porém, ele não se observa na sua relação com as culturas de massa, dentro da educação informal e não-formal. Eles dominam o manuseio de celulares, navegam pela internet, enviam e-mails, se comunicam pelo Facebook, WhatsApp, contam histórias, criam situações comunicativas cotidianamente, descrevendo sua aventura de viver. Donde se pode concluir que eles não têm dificuldade para aprender, o aprendizado sistematizado, institucionalizado é que é problemático.

Por que esse distanciamento entre a educação formal e a informal? Onde a escola e os professores estão se perdendo destes meninos e meninas? Talvez, na visão errônea da sistematização do que é, de fato, importante na educação nos dias de hoje. É preciso considerar que ninguém mais pode aprender tudo e que as metodologias de ensino devem ser repensadas, considerando que o educando deve ser encarado como sujeito da sua própria formação, respeitado em suas especificidades, e que as novas tecnologias devem adentrar o processo educacional formal, porque, só assim, a luta pelo acesso ao conhecimento para a parcela pobre da população passará a ser uma luta de resgate da cidadania, favorecendo o reequilíbrio da sociedade, quebrando com a polarização entre ricos e pobres, rompendo a desigualdade.

Porém, o que é ser cidadão? É ter consciência do papel a desempenhar na sociedade. A criança precisa desenvolver, desde pequena, nos seus contatos com as primeiras letras, a certeza de que, dentre os vários mundos dos quais poderá fazer parte, o mundo da leitura e da escrita é mais um, porém, não o adentrar com propriedade é ser cego em seu idioma, em sua cultura, porque é sua condição como cidadão fazer parte de uma sociedade letrada, e ignorar esta condição é ser cidadão pela metade.

De que maneira a alfabetização contribuirá para o exercício da cidadania, e aprendizagens futuras? Como despertar o interesse, em quem não lê, não entende o que lê, que é cego? Grandes teóricos apontam bons caminhos a seguir como a desvinculação de currículos, os trabalhos por centros de interesses, a aprendizagem ativa por meio de projetos interdisciplinares, reorganização dos espaços de aprendizagem, a partir dos conhecimentos prévios do aluno, a valorização da cultura local, o multiculturalismo, a educação problematizadora.

Toda via nenhuma teoria se concretiza sem a prática, e esta não se estabelece sem formação específica, trabalho e vontade, tanto pessoal, por parte dos sujeitos envolvidos no processo, quanto política. É preciso que se desenvolva no Brasil um pensamento e uma prática

efetivas de busca pela qualidade da educação e que estas sejam significativas e estejam voltadas para a igualdade de oportunidades e para a formação de cidadãos plenos, autônomos, emancipados e felizes, nesta direção, os cursos de formação docente carecem ser repensados, remodelados e valorizados.

## REFERÊNCIAS:

ANDRÉ, Marli (Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. São Paulo: Papyrus, 2001

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à Filosofia**: dos Pré-Socrátes a Aristóteles. 2.ed.rev., ampl. e atual. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DELACAMPAGNE, Christian. **A Filosofia Política Hoje**: idéias, debates, questões. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GAARDER, Jostein. **O Mundo de Sofia**: romance da história da filosofia. Trad. João Zanha Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MAZZOTTI, Tarso Bonilha. OLIVIERA, Renato José. **Ciência da Educação**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2002.

ANDERY, Maria Amália; et al. **Para compreender a Ciência** : uma perspectiva histórica. 14 ed. Rio de Janeiro : Espaço e Tempo, 2004.

SEVERINO, A.J. **Filosofia**. São Paulo: Cortez, 1994.



# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

## **RACISMO ESTRUTURAL: O PAPEL DA HISTÓRIA NUMA FORMAÇÃO ANTIRRACISTA**

**PATRICIA MARIA DA SILVA ALVES<sup>4</sup>**

### RESUMO

Racismo faz parte da constituição do nosso país, desde que os negros foram trazidos da África em navios negreiros em condições desumanas e foram submetidos ao sistema de escravidão, carregamos na nossa história essa tristemarca de discriminação.

A sociedade brasileira se constitui sob esses pilares, a miscigenação resultante da violência praticada com as escravas o que foi dando origem a uma sociedade brasileira mestiça, de muitas cores, mas nem isso garantiu que o estigma do racismo fosse derrotado.

Estamos em 2021 e ainda carregamos conosco essa triste história, não há mais escravidão, não de forma legal, racismo é crime, ainda assim vivemos em uma sociedade racista, onde existe racismo, mas ninguém se declararacista.

Qual o papel da educação numa formação antirracista, sobretudo no ensino de história? Como superar o racismo estrutural?

A melhor maneira de fazermos isso é munirmos nossos estudantes da verdadeira história, não a eurocêntrica, que até então foi a mais disseminada, e convenientemente aceita, mas sob a perspectiva e o lugar de fala do negro.

---

<sup>4</sup> Especialista em PEDAGOGIA pela Faculdade FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DR° RAUL BAUAB (2007); Professor de Educação Infantil na Prefeitura de São Paulo.

A partir da obra de Silvio Almeida “Racismo Estrutural” será feita uma análise da constituição da nossa sociedade e como o racismo se sustenta ao longo do tempo, após essa análise problematizar qual o papel da educação para desconstruir essa base e construirmos uma sociedade baseada no respeito e valorização da diversidade, resgatando a história não contada e refletindo sobre as formas de reparar e estabelecer uma nova estrutura social.

**Palavras-chave:** História; Cultura afro-brasileira; Racismo; Resgate;

## ABSTRACT

Racism is part of the constitution of our country, since black people were brought from Africa on slave ships in inhumane conditions and were subjected to the system of slavery, we carry this sad mark of discrimination in our history.

Brazilian society is constituted under these pillars, a miscegenation resulting from the violence practiced against slaves, which gave rise to a mixed-race Brazilian society, with many nuclei, but not even this guaranteed that the stigma of racism would be defeated.

We are in 2021 and we still carry this sad story with us, there is no more slavery, not legally, racism is a crime, yet we live in a racist society, where racism exists, but no one declares themselves racist.

What is the role of education in anti-racist training, especially in teaching history? How to overcome structural racism?

The best way to do this is to equip our students with the true history, not the Eurocentric one, which until now has been the most publicized and conveniently accepted, but from the perspective and place of speech of black people.

Based on Silvio Almeida's work “Structural Racism”, an analysis will be made of the constitution of our society and how racism is sustained over time, after this analysis problematizes the role of education in deconstructing this base

and building a society based on respect and appreciation of diversity, rescuing the untold story and reflecting on ways to repair and establish a new social structure.

**Keywords:** History; Afro-Brazilian culture; Racism; Rescue.

## INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos um estudo sobre as relações étnico raciais, relacionando ao racismo e a revisão histórica necessária é preciso termos clareza sobre o significado de racismo, de acordo com Almeida:

Racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos a depender do seu grupo racial ao qual pertencem. Almeida, Silvio 2019 pág. 32:

Agora que já conhecemos o conceito, vamos nos debruçar sobre as questões práticas, aquela que vemos, convivemos, e até mesmo praticamos.

O racismo estrutural como próprio nome já diz, relaciona ao racismo que é estruturado e transmitido pela sociedade, suas instituições e seus indivíduos. O ambiente escolar é um espelho da sociedade, tão logo se vivemos numa sociedade racista, a escola não está apartada disso, muito pelo contrário, ela é Co-responsável pela manutenção dessa estrutura.

“É impossível não ser racista tendo sido criado numa sociedade racista. É algo que está em nós e contra o que devemos lutar sempre”. Como diz Djamilia Ribeiro na sua obra “Pequeno manual antirracista” (2019) pág. 38.

Essa é justamente a questão, lutar contra romper, desconstruir, esse é nosso papel para quebrar esse ciclo de violência racial. E qual o papel da escolanista?

A luta por ações relacionadas ao racismo e o estudo da cultura e a história afro-brasileira não é recente, movimentos negros lutaram intensamente por esta bandeira a partir da década de 1970, quando é marcado um forte movimento sobre a necessidade de medidas que

contemplassem os negros e denúncias sobre caso de racismo que se tornaram bandeiras de luta pelo acesso à educação

Durante séculos a história das pessoas negras foi renegada por nossa sociedade. Negros e negras eram vistos como mão de obra barata, com um passado marcado pela relação de dominação e subordinação de um povo. Por um período considerável o conceito de raça foi usado de forma a categorizar diferentes populações humanas, utilizando características biológicas para diferenciar as pessoas de forma negativa.

Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado as circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás de raça, sempre há contingência, conflito, poder de decisão de tal sorte que se trata de conceito relacional e histórico. Assim a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica. Almeida, Silvio. 2019. pág.24

A sociedade tal como temos hoje, não foi constituída acidentalmente, foi um projeto muito bem estruturado sobre bases capitalistas que precisam para manutenção que não haja alteração das relações, por isso tudo parece tão natural é dessa maneira que esperam que continue.

Quando falamos sobre racismo, sempre nos dá a impressão de que os negros sempre aceitaram tudo passivamente, sempre colocados no lugar de vítimas relegados a submissão. Pois bem, essa não é a verdade dos fatos e por isso a aplicação da Lei 10.639/03, e o ensino da História e da Cultura Afro brasileira se faz imprescindível, para compreendermos o papel de cada sujeito nessa história, e que não existe subordinação, existe uma forte repressão histórica.

Ao longo de muito tempo os livros de história apresentavam uma visão eurocêntrica sobre a história do Brasil, sobre como tudo aconteceu, no entanto nessa história contada sobre essa perspectiva o lugar de fala do negro foi negado, não aprendemos e nem conhecemos seu papel na construção da nossa sociedade, e sem compreender isso dificilmente teremos a compreensão adequada da nossa estrutura social.

(...) foi um “projeto nacional” a produção de um discurso, sobre o outro, tornando racional e emocionalmente aceitável a conquista e a destruição daqueles com os quais não se compartilha a mesma

identidade'. Almeida, Silvio. 2019.pág.103.

Atualmente essa discussão está em pauta, ainda assim o movimento dentro das escolas se mostra tímido, os livros vêm sendo revisados, mas ainda é necessário um olhar cauteloso para quais materiais são fies e dão o verdadeiro valor histórico da luta e contribuições dos negros para a sociedade.

Muito do que somo está intimamente relacionado aos indígenas e negros que estão na base da constituição do Brasil. Ainda assim não reconhecemos isso. Não é necessário aprofundarmos muito, basta olharmos em volta para notarmos como um país com mais de 50% da população negra ainda assim eles não ocupam todos os espaços, ou quando ocupam estão sempre relegados a lugares pré-determinados, carregam consigo o passado da escravidão, da servidão.

O que me impede de perceber essa realidade? O que me leva a “naturalizar” a ausência de pessoas negras em escritórios de advocacia, tribunais, parlamentos, cursos de medicina e bancadas de telejornais? O que nos leva- ainda que negros e brancos não racistas- a “normalizar” que pessoas negras estejam quase sempre em trabalhos precários, insalubres, presídios e morando sob marquises e calçadas? Porque que nos causa a impressão de que as coisas estão ‘fora do lugar’ ou ‘invertidas” quando avistamos um morador de rua branco, loiro, de olhos azuis ou nos deparamos com um médico negro. Almeida, Silvio. 2019. pág. 63.

Ainda que tenhamos uma lei ela não tem sido suficiente para modificar a sociedade, o ano passado alguns tristes acontecimentos se tornaram notícias como o assassinato de George Floyd nos Estados Unidos, do menino Miguel aqui no Brasil, uma grande mobilização se formou num só coro : “Vidas importam”. Pessoas negras morrem diariamente, o alvo mais certo, mas a morte será a pior das mazelas? E carregar esse fardo, esse estigma social, isso também não mata lentamente?

Para além de fatos noticiados amplamente pela mídia, na busca apenas de ibope, mas com pouco compromisso de fato com uma mudança social, essa triste realidade da violência é diária, assim como a realidade do racismo que faz parte do que somos, a instituição escolar falha ao não



contemplar a Lei 10.639/03, e reduzir esse conteúdo tão necessários a alguns dias apenas do calendário letivo, como na Consciência Negra. A consciência precisa existir todos os dias! Só que isso não ocorrerá se as escolas, seus professores e toda a sociedade continuarem se furtando de dar a devida importância a problemático do racismo estrutural.

No mês de novembro temos um marco representativo através de mobilizações em torno do combate às diferenças raciais. As ações envolvem mobilizações dos movimentos negros e o aceno de instituições de ensino que se abriram a reflexão sobre o papel da resistência negra contra a escravidão. No dia 20 de novembro, homenageia-se a resistência do líder quilombola negro Zumbi dos Palmares, morto na luta pela liberdade de negros e negros escravizados. No dia também foi instituída a Lei nº 10639/2003 e é considerado o dia da luta contra o preconceito racial no Brasil. São medidas como essas que têm buscado ampliar o estudo sobre a cultura negra, para buscar referências positivas sobre a religiosidade, a cultura e as expressões afro brasileiras.

Essas medidas são um início, tardio e que se mostram insuficientes, prova disso são todos os conflitos sociais que vivemos. Existe um mito na sociedade brasileira que já dura alguns séculos em que se popularizou uma noção de democracia racial, no convívio entre negros e brancos, esse discurso estava calcado em uma noção de que no Brasil não houve um ato que separasse negros e brancos. A ideia de uma miscigenação entre brancos, negros e indígenas, diferentes étnicas conviviam em perfeita harmonia não existindo diferenças, predominando, nesse contexto, uma convivência pacífica e “igualitária” entre os diferentes.

Esse foi o modo usado para falar da sociedade brasileira o que dificultou pautar sobre as diferenças entre negros e brancos, sobretudo, no que se refere ao acesso à educação, ao trabalho, à cultura, à política e nos diferentes espaços de representação social, cultural e política.

Essa visão romântica desconsidera todas as adversidades sofridas pelos negros e pelos indígenas, que lutam há muito tempo para terem seus

direitos respeitados.

A Lei 10.629/2003 garante a mudança de uma cultura e abre espaço para uma revisão histórica efetiva? Podemos vislumbrar uma sociedade onde o racismo estrutural seja superado?

Acredito que as respostas dessas indagações são insatisfatórias ao menos por enquanto, sobretudo, pelo fato de que a criação de leis não traz mudanças se não ocorrerem ações para garantir a sua disseminação e o seu cumprimento efetivo. Não basta o Estado criar leis, é preciso o preparo efetivo dos profissionais para que atuem de forma que cumpram verdadeiramente a essa lei. A efetiva implementação da Lei nº 10.639/2003, por exemplo, ainda não é uma ação fácil, pois a maioria dos professores do nosso país não se sentem preparados para cumprir. Os professores acreditam que se trata de um tema complexo, portanto, são questões que até hoje geram, inclusive constrangimento no debate público, o não se comprometer já é uma forma de manifestar sua posição.

A temática das relações étnico raciais e Africanidades ganhou muita visibilidade no cenário nacional, é indiscutível que a Lei nº 10.639/2003 trouxe benefícios para a população negra, esta ganhou mais visibilidade em diversos segmentos da nossa sociedade. A adoção de ações afirmativas, especialmente, as cotas, são exemplos de avanços para enfim ampliar o acesso das pessoas negras à educação. A partir dessa medida despreendeu ações no campo do trabalho e espaços de referência no mercado de trabalho, inclusive nas manifestações culturais. Aproveito para ressaltar que ainda são ações muito pontuais, a população negra necessita de ser reconhecida como agente participante de todo o processo de constituição do Brasil como nação e, sobretudo, nos processos de desenvolvimento de suas riquezas.

A Lei 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/1996), nos seguintes artigos:

Art. 26 – A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º – O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e

dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil. § 2ª – Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Estes dispositivos legais orientam a formulação de projetos que sejam comprometidos com a formação e o processo de aprendizagem em educação de 11 relações étnico-raciais. A perspectiva é que com esse mecanismo institucional provoque os agentes públicos e setores da sociedade civil criar políticas públicas que visem o combate ao racismo, às discriminações no ambiente escolar e uma plataforma de referências positivas sobre a cultura afro-brasileira.

A superação do racismo passa pela reflexão sobre as formas de sociabilidade, contradições e antagonismos sociais que no máximo põem ser mantidos sob controle, mas nunca resolvidos. Todavia, a busca por uma nova economia e por formas alternativas de organização é tarefa impossível sem que o racismo e outras formas de discriminação sejam compreendidas como parte essencial dos processos de exploração e de opressão de uma sociedade que se quer transformar. Almeida, Silvio. 2019. pág.207.

A lei está aí para isso, garantir esse debate público, não é possível vislumbrarmos uma nova sociedade, mais justa, ética e igualitária se não encaramos os desafios de conversarmos sobre e olhar para história e para o hoje como podemos de fato mudar, já que não é possível fazer um outro começo. A escola, enquanto instituição, os docentes, enquanto formadores de opinião, não podem e nem devem se isentar, é nosso dever moral, um compromisso social para todos aqueles a que tem sido negada historicamente de sua dignidade como ser humano.

Parafraseando Paulo Freire: “Para mim, a educação é simultaneamente um ato de conhecimento, um ato político e um ato de arte...”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um espaço privilegiado para as relações sociais que se iniciam desde a primeira infância até a vida adulta, sendo assim, é fundamental que o debate sobre as questões raciais não continue sendo negligenciado, a escola deve exercer seu papel de educar e no processo de eliminação do racismo e das discriminações para a emancipação dos grupos étnicos que são constantemente marginalizados, quando proporciona o acesso à informação, aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, promovendo espaços democráticos, onde todos são tratados com respeito e igualdade e tem sua cultura preservada.

Os sistemas de ensino são responsáveis por elaborar e desenvolver projetos voltados para a educação das relações étnico-raciais, além de proporcionar materiais didáticos para que eles sejam realizados. Portanto, os sistemas de ensino assim como os professores podem agir significativamente para que estereótipos, racismo, discriminação racial e social possa ser eliminado no espaço escolar, sendo que, nesse processo de reeducação das relações raciais, todos e todas devem estar envolvidos para que sejam desfeitas mentalidades racistas e discriminatórias no âmbito do espaço escolar, e isso impactará na sociedade como um todo.

A formação de professores é um aspecto fundamental que deve proporcionar um aprofundamento nas temáticas relativas à diversidade, de modo que o país possa dispor de profissionais qualificados para discutir e encaminhar questões referentes à educação das relações étnico-raciais. Os educadores precisam se adaptar às mudanças que a sociedade contemporânea tem passado, conseqüentemente tornar-se professor não é algo pronto e acabado, mas se constitui ao longo da prática, e para que estejam preparados para lidar com essa nova realidade é fundamental que participem de formações, sejam iniciais ou continuada.

Portanto, como educadora que sou tenho esperança, do verbo esperar como dizia Paulo Freire, a esperança da ação, essa ação que nos mobiliza e transforma, educação é isso, a escola é esse lugar de esperar

novas perspectivas, de criarmos um mundo mais justo e agregador. Conhecer todo processo histórico, compreender toda a estrutura social que sustenta o racismo, reconhecer-se racista são aspectos necessários para mobilizarmos a mudança. Vislumbro um mundo em que o racismo tenha sido superado, em que tenhamos compreendido o valor histórico e cultural para o nosso país da pluralidade que aqui temos, hoje ainda não é real, mas sigo acreditando que lentamente estamos caminhando para isso, é preciso consciência sobre o papel de cada indivíduo para mudança, leis estabelecem, mas são ações que efetivam as mudanças.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. 4 ed. São Paulo; Jandaíra, 2020.

CAVALLEIRO, Elaine. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. IN CAVALLEIRO, Elaine. Racismo e anti-racismo na educação: repensando a nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. 25. ed. São Paulo; Paz e Terra S/A.

BRASIL. Lei 10639/2003. Altera a lei 9394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo da rede de ensino a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm) Acesso em 02 mar. 2024.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno Manual Antirracista. 1. ed. São Paulo; Companhia das letras, 2019.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da cidade : educação antirracista : orientações pedagógicas : povos afro-brasileiros, 2022.. Disponível em <file:///C:/Users/sandr/Downloads/Curriculo-da-Cidade-Ed.-Antirracista.pdf>

Acesso em 02 mar. 2024.

SILVA, Pedronilha Beatriz Gonçalves. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. IN MUNANGA, Kabengele. (org.) Superando o racismo na escola. Brasília: MEC/Secad, 2008.

Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo\\_escola.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf) Acesso em 02 mar. 2024.



# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

## AS CONTRIBUIÇÕES DA ARTE PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

PATRICIA MARIA DA SILVA ALVES<sup>5</sup>

### Resumo

O objetivo desse trabalho é compreender a importância e as contribuições do ensino da arte na educação Infantil para que as crianças de 0 a 5 anos desde a mais tenra idade tenham o contato com a arte e suas diversas linguagens, ampliem seu repertório, bem como sejam protagonistas em suas criações de forma lúdica e contextualizada. Para atingir o objetivo buscamos compreender a História da Arte de forma contextualizada, conhecendo a produção artística acumulada pela humanidade, considerando também as tendências pedagógicas no ensino de arte no Brasil, e a influência delas no ensino da arte como também as concepções e abordagens teóricas referente ao ensino de arte e as práticas pedagógicas vigentes no ensino atual, considerando as novas orientações da BNCC para o ensino de arte. Para compreender a arte e seus benefícios na Educação Infantil, nos debruçamos em compreender a importância da linguagem artística como forma de expressão para o desenvolvimento pleno do indivíduo. Nesse sentido, esta pesquisa permitiu adquirir embasamento teórico para comprovar a hipótese inicial de que a arte é um recurso importante para o processo de ensino- aprendizagem durante a educação infantil, pois é uma linguagem que possui uma trajetória própria de desenvolvimento, possibilita a criação estética, bem como em suas perspectivas subjetivas e sensível estimula a criança a ser protagonista das suas criações. Além disso a arte em uma perspectiva integradora engloba todas as linguagens arte visual, dança, teatro e música promovendo o desenvolvimento de todas as potencialidades e possibilidades, sociabilidade, expressividade, cooperação, motor, estético, a contemplação de obras de arte, ampliado o repertório, e a compreensão da linguagem não verbal, arte visual, corporal e a música ampliando o universo cultural infantil e permitindo que a criança possa apropriar-se dos estilos artísticos existentes, fazendo sua releitura, selecionando e modificando suas ideias e conceitos, adquirindo senso crítico, dessa forma

---

<sup>5</sup> Especialista em PEDAGOGIA pela Faculdade FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DRº RAUL BAUAB (2007); Professora de Educação Infantil na Prefeitura de São Paulo.

estimulando a criança a ser protagonista de sua aprendizagem, desde que a proposta pedagógica proporcione experiências diversificadas e uma aprendizagem significativa.

**Palavras-chave:** Arte. Educação infantil. Ensino.

## Abstract

The aim of this work is to understand the importance and contributions of art education in Child Education so that children from 0 to 5 years of age from the earliest age have contact with art and its different languages, expand its repertoire as well as protagonists in their creations in a playful and contextualized way. In order to reach the goal we seek to understand the History of Art in a contextualized way, knowing the artistic production accumulated by humanity, also considering the pedagogical tendencies in art teaching in Brazil, and their influence in the teaching of art as well as the theoretical conceptions and approaches referring to the teaching of art and the pedagogical practices in current teaching, considering the new guidelines of the BNCC for the teaching of art. To understand art and its benefits in Early Childhood Education, we focus on understanding the importance of artistic language as a form of expression for the full development of the individual. In this sense, this research allowed us to acquire a theoretical basis to prove the initial hypothesis that art is an important resource for the teaching-learning process during early childhood education, since it is a language that has its own developmental trajectory, enables aesthetic creation, as well as in their subjective and sensitive perspective stimulates the child to be protagonist of their creations. In addition, art in an integrative perspective encompasses all languages visual art, dance, theater and music promoting the development of all potentialities and possibilities, sociability, expressiveness, cooperation, motor, aesthetic, contemplation of works of art, expanded repertoire, and the comprehension of non-verbal language, visual and body art and music, expanding the children's cultural universe and allowing the child to appropriate the existing artistic styles, re-reading, selecting and modifying their ideas and concepts, acquiring critical sense, thus stimulating the child to be the protagonist of their learning, as long as the pedagogical proposal provides diverse experiences and meaningful learning.



**KEYWORDS:** Art. Child education. Teaching.

## Introdução

Desde o nascimento a criança interage com o mundo, com a cultura, com o conhecimento acumulado historicamente permitindo interpretar sua realidade, possuir impressões próprias sobre a produção de arte e o fazer artístico.

A criança, desde pequena, se expressa naturalmente do ponto de vista verbal, plástico ou corporal, por meio dos sentidos, seja por um choro, seja por uma careta, com o objetivo de sanar a fome ou para produzir um estado de satisfação, por exemplo. Observar a construção da criança é ter possibilidade de conhecer o desenvolvimento e a expressão do seu eu e do mundo.

A arte está presente em nossas vidas desde o início da história, fato observado nos desenhos encontrados nas cavernas, fazendo parte do patrimônio histórico da humanidade. Além disso, a arte em suas mais variadas linguagens são representações que caracterizam um modo particular de produção de sentido.

As artes são linguagens importantes para a expressão e comunicação humanas seja através da arte visual, da música, dança ou teatro, por meio delas as crianças podem se comunicar e atribuir sentido as sensações, sentimentos, pensamentos e realidade. A arte também favorece ao aluno reinventar-se de forma criativa com outras disciplinas.

Para tanto no Brasil a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 (LDB) traz em seu artigo 6º no parágrafo legendado, o ensino da arte como componente curricular obrigatório nos diversos níveis da Educação Básica, com especificidade em suas expressões regionais de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

O novo documento da BNCC para no eixo da educação infantil elenca seis direitos de aprendizagem da criança, são eles conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se para formação de um indivíduo capaz de estabelecer relações com um mundo em sua volta e principalmente ser protagonista de sua própria trajetória, para isso estrutura a organização em cinco campos de experiências: O eu o outro, e nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e

transformações.

A arte é essa linguagem integradora que possibilita essa relação consigo mesmo, com o outro e com o mundo, a arte como linguagem de expressão é muito importante na vida das pessoas, pois permite desenvolver a personalidade como um todo, despertando e desenvolvendo a percepção, comunicação, concentração, autodisciplina, trabalho em equipe, análise, síntese, criatividade, senso-crítico e sobretudo a sensibilidade, uma maneira de olhar o mundo, o outro e a si mesmo além do óbvio é ver de maneira genuína.

Escolhemos a arte devido a sua importância para o desenvolvimento infantil (cognitivo, afetivo, psicológico e social), seja através da música, que possibilita a escuta do som, do ritmo, os sentimentos despertados, memórias, a maneira como o corpo reage, ou as artes visuais as formas, cores e texturas, que além de permitir enriquecer o olhar das crianças, desenvolvendo a sensibilidade, a estética por meio de diferentes imagens, possibilitando à criança compreender o mundo no qual faz parte, bem como seus valores, sua cultura e sua história, ou teatro e a dança que de forma lúdica, subjetiva é a linguagem do corpo de transmitir o que está na alma, com ou sem o uso da palavra.

Essas elaborações são permitidas às crianças quando o professor oportuniza diferentes propostas que envolvam as diversas linguagens artísticas, bem como atividades desafiadoras e diversificadas. Assim, o papel da arte na escola é permitir à criança ampliar seu repertório, se apropriar do conhecimento acumulado historicamente, desenvolver sua criatividade, o senso-crítico, a ética e a estética.

## O ensino da arte no Brasil

O percurso do ensino da arte nas escolas brasileiras tem uma trajetória relativamente recente e coincide com as transformações educacionais características do século XX, onde podemos notar um deslocamento do foco da educação tradicional, centrada na transmissão de conteúdo, para o processo de aprendizagem do aluno (Histórico-crítica).

## Tendências pedagógicas no ensino da arte no Brasil e a LDB

O ensino da arte nas escolas brasileiras está permeado por dois grandes grupos de teorias educacionais: teorias não críticas e teorias críticas. As teorias não críticas estão divididas em: Tradicional, Escola-Nova

e Tecnicistas. As teorias críticas em: Libertadora, Libertária e Histórico-Crítica.

- Teoria não-crítica: Tradicional

A teoria educacional tradicional surgiu no período jesuíta com tendências a enfatizar a prática vinculada essencialmente à relação do como ensinar.

O professor é visto como o centro do sistema educacional, um transmissor do conhecimento apresentando verdades inquestionáveis. Considera-se o aluno como um ser passivo e submisso ao regime escolar.

Essa tendência tradicional visa à reprodução dos modelos prontos por modelos prontos por meio de cópias miméticas, no sentido de aperfeiçoar a técnica, com priorização da estética, ou seja, do padrão de beleza apreciado na produção artística. A metodologia é baseada na fixação e memorização dos conteúdos.

Na prática, o ensino de desenho nas escolas primárias e secundárias fazia analogias com o trabalho, valorizando o traço, o contorno e a repetição de modelos que vinham geralmente de fora do país; o desenho de ornatos, a cópia e o desenho geométrico visavam à preparação do estudante para a vida profissional e para as atividades que se desenvolvam tanto em fábricas quanto em serviços artesanais. FUSARI e FERRAZ (1999, P.30):

De forma cada vez mais idealizadora o sistema de ensino foi se organizando a partir de uma concepção dualista, onde o tradicional fortalece a formação da elite, pois diferencia o processo educacional da classe operária e da classe dominante. Na classe operária a educação é adestradora e disciplinadora, diferente do ensino para a classe dominante (burguesia) onde a educação volta-se para a formação intelectual. Esse descaso da teoria tradicional vira alvo de críticas no início do século XX, buscando soluções efetivas, bem como a qualidade de ensino, surge a Escola-Nova.

- Teoria não-crítica: Escola-Nova

O movimento da Escola-Nova teve influência no Brasil por volta de 1930, ao contrário da tradicional, enfatiza o como aprender, ou seja, preocupa-se com o método, com o aluno, com seus interesses, sua espontaneidade, propondo que a escola seja um espaço aberto e de interação entre professor e aluno, compreendendo o desenvolvimento de posturas no ensino de arte, que rompesse com as cópias de modelos propostos pelos professores. Proporcionando um ensino de arte capaz de explorar a criatividade e a livre expressão do aluno como aprender fazendo.

Essa teoria também sofreu algumas críticas devido a liberdade excessiva em sala de aula o que levou inúmeros professores ao extremo, visto que não podiam interferir no trabalho criativo.

- Teoria não-crítica: Tecnicista

A teoria educacional tecnicista surge no Brasil entre 1960 e 1970, devido a considerar a educação insuficiente no preparo de profissionais de nível médio e superior, para atender a expansão que a tecnologia apresentava no momento. Esse modelo de produção capitalista desvia o foco da educação na formação de cidadãos conscientes para a formação de indivíduos competentes e produtivos, com o objetivo de atender os interesses políticos, sociais, econômicos e ideológicos.

Nesse período, é implantado, no currículo escolar, a disciplina de Educação Artística no início dos anos 70, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº5692/1971, que se propõem a implantar atividades mecânicas com desenvolvimento de habilidades manuais, bem como valorização da estética.

Nesse sentido, o governo possibilita a criação de cursos universitários de licenciatura para que os profissionais se qualificassem e pudessem ministrar a disciplina de Educação Artística, agora obrigatória no currículo.

Entretanto, houve uma fragmentação da prática nas aulas de artes, pois a criatividade no fazer artístico, no processo dos trabalhos, foi deixado de lado, dando lugar a desenhos prontos (mimeografados) com ênfase na questão estética. Isso acarretou uma baixa qualidade de ensino, visto que essa lei visava uma interação direta com o mercado de trabalho, onde o ensino adquiriu funções técnicas que se associavam a ele.

- Teoria Crítica: Libertadora

Essa crise educacional, nos anos 1970, gerou insatisfação de muitos educadores, que a fim de burlar a visão alienadora da educação buscam por novas teorias: a Teoria Libertadora.

A teoria Libertadora sofreu fortes influências das ideias de Paulo Freire, onde a principal ação é a valorização, da situação-problema existente no cotidiano do aluno (questões políticas e sociais), desafiando-os a enfrentá-los e solucioná-los por meio dialógico.

- Teoria Crítica: Histórico-Crítica

Na década de 1980, a teoria Histórico-Crítica soma-se as demais, objetivando uma prática mais realista, integrando o conhecimento prévio do aluno (o que ele já domina) a novas descobertas, conhecimentos, onde o

professor atua como mediador desse conhecimento, instigando o aluno a reconstruir e inserir novas descobertas.

O ensino de arte vem historicamente contextualizado como meio de proporcionar o conhecimento de forma mais realista e crítica, por meio de aulas mais significativas. Nesse período a proposta triangular de Ana Mae Barbosa é difundida, com ênfase a três facetas do conhecimento artístico: o fazer artístico, a análise das obras e a história das artes.

## O ensino da arte e a LDB

Em 1971, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº5.692/71 o ensino da disciplina Educação Artística passou a ser obrigatório no currículo. Entretanto, o professor era preparado para dominar as diversas linguagens artísticas em apenas dois anos para trabalhar com a disciplina a partir da 5ª série. Além disso, essa lei visava uma interação direta com o mercado de trabalho, fazendo com que o ensino adquirisse funções técnicas, fatores estes que ocasionaram uma baixa qualidade de ensino.

Em 1996, foi formulada uma nova proposta norteadora para o ensino por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96. Essa lei extinguiu a Educação Artística do currículo e a nova nomenclatura incorporada no sistema de ensino foi Artes, que visava favorecer a apreensão de um saber artístico associado com sua história, bem como integrá-la às demais disciplinas.

As novas diretrizes de ensino buscam nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Arte a sistematização do ensino de artes desconsiderando a realidade sociocultural, econômica e política de cada região.

Além disso, essa lei de 1996 tinha o objetivo de melhorar a qualidade da prática pedagógica de ensino, com o objetivo de estimular a percepção e imaginação do aluno, desenvolvendo sua criatividade na produção artística, bem como atribuindo significado a sua visão de mundo, permitindo a interação entre este e a arte.

Apesar de todos os esforços para o desenvolvimento de um saber artístico na escola, verifica-se que a arte historicamente produzida e em produção pela humanidade ainda não tem sido suficientemente ensinada e apreendida pela maioria das crianças e adolescentes brasileiros.  
FUSARI E FERRAZ (2001,p.21):

Na busca de superarmos essa dicotomia, BARBOSA (2001, p.35) sugere:

Um currículo que interligasse o fazer artístico, a história da

arte e a análise da obra de arte estaria se organizando de maneira que a criança, suas necessidades, seus interesses e seu desenvolvimento estariam sendo respeitados a matéria a ser apreendida, seus valores, sua estrutura e sua contribuição específica para a cultura.

Ainda é comum as aulas de arte serem confundidas com lazer, terapia, descanso das aulas “sérias”, o momento para fazer a decoração da escola, as festas, comemorar determinada data cívica, preencher desenhos mimeografados, fazer o presente do Dia dos Pais, pintar o coelho da Páscoa e a árvore de Natal.

As escolas podem promover acesso a esse saber abrangendo conteúdo significativo com a perspectiva de ensinar arte para além das datas comemorativas, desenhos estereotipados e técnicas de pintura, ou seja, fragmentadas de contextualização, de acordo com MARTINS ET ALL (1998, p.12)

Para tanto, os professores de Arte devem oferecer meios para que a disciplina cumpra o papel de formar e informar indivíduos capazes de apreciar e usufruir das produções artísticas decodificando suas múltiplas significações, ou seja, se faz necessário que a Arte seja percebida como disciplina tão importante quanto às demais, que a humanidade trate a arte como conhecimento histórico, como conhecimento construído pelo homem através do tempo, e que a todo instante sofre modificações, pois a história é linear e está em constante evolução, sendo a arte um patrimônio cultural, onde todos devem ter acesso.

## Arte na educação infantil

Através da história dos seres humanos podemos verificar que sempre produziram formas visuais, utilizando símbolos particulares que se constituíram socialmente para exprimirem o seu mundo subjetivo e objetivo. Além disso, somos seres históricos e fazemos uso de Linguagens: verbal, escrita, corporal entre outras. Dentre essas Linguagens, temos as Linguagens Artísticas: Musical, Corporal, Gestual, Visual, Audiovisual e por meio destas o homem interpreta o mundo e sua realidade.

Vivemos em um mundo cercado por linguagens artísticas. Essas linguagens se constituem por elementos diversos capazes de darem forma a uma ideia. Esses se unem a valores estéticos, a conhecimentos acumulados ao longo da história e a experiências vivenciadas no dia a dia.

O código utilizado na linguagem visual tem como função uma linguagem específica para formar suas mensagens. Isso implica em

conhecimento e leitura dos elementos visuais expostos. Para compreendermos melhor esses elementos temos que conhecê-lo e só então passamos a usufruir desses recursos por meio de nossa sensibilidade, ou seja, quando deciframos o alfabeto visual. Segundo HECHT(2008):

Esse alfabeto é indicado através do signo, da marca, do sinal, do ponto, da linha, a proporção, superfície, textura, as cores, luz, sombra, volume, perspectiva e composição. Suas manifestações acontecem com o desenho, a pintura, a gravura, formas tridimensionais, a fotografia, o cinema, o filme de animação, a televisão e as imagens feitas com computador.

Entendemos hoje que aprender a ler imagens, sons e objetos aumentam nossas possibilidades de sentir e pensar sobre novas ações. Devemos ler não somente a escrita, mas também a imagem, pois assim nos tornamos críticos, evitando ser manipulado e enganado. Nesse sentido...

“A arte só é arte, quando leva a pensar”. BARBOSA (2007, p.68),

A área de Arte tem ampla abrangência nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), propõe entre as quatro modalidades artísticas citadas no documento a Artes Visuais – com maior amplitude que as Artes Plásticas, englobando artes gráficas, vídeo, cinema, fotografia e as novas tecnologias, como arte em computador. Além disso, o trabalho com artes é desenvolvido por três eixos que norteiam o processo ensino e aprendizagem: produção, a reflexão e a fruição.

Desde a Escola Nova, o ensino de Arte tem se destacado pela produção, pelo fazer artístico - no qual a Arte é valorizada como expressão - , em contraste com um ensino pautado em modelos a serem repetidos. Realmente, o fazer artístico é fundamental, pois, ao produzir uma obra, a criança inventa signos, desvelando suas impressões do mundo e de si mesma por meio das várias linguagens da Arte. A ação criadora requer o emprego de recursos pessoais e habilidades, a pesquisa de materiais e técnicas, articulando a percepção, a imaginação e a ação. Por isso, o fazer artístico não pode ser uma atividade de "final de expediente", breve e sem significação.

A fruição do fazer artístico, ressignificado na socialização com a classe, ganha outra dimensão, alimentando e ampliando as leituras de mundo, a percepção estética e a imaginação criadora.

A produção e a fruição se articulam com atividades nas quais o estudo sobre as manifestações artísticas - obras de arte



(consagradas ou não) e produções artísticas de outros tempos, de outras etnias, de outros continentes, das crianças da classe e de tantas outras - possibilita uma reflexão sobre a Arte como objeto de conhecimento. Nessas atividades, "dados sobre a cultura em que o trabalho artístico foi realizado, a história da Arte e os elementos e princípios formais que constituem a produção artística, tanto de artistas quanto dos próprios alunos" possibilitam a construção de saberes relacionados à apreciação estética, que serão apropriados pelo aluno e incorporados na sua produção pessoal. (BRASIL, 1997, p.43-44)

Esses eixos fundamentam a ação pedagógica englobando três ações mentais e sensorialmente básicas que dizem respeito ao modo como se processam o conhecimento da arte: a produção, a reflexão e a fruição.

A arte tem sua importância na escola, devido sua importância fora dela, ou seja, como foi construída pelo homem ao longo dos tempos, deve ser tratada como conhecimento por meio de três campos conceituais: "a criação/produção, a percepção/análise e o conhecimento da produção artístico-estética da humanidade, compreendendo-a historicamente e culturalmente". Além disso, "esses três campos conceituais estão presentes nos PCN-Arte e, respectivamente, denominados produção, fruição e reflexão". (MARTINS ET ALL, 2009, P.12)

A arte não é cópia ou reprodução, é a representação simbólica de objetos e ideias (visuais, sonoras, gestuais, corporais). Sintetizando, no ensino e aprendizagem de arte o professor deverá possibilitar, a cada um de seus aprendizes, o fazer artístico como marca e poética pessoal, pois as formas repetidas, copiadas, ou seja, trabalhos iguais não apresentam expressividade, não possuem significado para quem as produziu.

## Ensino de arte na Educação Infantil

Ao longo da história, percebemos que as artes visuais na educação infantil têm demonstrado caminhos descompassados, pois muitas propostas são entendidas apenas como mero passatempo em atividades de desenhar, colar, pintar, modelar (massinhas, argilas). Essas atividades são destituídas de significado devido a forma que elas são utilizadas em sala de aula.

Além disso, outra prática muito utilizada nas escolas considera que o trabalho com artes visuais deve ter uma função decorativa, servindo para representar datas comemorativas, onde a preocupação central está voltada para: "enfeitar as paredes com motivos considerados infantis, elaborar convites, cartazes e pequenos presentes para os pais etc." (RCNEI, 1998, vol. 3,



p.87).

É comum também nas práticas educativas que os adultos interfiram em grande parte do trabalho, uma vez que consideram que a criança não consiga fazê-lo sozinha.

Também observamos que as artes visuais são amplamente utilizadas em sala de aula por meio de folhas mimeografadas a serem preenchidas, reforçando a aprendizagem dos mais variados conteúdos.

Segundo o RCNEI (1998), dentro de um processo histórico, por meio de pesquisas, percebemos que essas práticas permitiam o desenvolvimento de potencialidades criadoras que se desenvolveriam naturalmente em estágios sucessivos, desde que as propostas fossem centradas no desenvolvimento das crianças:

As pesquisas desenvolvidas a partir do início do século em vários campos das ciências humanas trouxeram dados importantes sobre o desenvolvimento da criança, sobre o seu processo criador e sobre as artes das várias culturas, na confluência da antropologia, da filosofia, da psicologia, da psicanálise, da crítica de arte, da psicopedagogia e das tendências éticas da modernidade, surgiram autores que formularam os princípios inovadores para ensino das artes, da música, do teatro e da dança. Tais princípios reconheciam a arte da criança como manifestação espontânea e auto expressiva: valorizavam a livre expressão e a sensibilização para o experimento artístico como orientações que visavam ao desenvolvimento do potencial criador, ou seja, as propostas eram centradas nas questões do desenvolvimento da criança.

Tais orientações trouxeram inegável contribuição para que se valorizasse a produção criadora infantil, mas o princípio revolucionário que advogava a toda necessidade e a capacidade da expressão artística aos poucos transformou-se em "um deixar fazer" sem nenhum tipo de intervenção, no qual a aprendizagem das crianças pôde evoluir muito pouco.

Esses princípios influenciaram o que se chamou "Movimento da Educação através da Arte", fundamentado principalmente nas ideias do filósofo inglês Herbert Read. Esse movimento teve como manifestação mais conhecida a tendência da livre expressão que, ao mesmo tempo, foi largamente influenciada pelo trabalho inovador de Viktor Lowenfeld. V. Lowenfeld, entre outros, acreditava que a potencial idade criadora se desenvolveria naturalmente em estágios sucessivos desde que se oferecessem condições adequadas para que a criança pudesse se expressar livremente. (RCNEI, 1998, vol.3, p. 87)

O desenvolvimento artístico da criança não ocorre automaticamente à medida que a criança cresce, pois, a criança:

A arte da criança, desde cedo, sofre influência da cultura, seja por meio de materiais e suportes com que faz seus trabalhos, seja pelas imagens e atos de produção artística que observa na TV, em revistas, em gibis, rótulos, estampas, obras de arte, trabalhos

Nesse sentido, como a criança sofre influência da cultura observamos que na produção artística das crianças é possível identificar sinais de espontaneidade e autonomia na exploração de materiais e que seus trabalhos revelam o local e a época histórica em que vivem, suas oportunidades de aprendizagem, suas ideias e representações, bem como suas reflexões.

Sendo assim, no RCNEI (1998, vol.3, p. 89), considera-se as Artes Visuais uma linguagem com estrutura e características próprias, onde o processo de aprendizagem no âmbito prático e reflexivo se dá por meio de articulações entre os aspectos do fazer artístico, apreciação e reflexão:

**Fazer artístico** - centrado na exploração, expressão e comunicação de produção de trabalhos de arte por meio de práticas artísticas, propiciando o desenvolvimento de um percurso de criação pessoal;

**Apreciação** - percepção do sentido que o objeto propõe, articulando-o tanto aos elementos da linguagem visual quanto aos materiais e suportes utilizados, visando desenvolver, por meio da observação e da fruição, a capacidade de construção de sentido, reconhecimento, análise e identificação de obras de arte e de seus produtores;

**Reflexão** - considerado tanto no fazer artístico como na apreciação, é um pensar sobre todos os conteúdos do objeto artístico que se manifesta em sala, compartilhando perguntas e afirmações que a criança realiza instigada pelo professor e no contato com suas próprias produções e as dos artistas. (RCNEI, 1998, vol.3, p. 89)

Concluimos que o desenvolvimento da capacidade artística, da imaginação criadora, da expressão, da sensibilidade e da capacidade estética da criança poderá ocorrer se for colocada em contato com produções de arte presentes em museus, igrejas, livros, reproduções, revistas, gibis entre outros, apoiada na reflexão sobre a aprendizagem, articulando ação, percepção, a sensibilidade, a cognição, bem como imaginação.

## Considerações finais

Através deste estudo pudemos confirmar e compreender a importância das artes na Educação Infantil, a arte é um recurso importante para o processo de ensino-aprendizagem durante a essa fase, pois a mesma é uma forma de linguagem, que possui uma trajetória própria de desenvolvimento, que possibilita criação e a estética da arte, estimulando a criança a ser protagonista das suas criações.

Compreendemos que as artes visuais é uma linguagem que promove o desenvolvimento de todas as potencialidades e possibilidades, sociabilidade, expressividade, cooperação, motor, estético, bem como pode promover também a contemplação de diversas obras de arte, ampliando o repertório, o universo cultural infantil, permitindo que a criança possa apropriar-se dos estilos artísticos existentes, fazendo sua releitura, selecionando e modificando suas ideias e conceitos, adquirindo senso crítico.

Esse desenvolvimento permitirá também que essa criança seja protagonista de sua aprendizagem, desde que a proposta pedagógica proporcione experiências diversificadas, conhecimentos por meio de uma atuação do professor como mediador dessa aprendizagem significativa, que valoriza uma proposta triangular de ensino-aprendizagem (o fazer artístico, a análise das obras e a história das artes), cumprindo o papel de formar e informar indivíduos capazes de apreciar e usufruir das produções artísticas decodificando suas múltiplas significações.

Para superarmos uma visão ultrapassada do ensino de arte, a busca por informações e atualização é o caminho, muitas são as possibilidades de conhecer, aprender, e se apropriar, considerando que a arte está em todos os lugares e vem cada vez mais ganhando visibilidade e sendo valorizada.

Quando falamos em arte precisamos conhecer a história da arte, a arte contemporânea, mas é fundamental reconhecer a arte que surge da cultura a qual estamos inseridos, valorizar aquela arte que está acessível a criança é de tamanha importância para que ela realmente sinta que a arte não é algo inacessível, mas ela não é apenas para nós, como também parte de cada um de nós, basta encontrarmos uma maneira de expressá-la seja através da dança, música, teatro, artes visuais, cada um possui a sua linguagem artística.

Nesse contexto, confirmamos que as artes é uma linguagem muito importante para o desenvolvimento infantil (cognitivo, afetivo, psicológico e social), pois permitem enriquecer o olhar das crianças, ampliando o seu repertório infantil, suas possibilidades enquanto produtor de cultura, desenvolvendo a sensibilidade, a estética, a compreensão do mundo no qual faz parte, bem como seus valores, sua cultura e sua história.

## REFERÊNCIA

ARANHA, Maria Lucia de Arruda, MARTINS, Maria Helena Pires. Temas de filosofia. São Paulo: Moderna, 1998.

- BARBOSA, Ana Mae. A imagem no Ensino da Arte. São Paulo: Perspectiva S. A, 2001.
- BARBOSA, Ana Mae. (org.). Inquietações e mudanças no ensino da arte. São Paulo: Cortez, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL, LDB. Lei 9394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Acesso em 08 mar. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Conhecimento de Mundo. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 3.
- BOSI, Alfredo. Reflexões sobre a Arte. São Paulo: Ática, 1999.
- COLI, Jorge. O que é Arte. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- FUSARI, Maria F. de Rezende; FERRAZ, Maria Heloisa C. de T. Arte na educação escolar. São Paulo: Editora Cortez, 2001.
- HECHT, Ariane. O sabor do saber e o sabor do aprender a linguagem visual. A criança de 6 anos: reflexões e práticas. TIERNO, Giuliano (org.). São Paulo: Meca: SIEEESP – Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, 2008.
- HORN, Maria da Graça Souza. (Saberes, cores, sons, aromas) A organização dos espaços na Educação Infantil. Porto Alegre. Editora Artmed: 2004.
- MARTINS, Mírian Celeste; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, Maria Terezinha Telles. Teoria e prática do ensino de arte: a língua do mundo. São Paulo: FTD, 2009.
- NUNES, Benedito. Introdução à filosofia da Arte. São Paulo: Ática, 1999.
- SANTOS, Maria da Graça Proença Vieira dos. Descobrimos a História da Arte. São Paulo: Editora Ática, 2011.



# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

## MUSICALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA PRÁTICA PEDAGÓGICA

VIVIANE CARRIJO VIEIRA

**Resumo:** - Considerando a importância da música como parte da cultura popular e, portanto, como conhecimento a ser trabalhado no contexto da educação da criança e conceituar os meios de amplificar essa musicalização, e a inserção do lúdico na educação vai além de implantar e estabelecer currículos ou aplicá-los para os alunos sem nenhum recurso que desperte sua atenção, isso implica numa renovação da formação continuada do professor.

**Palavras-chave:** Música. Educação. Desenvolvimento. Aprendizagem.

**Abstract:** Considering the importance of music as part of popular culture and, therefore, as knowledge to be worked on in the context of child education and to conceptualize the means of amplifying this musicalization, and the insertion of playfulness in education goes beyond implanting and establishing curricula or applying them to students without any resources that arouse their attention, this implies a renewal of the teacher's continuing education.

**Keywords:** Music. Education. Development. Learning.

## 1. INTRODUÇÃO

A musicalização nesta etapa da vida pode beneficiar o desenvolvimento integral das crianças, não só apenas como mais uma linguagem, mas como elemento socializador e ampliador de seus conhecimentos, além do melhoramento das funções motoras, psicológicas a música tem o poderdo relaxamento e concentração, levando-os também a refletirem sobre sua convivência escolare social.

Quando o ensino de Artes (música, dança, teatro, pintura, etc.) passarem a ser tido como uma matéria importante e complementar para a formação de um cidadão e apresentar-se dentro do currículo escolar ou mesmo como forma interdisciplinar, haverá uma ascensão favorável de aprendizado, levando em conta os aspectos psicológicos e físicos dos alunos, no ambiente escolar que os alunos passam uma boa parte do seu tempo e é principalmente nas séries iniciais que há aquisição de conhecimentos escolares com um importante estímulo para formar uma base mais sólida e completa, já que, cada aluno possui seu ritmo próprio e que os professores muito contribuem para essa formação assim como todo o ambiente escolar

Segundo Vygotsky (2003) nos mostra que o ambiente externo interage diretamente no desenvolvimento e aprendizagem das crianças, dessa maneira acredita-se que o contato das mesmas com a cultura que a rodeia seja um elemento fundamental para o seu crescimento saudável, o objetivo geral é compreender a importância da música na infância e verificar as contribuições que o ensino da mesma, e como essa musicalização interfere no desenvolvimento da criança. Diante deste, buscou-se: apresentar a teoria e a prática da musicalização no ensino aprendizagem; discutir sobre como a música pode contribuir para o desenvolvimento da criança; verificar como esta pode promover a sociabilidade e a expressividade do aluno e promover reflexões sobre a música nas escolas e sociedade.

Sabendo que as aulas de educação artística, onde a música está inserida não

tem um papel de grande destaque no currículo escolar, uma vez que as disciplinas seguem uma regra hierárquica, onde as que são tidas como as mais importantes para o desenvolvimento escolar do aluno tem um enorme destaque e são tidas como as demais necessidades para a vida escolar e social do aluno, enquanto as demais disciplinas que estão presentes no currículo são levadas em “banho-maria” nas salas de aula.

As aulas de educação artística há muito tempo vem sendo relegadas ao segundo plano, os alunos só dedicam-se as atividades artísticas dentro da escola apenas quando o professor ou a instituição tem atividades específicas ou projetos, apresentações, amostras, recitais, encontros, onde para as escolas ainda é mais, que o aluno venha a ler e escrever com maior rapidez para acompanhar os planos escolares e suas atividades diárias, facilitando assim o trabalho de acompanhar as fases individuais dos alunos, que quase sempre não são respeitad

A música tem um grande poder de interação e desde muito cedo adquire grande relevância na vida de uma criança despertando sensações diversas, tornando-se uma das formas de linguagem muito apreciada por facilitar a aprendizagem e instigar a memória das pessoas.

Desde o nascimento que o ser humano mostra suas necessidade de comunicação, interagir com a sociedade e meio envolvente. Essa necessidade se inicia no ventre da sua mãe, onde é criada uma relação de afeto, estabelecendo formas de comunicação entre a mãe e a criança, através de simples gestos.

Segundo Andrade (1980):

Tudo que é caracteristicamente humano depende da linguagem. O ser humano é, em primeira instância, o animal falante. O discurso representa o mais essencial – mas não o único – papel no desenvolvimento e na preservação da identidade humana e de suas aberrações, assim como faz no desenvolvimento e na manutenção da sociedade e de suas aberrações.

As comunidades podem ser identificadas pela música que escutam.

Como podemos definir taxar ou estimar o gosto musical, a cultura, classe social, se a criança não tem opção de aprofundar seu conhecimento nos diversos campos culturais oferecidos pelas artes? A música proporciona uma forma de expressão e contribui para buscar a identidade de um povo, mas, isso não quer dizer que se devem privar o mergulho em outras culturas, pois a igualdade implica no

direito de não haver discriminação, sendo assim a escola tem obrigação de oferecer essa cartela de opções a seus alunos

Segundo JEANDOT (1997) afirma:

No reconhecimento de nossa individualidade está a possibilidade de assumirmos a identidade da comunidade que fazemos parte, aquilo que nos une e nos solidariza. Conseqüentemente, os direitos individuais não podem ser inteiramente usufruídos ou garantidos, na ausência do respeito para com a dignidade, a integridade, a igualdade e a liberdade daquelas comunidades com as quais nos identificamos, incluindo a comunidade étnica a qual pertencemos. Na busca do reconhecimento de quaisquer de nossas comunidades [...] nós devemos reconhecer reciprocamente a legitimidade da existência e da integridade de outras comunidades, inclusive suas diferenças em relação a nós.

No Brasil ainda temos pouco incentivo para pesquisas sobre educação musical enquanto em outros países a música já é vista como obrigatória nas escolas, a finalidade da inclusão da música na escola não é tanto transmitir uma técnica particular, mas sim trazer para o aluno opções de expressão e linguagens que o ajudarão a desenvolver o gosto pela cultura e assim futuramente expressar-se através dela. Dessa maneira, é possível afirmar que no Brasil já temos uma trajetória histórica, educativa e cultural que nos permite uma reflexão crítica acerca de perspectivas e caminhos concretos que possam subsidiar a inserção da educação musical nas escolas.

A música habilita os alunos para que possam realizar funções motoras e intelectuais, bem como relacionar-se com o meio social. Essas ferramentas de trabalho caem para os professores como meios facilitadores de contribuição para deixar o ambiente escolar mais alegre, a música oferece um efeito calmante após períodos de atividades físicas e atividades que exigem esforços como visitas a ambientes externos, reduz o estresse em momentos de avaliação, e também pode ser usada como um método no aprendizado de todas as disciplinas.

O professor pode escolher várias músicas que tratem do assunto que será trabalhado em sua aula, isso tornará a aula atrativa, dinâmica e vai ajudar a rememorar as informações repassadas para as atividades posteriores, a música não somente é um simples apetrecho, além de ter fácil acesso, ela não necessita de muitos recursos e materiais, precisa-se necessariamente, de mais nada além de alunos e professores.

O som uma vez produzido, tanto por instrumentos, objetos ou pelo corpo como palmas, pode transportar os educandos para um mundo vasto de aprendizado, em que a intensidade deste seguimento varia de acordo com as diversidades individuais, no espaço escolar, principalmente nas séries iniciais as crianças passam a desenvolver suas perspectivas intelectuais, motores, linguísticas e psicomotoras. Mas, a música



também deveria ser praticada como matéria em si, como linguagem artística, forma de cultura e expressão.

A escola deve ampliar o conhecimento do aluno, favorecendo a convivência com os diferentes gêneros musicais, apresentando novos estilos, proporcionando um diagnóstico reflexivo do que lhe é apresentado, permitindo que o aluno trane-se um ser crítico.

Conforme GAIO (2000, p.45):

Ligar a música e o movimento, utilizando a dança ou a expressão corporal, pode contribuir para que algumas crianças, em situação difícil na escola, possam se adaptar (inibição psicomotora, debilidade psicomotora, instabilidade psicomotora, etc.). Por isso é tão importante a escola se tornar um ambiente alegre, favorável ao desenvolvimento.

As performances musicais executadas na escola não serão voltadas exclusivamente para a formação de músicos, e sim, através da prática e percepção da linguagem musical, proporcionar a abertura dos canais sensoriais (visual, auditivo e sinestésicos), facilitando a expressão de emoções, ampliando a cultura e contribuindo para a formação total do cidadão.

Não basta retratar o que já existe é preciso compreender a cultura de povos diferentes e outras épocas, de modo a vivenciar sentimentos e emoções diferenciados, ampliando o entendimento do mundo no qual o cidadão vive e as transformações que ocorreram durante o seu desenvolvimento, a necessidade básica de ações e hábitos para vir a ter consciência do que se aprende, o pensamento sistematizado e organizado, os sistemas de símbolos, associações e regras para a construção do conhecimento são pontos comuns em qualquer área.

A experiência artística ganha um espaço definido quando realmente respeita o repertório peculiar de vivências e assume o papel de classe para estender a expressão do sujeito possibilitando seu amplo desenvolvimento, que envolvem a musicalização permitem que a criança conheça melhor a si mesma e ao próximo, desenvolvendo sua definição de esquema corporal, e também oportuniza a comunicação com o outro. Weigel (1988) e Barreto (2000) *apud* Garcia e Santos (2012), afirmam que atividades podem auxiliar de maneira durável como reforço no desenvolvimento sócio afetivo, cognitivo/ linguístico e psicomotor da criança, da seguinte forma:

- **Desenvolvimento sócio afetivo:** a criança aos poucos vai formando sua própria identidade, percebendo-se diferente dos outros e ao mesmo tempo buscando integrar-se com os demais. Por meio do desenvolvimento da autoestima ela aprende a aceitar-se, com suas limitações e capacidades. As atividades musicais em grupo melhoram o desenvolvimento da socialização, a compreensão, a participação e estimulando cooperação. Dessa forma a criança

vai fortalecendo o conceito de respeito ao próximo. Além disso, ao expressar-se musicalmente em atividades que lhe geram prazer, ela libera seus sentimentos, expressa suas emoções, desenvolvendo um sentimento de segurança e realização pessoal.

- **Desenvolvimento cognitivo/ linguístico:** a origem de conhecimento da criança são as vivências que ela já traz consigo para a escola. Nesse sentido, as experiências musicais vividas por ela em casa farão com que facilite uma participação ativa favorecendo o desenvolvimento dos sentidos das crianças. Ao trabalhar com os sons ela desenvolve sua capacidade de ouvir melhor e com detalhamento de ritmos e sentimentos musicais; ao acompanhar com gestos ou danças ela está trabalhando a coordenação motora e sua atenção e concentração; ao cantar ou imitar sons ela está descobrindo suas capacidades e se relacionando com o ambiente em que vive.
- **Desenvolvimento psicomotor:** as atividades musicais oferecem diversas oportunidades para que a criança aperfeiçoe suas habilidades motoras, aprende a controlar seus músculos e movimentar seu corpo com desenvoltura. O ritmo tem um papel muito importante na formação e equilíbrio do sistema nervoso. Isto porque toda expressão musical ativa age sobre a mente da criança, favorecendo um impacto emocional a mente e aliviando as tensões. Atividades como cantar fazendo gestos, dançar, bater palmas e pés, são experiências importantes para a criança, pois elas permitem que se desenvolva o senso rítmico, a coordenação motora, fatores importantes também para o processo do desenvolvimento da escrita e leitura.

### **Percepção sonora**

A percepção sonora envolve a recepção e a análise de estímulos sonoros através da audição. Nesta percepção identificam-se algumas capacidades como a detecção do som, discriminação, sensação sonora, localização, reconhecimento, atenção, compreensão e a memória, sendo assim parte do processamento auditivo que envolve a apuração do sinal acústico assimilando a informação em modelos. Diferente dos nervos ópticos, a audição não suporta estímulos agressivos, ou seja, caso o ouvido for exposto a intervalos desafinados tem-se a impressão de que está errado, que não é belo ou em casos extremos uma peça dissonante pode causar irritabilidade a quem ouve.

As atividades que cercam a percepção sonora agem, além do estímulo auditivo em si, no desenvolvimento de diversos aspectos intelectivos, tais como criatividade, linguagem, memória e tantos mais que o professor possa explorar, dependendo do objetivo a ser alcançado.

Muitas atividades podem ser manuseadas com as crianças especialmente no estímulo da memória. Com objetos que provoquem sons (chocalhos, latas, sons onomatopáicos, músicas e ruídos naturais dos ambientes), localizar e treinar,

identificação, reprodução e execução dos diferentes sons.

- Rimas;
- Palavras que iniciam ou terminam com o mesmo som;
- Descrever o som ouvido (desenho ou fala);
- Memorizar uma sequência de sons e depois reproduzi-los;
- Imitar animais de acordo com o som produzido de cada animal;
- Desvendar a fonte do som utilizando objetos diversos;
- Tocar instrumentos musicais (WEIGEL, 1988).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação musical necessita considerar que o ensino e a aprendizagem de música não ocorrem apenas na sala de aula, mas em circunstâncias mais amplas. Por isso, o professor não deve discutir a música na escola, mas refletir sobre em que a educação musical pode ajudar no dia a dia dos alunos, interesses e dificuldades, buscando sempre decifrar a realidade em que vivem e atuam e quais formas de conhecer e aprender.

O ato musical no espaço escolar ajuda no processo de aprendizagem despertando e estimulando a área afetiva, cognitiva e linguística das crianças. As regalias que a música proporciona nesta fase, seja pela expressão de emoções, seja pelo raciocínio, sociabilidade, concentração, comunicação, é de grande aproveitamento para a vida.

Diante da realidade que nos deparamos nas instituições de ensino, a música é desenvolvida de maneira resumida, por meio de repetição e imitação, algo quase mecânico, sem um discernimento. Podendo realizar um trabalho significativo com material reciclável para a confecção de instrumentos para exploração de sons e outras atividades que poderia contribuir para o desenvolvimento da inteligência musical, fazendo assim com que a música seja mais um suporte para a melhoria da educação das nossas crianças, tornando-as pessoas com senso crítico e cidadãos com mais aceitação e participação cultural.

Temos na musicalização um apetrecho para amparar os educandos a desenvolverem o espaço que une expressão de sentimentos, valores culturais, ideias e facilita a comunicação própria do indivíduo, portanto cabe a nós buscarmos a maior variedade de informações e inserirmos o conhecimento no nosso convívio no dia a dia para que assim interfiramos positivamente e provoquemos nos alunos a verdadeira motivação.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário. **Pequena História da Música**. São Paulo: Martins Editora, 1980.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Brasília, 1996.

FRANÇA, Eurico Nogueira. **A música no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953.

GAIO, Roberta, MENEGHETTI, Rosa G. Krob. Caminhos Pedagógicos da Educação Especial, 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. Disponível em: <<http://www.faesl.com.br/nucleo-de-pesquisa-cientifica/75-portal-do-saber/238-a-musica-como-recurso-pedagogico-no-contexto-da-educacao-especial>>. Acesso em: 10 janeiro 2022

GARCIA, Vitor Ponchio; SANTOS, Renato dos. **A importância da utilização da música na educação infantil**. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, n. 169, 2012. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd169/a-musica-na-educacao-infantil.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

JEANDOT, Nicole. **Explorando o Universo da Música**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

WEIGEL, Anna Maria Gonçalves, Brincando de música. Porto Alegre: Kuarup, 1988.



# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

## ARTE E EDUCAÇÃO UMA CONEXÃO NECESSÁRIA

BENTO, Luciene Maria<sup>6</sup> -

Eixo: Arte e Educação

### Resumo

O ensino de Arte é a educação que oportuniza ao aluno o acesso à Arte como linguagem expressiva e forma de conhecimento, levando-o a desenvolver diversas competências necessárias à apreciação e ao fazer artístico a arte é uma disciplina obrigatória nas escolas, conforme determinação da LDB 9394/96, no entanto, ainda torna-se necessário reafirmar a importância dessa área na formação sócio-cultural do cidadão, visa compreender diversos aspectos inerentes ao processo educativo, entre eles o papel do professor, a formação profissional, a proposta curricular, os mitos do ensino de artes e outros fatores que estão relacionados ao fazer pedagógico desta área de conhecimento.

**Palavras-chave:** Ensino, Educação , Prática Pedagógica

### ABSTRACT:

The teaching of Art is the education that provides students with access to Art as an expressive language and form of knowledge, leading them to

---

<sup>6</sup>Graduada em PEDAGOGIA pela FACULDADE INTERLAGOS ,  
Professor da Rede Municipal de São Paulo ( E-mail  
[Luciene.1974@hotmail.com](mailto:Luciene.1974@hotmail.com))

develop various skills necessary for appreciation and in making art, art is a mandatory subject in schools, as determined by the LDB 9394/96, however, it is still necessary to reaffirm the importance of this area in the sociocultural formation of citizens, it seeks to understand several aspects inherent to the educational process, including the role of the teacher, professional training, the curricular proposal, the myths of teaching of arts and other factors that are related to the pedagogical practice of this area of knowledge.

**Keywords:** Teaching, Education, Pedagogical, Practice

## 1 INTRODUÇÃO

O ensino de Arte é a educação que oportuniza ao indivíduo o acesso à Arte como linguagem expressiva e forma de conhecimento, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, a educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, que caracterizam um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana: o aluno desenvolve sua sensibilidade, percepção e imaginação, tanto ao realizar formas artísticas quanto na ação de apreciar e conhecer as formas produzidas por ele e pelos colegas, pela natureza e nas diferentes culturas. (PCN/ Arte-1997:19).

No entanto, para que essa prática seja eficiente faz-se necessário uma constante avaliação por parte do professor, para que possa redimensionar sua atuação docente sempre que necessário, neste sentido, é de fundamental importância analisar como as teorias propostas para o ensino de arte estão sendo desenvolvidas na prática pedagógica no interior das instituições de ensino da Educação Básica.

A arte é uma disciplina obrigatória nas escolas, conforme determinação da LDB 9394/96. Os PCNs de Arte definem as quatro linguagens a serem incorporadas no currículo escolar das instituições de ensino, as quais são:

artes visuais, dança, música e teatro, no entanto, ainda torna-se necessário reafirmar a importância dessa área na formação sócio-cultural do cidadão.

Através das artes temos a representação simbólica dos traços espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam a sociedade ou o grupo social, seu modo de vida, seu sistema de valores, suas tradições e crenças. A arte, como linguagem presentacional dos sentidos, transmite significados que não podem ser transmitidos através de nenhum outro tipo de linguagem, tais como as linguagens discursivas e científica. (BARBOSA, 1998:16)

A esse respeito IAVELBERG (2003:9) declara que: “Cabe às equipes de educadores das escolas e redes de ensino realizar um trabalho de qualidade, a fim de que as crianças, jovens e adultos gostem de aprender arte para o Ensino Fundamental os Parâmetros Curriculares Nacionais destacam que: O aluno poderá desenvolver sua competência estética e artística nas diversas modalidades da área de Arte (artes visuais, dança, música e teatro), tanto para produzir trabalhos pessoais e grupais quanto para que possa, progressivamente, apreciar, desfrutar, valorizar e julgar os bens artísticos de distintos povos e culturas produzidos ao longo da história e na contemporaneidade.

Trabalhar a música desde cedo nos anos iniciais do Ensino Fundamental com as crianças é muito importante, pois a voz é o primeiro instrumento que dispõe o aluno, o professor além de cantar pode brincar com a voz explorando vários sons, pois desenvolvem no aluno competências musicais. Para que a aprendizagem da música possa ser fundamental na formação de cidadãos é necessário que todos tenham a oportunidade de participar ativamente como ouvintes, intérpretes, compositores e improvisadores, dentro e fora da sala de aula. (PCN/Artes, 1998:86)

Hoje no Brasil temos muitos autores que discutem a questão da arte na escola, por este motivo com a finalidade de confrontar o que diz a teoria com o que acontece na prática este trabalho analisou na escola campo de pesquisa alguns pontos de destaque no livro de IAVELBERG, os quais foram fundamentais para compreender a relação entre a teoria e a prática no ensino de arte.

O papel professor é importante para que os alunos aprendam a desenvolver o fazer artístico com prazer e criatividade, para que possam gostar de fazer arte ao longo da trajetória estudantil e da vida o gosto por aprender nasce também da qualidade da mediação que os professores realizam entre os aprendizes e a arte.

Para desenvolver um bom trabalho de Arte o professor precisa descobrir quais são os interesses, vivências, linguagens, modos de conhecimento de arte e práticas de vida de seus alunos conhecer os estudantes na sua relação com a própria região, com o Brasil e com o mundo, é um ponto de partida imprescindível para um trabalho de educação escolar em arte que realmente mobilize uma assimilação e uma apreensão de informações na área artística. (FERRAZ E FUSARI, 2001:22)

Essa ação envolve aspectos cognitivos e afetivos que passam pela relação professor/aluno e aluno/aluno, estendendo-se a todos os tipos de relações que se articulam no ambiente escolar como afirma FREIRE (2003:47): "Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção".

Em conformidade com esse pensamento os professores de arte da escola em questão descrevem sua função como mediadores e facilitadores da aprendizagem, proporcionando ao aluno vivenciar culturas diversas e ampliar seus conhecimentos em arte, o tocante ao currículo de artes visuais os educadores citaram a proposta Triangular de Ana Mae Barbosa;



É papel do professor oferecer aos alunos novas estratégias pedagógicas de aprendizagens significativas em Arte neste sentido, as linguagens artísticas como, artes visuais, dança, música e teatro apresentam-se como técnicas de expressão do pensamento de professores e alunos, o trabalho com artes visuais pode ser iniciado com a utilização de fontes de informação e comunicação artística.

Para tanto, segundo os Parâmetros curriculares Nacionais declaram que:

A escola deve colaborar para que os alunos passem por um conjunto amplo de experiências de aprender e criar, articulando percepção, imaginação, sensibilidade, conhecimento e produção artística pessoal e grupal. (PCN/Arte, 1997:61)

Com a dança é possível conhecer diferentes culturas, além de possibilitar o trabalho com a corporeidade das crianças com PCN/Artes, (1998:74), poderão estabelecer relações corporais críticas e construtivas com diferentes maneiras de ver/sentir o corpo em movimento e por tanto, com diferentes épocas e culturas” trabalhar a música desde cedo nos anos iniciais do Ensino Fundamental com as crianças é muito importante, pois a voz é o primeiro instrumento que dispõe o aluno, o professor além de cantar pode brincar com a voz explorando vários sons, pois desenvolvem no aluno competências musicais

Essa ação envolve aspectos cognitivos e afetivos que passam pela relação professor e aluno e aluno/aluno, estendendo-se a todos os tipos de relações que se articulam no ambiente escolar. Como afirma FREIRE (2003:47):

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção”. Em conformidade com esse pensamento os professores de arte da escola em questão descrevem sua

função como mediadores e facilitadores da aprendizagem, proporcionando ao aluno vivenciar culturas diversas e ampliar seus conhecimentos em arte.

No que se refere à formação pedagógica e cultural os educadores demonstraram domínio de diversas temáticas com eficácia quando relacionadas a sua área de atuação, no entanto na formação organizacional revelaram um domínio parcial, o que é compreensível pelo fato de envolver conhecimentos de Lei de Diretrizes e Bases, Projeto Político Pedagógico e, estatutos, regimento interno e outros mais direcionados aos pedagogos, a pesquisa também abordou alguns mitos do ensino de arte ocorridos nos anos 80 e 90 e descritos por IAVELBERG em sua obra. Entre eles: Ensinar arte é “ensinar pintores”; arte é atividade do sensível; o conhecimento do fazer artístico é para adultos talentosos; as imagens da arte infantil são feias ou imperfeitas e, para serem mostradas, precisam ser maquiadas; fazer arte na escola é fazer releitura das obras de grandes mestres.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nessa perspectiva os professores foram questionados se esses mitos ainda prevalecem na escola atual. Para eles, aos poucos alguns mitos foram sendo desmistificados devido aos estudos desenvolvidos na área de arte e a difusão das novas tecnologias. Hoje, em algumas situações o desafio é provar a importância do ensino de arte para alguns professores de áreas distintas.

Já os alunos quando são inseridos desde criança no universo do fazer e da apreciação artística tornam-se sujeitos ativos do processo, como afirmam os PCN-Arte (1997:105): “As atividades propostas na área de arte devem garantir a ajudar as crianças e jovens a desenvolverem modos interessantes, imaginativos e criadores de fazer e de pensar sobre arte, exercitando seus modos de expressão e comunicação”.

O ensino de arte na educação escolar precisa estar vinculado a uma concepção de ensino.

A formulação de uma proposta de trabalhar a arte na escola exige que se esclareçam quais posicionamentos sobre arte e educação escolar estão sendo assumidos. Por sua vez, tais posicionamentos implicam, também, na seleção de linhas teórico-metodológicas. (FERRAZ E FUSARI, 2001:22)

A reflexão sobre a prática docente do professor de Arte, uma vez que possibilitou o contato com situações de ensino e aprendizagem em uma determinada realidade escolar, a teoria associada ao exercício da prática leva à reflexão, e esta por sua vez produz o aperfeiçoamento do fazer pedagógico, em contato com o professor, o aluno, os recursos didáticos e o planejamento pedagógico foram fundamentais para reavaliar o papel do professor na escola e compreender a relação entre a teoria e a prática do ensino de arte na escola atual.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. **Tópicos Utópicos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1998

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais/ Arte**. Brasília, MEC, 1997.

FERRAZ, M.H.; FUSARI, M.F.R. **Arte na educação escolar**. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia** - . São Paulo: Paz e Terra, 2003.

IABELBERG, Rosa. **Para gostar de aprender arte**: -Porto alegre: Artmed, 2003.



# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

## A CONTRIBUIÇÃO DA ARTE NAS SÉRIES INICIAIS

*LUCIENE MARIA BENTO<sup>7</sup>*

**Eixo:** Ludicidade e Arte

### RESUMO

A arte na educação de crianças pode ajudar a trazer as respostas e as propostas necessárias para a atuação do docente que considera o ensinar como uma forma de provocar o criar, o fazer, o buscar, o analisar, o interpretar e o expressar, e não apenas como uma mera transmissão de conteúdos, sendo este, um pedagogo, um professor ou qualquer outro profissional envolvido na educação de crianças.

**Palavras-chave:** Desafio, Arte, Educação,

### ABSTRACT:

Art in the education of children can help bring the answers and proposals necessary for the performance of the teacher who considers teaching

<sup>7</sup> Graduada em Pedagogia pela FACULDADE IBIRAPUERA -SP

E-mail (Luciene.1974@hotmail.com) Professora da Rede Municipal de São Paulo

as a way of provoking creating, doing, seeking, analyzing, interpreting and expressing, and not only as a mere transmission of content, being this, a pedagogue, a teacher or any other professional involved in the education of children.

**Keywords:** Challenge, Art, Education,

## INTRODUÇÃO

A educação não se limita à estruturação e à apropriação de conhecimentos técnicos, históricos, matemáticos, geográficos, entre muitos outros tão necessários para a formação humana, mas compreende também o objetivo de humanizar, de favorecer o crescimento intelectual, emocional/afetivo e cultural da criança, no sentido de que esta possa incorporar valores como solidariedade, inquietude e desejo de mudança, sensibilidade, sentido e vida.

Para trabalhar a produção de arte é importante ter como alicerce, que a Arte é expressão uma releitura não implica copiar o que o artista produziu e sim interpretar e conseguir assimilar suas ideias, mas mesmo assim conseguir colocar sua própria percepção.

Este processo de criação em que a criança faz a seleção, interpretação e reformulação dos elementos são de extrema importância, pois ela direciona para o trabalho artístico parte de si própria expressando seus pensamentos, sentimentos e emoções portanto nesta fase é importante que a criança tenha a liberdade de se expressar sem que haja a interferência do adulto, no sentido de influenciar e direcionar a criança a utilizar determinado esquema de cores ou até mesmo na maneira de pintar formas prontas. Sem perceber, o adulto interfere no processo criativo e inibe a criança a utilizar a arte como meio de auto-expressão. (LOWENFELD, 1977).

Através da pintura, desenho, esculturas e outras formas de artes plásticas realizam-se desejos, satisfazem-se as necessidades e se afirma o eu, ou seja, a pessoa se revela para si mesma assim, ao exercitar a expressão livre, a criança libera sua subjetividade e se conhece cada vez mais.

## **DESENVOLVIMENTO**

A livre expressão é um meio pelo qual se revela a essência da personalidade, pois subentende exteriorização e representação da espontaneidade quase sempre presente na criança, a realidade social e material não possibilitam que a mesma expresse as suas realidades subjetivas.

Para Alencar (1990), existem fatores que funcionam como repressão ao potencial criador, fatores estes que contribuem para a construção de uma visão

limitada dos próprios talentos e potencialidades, dentre as quais, o medo da crítica e a ideia de que o talento está presente em poucos indivíduos.

Desde a primeira infância a criança utiliza o desenho para a representação da realidade. "Desenhar, pintar ou construir constitui um processo complexo em que a criança reúne diversos elementos de sua experiência, para formar um novo e significativo todo". (LOWENFELD, 1977, p. 13).

Dentre as barreiras emocionais, a apatia, a insegurança, o medo, sentimentos de inferioridade e o autoconceito negativo, inibem uma forma de pensar mais inovadora e criadora em relação a essas barreiras emocionais, é possível efetuar mudanças, e o professor tem um papel importante no sentido de propiciar as condições favoráveis para o desenvolvimento de habilidades e talentos dos alunos.

Não basta o professor encher os alunos de materiais e deixar que hajam sobre os mesmos, o professor deve incentivar, criar situações que façam com que eles usem a Arte, se expressem realmente, do contrário, não haverá atividade artística e sim terá um professor observando alunos interagirem com materiais aos educandos que a Arte tem uma história, uma conotação social, que a mesma passou por diversas fases tendo um contexto histórico.

As Práticas Pedagógicas para o ensino de arte devem ser embasadas em métodos que instiguem os alunos, com a utilização de objetos que os estimulem a desenvolver determinadas percepções, tais como a visão, a audição e o tato, a partir dos quais estes terão a capacidade empírica mínima

para adquirir uma base bem estruturada, conciliando mais facilmente os conteúdos teóricos aos práticos ao longo de sua formação acadêmica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento mais eficaz dos conteúdos de arte depende de fatores fundamentais que devem ser trabalhados pelos próprios discentes e apoiados pelos professores, tais como a movimentação livre do corpo, a escolha individual de instrumentos utilizados em suas produções, a oportunidade de experimentar novas sensações e conseqüentemente agirem espontaneamente, portanto, orientar seus alunos para que estes desenvolvam capacidades necessárias para a produção de suas atividades, mas ao mesmo tempo, deve conduzir seus alunos às práticas autônomas sobre a importância da arte na educação de crianças, é também necessário abordar sobre a atuação do professor neste contexto, sobre sua importância no aprendizado e desenvolvimento dos alunos, assim como, sobre sua formação nesse processo.

O papel principal neste processo de aprendizagem é do educador. "é do entusiasmo do educador que nasce o brilho dos olhos dos aprendizes o educador é aquele que prepara uma refeição, que propõe a vida em grupo, que compartilha o alimento, que celebra o saber".



## REFERÊNCIAS

**ALENCAR**, Eunice M. L. Soriano de. **Como desenvolver o potencial criador:** um guia para a liberação da criatividade em sala de aula. Petrópolis: Vozes, 1990.

**MARTINS**, Mirian Celeste; **PICOSQUE**, Gisa; **GUERRA**, M. Terezinha Telles. **Teoria e Prática do Ensino de Arte:** a língua do mundo. São Paulo: FTD, 2010.

**LOWENFELD**, Viktor; **MAILLET**, Miguel (Trad.). **A criança e sua arte: um guia para os pais.** 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1977.



# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Faesp

e-ISSN: 2675-1186

## CONTRIBUIÇÕES DA ARTE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA O PROCESSO DE APRENDIZAGEM

*LUCIENE MARIA BENTO<sup>8</sup>*

**Eixo:** Inclusão e Arte

### RESUMO

Este trabalho visa refletir sobre a importância da arte e Ludicidade na educação infantil, e suas práticas pedagógicas na Educação Inclusiva, considerando-se que as artes em suas diversas formas, entre elas a música, a dança, o teatro, as artes visuais são elementos da cultura de uma sociedade e estão muito presentes na vida das pessoas, e que a escola deve atentar-se para a arte como meio de aprendizagem e como área de conhecimento, esta proposta de pesquisa apresenta a questões da contribuição da arte para o ensino na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental analisando as práticas pedagógicas da Educação Inclusiva.

**Palavras-chave:** Arte, Ludicidade, Educação Infantil. Inclusão.

### ABSTRACT:

This work aims to reflect on the importance of art and playfulness in early childhood education, and its pedagogical practices in Inclusive Education,

---

<sup>8</sup> Graduada em Pedagogia pela FACULDADE IBIRAPUERA-SP

E-mail (Luciene.1974@hotmail.com) Professora da Rede Municipal de São Paulo

considering that the arts in their various forms, including music, dance, theater, the visual arts are elements of the culture of a society and are very present in people's lives, and that the school must pay attention to art as a means of learning and as an area of knowledge, this research proposal presents the questions of the contribution of art to teaching in early childhood education and in the early years of elementary school analyzing the pedagogical practices of Inclusive Education.

Keywords: Art, Playfulness, Early Childhood Education. Inclusion

## **INTRODUÇÃO**

Desde o tempo em que habitava as cavernas, o homem vem manipulando cores, formas, gestos, espaços, sons, silêncios, superfícies, movimentos, luzes, etc. tendo, com isso a intenção de dar sentido a algo, de comunicar-se com outros sujeitos a comunicação entre os indivíduos e as diferentes leituras de mundo não se dão somente por meio das palavras, muito do que o ser humano sabe sobre pensamento e os sentimentos de diferentes povos e épocas são conhecimentos obtidos por meio de músicas, teatro, poesia, pintura, cinema, danças, entre outras manifestações artísticas.

A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico, que caracteriza um modo particular de dar sentido às experiências das pessoas: por meio dele, o aluno amplia a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação. Aprender arte envolve, basicamente, fazer trabalhos artísticos, apreciar e refletir sobre eles. Envolve, também, conhecer, apreciar e refletir sobre as formas da natureza e sobre as produções artísticas individuais e coletivas de distintas culturas e épocas (BRASIL, 1997, p. 15).

A obra de arte pode ser considerada um “conjunto de signos estéticos, destinados a suscitar emoções nas pessoas”. E por isso, deve ser encarada como uma das “funções vitais da sociedade” o ser humano aprende a pensar sobre as coisas como intérpretes dos signos do mundo, construindo interpretantes sobre ele, para uma aprendizagem significativa, o aluno necessita basear seu processo de aprendizagem em experiências vividas, pois, segundo Martins, Picosque e Guerra (2010, p. 118) “só aprendemos aquilo que, na nossa experiência, se torna significativo para nós”.

## **DESENVOLVIMENTO**

De acordo com os Parametros Curriculares Nacionais (1997) o ensino da arte” é um dos eixos da aprendizagem significativa do ensino da Arte, isso é necessário incluir a leitura de diferentes e variadas obras de arte para que o aluno seja capaz de interpretar os diversos signos nelas presentes.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira Nacional:

Art. 26 Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 2 O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber. (BRASIL, 1996).

“Em muitas propostas a prática de artes visuais são entendidas como meros passatempos (...) destituídas de significado” (BRASIL, 1997, p.61). A arte não deve ser uma forma de preencher o tempo da aula que restou sem planejamento ao contrário deve ser significativa para formar o cidadão crítico e participante na sociedade, permitindo uma nova visão de conhecimento.

O aluno pode com a Arte desenvolver suas habilidades, na criação e observação dos trabalhos. “Conhecendo a arte de outras culturas, o aluno poderá compreender a relatividade dos valores que estão enraizados nos seus modos de pensar e agir” (BRASIL, 1997 p. 61)

A expressão do saber, do comunicar-se, do interagir com materiais variados, de compreender a arte como fator histórico, são capacidades enumeradas para os alunos do Ensino Fundamental, desenvolvendo-os para competências estéticas nas diversas modalidades artísticas: dança, música, teatro, artes plásticas, etc.

Segundo o documento, os conteúdos de arte trazem para o Ensino Fundamental a aprendizagem de formação cidadã, buscando participação, igualdade, compreensão da produção nacional e internacional além disso, continu

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse parece ser um exercício bastante complexo para a sala de aula nos dias atuais, pois o excesso de informações e a rapidez com que elas chegam até as pessoas as tornam, muitas vezes, imediatistas e impacientes para esse tipo de atividade contemplativa, por isso, o professor precisa tornar a aula de Arte uma experiência prazerosa com a interação entre a criança e as diferentes manifestações artísticas, pois “uma boa atividade de leitura deve ser construída com base na interação com os aprendizes.

O ser humano aprende a pensar sobre as coisas como intérpretes dos signos do mundo, construindo interpretantes sobre ele, para uma aprendizagem significativa, o aluno necessita basear seu processo de aprendizagem em experiências vividas, pois, segundo Martins, Picosque e Guerra (2010, p. 118) “só aprendemos aquilo que, na nossa experiência, se torna significativo para nós”.

Com base em Larrosa (2004), as autoras afirmam que ao pensar em processos de aprendizagem, deve-se:

[...] parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (LARROSA, 2004, p. 160, *apud*, MARTINS; PICOSQUE; GUERRA, 2010, p. 119).

Desse modo, ao estudar a Arte, o aluno torna-se capaz de ordenar e dar sentido à experiência humana, além de desenvolver a sensibilidade, percepção e imaginação, tanto quando realiza trabalhos artísticos como quando passa a apreciar trabalhos de outros.,o estudo de Arte propicia o conhecimento de diferentes culturas, levando o aluno a apreciar e a respeitar a diversidade cultural de seu país e a de outras sociedades a arte está presente em diferentes profissões sendo necessária no mundo do trabalho como parte do desenvolvimento profissional dos cidadãos.

## REFERÊNCIAS

**MARTINS**, Mirian Celeste; **PICOSQUE**, Gisa; **GUERRA**, M. Terezinha Telles. **Teoria e Prática do Ensino de Arte: a língua do mundo**. São Paulo: FTD, 2010.

**BRASIL. BOLETIM DE EDUCAÇÃO. Um salto para o futuro**. 1998. p. 22-42.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução 2 de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> >. Acesso em: 02/09/. 2022



# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Faesp

e-ISSN: 2675-1186

## A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA PARA AS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

**SÍLVIA REGINA VALENTE RUIZ**



Graduação em Pedagogia com Pós-graduação em Psicomotricidade.

### **RESUMO**

A música acompanha a jornada da espécie humana, desde seus primórdios, conforme é plenamente registrado pela história, onde se constata que a voz e os instrumentos sempre foram utilizados como formas de expressão e comunicação. A música é extremamente relevante para a humanidade, desde a pré-história, quando os homens começaram a se comunicar e a contemplar a possibilidade de emitir sons ritmados que logo passaram a ser associados a manifestações de ordem religiosa, uma vez que todas as civilizações da Antiguidade a utilizavam tanto em seus momentos de festividades quanto em seus rituais religiosos na busca da providência das suas divindades. Na Idade Média, a música já possuía uma maior sofisticação e era plenamente associada aos cultos católicos sendo que o Papa Gregório I, no século VI, elaborou uma regulamentação da utilização da música nos cultos católicos, entretanto, na época do Renascimento, quando a humanidade passou a centralizar suas concepções mais nos elementos da ciência e da razão, a música passou a se afastar mais da Igreja e a incorporar o cotidiano das pessoas. A música faz parte do universo infantil mesmo antes do seu



nascimento, ainda no ventre materno o bebê é influenciado pela música e pela comunicação que a mãe desenvolve com ele. Ao nascer, logo se evidencia o impacto da música sobre a criança, pois logo ao ouvir uma música ela tende a se manifestar e a movimentar seu corpo, uma vez que o cérebro passa a estimular uma área responsável pela musicalidade, a qual vai tornando-se cada vez mais ativa, principalmente à medida que ela vai se familiarizando com os sons e os ritmos que a música apresenta. A criança estimulada pela música recebe inúmeros benefícios como: poder de concentração, melhora do raciocínio e memória, expressão corporal, socialização, segurança emocional e aprendizado escolar. Com todos estes benefícios em pauta, a música deve ser amplamente abordada no ambiente escolar, ao propor atividades relacionadas à música na Educação Infantil, a escola estará aperfeiçoando o desenvolvimento cognitivo, aprimorando o desenvolvimento psicomotor e o desenvolvimento sócio-afetivo da criança. Neste sentido, torna-se importante destacar a importância pedagógica da musicalização, que requer a utilização dos elementos do universo musical para trazer uma gama de aprendizagens à criança relacionadas às suas percepções auditivas: como a identificação dos sons, a dimensão dos instrumentos, ou o tipo de sons que eles produzem. Entretanto, para casos de crianças que possuem deficiência na comunicação ou na concentração, como as autistas, por exemplo, a musicoterapia vem se constituindo em uma excelente ferramenta para o tratamento e a inclusão destas crianças no ambiente estudantil. O profissional da musicoterapia, graduado ou especialista na área, poderá oferecer seus valiosos préstimos a todas as pessoas que dele necessitarem.

**Palavras-chave:** Música; Escola; Musicalização; Musicoterapia.

## INTRODUÇÃO

Para muitos, a música pode ser definida como a arte de combinar sons e silêncio dispostos intercaladamente durante um determinado período de tempo. Para a música, em sua forma e essência, é necessário um dos sentidos do corpo humano que é a audição, a qual se constitui no resultado direto de uma interpretação realizada pelo cérebro. Assim, quanto mais diversificada for a música em seus aspectos de diferentes sons (graves, médios e agudos), em seus timbres (cordas, percussão, sopro e voz), em seus ritmos (as pulsações), em suas velocidades (curtas, médias e longas), em sua intensidade (fortes, médias ou fracas), e em sua harmonia (a combinação simultânea de sons),

maior será a repercussão de estímulos que o cérebro da pessoa que a ouve receberá. A música é historicamente uma das mais antigas representações de manifestações de comunicação humana e data de muitos milênios, e sempre foi associada ao prazer, a alegria e à religiosidade, posto que muitos povos a incluíam como elemento fundamental nos seus cultos religiosos. A própria palavra música já evidencia a ideia de algo relacionado às divindades, uma vez que provém do grego “mousiké”, que transmite a ideia de “a arte das musas”, as quais eram as deusas que inspiravam as ciências e as artes.

Cabe destacar a maneira impressionante como a música se torna presente na vida das pessoas desde o período de gestação. A mãe se comunica com seu filho que está sendo gerado mediante o cantar de músicas que trazem paz e relaxamento, e, logo ao nascerem, já se percebe como a criança se manifesta ao ouvir música, seja sorrindo, seja balançando o corpo. Esse processo sempre tenderá a crescer, uma vez que a música, sendo um elemento bastante normal dentro do cotidiano das famílias, leva as crianças a se familiarizarem cada vez mais com a musicalidade e a se conectarem aos ingredientes da música como os sons, as batidas, os ritmos e a harmonia, assim, as crianças decoram as músicas infantis e as cantigas, e tudo isso se incorpora ao seu próprio universo.

Todos esses aspectos que envolvem a música devem ser amplamente explorados e utilizados no ambiente escolar, pois ao propor atividades relacionadas à música em seus conteúdos, a escola estará contribuindo com diversas áreas do desenvolvimento da criança. A música auxilia a desenvolver os sentidos da criança e sua relação com o ambiente e com o outro. Auxilia, também, o desenvolvimento psicomotor da criança, aprimorando seu equilíbrio e sistema nervoso mediante o ritmo, bater de palmas, de pés e movimentos coordenados como a dança. A música também trabalha o sistema social e afetivo, visto que incentiva a liberação das emoções e oferecem uma sensação de segurança, além de contribuir para uma interação mais eficaz especialmente nos trabalhos realizados em grupos.

Nesse contexto, afloram-se dois componentes de importância significativa, a musicalização e a musicoterapia. A musicalização consiste na aplicação do viés pedagógico que a música proporciona, ou seja, utilizar os elementos musicais para trazer aprendizagens às crianças dentro de um planejamento. Cantigas, desenhos, filmes, jogos, brincadeiras, enfim, tudo que envolver aspectos musicais para fazer com que a criança absorva os conteúdos, com alegria e prazer e, em muitos casos, possibilitando à criança se identificar e desejar aprender a cantar ou a tocar algum tipo de instrumento. A musicoterapia, entretanto, vem a ser uma área de conhecimento relativamente nova, na qual um especialista na área utiliza os componentes da música para trabalhar com pessoas com dificuldade física, emocional e social para que tenham melhora e consigam retomar o convívio com outras pessoas e com suas atividades normais.

### **AS ORIGENS DA MÚSICA**

Música é uma palavra que possui sua origem no grego: “mousiké”, juntamente com “téchne”, oferecendo o sentido de “a arte das musas”, e vem a se constituir, fundamentalmente, de uma sucessão de sons intercalados por períodos curtos de silêncio, organizada ao longo de um tempo determinado. Assim, a música é formada pela combinação de elementos sonoros plenamente percebidos pela audição, incluindo todas as variações possíveis nos sons, tais como altura, intensidade, timbre e duração, podendo ocorrer em ritmos, melodias ou harmonias diversos. Dessa forma, é incontestável que a música é um dos principais elementos da cultura de todas as civilizações em todas as épocas. Existem indicações bastante concretas de que já se produzia música desde os tempos pré-históricos, provavelmente, a princípio, como uma forma de reproduzir os sons fornecidos pela própria natureza, como a chuva, o vento, os trovões e os sons das aves e animais diversos. Data-se de aproximadamente 60 mil A.C a evidência de uma possível flauta de osso. A presença de harpas e liras, ou seja, instrumentos mais complexos, já se encontravam por volta de 3 mil A.C na Mesopotâmia antiga.

“No panteão grego, por exemplo, Apolo é a divindade que rege

as artes, por isso vemos várias representações suas, nas quais ele porta uma lira. Vale lembrar que na Grécia Antiga apenas a música e a poesia eram consideradas manifestações artísticas da maneira como as compreendemos atualmente. Assim, é uma combinação de elementos sonoros que são percebidos pela audição. Isso inclui variações nas características do som, tais como duração, altura, intensidade e timbre, que podem ocorrer em diferentes ritmos, melodias ou harmonias” (BLOG EDUCAÇÃO UOL, 2021).

Todas as civilizações antigas estão repletas de intervenções de música em toda sua história. A música, no Egito Antigo, aparece desde antes de 4 mil A.C, sendo manifestada como forte elemento de ordem religiosa. Os egípcios atribuíam ao deus Thoth essa forma de produção artística, e acrescentam que o deus Osíris, um dos principais de sua fé, utilizou a música como uma maneira de civilizar e pacificar o mundo. Dessa forma, a música, nessa civilização, era abundantemente utilizada nos rituais relacionados à agricultura, para garantir que as divindades promovessem colheitas fartas, sempre utilizando instrumentos de percussão, harpas e flautas. Existem importantes comprovações que se referem à atividade musical, por volta de 3 mil A.C, na Ásia, especialmente na China, atreladas, predominantemente, às atividades voltadas à espiritualidade, sendo que o instrumento mais popularmente utilizado era a cítara, um instrumento de cordas cuja origem parece ser devido à cidade de Kithara, na Grécia antiga, onde, provavelmente, o instrumento foi criado.

“Podemos observar que a cultura musical na Grécia Antiga funcionava como uma espécie de elo entre os homens e as divindades. Tanto que a palavra "música" provém do termo grego *mousikē*, que significa "a arte das musas". As musas eram as deusas que guiavam e inspiravam as ciências e as artes. É importante ressaltar que Pitágoras, grande filósofo grego, foi o responsável por estabelecer relações entre a matemática e a música, descobrindo as notas e os intervalos musicais. Sabe-se que na Roma Antiga, muitas manifestações artísticas foram heranças da cultura grega, como a pintura e a escultura. Supõe-se, dessa forma, que o mesmo ocorreu com a música. Entretanto, diferente dos gregos, os romanos usufruíam dessa arte de maneira mais ampla e cotidiana” (BLOG TODA MATÉRIA, 2021).

Durante a Idade Média, período que abrange aproximadamente mil anos da história ocidental, começando no século V, com a queda do Império Romano do Ocidente, em 476, e terminando no século XV, com a tomada de Constantinopla, em 1453, pelo Império turco-otomano, a música esteve presente, incentivada pela Igreja Católica que influenciava a sociedade europeia nos aspectos morais, políticos, sociais, culturais e artísticos. Assim, a presença da música era uma constante nas cerimônias católicas, tanto que no século VI, o Papa Gregório I, promoveu uma compilação de regras que determinavam como o canto deveria ser praticado nos ajuntamentos da igreja, de onde surgiu o “canto gregoriano”. Com o advento da época do Renascimento, compreendendo o período de transição entre a Idade Média e a Idade Moderna, que se inicia no século XIV e vai até o XVI, o modelo de pensamento cultural sofreu severas transformações, visto que os interesses passaram a ser pautados muito mais na razão, na ciência e no autoconhecimento, e esta compreensão se refletiu na música, a qual passou a apresentar características muito mais universais, se afastando cada vez mais das práticas da Igreja. Na Idade Moderna, que vai até a Tomada da Bastilha em 1789, passou a surgir um aspecto bastante marcante que foi a polifonia, ou seja, uma técnica que combina, simultaneamente, duas ou mais vozes. Esta fase marca a ascensão da música ocidental, que passa a apresentar novas formas musicais e o surgimento de orquestras de câmaras, óperas e apresentações de músicos. Nesta época, a orquestra e a música instrumental tiveram enorme evidência, especialmente com a criação das sinfonias, sonatas e concertos. Neste período, surgiram nomes como Mozart, Haydn e Beethoven.

“Já no século XX, a música passa por mais uma transformação a partir da criação do rádio, um meio de comunicação que revolucionou esse século. A partir de então, a música passa a se popularizar, e cantores e compositores são projetados. O rádio contava com uma variedade expressiva de canções que chegavam aos ouvidos do público. Com isso, as pessoas começam a ter contato com diversos tipos de música. Instrumentos que até então não eram tocados por grande parte dos músicos, passam a integrar as composições musicais. Além disso, artistas adotam objetos comuns capazes de emitir sons que auxiliam nas produções musicais, tais como pentes, chaleiras, pratos, copos e brinquedos, como faz o compositor

brasileiro Hermeto Pascoal. Muitos músicos se destacaram nesse período, tais como Heitor Villa-Lobos, Chiquinha Gonzaga, o nigeriano Fela Kuti, a francesa Lili Boulanger entre muitos outros” (ESCOLA EDUCAÇÃO, 2022).

## A PRESENÇA DA MÚSICA NA VIDA DA CRIANÇA

É inegável que todas as maneiras de manifestação de arte oferecem enorme contribuição para o desenvolvimento infantil, e, como não poderia deixar de ser, a música exerce papel fundamental, uma vez que auxilia na construção de estímulos de áreas vitais do cérebro relacionadas tanto à cognição quanto ao desenvolvimento de habilidades como a coordenação motora, a fala e a audição. Assim, a música, durante as etapas do desenvolvimento infantil, contribui para a integração dos aspectos relacionados à sensibilidade e à razão, auxiliando na comunicação, expressão corporal e socialização, promovendo estímulos referentes à concentração e à memória, além de oferecer uma excelente oportunidade de diversão e brincadeira às crianças. Portanto, a criança que é estimulada musicalmente até os cinco anos de idade, é capaz de desenvolver a área frontal do cérebro possibilitando que ela tenha um melhor raciocínio lógico.

“A música integra corpo e mente e neste tópico selecionamos alguns benefícios da música no desenvolvimento infantil:

1 – **Concentração** - A música exerce um poder de sensibilizar a criança e isso faz com que ela se envolva na melodia e se concentre no que está ouvindo. Essa atenção ao som potencializa o poder de concentração e, se ainda, ela for capaz de cantar um trecho ou aprender a música por completo, é sinal de que ela consegue focar naquela tarefa. Se a musicalização for acompanhada de aprendizado de algum instrumento, será ainda mais benéfica para desenvolver e aumentar a concentração.

2 - **Raciocínio e Memória** - Algumas áreas do cérebro que são ativadas com a musicalização na infância têm muito a ver com o processo educativo. Raciocínio e memória bem desenvolvidos são ferramentas importantes na escola e a música é capaz de desenvolver a percepção espacial e ativar a memória. A música no desenvolvimento infantil também faz com que as crianças tenham uma maior facilidade no aprendizado da matemática.

3 - **Expressão Corporal** - A música é uma fonte de estímulos inigualável para o desenvolvimento das expressões corporais. Ela integra corpo e mente, ativa a sensibilidade e também a

razão, facilita a comunicação e a consciência do corpo, demonstrando seus sentimentos através dele. Com a música no desenvolvimento infantil, a criança pode melhorar comportamentos como a indisciplina e a timidez e refinar sua coordenação motora, principalmente se também exercitar a dança juntamente com a música.

4 - **Segurança emocional** - Antes mesmo de iniciar a escolarização, a música é benéfica para desenvolver afetividade e confiança entre os pais e os filhos. Ela traz conforto e segurança emocional, facilita a socialização, a cooperação e a empatia nas crianças.

5 - **Aprendizado escolar** - Crianças em fase escolar se beneficiam de maneira importante do processo de musicalização. Ao cantarem ou ouvirem as músicas, por exemplo, palavras são entendidas nos seus significados e os sons produzidos são estimulantes para o aprendizado da linguagem e para a alfabetização. Além disso, a repetição de músicas melhora a dicção dos alunos” (BLOG MUSEU DA IMAGINAÇÃO, 2023).

A relação da criança com a música se inicia desde muito cedo, e é notável como os bebês, ao ouvirem música, começam a se manifestar, seja sorrindo ou movimentando o corpo. Percebe-se que nos primeiros anos de vida da criança, o cérebro estimula uma área responsável pela musicalização tornando-a mais ativa. Como a música é algo extremamente normal no cotidiano das famílias, a música se espalha no ambiente familiar, e as crianças vão ouvindo e se familiarizando com os sons, os ritmos, e à medida que a criança vai crescendo, a família começa a introduzir cantigas e músicas infantis, as quais vão se incorporando ao seu universo infantil. Além disso, é importante que os pais possibilitem à criança liberdade para cantar, brincar e produzir instrumentos como batoque em objetos, fortalecendo esta etapa de descobertas que a criança vai desenvolvendo.

“É impressionante como a música chama a atenção das crianças desde muito cedo. A quantidade de brinquedos com sons existentes no mercado, não é à toa, a música é fundamental no desenvolvimento das crianças em várias faixas etárias. A música possui um papel importante na educação das crianças, ela contribui para o desenvolvimento psicomotor, sócio afetivo, cognitivo e linguístico, além de ser facilitadora do processo de aprendizagem. A musicalização é um processo de construção do conhecimento, favorecendo o desenvolvimento da sensibilidade, criatividade, senso rítmico, do prazer de ouvir música, da imaginação, memória, concentração, atenção, do



respeito ao próximo, da socialização e afetividade, também contribuindo para uma efetiva consciência corporal e de movimentação. A musicalização na educação infantil está relacionada a uma motivação diferente do ensinar, em que é possível favorecer a autoestima, a socialização e o desenvolvimento do gosto e do senso musical das crianças dessa fase. Cantando ou dançando, a música de boa qualidade proporciona diversos benefícios para as crianças e é uma grande aliada no desenvolvimento saudável da criança (BLOG DICAS PAIS E FILHOS, 2013).

Além disso, a música é também um meio de integração social bastante eficiente, visto que proporciona a interação entre os aspectos sensíveis, afetivos, estéticos e cognitivos, promovendo uma efetiva comunicação social, uma vez que a criança se socializa cantando, falando, observando e ouvindo. Talvez seja este um dos maiores benefícios que a música proporciona às crianças pequenas, visto que podem se exercitar coletivamente, repetindo inúmeras vezes a mesma canção ou brincadeiras com instrumentos, e a tendência é de aprimorar a prática e adquirir cada vez mais prazer e familiarização com a música.

“A música em termos específicos, deve tornar um indivíduo sensível e receptivo ao fenômeno sonoro, promovendo nele, ao mesmo tempo, respostas de índole musical. Em termos práticos, é a pré-escola da música. É a música agindo pela música. Com a reunião e o desenvolvimento dos métodos é que buscamos atender musicalmente as vivências das crianças, através de sua participação criadora. Quando a criança se expressa cantando, ela está envolvida com papéis de interpretação sonora em coletividade, fazendo-a sentir-se integrada em um grupo e adquirindo a consciência de que seus componentes são igualmente importantes. Compreende a necessidade de cooperação frente aos outros, pois da conjunção de esforços dependerá o alcance de um objetivo comum”. (CARVALHO, 1997, p. 16).

As crianças se apropriam da música porquanto ela é um dos aspectos característicos da espécie humana. Nosso cérebro é equipado para a música, diferentemente de outros seres, que, mesmo ao emitir um lindo som, que se assemelha a uma melodia, para eles é apenas a manifestação característica de sua espécie. Apenas a espécie humana é capaz de produzir arte, como a música, por exemplo, e é a única que pode desenvolver equipamentos



específicos para este fim.

“Quando afirmamos que os pássaros (ou outros animais) estão fazendo música, estamos interpretando esse som com base na nossa experiência humana. Um dos motivos pelos quais fazemos isso está em um importante órgão do corpo: o cérebro. Nosso cérebro é equipado para a música, ou seja, a sua estrutura e o seu funcionamento são capazes de receber e converter os estímulos sonoros em música. Devido ao avanço de estudos da área da neurociência, foi possível constatar estruturas cerebrais específicas utilizadas para o processamento musical. Estes estudos mostram, inclusive, que o treinamento musical pode influenciar o desenvolvimento estrutural e funcional do cérebro. Isso contesta o que a crença popular sugere, que apenas quem tem dom pode desenvolver-se musicalmente. De acordo com os estudos, o “dom” para a música é algo que todos possuímos (o nosso cérebro), e o que pode aperfeiçoar na nossa relação com ela são os estímulos, os aprendizados e as vivências”. (PENNA, 2008 p. 18).

## A MÚSICA NO AMBIENTE ESCOLAR

As crianças aprendem e se acostumam desde bebês a escutar músicas como as canções de ninar, por exemplo, e facilmente elas associam a música a uma sensação de alegria, prazer e bem-estar, e essa dinâmica pode ser plenamente aproveitada pela escola. Portanto, utilizar a música na sala de aula oferece diversos benefícios para o desenvolvimento infantil. A música ajuda a melhorar a sensibilidade, a capacidade de concentração, a memória, a criatividade, a autonomia e o poder reflexivo da criança. Também é capaz de aprimorar a coordenação motora, o vocabulário, o processo de alfabetização e o raciocínio matemático. A música na educação infantil pode ser aplicada em diferentes disciplinas para promover todos estes benefícios, para isso, é necessário apenas que os professores se envolvam no processo. Outro aspecto importante que a música oferece é o de estimular a percepção espacial e sonora, que envolve movimentos e distâncias, além do aspecto da socialização que, inegavelmente se aflora nos momentos dos cânticos infantis coletivos.

“Ao propor atividades de música na Educação Infantil, a escola está contribuindo com diferentes facetas do desenvolvimento infantil: **Desenvolvimento cognitivo ou linguístico:** a música

ajuda a desenvolver os sentidos, a criança tenta acompanhar o ritmo e trabalha sua coordenação motora. Repetir e imitar sons também faz com que ela estabeleça relações com o ambiente. **Desenvolvimento psicomotor:** o ritmo também ajuda no equilíbrio do sistema nervoso. A música pode aliviar tensões e desenvolver senso rítmico ao dançar, bater palmas e bater os pés. **Desenvolvimento sócio-afetivo:** a musicalização também ajuda a liberar as emoções, dando uma sensação de segurança. Nos trabalhos coletivos, melhora a cooperação e o conceito de grupo”. (JORNADA EDU, 2021).

Neste sentido, a obrigatoriedade do ensino de música nos anos iniciais do Ensino Fundamental é visto de forma positiva pelos especialistas, os quais consideram como um grande avanço na educação escolar. Consideram, ainda, a Arte e a Música, como ações integradas social e politicamente e, por consequência entendem que o processo de ensino aprendizagem da música não se constitui como um fenômeno desligado das questões e problemáticas que permeiam nossa sociedade. Por isso, a música, no decorrer da história, por várias vezes foi incluída e também retirada do currículo escolar brasileiro. De acordo com cada época ou período específico, era utilizada como disciplina obrigatória do currículo, ou ainda como conteúdo ligado ao ensino de Artes, contemplado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS), onde se encontra a seguinte determinação:

“Para que a aprendizagem da música possa ser fundamental na formação de cidadão é necessário que todos tenham a oportunidade de participar ativamente como ouvintes, intérpretes, compositores e improvisadores, dentro e fora da sala de aula. Envolvendo pessoas de fora no enriquecimento do ensino e promovendo interação com os grupos musicais e artísticos das localidades, a escola pode contribuir para que os alunos se tornem ouvintes sensíveis, amadores talentosos ou músicos profissionais. Incentivando a participação em shows, festivais, concertos, eventos da cultura popular e outras manifestações musicais, ela pode proporcionar condições para uma apreciação rica e ampla onde o aluno aprenda a valorizar os momentos importantes em que a música se inscreve no tempo e na história”. (BRASIL, 1997, p. 54).

A área do conhecimento denominada Arte é extremamente importante no contexto do ensino, visto que ela representa também um patrimônio

histórico e cultural da humanidade, que, partindo de uma perspectiva histórica, acaba por reconhecer o ensino da Música como uma prática escolar devidamente inserida dentro do ensino de Arte, como uma das suas principais representações que deverão fazer parte das atividades desenvolvidas dentro dessa modalidade de ensino. As modalidades pertinentes à Arte, além da Música, são: as Artes Visuais, a Dança e o Teatro, todas devidamente inseridas no currículo das escolas dos anos iniciais da educação básica. Entretanto, com relação à Música, a Base Nacional Comum Curricular estabelece:

“A Música é a expressão artística que se materializa por meio dos sons, que ganham forma, sentido e significado no âmbito tanto da sensibilidade subjetiva quanto das interações sociais, como resultado de saberes e valores diversos estabelecidos no domínio da cultura. A ampliação e a produção dos conhecimentos musicais passam pela percepção, experimentação, reprodução, manipulação e criação de materiais sonoros diversos, dos mais próximos aos mais distantes da cultura musical dos alunos. Esse processo lhes possibilita vivenciar a música inter-relacionada à diversidade e desenvolver saberes musicais fundamentais para a sua inserção e participação crítica e ativa na sociedade”. (BNCC, 2017, p. 154).

Para utilizar a Música nas aulas da Educação Infantil, primeiramente, é preciso reconhecer que não é necessário ser um professor de Música. É imprescindível que haja disposição e um pouco de criatividade. Com estes elementos qualquer professor conseguirá facilmente incorporar os elementos musicais na sala de aula. Assim, mesmo que o professor não saiba tocar nenhum instrumento, pode-se recorrer ao uso de músicas disponíveis em pen drives, aplicativos de música, ou até mesmo solicitar a participação de algum professor que saiba tocar um violão ou outro instrumento. O importante é ser desprendido, desinibido e estar disposto a se aventurar por esta modalidade, mas sempre com um planejamento apropriado, com foco nos resultados que deseja alcançar.

“Abaixo destacamos algumas sugestões: **Filmes e Desenhos:** Uma opção fácil e rápida para iniciar. Procure por filmes educativos e que tragam curiosidades sobre natureza, ciência, matemática e outros conteúdos. Mas, lembre-se de escolher

aqueles que se adequam para a idade dos alunos. **Brincar de Roda:** Essa atividade é uma ótima proposta para trabalhar a música na Educação Infantil, já que faz o aluno cantar, dançar, apurar sua percepção de afinação, ritmo e melodia. **Contação de Histórias:** Crianças adoram ouvir histórias e ficam ainda mais interessadas quando misturamos com músicas. Existem vários CDs e vídeos com histórias cantadas disponíveis na internet e o professor também pode usar fantoches e fazer dramatizações. **Aulas de Canto e de Instrumentos:** É interessante que a escola também ofereça aulas focadas em música, proporcionando um ensino integrado e interdisciplinar. Os estudantes conseguem desenvolver suas habilidades musicais, além de instigar a criatividade e abrir as portas para a arte. **Bater Bola:** Para os alunos menores, bater bola no chão, como no basquete, desenvolve o senso rítmico e a manutenção dos movimentos. É um desafio divertido que pode ser mais avançado ao jogar a bola na parede, fazer malabarismo ou brincar enquanto canta. **Músicas e Cantigas Tradicionais:** podemos utilizar cantigas mais tradicionais que já passaram de geração para geração. O professor pode aproveitar para estimular a sensibilidade, explorar o sentido das palavras e sensações de cada vocabulário” (JORNADA EDU, 2021).

## MUSICALIZAÇÃO E MUSICOTERAPIA

Dentro deste contexto em que a música exerce um aspecto cultural, tendo uma participação ativa no cotidiano das pessoas desde sua mais tenra idade, e que, dessa forma, é plenamente utilizada no ambiente escolar para oferecer benefícios de aprendizado e socialização, cabe destacar a importância da musicalização das crianças, considerando o caráter altamente pedagógico que esta prática proporciona. Utilizando os exercícios já dispostos no tópico anterior, sempre definidos e trabalhados mediante um planejamento apropriadamente estabelecido, caberá ao professor abordar este viés pedagógico, como por exemplo, apresentar determinados instrumentos e apresentar às crianças não apenas o som que eles emitem, mas também orientar sobre o formato dos instrumentos, ou seja, se eles são retangulares (como uma sanfona), triangulares (como um triângulo), circulares (como um tamborim) ou multiformes (como uma guitarra). Apresentar quais as cores dos instrumentos, ou mesmo suas partes, como as teclas de um piano, por

exemplo. Se estes instrumentos são de corda, de percussão ou de sopro. Tais apresentações podem exercer enorme influência nas crianças, as quais poderão se identificar com determinados instrumentos e sentir o desejo de aprenderem a tocá-los.

Outro aspecto pedagógico importante é ensinar as músicas às crianças para que elas possam aprender a cantar, o que, inevitavelmente, fará com que as crianças decorem a letra e absorvam os seus significados. Essa prática, na verdade, acompanhará a criança por toda sua vida, exemplo disso, são as músicas que os professores de cursinhos pré-vestibulares compõem com o intuito de fazer com que o aluno decore determinados conceitos ou fórmulas para as aplicarem corretamente às provas. Assim, é possível ensinar as músicas com seus conceitos previamente estabelecidos, e ensinar a criança a cantar, a fazer determinados gestos relacionados à música e ao tema que ela propõe (muitas crianças decidem se tornar cantoras exatamente nesta faixa etária, e esta influência tem grande impacto nesta decisão). Ensinar às crianças sobre os diferentes estilos musicais como samba, valsa, rock, forró, também fará com que elas associem estes estilos com aspectos temporais e regionais importantes, manifestando o caráter pedagógico que é o de oferecer diversas aprendizagens por meio da Musicalização.

A musicalização possui também a função de oportunizar as percepções auditivas das crianças. Um exercício bastante eficiente neste sentido é o de, após acomodar as crianças em silêncio, apresentar determinados sons específicos para elas ouvirem e identificarem que som é aquele. Exemplo: Som de um choro de bebê, som de um carro ligando, som de um apito, som de um instrumento, som de um animal específico ou de um pássaro. Além de ser um exercício que proporciona muito prazer e participação coletiva, ele é extremamente eficaz para promover o desenvolvimento da percepção auditiva da criança.

Neste sentido, a musicalização nada mais é do que o processo pelo qual é possível sensibilizar as crianças a perceberem e identificarem os sons e, dessa forma, apreciá-los, desenvolvendo sua percepção auditiva e ampliando o

seu conhecimento musical de uma maneira positiva e intuitiva. A musicalização também é definida como um conjunto de momentos que expressam a musicalidade na primeira infância, visando construir uma vivência musical mediante algumas práticas cotidianas, sendo que, no ambiente escolar, tais práticas estarão sempre associadas a conteúdos pedagógicos. A musicalização da criança necessita dos estímulos que a levem à descoberta dos sons, dos ritmos, melodias, timbres, movimentos e harmonias, pois ao experimentar atividades repletas de componentes musicais, as crianças se tornarão muito mais sensíveis e receptivos aos elementos relacionados ao universo da música. Entretanto, é importante preparar a criança desde sua formação para receber os benefícios proporcionados pela música, na verdade, muitas mães começam a conversar e a cantar músicas durante o seu período de gestação. Elas acreditam que o bebê as ouve e as compreende, no que elas estão absolutamente corretas, pois reconhece-se que a audição é o sentido mais apurado dos bebês no ventre.

“Existem cinco passos principais para promover a musicalização na primeira infância. **Ouça músicas durante a gravidez** - Se você gosta de ouvir músicas, as chances de o seu pequeno gostar também aumentam ainda mais. Ao fazer isso durante a gestação, você estimula a audição do bebê e contribui para o desenvolvimento da musicalização desde cedo. **Estimule atividades sonoras desde a primeira infância do bebê** - Após o nascimento do pequeno, que tal adicionar atividades com som na rotina? Vale brincar com objetos sonoros e animais de estimação, tocar um instrumento, cantar para ele, ligar o som ou até mostrar animações musicais para bebês na televisão. **Aposte em aulas de musicalização** - Ao completar 6 meses de idade, os bebês já podem participar de aulas de música, sabia? Quanto mais cedo eles entrarem em contato com instrumentos musicais, maior será a facilidade para aprimorar as habilidades necessárias para tocá-los. Lembre-se: estudar e brincar são atividades que devem andar sempre de mãos dadas para favorecer o desenvolvimento emocional e mental dos pequenos. **Invista em brincadeiras com cantigas de rodas** - Que tal estimular o aprendizado fora da sala de aula? Apesar de as cantigas de rodas já não serem mais tão comuns no dia a dia das crianças, é válido investir nessas brincadeiras e cantar as músicas que você já conhece: além de estreitar os laços familiares, essa é uma ótima opção para despertar o interesse por atividades que envolvem música. **Apresente diferentes instrumentos para saber por quais a criança tem interesse** - Algumas crianças não

demonstram tão cedo os seus interesses por música devido à falta de interação musical no meio em que vivem. Por isso, é recomendável mostrar instrumentos de diversos tipos, como flauta, teclado e violão, para estimular a musicalização” (BLOG NOVOS ALUNOS, 2021).

Com tantos benefícios oferecidos pela música, ela também pode ser empregada de uma forma terapêutica, para oportunizar uma ação mais efetiva no combate a necessidades físicas, intelectuais, sociais e emocionais. A musicoterapia é uma inovação, uma atuação em duas frentes, ou seja, na arte e na saúde. Passou a ser reconhecida como terapia apenas no ano de 1972, e, sendo uma ciência oficialmente recente, ainda dispõe de uma gama reduzida de trabalhos acadêmicos e pesquisas, se comparada às terapias convencionais. A musicoterapia deve ser praticada por um profissional especializado com graduação ou especialização em Musicoterapia, e seu tratamento se baseia na elaboração de melodias, ritmos e batidas utilizados numa dinâmica que produzam benefícios para a recuperação e para a autoestima dos pacientes.

Reconhecendo que a música exerce um papel fundamental na saúde mental das pessoas, quando estas estão em condição de enfermidade e que estejam internadas ou reclusas, muitas instituições promovem a visita de músicos que realizam trabalhos de maneira voluntária, em clínicas, hospitais, creches ou asilos. O objetivo desta ação é o de acalmar o coração, suprir as carências emocionais e afetivas e trazer paz e alegria às pessoas nessas condições. Nesse contexto, a musicoterapia pode ter benefícios em diversas áreas da mente e do corpo, atuando no tratamento específico, mas também na prevenção de doenças, e na qualidade de vida dos pacientes. Os principais benefícios da musicoterapia são:

**Tratamento de doenças degenerativas** - A música ativa regiões do cérebro responsáveis pela memória, de acordo com um estudo publicado em 2014, que mostra como o cérebro se comporta em relação à música. Assim, a musicoterapia pode atuar na prevenção, tratamento e diminuição de efeitos de doenças degenerativas como o Alzheimer. A música é capaz de estimular partes do cérebro que estavam adormecidas e que não eram utilizadas há muito tempo, sendo muito eficaz para diversos tipos de demência. **Melhora no quadro clínico**



**de câncer** - A musicoterapia já foi comprovada como um elemento que pode diminuir os efeitos da dor, da ansiedade e da fadiga, o que pode colaborar muito para pacientes com casos de câncer. Pessoas que fazem tratamentos dolorosos, se o fazem com acompanhamento musical, podem sentir menos dor. Além disso, a música melhora o quadro psicológico dos pacientes, tornando a recuperação mais provável. Estudos mostram que a musicoterapia é capaz de diminuir, em longo prazo, a quantidade de medicamentos necessários para os pacientes com câncer. **Doenças cardíacas** - Em um estudo publicado pelo Cochrane Library, a música melhora a frequência cardíaca e respiratória, pode reduzir a pressão sanguínea e diminuir os níveis de estresse. Além disso, ela pode melhorar o quadro de Doença Arterial Coronária. **Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT)** – Estudos recentes indicam que a musicoterapia tem efeito no tratamento de vítimas de traumas que desenvolveram o quadro de TEPT. Esse é um avanço recente, que propõe um caminho para melhora de um quadro que antes era visto como irreversível. **Autismo** – Estudos que observam o estudo da música no cérebro apontam que as mesmas partes da comunicação do cérebro são ativadas com estímulo musical. As pessoas que possuem o Transtorno do Espectro Autista possuem enorme dificuldade de se comunicar, e a musicoterapia pode desenvolver e melhorar este quadro (GUIA DA CARREIRA, 2023).

A musicoterapia também tem se mostrado eficaz na recuperação de pessoas que passaram por quadro de derrames, recuperando sua comunicação social, no tratamento da amnésia, visto que trabalha com a memória, no combate aos problemas do sono, uma vez que a música relaxa e proporciona higiene do sono. São muitos os benefícios da musicoterapia, e ela pode contribuir para melhorar a qualidade de vida das pessoas, sendo utilizada em grupo de pessoas ou em pacientes individuais. A musicoterapia vem comprovar que a evolução científica sempre apresenta novas formas de se tratar anomalias que vão muito além do que o simples uso de medicação prescrita.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A música é um componente extremamente presente no cotidiano das pessoas nos dias de hoje, e é um dos elementos que mais caracterizam a espécie humana em toda sua existência. Isto acontece porque o cérebro



humano é equipado plenamente para esta finalidade, visto que seu funcionamento e sua estrutura são perfeitamente aptos a receberem estímulos sonoros e os converter em música. Dessa forma, a criança vai se identificando com o universo musical desde muito cedo. No seu ambiente familiar ela já ouve as cantigas de ninar e as músicas infantis que são bastante próprias do seu momento de vida, com total liberdade para cantar e se expressar, seja cantando, seja improvisando algum tipo de batuque, para que ela possa se inserir no mundo das descobertas.

Essa maneira natural como a música se apropria da criança e vice-versa, deve ser amplamente aproveitada pelas instituições de ensino, que devem intensificar práticas lúdicas voltadas à música, para que a criança possa receber os conteúdos pedagógicos de uma maneira agradável, alegre e prazerosa. Portanto, estabelecer jogos e brincadeiras associados à música, dentro do ambiente escolar, sempre com planejamento focado, levará as crianças a receberem os ensinamentos que foram propostos de uma forma que elas podem não apenas aprender, mas também desenvolverem aspectos de concentração, memorização, participação coletiva, desenvolvimento psicomotor e cognitivo.

O ambiente escolar é plenamente propício para as práticas de musicalização que possuem grande intensidade pedagógica. Enquanto as crianças se envolvem no universo da música, elas estão aprendendo noções de todas as matérias curriculares. Matemática, Gramática, História, Geografia, Ciências, enfim, todas as matérias podem ser ensinadas mediante a música, em qualquer idade. Essa musicalização permite ainda que a criança se envolva com a música de tal forma que ela poderá se identificar com determinados aspectos, e poderá, inclusive, adquirir o gosto pelo canto ou até mesmo por algum tipo de instrumento, vindo a aprender a tocá-lo.

Outro aspecto de considerada relevância é o campo da musicoterapia, que tem formado profissionais capacitados a utilizar componentes da música no tratamento e reabilitação de pessoas portadoras de necessidades físicas, emocionais e sociais. As pessoas portadoras do Transtorno do Espectro

Autista, em especial, são alvo desta abordagem científica que pode, mediante a atuação do profissional, auxiliar professores e pacientes a lidarem com esta deficiência e vir a ter um aproveitamento muito mais significativo em sua aprendizagem e em seu relacionamento com as demais pessoas à sua volta. A música pode contribuir muito para a formação de alunos independentes, autônomos e plenamente aptos para uma vida em sociedade respeitosa e participativa.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte**, Brasília, MEC/SEF, 1997.

BLOG DICAS PAIS E FILHOS, **A Importância da Música para as Crianças**. Disponível em: <https://dicaspaisefilhos.com.br/bebes-e-criancas/a-importancia-da-musica-para-as-criancas/>. Acesso em 06 mai 2023.

BLOG MUSEU DA IMAGINAÇÃO, **Os benefícios da Música para o Desenvolvimento Infantil**. Disponível em: <https://www.museudaimaginacao.com.br/blog/conheca-os-beneficios-da-musica-no-desenvolvimento-infantil>. Acesso em 01 mai 2023.

BLOG NOVOS ALUNOS, **Musicalização na Educação Infantil: Entenda a Importância para o Aprendizado**. Disponível em: <https://novosalunos.com.br/musicalizacao-na-educacao-infantil/>. Acesso em 06 mai 2023.

BLOG UOL EDUCAÇÃO, **Música, Origem, Sons e Instrumentos**. Disponível em: [https://educacao.uol.com.br/disciplinas/artes/musica---origem-sons-e-instrumentos .htm](https://educacao.uol.com.br/disciplinas/artes/musica---origem-sons-e-instrumentos.htm). Acesso em: 01 mai 2023.

BLOG TODA MATÉRIA, **História da Música**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/historia-da-musica/>. Acesso em 30 abr 2023.

CARVALHO, M. F, **Pré-escola da Música: Musicalização Infantil**. Curitiba, Martins Fontes, 1997.

ESCOLA EDUCAÇÃO, **A História da Música**. Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/historia-da-musica/>. Acesso em 04 mai 2023.

GUIA DA CARREIRA, **Musicoterapia: O que é, benefícios e como trabalhar nessa área**. Disponível em: <https://www.guiadacarreira.com.br/blog/musicoterapia/>. Acesso em 07 mai

2023.

JORNADA EDU, **A Importância da Música na Educação Infantil**. Disponível em: <https://jornadaedu.com.br/praticas-pedagogicas/musica-na-educacao-infantil/> Acesso em 06 mai 2023.

PENNA, M. **Música e seu Ensino**. Porto Alegre, Sulina, 2008.



# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONHECER PARA PRESERVAR

**SÍLVIA REGINA VALENTE RUIZ**



Graduação em Pedagogia com Pós-graduação em Psicomotricidade.

### RESUMO

A Educação Ambiental é um tema que tem ganhado muita relevância no contexto atual, especialmente considerando seu aspecto de extrema urgência, pois, sendo um assunto que abrange a própria continuidade da espécie humana e da vida no planeta, é de fundamental importância conscientizar a geração presente sobre este tema tão relevante e tão delicado. É importante trazer esclarecimentos que despertem as pessoas para o fato de que os recursos naturais necessários à sobrevivência do homem são limitados e escassos, e caso não haja um entendimento comum sobre a melhor maneira de utilização destes recursos tão essenciais à manutenção da vida, a consequência será a extinção de muitas espécies viventes no planeta, e, lamentavelmente, este é um risco que atinge a própria raça humana. Cabe ressaltar que os recursos sempre foram fornecidos pela natureza de forma abundante aos habitantes do planeta, em todas as formas de vida, todavia, eles foram sendo gradativamente desperdiçados no decorrer dos séculos, principalmente porque o homem sempre acreditou que os recursos naturais, sempre tão abundantes, jamais viessem a se esgotar. Entretanto, com o desenvolvimento das tecnologias e da formação das grandes metrópoles, o ser

humano entrou num processo de desrespeito à natureza, com a poluição dos rios, desmatamento de florestas e redução drástica de espécies animais. Caso não haja uma conscientização em nível mundial, estes efeitos trarão prejuízos incalculáveis a toda forma de vida existente. É fato que a relação entre o ser humano e a natureza sempre existiu, e desde as épocas da pré-história, o ser humano foi aperfeiçoando a sua subsistência, dominando o fogo, fazendo ferramentas e armas para a caça utilizando pedras e ossos, e a natureza sempre oferecia os recursos básicos como água, alimento e abrigo. Com o passar do tempo, o homem passou a viver em sociedades que foram se desenvolvendo e fazendo com que os indivíduos passassem a necessitar de produtos para satisfazer suas carências e suas conveniências, dando início à cadeia produtiva. Assim, por volta do século XVIII, com o advento da Revolução Industrial, houve um considerável aumento na produção, e um aumento substancial na utilização dos recursos naturais. A utilização descontrolada destes recursos culminou com a crise ambiental que a humanidade enfrenta, a qual é fruto de um processo incessante de devastação ambiental que se acumulou ao longo dos séculos. Neste contexto, a Educação Ambiental foi criada para sensibilizar a sociedade, promovendo mudanças de comportamento que possam minimizar o alto grau de impacto existente mediante a criação de soluções sustentáveis planejadas que venham combater as práticas degradantes e prejudiciais ao planeta. É incontestável que todo este movimento de conscientização deve ser trabalhado também no ambiente escolar, promovendo ações de esclarecimento aos alunos, para que estes reconheçam que o problema é gravíssimo e que eles podem transformar essa terrível realidade.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental; Natureza; Sustentabilidade; Meio-Ambiente.

## INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental tem se provado ser uma eficiente ferramenta para a construção de uma qualidade de vida significativa, e que faça sentido aos indivíduos que habitam o planeta, especialmente porque é somente mediante uma educação positiva e atuante que serão formados cidadãos críticos e participativos nas diversas esferas da sociedade. E não é diferente quando se trata da responsabilidade de se combater os gravíssimos problemas ambientais que assolam o mundo neste momento. O grau de degradação

ambiental atual atingiu um patamar que demanda a necessidade de um conhecimento mais aprofundado do tema e uma consciência de que mudanças são inevitáveis e urgentes para a sobrevivência da vida. Cabe ressaltar que os conhecimentos alcançados acerca do problema ambiental são novos, com ideias e perspectivas ainda em formação, e tal cenário demanda muito diálogo e muitos debates a respeito da Educação Ambiental. À medida que as pesquisas científicas se aprofundam, debates se sucedem e medidas são colocadas em prática, todavia, mudanças de pontos de vista costumam ser barreiras difíceis de serem transpostas, porém, necessárias para que uma dinâmica sustentável seja aplicada ao cotidiano das pessoas de modo eficaz.

Assim, torna-se importante destacar o imutável relacionamento entre o ser humano e a natureza, uma vez que desde os primórdios o homem primitivo já utilizava os recursos da natureza para suas carências e demandas cotidianas. Com o passar do tempo, o homem começou a viver em pequenos grupos, passou a cultivar plantas e a domesticar algumas espécies de animais. À medida que os recursos iam se reduzindo, os grupos formados iam se transferindo para outras regiões. Milhares de anos de desenvolvimento possibilitaram a estes indivíduos a confecção de ferramentas e armamentos mais expressivos, promovendo uma caça mais intensa e significativa, aumentando o consumo de proteínas, produzindo roupas com as peles destes animais e aperfeiçoando técnicas de cozimento de alimentos.

Conforme iam se desenvolvendo, as gerações mais remotas também iam aperfeiçoando suas tecnologias e sua criatividade, porém jamais demonstravam algum tipo de preocupação com a degradação ambiental que produziam. Entretanto, quando o crescimento populacional se evidenciou, todas as práticas que até então eram consideradas inofensivas, estavam, na verdade, promovendo sérios impactos ambientais. Com o surgimento de grandes civilizações, o aumento do comércio foi inevitável. A carência de bens de consumo, utensílios e materiais determinou a necessidade de uma produção ainda maior, o que culminou com uma maior extração dos recursos naturais, com uma quantidade de abate de animais muito maior, com mais

consumo de água, mais desmatamento, e a poluição dos rios e nascentes tomou proporções gigantescas.

Este é o cenário que trouxe à pauta a Educação Ambiental, cujo propósito é produzir uma consciência plena de valores, ideias, conhecimentos e ações que venham cooperar com a proteção do meio ambiente e com sua preservação, possibilitando que a geração atual, bem como as futuras, sejam capazes de desfrutar de um meio ambiente saudável. Mas, para que isso aconteça, é fundamental que haja uma real consciência da existência de uma crise ambiental sem precedentes, tornando imprescindível uma mudança radical das práticas habituais dos indivíduos. A Educação Ambiental se caracteriza como um movimento social contemporâneo, cujo foco é repensar a relação entre a sociedade e a natureza, para que seja possível a construção de uma consciência ecológica em nível mundial.

Dado o caráter global da crise ambiental, as nações tem se unido nas suas mais diversas instâncias para promover a criação de leis e de uma consolidação de conceitos globais na busca de soluções sustentáveis, que são formas de preservação do meio ambiente que garantam que os recursos naturais continuem disponíveis para as gerações futuras. Mas, para que isso ocorra, são imprescindíveis determinadas ações, tanto individuais quanto coletivas, que possam impactar benéficamente o meio ambiente. Assim, a sustentabilidade ambiental deverá ser posta em prática pelos cidadãos, pela sociedade, pelas empresas e, também, pelas escolas.

"A sustentabilidade ambiental prevê um conjunto de ações, políticas e normas que tem como objetivo a reorientação do comportamento dos principais agentes sociais, políticos e econômicos diante do meio ambiente, procurando amenizar os problemas correntes e evitar possíveis impactos futuros à natureza. Dessa forma, um dos principais benefícios da sustentabilidade ambiental é uma melhoria nos hábitos e a construção de uma relação harmoniosa com a natureza. A adoção de práticas sustentáveis pode trazer benefícios diretos para o indivíduo, promovendo qualidade de vida. Isso se estende para a esfera coletiva, uma vez que, garantindo maior equilíbrio ambiental a médio e longo prazo, a preservação ambiental (que por si só é um benefício da sustentabilidade ambiental): melhora a qualidade do ar e das águas; mantém ou amplia as áreas com vegetação, que regulam o microclima, por

exemplo; auxilia na diminuição do lixo e da poluição; garantindo a disponibilidade dos recursos naturais" (BRASIL ESCOLA, 2022).

## **O SER HUMANO E SUA RELAÇÃO COM A NATUREZA**

Segundo os pesquisadores da história antiga, nas eras mais remotas, as populações se caracterizavam pela existência de caçadores-coletores, os quais se sustentavam por meio da caça de animais selvagens e pela coleta de alguns vegetais, e este é o primeiro modo de subsistência que se conhece, tendo se estendido por milhares de anos. Essa técnica de sobrevivência conduzia o ser humano a recolher da natureza tudo o que ele precisava, e ela lhe oferecia isso espontaneamente, ou seja, ninguém plantava ou criava animais para consumo, entretanto, conforme as manadas de animais se deslocavam, ou quando os recursos naturais se reduziam, era necessário que os indivíduos se mudassem para outras regiões.

No período histórico que perdurou entre 10.000 e 5 000 a. C, os indivíduos já possuíam domínio do fogo, o qual era utilizado tanto para a iluminação quanto para o aquecimento do ambiente e cozimento dos alimentos. Nesse tempo da História, as pessoas abandonaram a vida em cavernas e começaram a construir abrigos. O desenvolvimento de armas e acessórios fez com que a caça de animais se tornasse mais eficiente, e as pessoas passaram a consumir proteínas num grau cada vez maior, além de preparar roupas quentes com as peles dos animais abatidos. Ao invés de coletar as plantas como faziam antes, o homem passou a cultivá-las e a escolher um cardápio de mais fácil digestão, em virtude de realizarem o preparo mediante seu cozimento.

“Com o passar do tempo, as pessoas foram desenvolvendo formas de estocar os alimentos para os períodos de escassez e passaram a se fixar em pequenas comunidades, com o objetivo de se proteger e a dividir tarefas. Em consequência dessa nova organização e com mais alimento disponível, aumentou-se a reprodução e a sobrevivência humana. Ao selecionar e cultivar as poucas espécies de plantas e animais que podemos comer... obtemos um volume muito maior de calorias por hectare. Em consequência disso, um hectare pode alimentar muito mais criadores e agricultores do que o método



dos caçadores-coletores. Nas sociedades humanas que possuíam animais domésticos, eles alimentavam mais gente de quatro maneiras distintas: ao fornecer carne, leite e fertilizantes, e ajudando a arar a terra” (DIAMOND, 2009 p. 86).

Sabe-se que esta reação evolutiva ocorreu de maneira diferente em cada lugar do planeta, uma vez que as transformações de comportamento foram acontecendo segundo seu próprio ritmo e o desenvolvimento das sociedades caminhava num curso próprio. Assim, os povos que se desenvolviam mais em termos de avanços tecnológicos, utilizando artefatos de ferro e de metal, passaram a conquistar e a dominar os demais, vindo a escravizá-los ou exterminá-los em diversos casos registrados no decorrer da história. Todavia, jamais houve qualquer preocupação do ser humano em conservar os recursos ou preservar o meio ambiente, pois acreditavam que os recursos necessários à sua subsistência eram intermináveis e renováveis.

“Os povos antigos buscavam resolver as tarefas diárias de maneira criativa, sem se preocupar com a degradação ambiental. Com o passar do tempo e o crescimento da população, os atos, antes inofensivos, passaram a causar impactos ambientais devido à necessidade de mais recursos. As pessoas foram desenvolvendo formas de ter acesso a alimentos, água, vestimentas e abrigo. Assim, aquilo que faltasse para seu conforto poderia ser produzido e comercializado por outros indivíduos. Inicialmente, o comércio se baseava em trocas, mas com o aumento da produção, havia maior extração dos recursos naturais, abate de animais e consumo de água. Assim, à medida que a população aumentava, as tarefas diárias tornavam-se mais complexas. O que antes era feito somente para si, passa agora a ser feito para vender ou como prestação de serviço. As técnicas da indústria e da agricultura foram se aprimorando, refletindo na melhoria da qualidade alimentar, no aumento da produção agrícola e no controle das pestes, pragas e doenças. Algumas sociedades ainda tentavam conservar suas estruturas agrícolas, entretanto, o processo de industrialização foi inevitável. Esse processo colocou no mercado diferentes produtos, o que fez com que as pessoas passassem a ter necessidade de obter os utensílios que poderiam facilitar o dia a dia, usando menos força e ganhando mais tempo” (CHAVES, 2020 p. 11).

Com o desenvolvimento urbano, a extração de madeira passou a ser muito utilizada, especialmente na construção de navios, além de ser matéria

prima fundamental na construção civil, sendo utilizada para a produção de soalhos, pisos e elementos decorativos, também para a confecção de portas, janelas, escadas, paredes e telhados. Dessa forma, a procura por madeira cresceu sobremaneira, causando uma exploração desordenada, motivando imensa devastação florestal. O período das grandes navegações impulsionou o comércio global e a conseqüente exploração das riquezas naturais das colônias, como no caso do Brasil, que teve suas riquezas exploradas em grande monta, especialmente o ouro, diamantes e o próprio pau-brasil.

“No período que vai do século XVII ao XIX, os novos inventos possibilitaram uma produção em larga escala, aumentando a oferta de bens de consumo. Com o aumento da população mundial, a produção de mercadorias teve de ser ampliada para atender às novas demandas. Não era mais possível comercializar somente o excedente, era preciso produzir mais e criar um mercado consumidor. As atividades econômicas passaram a transformar os recursos naturais em produtos manufaturados, em grande escala. A utilização de maquinário fabril exigia mão de obra especializada, além de matéria-prima e energia para movimentar as máquinas. O comércio se tornou intenso e muitos bairros operários surgiram nos arredores das fábricas. O processo de industrialização e urbanização cooperou para a constituição de uma sociedade de consumo que, além de agravar a pobreza e a desigualdade social, aumentou a geração de problemas ambientais em escala global” (CHAVES, 2020 p. 20).

Nos dias atuais, observa-se a expansão de empresas multinacionais que colocam no mercado produtos tecnológicos, e as grandes corporações lutam para manter seus consumidores e para conquistarem novos. Para isso, criam uma falsa necessidade de troca de aparelhos por outros supostamente mais atualizados e mais modernos. Isso tem produzido um acúmulo de aparelhos e descartes sem critério, gerando mais poluição dos rios que sofrem com o descarte de lixos industriais, domésticos e esgoto não tratado. Substâncias tóxicas como mercúrio, chumbo, e outros metais pesados acabam sendo depositados nas águas e as contaminam, e os animais, plantas e comunidades que dependem dos rios para sua subsistência ficam comprometidos, além do solo que é extremamente afetado. Esta situação contribui para um cenário irreversível, caminhando para a extinção de espécies animais e vegetais, com

a poluição dos rios, degradação do solo, erosão, chuvas ácidas, seca, desmatamento, aquecimento global e efeito estufa. Um comportamento despreocupado e desajustado que começou nos primórdios da história mas que se mantém, lamentavelmente, ainda hoje, impacta as pessoas nos dias de hoje e trará consequências para as próximas gerações..

## **O QUE PRETENDE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Os principais objetivos da Educação Ambiental são a conscientização da gravidade do contexto ambiental atual, e o consequente estímulo a uma total transformação de comportamento, que encoraje cada indivíduo para a mobilização, passando pelas comunidades e países e, por fim, possa atingir toda a população do planeta. A Educação Ambiental engloba processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conceitos, conhecimentos, atitudes e comportamentos que buscam a conservação do meio ambiente, entendendo que se trata de um bem de uso comum das populações, essencial para uma qualidade de vida sadia, bem como à sua sustentabilidade. Com base nesses conceitos foi desenvolvida a Política Nacional de Educação Ambiental, PNEA, que reconhece a Educação Ambiental como um componente fundamental e permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo.

Assim, a PNEA se consolidou por meio da instituição de uma legislação bastante contextualizada no campo da Educação Ambiental, criando a LEI de nº 9.795/1999, que estabeleceu toda uma disposição a respeito dessa modalidade, onde se destacam as providências a seguir:

### **“São princípios básicos da Educação Ambiental:**

- I – o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo.
- II – a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade.
- III – o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV – a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as

práticas sociais;

V – a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI – a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII – a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII – o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

**São objetivos fundamentais da Educação Ambiental:**

I – o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II – a garantia de democratização das informações ambientais;

III – o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV – o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V – o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI – o fortalecimento da cidadania, autodeterminação da integração com a ciência e a tecnologia;

“VII – o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade” (INSTITUTO CHICO MENDES, 2018).

Dessa forma, consiste em um dos principais objetivos da Educação Ambiental a construção de uma conexão entre o ser humano e a natureza, propiciando que haja um despertar quanto à percepção dos conteúdos e argumentos ligados ao impacto no meio ambiente, com a preocupação constante sobre as possíveis tomadas de decisões que venham a priorizar a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade. Cabe ressaltar que a Educação Ambiental precisa ser direcionada a todos os indivíduos, de todos os lugares e de todas as idades, entretanto, uma conscientização das crianças da Educação Infantil seguramente produzirá impactos de grande intensidade em toda uma geração, a qual se desenvolverá tendo uma viva consciência sobre a importância de se preservar a natureza. As crianças tem a capacidade de influenciar os adultos para a gravidade do tema, fazendo com que a Educação

Ambiental não fique restrita somente ao ambiente escolar, mas que venha a ser praticada em todos os espaços e em todos os níveis da sociedade, produzindo ações de caráter preservativo em relação ao meio ambiente.

O termo Educação Ambiental, em seu sentido mais concreto, procura estabelecer a forma como devem ser transmitidos os valores, costumes e hábitos que levem a uma relação eficiente entre homem e natureza. Assim, os aspectos da Educação Ambiental se complementam mediante a percepção da necessidade urgente de se construir um processo contínuo e eficaz para a elaboração de conteúdos voltados para esta área do conhecimento. Todo este processo pretende promover um movimento de sociedades mais justas, equilibradas ecologicamente, e que valorizem a preservação do meio ambiente.

“O objetivo da educação ambiental é desenvolver uma perspectiva de ação holística, relacionando o homem à natureza. Para isso, leva em consideração que os recursos naturais são limitados e que o principal responsável pela degradação é o ser humano. No entanto, apesar de ser um tema relativamente controverso, não existe nenhuma sociedade no mundo que não promova algum tipo de agressão ambiental. Ainda que haja relação direta entre o progresso e o consumo dos bens naturais, o baixo desenvolvimento não elimina os efeitos da intervenção humana no meio ambiente. Mesmo as atividades agrícolas dos mais primitivos vilarejos promovem suas mudanças no curso da natureza. Os objetivos da educação sobre o meio ambiente, portanto, não estão relacionados à impossível supressão do efeito do homem sobre ele, mas na busca da harmonia de suas ações com o ecossistema.

Para tanto, ela trabalha com as seguintes metas: Promoção da conscientização e da sensibilidade ao meio ambiente; Desenvolvimento do conhecimento e da compreensão dos problemas ambientais; Motivação para ações de melhoria e manutenção da qualidade ambiental e Engajamento nas atividades que levem à resolução dos problemas ambientais. É importante ressaltar que a educação do meio ambiente não defende um único ponto de vista particular, mas ensina os indivíduos sobre como avaliar os diversos aspectos envolvidos na resolução de um problema, e a buscar a melhor solução possível dentro do contexto existente” (FIA BUSINESS SCHOLL, 2022).

Portanto, compartilhar o conhecimento alcançado a respeito do tema da Educação Ambiental passa a ser de enorme importância, para que as pessoas tenham consciência da relação entre elas e a natureza, em todas as suas diversas possibilidades, resgatando em cada indivíduo o sentimento de que ele pertence à natureza, e que a destruição do meio ambiente lhe trará sérias consequências. Além disso, quando as pessoas compreendem que os recursos que a natureza oferece possuem um valor incalculável, pois, além de indispensáveis à vida, são limitados e tendem a desaparecer, e caso não sejam preservados e recuperados, se esgotarão, e que é a ação do homem que produz estes efeitos desastrosos à natureza, comprometendo a continuidade da existência humana. A Educação Ambiental também tem o seu valor ao demonstrar como estes problemas são ocasionados e quais os esforços que devem ser empreendidos para viabilizar o desenvolvimento de ações que produzam uma diminuição significativa dos impactos provocados ao planeta.

### **SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS E SUSTENTABILIDADE**

O conceito de sustentabilidade é o de idealizar a busca pelo equilíbrio entre a disponibilidade dos recursos que a natureza oferece e a exploração destes recursos por parte do ser humano. Ou seja, a sustentabilidade se ocupa em oferecer um equilíbrio quanto à preservação do meio ambiente e o que ele pode entregar na perspectiva das necessidades humanas e da sua qualidade de vida. O próprio termo sustentabilidade apresenta a extrema urgência de conscientização a respeito das maneiras como a sociedade tem explorado e se apropriado dos recursos naturais, buscando possíveis alternativas de preservação, e, dessa forma, evitando que esses recursos se esgotem. A definição de sustentabilidade está relacionada ao conceito de desenvolvimento sustentável. Atualmente, muito tem se falado a cerca do desenvolvimento sustentável para propor uma reflexão por parte da sociedade para o fato de que os recursos naturais tendem a se esgotar, especialmente recursos abundantes e essenciais à continuidade da existência da vida no planeta, como ar, água e alimentos em geral. Assim, todas as discussões e debates

referentes a este assunto, e o caráter de urgência que a comunidade científica impõe com relação à sustentabilidade, confirmam o estado deplorável do meio ambiente e ressaltam que a conscientização e a aplicação de medidas de combate à degradação ambiental precisam ser aplicadas de forma emergencial.

“Portanto, desenvolvimento sustentável refere-se ao desenvolvimento socioeconômico, político e cultural atrelado à preservação do meio ambiente. Sendo assim, as práticas capitalistas associadas ao consumo devem estar em equilíbrio com a sustentabilidade, visando aos avanços no campo social e econômico sem prejudicar a natureza. É a garantia do suprimento das necessidades da geração futura por meio da conservação dos recursos naturais. Esse termo surgiu no relatório desenvolvido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento apresentado em 1987, conhecido como Relatório de Brundtland ou Nosso Futuro Comum. O relatório traz a definição de desenvolvimento sustentável como: “O desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. De acordo com o relatório, para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado, é preciso primeiramente atender às necessidades básicas da sociedade, nos setores da saúde e, educação, no que diz respeito à alimentação e moradia. E para isso, a Organização das Nações Unidas definiu, ao longo de inúmeras conferências ambientais, diversos objetivos a serem alcançados a fim de que os países consigam alcançar um desenvolvimento atrelado à sustentabilidade” (BRASIL ESCOLA, 2021).

Considerando o caráter de extrema urgência, foi divulgada pela ONU, Organização das Nações Unidas, em 2015, uma agenda constando dezessete objetivos que cada país membro deveria se comprometer em atingir até 2030, com o objetivo de alcançar o tão sonhado desenvolvimento sustentável. Os principais objetivos são: 1-Eradicar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares. 2-Eliminar a fome, promovendo a melhoria das condições nutricionais mediante uma agricultura sustentável. 3-Garantir uma vida saudável, com bem estar para todas as pessoas, de todas as idades. Entretanto, tais objetivos só podem ser alcançados, de acordo com analistas, mediante o desenvolvimento socioeconômico, todavia, este tem sido um dos motivos pelos quais tem ocorrido a exploração cada vez maior dos recursos



naturais, pois, com o aumento da população e da sua qualidade de vida, o aumento do consumo tende a ser uma consequência inevitável.

O termo sustentabilidade engloba não somente aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico, mas denota uma preocupação com as perspectivas ecológicas e sociais que indicam um direcionamento voltado para o fim da desigualdade social. Neste sentido, cabe afirmar que a sustentabilidade é a meta que se busca enquanto que o desenvolvimento sustentável é o método ou o mecanismo para que ela seja alcançada.

“A sustentabilidade é tratada por meio de três dimensões que indicam um equilíbrio harmonioso entre as esferas social, ambiental e econômica. Esse tripé corresponde a uma tendência das empresas que passaram a se comprometer com a sustentabilidade. As principais características das três dimensões são: 1-Sustentabilidade Ambiental: refere-se à preservação do meio ambiente de maneira que a sociedade encontre o equilíbrio entre o suprimento de suas necessidades e o uso racional dos recursos naturais, sem prejudicar a natureza. 2- Sustentabilidade Social: refere-se à participação ativa da população no que tange ao desenvolvimento social por meio da elaboração de propostas que visem ao bem-estar e igualdade de todos em consonância com a preservação do meio ambiente. 3- Sustentabilidade Econômica: refere-se ao modelo de desenvolvimento econômico que visa à exploração dos recursos naturais de maneira sustentável, sem prejudicar o suprimento das necessidades da geração futura” (BRASIL ESCOLA, 2022).

A Sustentabilidade Ambiental refere-se ao recurso natural de alguma atividade em si, visto que toda atividade econômica produz algum impacto ambiental prejudicial, sendo assim, as empresas devem repensar as formas de minimizar estes impactos. Isso pode ser feito utilizando a matéria-prima de uma maneira mais racional, controlando a emissão de gases poluentes e dos detritos e dejetos. A Sustentabilidade Social compreende todo o capital humano de determinado empreendimento ou da sociedade como um todo. Os agentes deste contexto são: salário justo, adequação à legislação social e trabalhista, bem-estar dos trabalhadores, ambiente de trabalho satisfatório, cuidados com a saúde dos profissionais e a preocupação com os impactos que estas atividades podem estar causando nas comunidades ao redor. A Sustentabilidade Econômica refere-se a um conjunto de práticas econômicas,



administrativas e financeiras cujo propósito é o de promover o desenvolvimento econômico de um país ou empresa, mas sempre preservando o meio ambiente e buscando promover a manutenção dos recursos naturais às gerações vindouras.

Neste sentido, as empresas e a sociedade tem procurado formas de se engajar e promover a adoção de soluções sustentáveis. Empresas que utilizam práticas sustentáveis se destacam muito mais no mercado e, conseqüentemente, conquistam muito mais clientes. É claro que o objetivo não é somente utilizar-se do termo “sustentabilidade” como marketing, mas deixar claro seu genuíno interesse e sua constante preocupação com a preservação do meio ambiente. Portanto, fica claro que as soluções sustentáveis estão sendo cada vez mais apreciadas, e a tendência é que cada vez mais práticas sustentáveis sejam criadas.

“O que são soluções sustentáveis? Soluções sustentáveis são aquelas que reduzem ou eliminam os impactos negativos sobre o meio ambiente, como: climatização e iluminação naturais; materiais recicláveis, biodegradáveis, menos poluentes; sistemas digitais ou digitalizados; tratamento de resíduos industriais; fontes alternativas de energia elétrica e muitas outras. Essas soluções podem ser aplicadas em residências, empresas, indústrias, estabelecimentos de saúde e educação, clubes e academias. Enfim, em qualquer tipo de construção e em diferentes atividades econômicas” (HCC ENERGIA SOLAR, 2022).

Soluções sustentáveis, portanto, são técnicas que envolvem aspectos da física e da química aplicadas aos contextos sociais visando proporcionar uma quantidade incomparavelmente menor de danos à natureza. Elas dizem respeito a qualquer prática que possa contribuir com a conservação do ecossistema, como a reciclagem ou a redução do consumo de água e de luz. A redução de gastos já se torna um atrativo para que as pessoas e as empresas se empenhem em adotar práticas como estas.

Diversas medidas já estão sendo praticadas como a reutilização da água para fins não potáveis, cujo objetivo é coletar a água já utilizada e encaminhá-la por tubulações até uma central de tratamento e, posteriormente, possibilitar o

seu reuso em banheiros, cozinhas, lavagem de roupas, automóveis e demais itens. Outra medida é a utilização da energia solar, a qual é limpa e renovável e está em expansão crescente no mundo. A instalação de painéis solares vem se consolidando em diversos lugares, gerando economia significativa nas contas de energia e contribuindo para a preservação dos recursos naturais. Outra solução sustentável que tem se consolidado é a climatização natural de ambientes, uma vez que gera um aproveitamento da luz e do calor do sol, dos ventos e do frescor de determinadas épocas, sem a necessidade de se consumir energia elétrica. Também tem se notabilizado a utilização de materiais biodegradáveis, ou seja, aqueles que se decompõem em um período de tempo muito mais curto. A reciclagem de materiais também tem ganhado notoriedade, visto que recupera materiais que levariam décadas ou séculos para se decomporem, como o plástico, por exemplo. A reciclagem é uma solução sustentável de grande impacto já que a produção desenfreada de lixo é tremendamente prejudicial ao meio ambiente pois deteriora o solo e polui os rios e oceanos.

### **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS PRÁTICAS NAS ESCOLAS**

Inquestionavelmente, a escola é o lugar destinado à transmissão de saberes e à formação de cidadãos críticos, conscientes, autônomos e participativos na sociedade, e, neste sentido, torna-se um ambiente totalmente apropriado para a conscientização de futuros cidadãos. Dessa forma, ela se torna um espaço muito favorável para se introduzir os conceitos e orientações sobre a importância da Educação Ambiental, que deve ser apresentada de forma interdisciplinar em seus conteúdos relacionados ao ser humano e à natureza. Isto permitirá que a criança tenha noção da atuação negativa contra o meio ambiente praticada por gerações passadas, mas que, a partir de agora, podem ser resgatadas por meio do seu engajamento no processo. Portanto, aprender sobre a importância da redução dos danos ambientais é extremamente significativo para a formação de cidadãos mais responsáveis e conscientes.

Cabe às escolas incentivar os seus alunos a se engajarem na causa ambientalista por meio da adoção de práticas simples, mas frequentes, e que façam sentido para elas, permitindo que elas sejam participantes do processo. Por mais simples que as tarefas sejam, elas poderão criar hábitos permanentes relacionados à sustentabilidade. As crianças devem aprender que mesmo pequenas mudanças comportamentais são capazes de fazer toda a diferença.

**Instalar lixeiras de coleta seletiva.** Na coleta seletiva, o lixo é separado de acordo com o material do qual é feito: plásticos, vidros, metais, papéis ou materiais orgânicos. A escola pode espalhar as lixeiras em locais de fácil acesso e instruir os alunos sobre quais materiais jogar em cada uma e de que forma esse lixo pode ser reciclado. Essa é uma excelente maneira de fazer do descarte consciente de lixo um hábito! Caso a instituição não tenha recursos para comprar as lixeiras especiais de coleta seletiva, ela pode incentivar os próprios alunos a prepararem recipientes para coleta com os materiais existentes no meio escolar, como caixas e sacolas.

**Criar hortas comunitárias.** Por meio de ações de cultivo, plantação e manutenção da horta, a escola desenvolve nos alunos o sentimento de cuidado e proteção com a natureza. Desde escolher as sementes e mudas, aprender a lidar com a terra, regar e cuidar de cada espécie e entender a hora certa de colher. O processo pode envolver toda a comunidade escolar, proporcionando uma aprendizagem divertida, produtiva e viva. O melhor é que depois os alimentos possam ser consumidos nas merendas e lanches da escola.

**Reutilizar e trocar livros.** Que tal organizar uma biblioteca com livros usados? Além de ser uma ótima forma de incentivar o hábito da leitura, a dinâmica ajuda os alunos a entenderem a importância de cuidar do material para que ele possa ser aproveitado por outras pessoas! Esse caminho também pode ser seguido com os livros didáticos. A reutilização ajuda a economizar na compra do material escolar e ainda contribui para a conservação do meio ambiente, reduzindo o consumo de papel. Uma alternativa é comprar em sebos, lojas que vendem livros usados.

**Incentivar a reciclagem e o reaproveitamento de materiais.** Folhas de papel, garrafas pet, caixas de leite, latinhas... A escola pode incentivar os alunos a darem um novo sentido aos materiais que seriam descartados na natureza. Além de reduzir o descarte de lixo, essa é uma excelente oportunidade para estimular a criatividade! Enquanto montam brinquedos, presentes e enfeites, os alunos aprendem, na prática, que o lixo pode ser reaproveitado.

**Evitar o desperdício de água** - Reaproveite a água da chuva! Com sistemas de captação de água de chuva, a escola pode realizar a limpeza de áreas externas e até mesmo irrigar jardins, plantas e hortas! A conscientização acerca do desperdício de água também

é importante. A escola pode espalhar mensagens de economia de água nos banheiros, orientando os alunos a fecharem a torneira enquanto escovam os dentes, por exemplo. As placas de aviso podem ser confeccionadas pelos próprios alunos (BLOG VIVESCER, 2021).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tema bastante recente e ainda em processo de consolidação, a Educação Ambiental vem ganhando espaço e notoriedade na sociedade contemporânea, entretanto, apesar de polêmico é extremamente urgente, e conscientização e conhecimento são fatores indispensáveis para o engajamento na luta para melhoria do meio ambiente. Os recursos fornecidos pela natureza são esgotáveis e precisam ser preservados, portanto, se empregar estes recursos para fazer frente às necessidades humanas é inevitável, a maneira como utilizar tais recursos e reutilizá-los passa a ser o enfoque da Educação Ambiental, a qual deve ser compartilhada com todas as pessoas de todas as idades.

A relação entre o ser humano e a natureza sempre existiu e nunca deixará de existir, mas, em pleno século XXI, não pode mais ser possível uma utilização despreocupada dos recursos naturais, e cada atitude, desde as mais simples até as mais sofisticadas, precisam estar sob a óptica da preservação dos recursos naturais. Neste sentido, a Educação Ambiental tem como objetivo primordial conscientizar a humanidade quanto à gravidade do problema no momento atual, e, dessa forma, encorajar as pessoas a uma mudança comportamental que envolva também as comunidades, os estados, os países e, por fim, toda a população mundial. Por isso, ao elaborar a Lei 9795 de 1999, o PNEA, Plano Nacional de Educação Ambiental abordou o enfoque humanista, democrático, participativo e holístico, ou seja, aquilo que envolve sua totalidade ou globalidade. Ações transformadoras que a Educação Ambiental intenciona devem ser praticadas pelo todo da população mundial, em cada lugar mais distante do planeta Terra.

Neste contexto, termos como sustentabilidade e soluções sustentáveis tem ganhado força. A sustentabilidade defende o equilíbrio e a preservação do meio ambiente no contexto dos impactos causados pelas práticas degradantes adotadas na utilização dos recursos naturais. É inquestionável que as pessoas precisam extrair da natureza a produção de materiais imprescindíveis à vida e ao bem estar, mas propondo uma reflexão quanto às possíveis alternativas de preservação, e, dessa forma, evitando a ocorrência de impactos graves e danosos ao meio ambiente. Esse é o conceito de desenvolvimento sustentável, ou seja, o desenvolvimento é necessário e bem vindo, entretanto, ele deve preservar sempre a natureza, para que as gerações vindouras desfrutem de ambientes saudáveis.

As soluções sustentáveis estão sendo estudadas, avaliadas e postas em prática, tanto nas empresas quanto nas casas, seja na mudança para a energia solar, seja a climatização natural de ambientes, seja a utilização de materiais biodegradáveis ou a reciclagem do lixo. A necessária conscientização precisa passar pelo ambiente escolar e produzir reflexão e engajamento por parte dos alunos. Pequenas atitudes praticadas na escola como coleta de lixo seletiva, criação de uma horta comunitária, reutilização de livros e materiais, reuso da água pluvial, evitar o desperdício da água, todas são medidas importantes e que quando somadas a outras que a escola imaginar, poderão impactar os futuros cidadãos responsáveis pela continuidade da vida no planeta.

## REFERÊNCIAS

BRASIL ESCOLA, **O que é sustentabilidade ambiental?** Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-sustentabilidade.htm>. Acesso em 21 mar 2023

BRASIL ESCOLA, **Sustentabilidade** Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/sustentabilidade.htm> Acesso em 25 mar 2023

BLOG VIVESCER, **Práticas Sustentáveis.** Disponível em: <https://vivescer.org.br/praticas-sustentaveis/?gclid=EAlalQobChMI26GN6sn>. Acesso em 20 mar 2023.

CHAVES, A. A. P, **Educação Ambiental**. Curitiba, IESDE, 2020.

DIAMOND, J. **Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas**. Rio de Janeiro, Record, 2009.

FIA BUSINESS SCHOOL, **Educação Ambiental**. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/educacao-ambiental/>. Acesso em 18 mar 2023.

HCC ENERGIA SOLAR, **Tudo o que você precisa saber sobre energia solar**. Disponível em: <https://hccenergiasolar.com.br/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-solucoes-sustentaveis/>. Acesso em 24 mar 2023.

INSTITUTO CHICO MENDES. **Educação Ambiental Políticas e PNEA**. Disponível em <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/pnea.html>. Acesso em 19 mar 2023.



# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

## ALFABETIZAÇÃO NA INFÂNCIA: PRÁTICAS E CONCEITOS

SÍLVIA REGINA VALENTE RUIZ



Graduação em Pedagogia com Pós-graduação em Psicomotricidade.

### RESUMO

O objetivo deste artigo foi desenvolver algumas breves considerações a respeito do processo de alfabetização e letramento das crianças no período da infância, seus conceitos e suas práticas nessa etapa considerada ideal para se iniciar e desenvolver os fundamentos relacionados à aquisição, elaboração e compreensão da linguagem escrita de forma simples, natural e espontânea. Para uma análise mais completa, se faz necessário considerar que a sociedade contemporânea vem sofrendo modificações extremas nas últimas décadas, demandando uma parcela de tempo muito maior de permanência de pais e mães trabalhando fora de casa. Este cenário tem contribuído para que uma quantidade bastante elevada de crianças passe a frequentar o ambiente escolar muito antes do que acontecia em décadas passadas. Este contexto tem afetado o processo de alfabetização e letramento das crianças da educação infantil, visto que muitos professores acabam por tentar adotar processos de alfabetização antes do momento adequado, fazendo com que as crianças recebam uma carga de pressão muito forte antecipadamente, ou seja, num momento no qual elas não estão ainda amadurecidas no âmbito intelectual e emocional para absorverem e processarem essa gama de

informações, tornando inevitáveis a pressão, exigências, cobranças e, talvez o pior deles, as comparações. Diante deste quadro, é importante reconhecer que a maior dificuldade que as crianças encontram nas fases iniciais da educação infantil é o processo de aprendizagem da escrita. Isto ocorre, principalmente, devido a uma prática de escrita muito distante de sua efetiva funcionalidade, um processo totalmente relacionado à linguagem materna e que deve ir, paulatinamente, ganhando relevância dentro do aspecto social. Considerando que alfabetização é conhecer e se apropriar dos códigos de linguagem, e que letramento se ocupa da função social do ler e escrever, ou seja, fazer com este domínio das letras e dos símbolos escritos faça sentido real e efetivo na prática diária das crianças. Esse é o caminho a ser traçado na escola, todavia, cabe ressaltar que estudos recentes dão conta de que é a partir dos seis anos de idade até sete anos e oito meses a faixa de idade mais indicada para que a criança seja alfabetizada, uma vez que nesta fase ela se encontra bem acessível à leitura e à escrita. Considerando que quanto mais estímulos a criança receber nas fases anteriores, como reconhecer as cores, os nomes das letrinhas, mesmo que dentro de um cenário pleno de ludicidade, bem aprazível às crianças, muito maiores serão as possibilidades delas assimilarem os códigos da linguagem escrita e aplicá-los à sua realidade social. Assim, este trabalho se utilizou dos conceitos trabalhados nas aulas e a transcrição de opiniões e pareceres de diversos autores especializados, apontando sempre os devidos créditos.

**Palavras-chave:** Alfabetização; Letramento; Aprendizagem; Educação Infantil.

## INTRODUÇÃO

O início do processo de alfabetização e letramento no período da educação infantil das escolas regulares, faixa etária que compreende as crianças de até cinco anos de idade, aproximadamente, começa a ocorrer gradativamente. A Lei de Diretrizes e Bases estabelece que “*A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, completando a ação da família e da comunidade*” (LDBEN - BRASIL, 1996). Sob esta orientação, as escolas buscam desenvolver estes fundamentos de forma integral, por meio de



práticas pedagógicas respaldadas e baseadas em atividades lúdicas, como jogos e brincadeiras. Estes elementos são de extrema importância nessa fase do aprendizado, pois realizando atividades lúdicas, a criança vivencia situações que cooperam para o seu desenvolvimento psicomotor e auxiliam no aprimoramento de aspectos sociais e psicológicos, possibilitando que a aprendizagem seja satisfatória, mas com prazer, alegria e entusiasmo, que são característicos das atividades lúdicas.

O momento social atual evidencia uma situação em que as crianças começam a chegar às escolas cada vez mais precocemente, pois, se a décadas atrás, quase que a totalidade das mães permanecia em casa, no cenário atual, com as mulheres conquistando cada vez mais espaço e postos no mercado de trabalho, elas acabam passando um tempo muito maior longe de casa. Este contexto, inevitavelmente, leva os cuidados das crianças para terceiros, visto que a criança passa a ficar sob a responsabilidade de algum parente ou de uma babá ou algum vizinho próximo, o que, geralmente, traz um impacto negativo no desenvolvimento escolar da criança.

Com uma participação familiar reduzida, as famílias acabam transferindo para a escola a função de educar, orientar e instruir essas crianças. Este panorama tem levado muitos professores e educadores a iniciarem o processo de alfabetização e letramento muito antes do momento ideal para isto, pois acabam por não identificar se a criança está apta e preparada para este processo ou não. Quando as práticas de alfabetização e letramento ocorrem de maneira prematura, podem gerar um prejuízo significativo no desenvolvimento escolar da criança, uma vez que este movimento antecipado vai exercer uma pressão excessiva e desnecessária, comparações e outras ações semelhantes podem ocasionar traumas e complexos que podem acompanhar a criança por muitos anos.

Iniciar o processo de alfabetização na etapa correta, ou seja, entre os seis anos até os sete anos e oito meses, é o mais recomendável, e, dessa forma, as fases anteriores da jornada escolar, devem proporcionar à criança outros componentes mais importantes. Na pré-escola ela será acolhida em

espaços determinados, seja no jardim da infância, maternal, creche, ou outra denominação, e passará a viver um dos períodos onde mais ocorrem processos de socialização e aprendizado. Esta é, sem dúvida, uma etapa com grandes oportunidades de conexão e estabelecimento de vínculos sociais e afetivos que permitirão que a criança receba os estímulos pedagógicos iniciais, ferramentas importantíssimas para que, no momento mais conveniente à sua alfabetização, ela se aproprie de forma efetiva deste aprendizado.

Portanto, é fundamental que o processo de alfabetização esteja conectado a um trabalho conjunto entre os textos e o estudo dos códigos, tornando possível que a criança assimile os princípios que orientam as quatro práticas pedagógicas fundamentais para o processo de alfabetização.

“É importante considerar as quatro práticas pedagógicas da Alfabetização, a saber: Leitura e Interpretação; Produção de textos orais e escritos; Análise linguística e Sistematização do código. O trabalho permanente com textos, baseado nestas quatro práticas, permite que em cada nova situação discursiva se repitam os fundamentos da língua escrita, explicitando o sentido de cada um de seus recursos. Dessa forma, o aluno passa a ter reiteradas oportunidades de rever o mesmo conteúdo, sob enfoques diferentes, num processo gradativo, mas não fragmentado. Por outro lado, a compreensão gradativa dos fundamentos da língua permite uma avaliação processual em que o que conta são os fundamentos que o aluno se apropriou e não os erros que cometeu” (CAVAZOTTI, 2013 p. 39).

## **CONCEITOS BÁSICOS DA ALFABETIZAÇÃO**

Num primeiro momento, cabe destacar que Alfabetização e Letramento, apesar de serem processos distintos, são inseparáveis, e, na verdade, são elementos que se somam, entretanto, é possível afirmar que a alfabetização é um componente do letramento, e dessa forma, é imprescindível que a criança aprenda a ler e a escrever de um modo em que ela não apenas decodifique as palavras, mas compreenda aquilo que está lendo. Por isso é tão importante que o agente alfabetizador saiba reconhecer o significado de alfabetização e letramento dentro do processo de ensino e aprendizagem.

Assim, a Alfabetização compreende aquela etapa em que a criança vai memorizar o alfabeto, vai estabelecer o reconhecimento das letras, a sonorização delas, vai começar a formar a ligação entre as letras e, assim, formar as sílabas, e dessa forma, montar as primeiras palavrinhas. Estes conceitos tornam-se competências que a criança assimila desde seus primeiros anos de vida, pois a criança já se relaciona com o mundo das letras desde muito pequena, todavia, este processo de alfabetização começa, de forma contundente e formal, durante as séries iniciais da educação infantil. Neste sentido, a Alfabetização pode ser compreendida como o processo inicial de transmissão de leitura e escrita. Ela ocorre por meio do domínio dos códigos, ou seja, ela vai passar a dominar as habilidades alfabéticas e ortográficas que lhe permitirão decodificar a língua de maneira correta e apropriada.

“Uma criança alfabetizada, no entanto, não é necessariamente um indivíduo letrado. Este último conceito se refere a algo mais amplo. Enquanto a alfabetização desenvolve a aprendizagem das letras e símbolos escritos, o letramento se ocupa da função social de ler e escrever. Ela refere-se à compreensão, interpretação e uso da língua nas práticas sociais. Uma pessoa letrada será capaz, por exemplo, de se informar por meio de jornais, seguir receitas, criar discursos ou interpretar textos. Acreditamos no alfabetizar letrando, pois entendemos que os dois processos são indissociáveis. Esta alfabetização se ancora no ensino da Língua Portuguesa e se constitui em um instrumento de apoio para o desenvolvimento cognitivo pessoal e social do indivíduo. Ela conclui que o letramento confere capacidade e autonomia aos estudantes, assim como os transforma em escritores eficientes e usuários competentes da língua portuguesa na comunicação oral e escrita. Compreender estes conceitos é necessário, pois incide na forma como os professores irão desenvolver o seu trabalho com os alunos. O educador passa a ensinar as técnicas de alfabetização sem perder de vista as práticas sociais da leitura e da escrita” (FUNDAÇÃO TELEFONICA-VIVO, 2021).

Para se compreender os conceitos históricos da Alfabetização é importante reconhecer a importância da organização do trabalho pedagógico proposto por Comênius, bispo protestante, cientista, educador e escritor tcheco, nascido em 1592 e falecido em 1670, que propôs a sistematização da aprendizagem da leitura por meio da cartilha, metodologia que perdurou por muito tempo no ensino escolar tradicional. Todavia, no conceito educacional

atual, as mudanças tecnológicas dos meios e dos conteúdos de comunicação, promovidas pela globalização tem demandado uma formatação que está em processo de transição, pois exigem da criança que está sendo alfabetizada uma modernização e uma adequação a elementos tecnológicos nas práticas sociais de leitura e escrita que ultrapassam a mera aquisição da técnica de ler e escrever.

Com a ascensão da classe burguesa empreendedora e dos trabalhadores manufatureiros no século XVII, e a necessidade de comunicação e do domínio da linguagem, da leitura e da escrita, associada ao anseio dos reformadores protestantes europeus, os quais pretendiam tornar o texto bíblico difundido e conhecido, coube ao bispo Comênio, considerado o pai da pedagogia moderna, estabelecer os fundamentos que perduram até hoje, preconizando o princípio de se ensinar tudo a todos, abandonando o método secular de um “mestre sábio” que discipula alguns poucos, mas o mestre que generaliza o conhecimento para o maior número de pessoas possível. Nesse contexto foi elaborado o conceito do livro didático, diferenciado dos livros científicos, pois se apresenta não com a profundidade científica, mas mediante fórmulas e definições práticas que introduzem o aluno para dar os primeiros passos rumo à instrução científica.

“Nessa perspectiva, Comênio propõe a cartilha de ensinar a ler, elaborada com a preocupação didática de iniciação à leitura, ilustrada com figuras ao lado das palavras, das sílabas e das letras do alfabeto. Nada mais parecido com as cartilhas que ainda perduram em nossos dias. Outro aspecto da escola de Comênio que cabe mencionar é a instrução simultânea, ou seja, a classe heterogênea, com os alunos realizando o aprendizado ao mesmo tempo, embora em graus e atividades diferenciadas. Trata-se da utilização do mesmo princípio do trabalho coletivo manufatureiro e sua concomitante divisão de tarefas, que viabiliza o aumento da produção. Na escola, o ensino simultâneo possibilita a realização do princípio de ensinar a todos, embora sua realização só tenha sido efetivamente alcançada por meio de difícil e lento esforço social, apresentando os primeiros resultados em meados do século XIX” (ALVES, 2001 p. 47).

## **ALGUNS ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE O LETRAMENTO**

Como já visto, o processo de Alfabetização e Letramento andam sempre de mãos dadas e dependem um do outro. Alfabetizar não consiste somente em codificar e decodificar o código alfabético, em dar significado aos sons das letras e das sílabas e formar as palavras. É neste sentido que o Letramento se soma com a alfabetização e o professor precisa estar muito atento ao momento adequado para conectar o ato de ler com o de produzir um texto, fazendo todas as intervenções que forem necessárias ao progresso do aluno. É importante que o aluno compreenda que não é um processo de mera memorização em que ele deve decorar aprendizados. Alfabetizar é oferecer ao aluno a oportunidade dele se expressar para que ele construa o seu conhecimento próprio.

“Hoje, os grandes objetivos da Educação são: ensinar a aprender, ensinar a fazer, ensinar a ser, ensinar a conviver em paz, desenvolver a inteligência e ensinar a transformar informações em conhecimento. Para atingir esses objetivos, o trabalho de alfabetização precisa desenvolver o letramento. O letramento é entendido como produto da participação em práticas sociais que usam a escrita como sistema simbólico e tecnologia” (FERNANDES, 2010, p.19).

Dessa forma, pode-se estabelecer que a Alfabetização e o Letramento são processos que se mesclam e coexistem nas experiências de leitura e escrita envolvidas nas práticas sociais, apesar de serem conceitos distintos, ou seja, o conceito de Letramento passou a dissociar-se, sendo que a Alfabetização ficou restrita à decodificação que permite ler e escrever, o que, por isso só, já é motivo de grande reconhecimento. Todavia, o Letramento diz respeito às práticas sociais da leitura e da escrita, e isto traz enormes consequências para o indivíduo e para o meio social em que ele convive. Assim, o indivíduo alfabetizado aprendeu a ler e escrever, e torna-se letrado a partir do momento que ele desenvolve práticas sociais relacionadas a isso mediante a apropriação dos significados e da compreensão efetiva do texto produzido. Quando se entende o que escreve ou lê e isso tem o poder de

impactar aspectos culturais, emocionais, sociais e políticos dentro de um contexto social, aí se encontra uma pessoa letrada.

“Uma dificuldade que a concepção de letramento apresenta é de como diferenciar um alfabetizado de um letrado. Faz-se necessário retomar o pressuposto de que o letramento comporta a dimensão individual do domínio técnico do ler e escrever (desenvolvido no âmbito da alfabetização), e a dimensão cultural, como um conjunto de atividades sociais que envolvem a língua escrita e seu uso segundo o padrão das exigências de determinado contexto social. Com base nessa concepção, pode-se distinguir o âmbito da aprendizagem da leitura e da escrita que se refere às habilidades de ler e escrever, e o âmbito que inclui a prática dessas habilidades em atividades significativas para a formação cultural, científica e ideológica do aprendiz” (CAVAZOTTI, 2013 p. 23).

Neste sentido, pode-se afirmar que o Letramento inicia-se quando a criança começa a formar as letras e as palavras, ou seja, a letrar-se, mesmo porque ela já deve ter um amplo convívio com outras pessoas que também fazem uso de uma gama considerável de material escrito. Assim, ela vai gradativamente conhecendo e praticando, mesmo que de maneira rudimentar, a leitura e a escrita cotidianas. A Alfabetização, entretanto, começa quando a criança passa a frequentar a escola e a aprender de forma sistematizada a linguagem escrita e desenvolve o hábito e a familiarização com a prática da leitura e da escrita.

“Se as crianças crescem em comunidades iletradas e a escola não as introduz na linguagem escrita (em toda a sua complexidade), talvez cheguem a atingir esses “mínimos de alfabetização”, que lhes permitam seguir instruções escritas e aumentar a sua produtividade em uma fábrica, contudo não iremos formar cidadãos para este presente nem para o futuro próximo. Há que se alfabetizar para ler o que os outros produzem ou produziram, mas também para que a capacidade de “dizer por escrito” esteja mais democraticamente distribuída. Alguém que pode colocar no papel suas próprias palavras é alguém que não tem medo de falar em voz alta” (FERREIRO, 2004, p. 54).

Alguns estudiosos defendem que, nos tempos atuais, o conceito de Letramento tem ganhado uma notoriedade bastante significativa, o qual se deve ao crescente processo de expansão e globalização do capital, que intensifica as relações sociais e integra pessoas de diferentes classes sociais,

comunidades, regiões, e países. Este cenário propiciou novos meios de comunicação com novos conteúdos, os quais se modernizam em velocidade espantosa, ou seja, desde o início da comunicação, e sua reprodução em grande escala, até que ela transmita a mensagem pretendida, exigindo novos graus de leitura e escrita, adequados aos tempos modernos. Acrescentam, ainda, que é coisa bastante recente enfrentar essa nova realidade social na qual saber ler e escrever não é suficiente, torna-se necessário também fazer o uso correto e adequado do ler e escrever, para, assim, responder às demandas de leitura e escrita que a sociedade apresenta a cada dia.

“Não há dúvidas de que o Letramento é, hoje, uma das condições necessárias para a realização do cidadão: ele o insere num círculo extremamente rico de informações, sem as quais, ele, inclusive, nem poderia exercer livre e conscientemente sua vontade. O homem contemporâneo é afetado por outros homens, fatos e processos por vezes tão distantes do seu cotidiano, que somente uma rede muito complexa de informações pode dar conta de situá-lo, minimamente, na teia de relações em que ele se encontra inserido. Neste universo, tão mais vasto e conseqüentemente complexo, a escrita assume relevante função, registrando e colocando ao seu alcance as informações que podem esclarecê-lo melhor” (KLEIN, 2000 p. 11).

## **A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO**

Conceitualmente, a linguagem é definida como um sistema mediante o qual o ser humano comunica seus pensamentos, sentimentos, ideias e vontades, tanto por meio da fala quanto por meio da escrita, mas também mediante gestos e símbolos. Assim, a linguagem torna-se, portanto, uma prática essencialmente social numa perspectiva viva e dinâmica, e que se transforma cada vez mais rápido. Os sujeitos dessa comunicação necessitam interagir entre si de forma a apropriar-se dessa linguagem de maneira efetiva, para participarem ativamente da realidade social na qual estão inseridos.

“Afim, nos humanizamos na medida em que nos apropriamos do uso e da forma da linguagem, e, como educadores, somos os elementos mediadores da apropriação deste instrumento pelas crianças em seu processo de humanização. A linguagem reproduz uma realidade que nos acompanha desde o nosso



nascimento, quando somos inseridos num sistema de relações que foram estabelecidos ao longo de um processo histórico, ou seja, nascemos em grupos sociais que por necessidade de sobrevivência promoveram códigos que foram definidos para comunicar os conhecimentos adquiridos para os demais integrantes do grupo e para aqueles que estão iniciando sua vida social. Podemos dizer que cada homem aprende a ser um homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não é suficiente para viver em sociedade. É-lhe preciso, ainda, entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através de outros homens, isto é, num processo de comunicação com eles. Além da linguagem oral, que é a primeira manifestação que a criança se apropria, ela vai, gradativamente, desenvolvendo outras ferramentas que permitem uma nova manifestação da linguagem humana, a linguagem escrita. As origens desse processo remontam a muito antes, ainda na pré-história do desenvolvimento das formas superiores do comportamento infantil. Podemos até dizer que quando uma criança entra na escola ela já adquiriu um patrimônio de habilidades e destrezas que permitirá aprender ler e escrever em tempo relativamente curto” (MENDONÇA, 2012 p. 5).

É exatamente neste contexto que a criança entre seis ou sete anos, ao chegar às classes do ensino fundamental, deveria ter recebido estímulos que a tornariam apta para ser alfabetizada. Dessa forma, a alfabetização se caracteriza por desenvolver simultaneamente os conteúdos pertinentes à codificação escrita. No mundo contemporâneo, ser alfabetizado, ou seja, dominar o código da escrita, tem se revelado uma condição insuficiente para as demandas atuais.

“É preciso ir além da simples aquisição do código escrito, é preciso fazer uso da leitura e da escrita no cotidiano, apropriar-se da função social dessas duas práticas; é preciso letrar-se. O conceito de letramento, embora ainda não registrado totalmente nos dicionários nacionais, tem seu aflorar devido à insuficiência reconhecida do conceito de alfabetização. E, ainda que não mencionado, já está presente na escola, traduzido em ações pedagógicas de reorganização do ensino e reformulação dos modos de ensinar. Ou seja, se uma criança sabe ler, mas não é capaz de ler um livro, uma revista, um jornal, se sabe escrever palavras e frases, mas não é capaz de escrever uma carta, é alfabetizada, mas não é letrada” (SOARES, 2000 p. 31).

“Neste sentido, incorpora-se à prática pedagógica os



conteúdos gerais da gramática textual (coesão, coerência, unidade temática, clareza, concordância, entre outros) e, também, os conteúdos básicos do código da escrita alfabética (letras, sílabas, famílias silábicas, direção da escrita, segmentação, etc). No que se refere ao código, cabe ressaltar que a alfabetização requer estratégias específicas para seu ensino, propondo atividades de sistematização que desenvolvem conteúdos relativos aos recursos do código e seus princípios organizadores” (BARBOSA, 1994 p. 17).

Para receber essa gama de conteúdos alfabetizadores, é preciso considerar o momento ideal em que a criança deve estar em condições de ser alfabetizada. Assim, a Educação Infantil, fase fundamental para o desenvolvimento das crianças de até cinco anos de idade, normalmente conhecido como primeira infância, a aprendizagem se desenvolve mediante estímulos produzidos em atividades lúdicas, como brincadeiras, jogos, cantigas, artes e outras práticas que despertam o desejo das crianças. Neste período, as crianças ingressam num grupo social diferente do qual estavam inseridas, formando novas amizades, fazendo e descobrindo coisas totalmente novas e criando rotinas inéditas. Este momento é bastante crítico, pois exige muita atenção por parte dos responsáveis por conduzir esta adequação a uma nova conjuntura. Caberá aos educadores a missão de promover uma transição equilibrada, tanto para as crianças quanto para as suas famílias, visto que estas também sofrem uma mudança em sua rotina.

No entanto, a chamada escolarização precoce deve ser evitada, pois nela, a criança passa a participar do processo de alfabetização antes dos seis anos de idade, com o intuito de sair da Educação Infantil já alfabetizada. Tal prática tem se demonstrado equivocada, proporcionando um cenário no qual as crianças permanecem praticamente todo o dia dentro na sala de aula. Esta abordagem pode passar uma ideia de algo produtivo, inicialmente, entretanto, contribui para deixar um tempo muito menor para a realização de atividades ao ar livre, reconhecidamente necessárias e importantes para o seu desenvolvimento físico, psicomotor, social e cognitivo.

“Grande parte dos especialistas entende que o período considerado ideal para a alfabetização infantil não se dá na primeira infância. Eles defendem que a criança precisa, acima

de tudo, ser criança, ou seja, ela precisa preencher seu tempo com jogos, brincadeiras e atividades lúdicas ao ar livre. Reconhecendo que cada criança possui seu próprio ritmo e seu próprio tempo, é plausível que o professor constate que algum aluno encontre mais facilidade em associar as letras aos sons possibilitando a formação de palavras, o que, geralmente, se obtém mediante estímulos oferecidos pelo próprio professor ou pela família da criança. Essa faixa etária é propícia para o desenvolvimento de inúmeras habilidades individuais e coletivas, que serão importantíssimas para desenvolver sua criatividade e aprendizagem. Acredita-se que o exercício que mais se adapta ao processo de aprendizagem na Educação Infantil, consiste em apresentar uma didática que estimula a curiosidade dos pequenos através de atividades lúdicas e sensoriais. Além disso, é recomendável que nesta didática contenham materiais que apresentem informalmente o início da escrita – letras e palavras, levando em consideração a não obrigação do aprendizado formal nesta etapa” (BLOG LEITURINHA, 2018).

Lamentavelmente, é bastante perceptível que, nos tempos atuais, tem havido um afastamento cada vez mais visível das famílias do ambiente escolar, e o engajamento da família tanto com seus filhos quanto com a escola, tem diminuído. Todavia, as famílias que participam efetivamente da vida escolar da criança tendem a promover um desenvolvimento bastante significativo. Infelizmente, estes novos contextos familiares, em que pai e mãe permanecem fora o dia todo, tem produzido um modelo familiar no qual os filhos ficam sozinhos, sendo cuidados por avós ou algum outro familiar. Neste cenário, o acompanhamento diário das lições de casa, ou do progresso ou dificuldades que a criança estiver enfrentando, tende a ficar comprometido, impactando negativamente aspectos importantes como o seu desenvolvimento e a sua autoestima.

“Está claro que crianças que aprendem com mais facilidade são as que tem pelo menos um membro da família que investe nelas. Às vezes nem são os pais, mas um irmão ou outra pessoa que more na casa, e que manifeste interesse pelas atividades. Elas demonstram uma autoconfiança maior e mais desejo de aprender. Com apoio em casa, elas se sentem seguras e motivadas, e assim aprendem com mais facilidade. Porém, entre os alunos que demoram mais para aprender, estão os das famílias mais ausentes, onde não existe diálogo, onde não há participação ou interesse pela vida escolar da criança, e que raramente aparecem na escola” (CHALITA,

2001 p.17).

Tendo como objetivo preparar alunos letrados, que não apenas dominem o código de escrita, mas que compreendam e saibam elaborar textos mais complexos, torna-se importante entender que a alfabetização deve estar na essência do processo de letramento, como uma parte integrante de todo um processo.

“O resultado do processo de letramento serão os sujeitos letrados, formados pelos agentes de letramento, que serão capazes de usar a escrita socialmente no seu cotidiano, realizando uma reflexão crítica. Para que isso seja possível, é necessária a formação e a atuação do professor. A formação do agente de letramento é importante, pois é só por meio desse trabalho que as práticas de letramento serão legitimadas, porque nesse processo, “o professor é mediador entre o aluno e os autores dos livros” (KLEIMAN, 2007, p.31).

## **QUATRO PRÁTICAS FUNDAMENTAIS NA ALFABETIZAÇÃO**

É incontestável que cada aluno é totalmente diferente dos demais em diversos aspectos, e quando se trata da facilidade em assimilar os códigos de escrita e torná-los acessíveis às suas práticas diárias, a diferença aumenta ainda mais. Alguns fatores contribuem para isso, especialmente o fato de que eles, antes mesmo de frequentarem os bancos escolares, já estão sendo abastecidos por uma infinidade de textos que se familiarizam com eles em seu cotidiano, entretanto, o nível deste contato com os textos vai depender dos hábitos que cada família desenvolve.

“Assim, os alunos na etapa da alfabetização já apresentam uma diversidade grande de conhecimentos, sendo que alguns já tem um nível pré-silábico (quando as letras usadas na escrita não tem relação com a fala), silábicos sem valor sonoro (representando cada sílaba com uma letra aleatória), com valor sonoro (usando uma das letras da sílaba para representá-la), silábico-alfabéticos (que alternam a representação silábica com uma ou mais letras da sílaba) e, finalmente, alfabéticos (que escrevem convencionalmente, apesar de eventuais erros ortográficos)” (BLOG NOVA ESCOLA, 2019).

Existem diversos conceitos referentes às práticas relacionadas à alfabetização no início da carreira escolar do aluno, especialmente na fase da educação infantil, todavia, as que mais se encaixam no contexto são a Leitura e Interpretação, a Produção de Textos, a Análise Linguística e a Sistematização para o Domínio do Código. Estes quatro elementos, combinados, são fundamentais para o desenvolvimento e aprimoramento da alfabetização dos alunos nesta faixa etária. Assim, cabe ao professor, compreendendo e respeitando a capacidade de cada aluno, atingir os objetivos estabelecidos para cada atividade.

Considerando que o exercício da leitura nada mais é do que extrair o sentido do texto que se lê, pode-se deduzir que o principal intento da leitura é o de obter a compreensão do texto, e, assim, entender aquilo que o texto propõe, orienta ou comunica. Neste sentido, compreender implica em estabelecer qual a real intenção que o autor pretendeu ao construir o texto, e, assim, identificar a mensagem implícita ou explícita, associando suas próprias ideias e pensamentos a respeito daquilo que o autor comunicou em suas linhas.

“A leitura deverá contemplar uma tipologia variada de textos: informativos, narrativos, narrativo-descritivos, normativos, dissertativos, de correspondência, textos argumentativos, literários, em prosa e em verso, textos lúdicos, textos didáticos, textos publicitários, entre outros, buscando promover o conhecimento da função social e dos mecanismos constitutivos de cada tipo. Nas atividades de interpretação, é fundamental superar o nível superficial que se caracteriza pela simples localização de informações ou reconhecimento do enredo e proceder à explicitação do tema propriamente dito, de conteúdo das entrelinhas, das posições e intenções do autor, bem como demonstrar e desenvolver a crítica aos conteúdos ideológicos porventura presentes no texto. Em outras palavras, é necessário extrair do texto todas as consequências possíveis” (KLEIN, 2003 p. 34).

Outra prática fundamental e muito exercida nas salas de aula da educação infantil é a produção de textos. Apesar da importância desta atividade nesse período inicial da vida escolar, alguns defendem que as crianças só devem começar a escrever textos após estarem alfabetizadas, o

que contradiz a essência da alfabetização, pois nas práticas de leitura e escrita é que a criança irá refletir e assimilar o funcionamento do sistema alfabético. Ao produzir seus textos, a criança deve desenvolver sua capacidade, aprender com seus próprios erros, e buscar pouco a pouco sua autonomia.

“A produção de textos pode envolver desde a simples denominação de elementos de desenho do próprio aluno, até relatos que supõe textos narrativos e narrativos-descritivos, textos informativos, de correspondência, etc., até textos dissertativos. A composição poderá ser individual ou coletiva. No início do processo de alfabetização, quando os alunos não dominam minimamente a escrita, o texto deve ser produzido oralmente pelos alunos, e transposto para a escrita pelo professor. Progressivamente, o professor vai transferindo esta atividade para os alunos, à medida que eles vão evoluindo nas suas tentativas de escrita” (CAVAZOTTI, 2013,p. 40).

É possível conceituar a análise linguística relacionada às teorias dos gêneros textuais correspondendo ao estudo das características linguísticas (ao lado dos componentes temático e composicional) pertinentes a cada gênero textual. Assim, a análise linguística deve desenvolver a capacidade de análise e avaliação, durante a leitura ou a produção de textos, orais ou escritos, das formas de composição dos textos, sua condição de produção, e seus efeitos de sentido, para fortalecer os aspectos ortográficos e sintáticos, como concordância, regência e outros componentes gramaticais.

“A análise linguística é uma atividade paralela às atividades de leitura e produção de textos. Essa prática objetiva aprender os mecanismos de constituição de sentido do texto, tais como: concordância, regência, organização, ambiguidade, clareza, argumentação, entre outros. A atividade de reescrita do texto é a forma mais fecunda de desenvolver a análise linguística, uma vez que apreende contextualmente esses mecanismos” (CAVAZOTTI, 2013 p. 41).

Outro componente importante no contexto da alfabetização das crianças na etapa da educação infantil, e que interage com os demais já abordados é a sistematização para o domínio do código. Essa prática, tão pertinente ao processo de alfabetização, e que tem sido bastante ignorada nos dias atuais, talvez por entenderem que o modelo de cartilha está ultrapassado. Fato é que, para se obter uma gradual mas constante assimilação do domínio do código, é

necessário que se trabalhe com a repetição das famílias silábicas, mesmo que até certo ponto monótonas, porém, oferecem uma abordagem das letras e sílabas que formam, afinal, o conteúdo gráfico que produzirá a alfabetização.

“Evidentemente as práticas anteriormente descritas: leitura, produção de texto e análise linguística contribuem para a aquisição do gráfico. Não são, entretanto, suficientes. É necessário que o professor desenvolva atividades específicas que auxiliem os alunos a compreenderem as relações entre letras e fonemas: percebendo a existência de relações permanentes, cruzadas e arbitrárias; identificando as letras e seus diferentes valores fonéticos, reconhecendo a exigência de uma única forma de grafia para uma dada palavra, não obstante a variedade de letras que possam representar alguns de seus fonemas.” (KLEIN, 2003 p. 38).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar os diversos componentes relacionados à Alfabetização e ao Letramento, compete sempre destacar que apesar de andarem sempre juntos, ambos apresentam elementos e processos distintos, ou seja, a alfabetização diz respeito ao conhecimento e à memorização do alfabeto, ao passo que o letramento está associado à compreensão que a criança obtém dos textos escritos, e à forma como ela aplica esse conteúdo às suas práticas diárias. Tal conceito estabelece que o processo de alfabetização refere-se à etapa em que a criança começa a memorizar as letras que compõem o alfabeto, permitindo que ela reconheça as letras e sua respectiva associação à sonorização das mesmas, passando a formar as sílabas e as primeiras palavras. Cabe ressaltar a importância de a criança trazer de casa uma certa dose de relacionamento com as palavras, e quanto maior for este envolvimento, mais fácil será a assimilação dos conteúdos de alfabetização que esta criança irá desfrutar, especialmente nos primeiros contatos da criança com o ambiente escolar, local onde a criança receberá toda a carga de processos alfabetizadores, principalmente na etapa da Educação Infantil.

Se a Alfabetização consiste no conhecimento e memorização do alfabeto, pode se dizer que o Letramento tem sua importância no aspecto da

aplicabilidade do código nas práticas sociais do indivíduo. Se, por um lado, o indivíduo alfabetizado é o que aprendeu a ler e escrever, por outro lado, o indivíduo letrado é aquele que se apropria dos significados e da compreensão daquilo que está escrito e que impacta sua vida no seu contexto social. Portanto, o Letramento começa a se estabelecer quando a criança passa a ser capaz de desenvolver um convívio social com demais pessoas que também se utilizam deste material escrito. Assim, tanto a Alfabetização quanto o Letramento são elementos que vão sendo desenvolvidos gradualmente, passando de uma condição primitiva e rudimentar, até se estabelecer com as técnicas gramaticais mais aprofundadas. Na Educação Infantil, as crianças são estimuladas a aprenderem os conteúdos básicos de forma sistematizada, até que ela possa, pouco a pouco, assimilar a Alfabetização e o Letramento, e estes façam parte da sua vida cada vez mais.

Num contexto em que os arranjos familiares vão se alterando, e que os pais passam a ficar mais tempo fora de casa, as escolas recebem um número cada vez maior de crianças pequenas. Com a ausência dos pais, o acompanhamento da vida escolar das crianças fica prejudicado, e o engajamento da família com a escola torna-se praticamente inexistente. Este cenário tem levado professores a anteciparem o processo de alfabetização, entretanto, para receberem toda a carga de conteúdos de alfabetização, é necessário levar em conta o momento certo para desempenhar este processo, o qual, segundo os estudiosos no tema, deverá ocorrer entre os seis anos e sete anos e oito meses.

Dentre as diversas práticas relacionadas à Alfabetização e Letramento das crianças estão: a leitura e interpretação de textos, a produção de textos, a análise linguística e a sistematização para o domínio do código. Todos estes elementos se combinam de modo a formar uma estratégia destinada a fazer com que a criança não apenas se identifique com o código, mas que passe a compreender sua realidade gramatical e as ideias transmitidas em determinado texto. Fazer uso do que se lê, com entendimento e compreensão do que está escrito, fará com que o aluno venha se tornar tanto alfabetizado quanto letrado.



## REFERÊNCIAS

ALVES, G. L. **A produção da Escola Pública Contemporânea**. Campo Grande: UFMS; Campinas: Autores associados, 2001.

BARBOSA, J. J. **Alfabetização e Leitura**. 2ª Ed – São Paulo-SP – Cortez – (Coleção Magistério 2º Grau – Série Formação de Professor, c. 16) 19944

BLOG LEITURINHA, **Alfabetização infantil, como ela deve acontecer**. <https://leiturinha.com.br/blog/alfabetizacao-infantil-como-ela-deve-acontecer-e-como-preparar-seu-pequeno-para-esta-etapa/>. Acesso em 12 fev 2023.

BLOG NOVA ESCOLA, **Seis Práticas Essenciais na Alfabetização** . <https://novaescola.org.br/conteudo/841/alfabetizacao-6-praticas-essenciais/>. Acesso em 05 fev 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação infantil (LDBEN)**, n. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Brasília, Diário Oficial, 23 dez. 1996, p. 27833.

CAVAZOTTI, M. A. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Alfabetização**. 2ª Revisão, Curitiba, IESDE, 2013.

CHALITA, Gabriel. **Educação, a solução está no afeto**. São Paulo – Gente, 2001.

FERNANDES, M. **Os segredos da alfabetização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FERREIRO, Emilia. **Com todas as letras**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

FUNDAÇÃO TELEFONICA VIVO, **Saiba qual a diferença entre alfabetização e letramento**. Disponível em: <https://www.fundacao-telefonica-vivo.org.br/noticias/alfabetizacao-letramento-educacao/>. Acesso em 20 fev 2023.

KLEIMAN, Ângela B, **OS significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas -SP: Mercado das Letras, 1995. São Paulo, Contexto, 2007.

KLEIN, L. R. **Proposta Metodológica da Língua Portuguesa**. Campo Grande-MT – Secretaria de Estado-MT (Série Fundamentos Políticos Pedagógicos. 2000.



MENDONÇA, Fernando Wolff. **Linguagem Oral e Escrita.** Curitiba- PR  
Editora IESDE – Ed Revisada, 2012:

SOARES, Magda. **Linguagem e Escola: Uma Perspectiva Social** – 17<sup>a</sup>  
Edição - São Paulo – SP - Ática 2000.



# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

## O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO E A NEUROPSICOPEDAGOGIA

TATIANA COSTA FRANCO DE OLIVEIRA FREITAS

Eixo: Alfabetização e Neuropedagogia

### Resumo

Os principais problemas enfrentados pela escola da atualidade, um número significativo de crianças com dificuldades de aprendizagem, são identificadas ainda na educação infantil, e se não houver uma intervenção eficaz, essas dificuldades se estenderão para o ensino fundamental e, possivelmente, por toda vida estudantil da criança. Assim, objetiva analisar de que forma as dificuldades de aprendizagem que surgem na educação infantil podem contribuir para a construção do fracasso na vida escolar da criança, caso não haja uma intervenção eficiente.

**Palavras-chave:** Aprendizagem. Neuropsicopedagogia, Psicopedagogia.

### ABSTRACT:

The main problems faced by school today, a significant number of children with learning difficulties, are still identified in early childhood education, and if there is no effective intervention, these difficulties will extend to teaching fundamental and possibly for the entire student life of the child. Thus, it aims to analyze how the learning difficulties that arise in early childhood education can contribute to the construction of failure in the child's school life, if there is no efficient intervention.

## 1 DSENVOLVIMENTO

A escola da contemporaneidade é o espaço da diferença e da confluência de culturas e da diversidade este quadro social, a ampliação dos saberes e das práticas educativas com vistas à identificação dos problemas de aprendizagem escolar na pré-escola e as possíveis intervenções especializadas, que levem a recuperação de aprendizagens fragilizadas e evitem um fracasso escolar nas séries futuras, configuram-se como questões fundamentais nas discussões epistemológicas da educação.

A psicopedagogia desponta como campo epistemológico do saber, advindo da leitura integrada entre pedagogia, psicologia, psicopedagogia e trabalho clínico, a relação estabelecida entre o cérebro e a aprendizagem, como vias dúbias no processo cognitivo, seus estudos abrangem um vasto conhecimento das bases neurológicas da aprendizagem e do comportamento humano, por meio de estímulos contextuais que deem respostas positivas ao processo de formação do indivíduo, tomando como foco as relações intrínsecas entre atenção, funções motoras, linguagem, memória, cognição e aspectos emocionais, psicológicos e cerebrais

A natureza do ser humano é marcada pela individualidade e “cada criança é diferente, mas se detectada precocemente e devidamente ajudada, pode vir a ser um adulto sem problemas” (CORREIA e MARTINS, 2006, p. 01).

Todos os alunos são diferentes, tanto em capacidades, quanto em motivações, interesses, ritmos evolutivos e estilos de aprendizagem; e todas as dificuldades de aprendizagem são em si mesmas, contextuais e relativas, por isso é necessário intervir no processo de ensino e aprendizagem, considerando que a criança constrói o estudo foi realizado como meio de constatar se a

mesma pode direcionar de forma eficaz a aprendizagem infantil, tendo também em vista a necessidade de refletir sobre a urgência de disseminar suas potencialidades, fundamentando a pesquisa educacional baseada em metodologia científica.

Este estudo justifica-se pela relevância dada ao trabalho docente e às dificuldades de aprendizagem na pré-escola, buscando construir um referencial teórico reflexivo para o pensar e o repensar às práticas e ações neste âmbito, contribuindo, assim, para que as intervenções psicomotoras sejam compreendidas, planejadas, articuladas e desenvolvidas, como fator positivo no desenvolvimento integral da criança atendida por esse segmento da Educação Infantil, pois segundo Smith e Strick (2001, p. 30),

“as condições [...] na escola, na verdade, podem fazer a diferença entre uma leve deficiência e um problema verdadeiramente incapacitante”.

A base da aprendizagem escolar, que aspectos determinantes na vida escolar da criança são definidos um ensino de qualidade, comprometido pela aprendizagem sólida é tarefa atribuída à escola que dentro de seus diferentes tempos e espaços deve agregar conceitos que promovam uma educação ao alcance de todos, compreendendo que esta dimensão é composta pela diferença de ritmos e estilos de aprendizagem, modos culturais diversos e condições sócio históricas que podem favorecer a um quadro de ineficiência às demandas do ensino.

Com trabalhos reconhecidos neste campo do conhecimento, Fonseca (1995, p. 43) e Smith e Strick (2001, p. 15) apontam para conceitos de Dificuldades de Aprendizagem, que se coadunam, respectivamente:

[...] uma desarmonia no desenvolvimento, normalmente caracterizada por uma imaturidade psicomotora que inclui perturbações nos processos receptivos, integrativos e expressivos da atividade simbólica; e que traduz uma irregularidade biopsicossocial do desenvolvimento global e dialético da criança, que normalmente envolve na maioria dos casos: problemas de lateralização, de praxia ideomotora, deficiente estruturação perceptivo-motora, dificuldades

de orientação espacial e sucessão temporal e psicomotora, que impede a ligação entre os elementos constituintes da linguagem e as formas concretas de expressão que os simbolizam.

[...] dificuldades de aprendizagem refere-se não a um único distúrbio, mas a uma ampla gama de problemas que podem afetar qualquer área do desempenho acadêmico. Raramente, elas podem ser atribuídas a uma única causa: muitos aspectos diferentes podem prejudicar o funcionamento cerebral, e os problemas psicológicos destas crianças frequentemente são complicados, até certo ponto por seus ambientes domésticos e escolares.

Na perspectiva de Correia e Martins (2006), nas series iniciais da educação infantil, as dificuldades de aprendizagem são identificadas em crianças que não conseguem alcançar resultados proporcionais aos seus níveis de idade e capacidade numa ou de sete áreas específicas, mesmo que esteja sendo estimulada pelo trabalho da escola e da família, neste caso, portanto, há a presença de dificuldade de aprendizagem acentuada, o que suscita uma intervenção pedagógica específica as dificuldades da aprendizagem que surgem na educação infantil apresentam características próprias, que requerem um estudo e intervenção diferenciada daquela direcionada às crianças maiores, as quais frequentam os níveis mais avançados da educação básica, como o ensino fundamental.

Conhecer seu aluno para que saiba como cada um aprende e compreende os mecanismos de assimilação do conhecimento, e a partir daí, procurar meios e recursos que envolvam as possibilidades de aprendizagem de cada criança, intervindo nas situações de maior dificuldade que ela apresentar, através de estratégias dinâmicas, que atendam a todas, de forma democrática e inclusiva.

As múltiplas competências docentes devem ser construídas por meio de uma formação polivalente, que permita o desenvolvimento de uma prática pedagógica favorável à aprendizagem dos alunos, "[...] comprometida com a prática educacional, capazes de responder às demandas familiares e das

crianças, assim como as questões específicas relativas aos cuidados e aprendizagens infantis". (BRASIL, 1v., p. 41).

O olhar atento e perspicaz, tanto do profissional docente como do psicopedagogo, deve orientar as crianças pelos variados caminhos de aprendizagem, motivando-as, criando e recriando os sentidos da aprendizagem, de modo a superar as dificuldades e promover uma aprendizagem de forma ajustada, assegurando o desenvolvimento de atitudes, de criticidade, diálogo, descoberta e inserção no mundo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com paciência, o apoio e o encorajamento prestado pelo professor serão com certeza os impulsionadores do sucesso escolar do aluno, abrindo-lhe novas perspectivas para o futuro" (CORREIA e MARTINS, 2006, p. 23), pois quando os professores são destituídos de uma bagagem de referências que os capacitem a desenvolverem uma prática pedagógica intencional, que atenda as necessidades das crianças com dificuldades de aprendizagem, eles podem representar um grande problema de ordem sociocultural, na medida em que suas ações ineficazes não potencializam aprendizagens significativas, aumentando ainda mais o problema da criança

## **REFERÊNCIAS**

BLAKEMORE, S. J.; FRITH, U. **O cérebro que aprende**. Lisboa: Gradiva, 2009.

BOSSA, N. A. **A Psicopedagogia no Brasil**. Contribuições a Partir da Prática. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

\_\_\_\_\_. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: Introdução.** 4. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. (Coleção Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão).

CORREIA, L. M.; MARTINS, A. P. **Dificuldades de aprendizagem: que são? Como entendê-las?** Porto: Porto Editora, 2006.

FONSECA, V. **Introdução às Dificuldades de Aprendizagem.** Porto Alegre: ArtMed, 1995.

GARCIA, R. L. **A educação numa plataforma de economia solidária.** In: **Propostas** - Revista trimestral de debate da FASE. Rio de Janeiro: Ano 26, n. 74. set./out./nov., 1997.

PORTO, O. **Psicopedagogia Institucional: teoria, prática e assessoramento pedagógico.** 2. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2007.

SMITH, C.; STRICK, L. **Dificuldade de Aprendizagem de A a Z: um guia completo para pais e educadores.** Tradução Dayse Batista. Porto Alegre: ArtMed, 2001.



# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

## CONTRIBUIÇÕES DA MÚSICA E A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

*TATIANA COSTA FRANCO DE OLIVEIRA FREITAS*

Eixo: Ludicidade

### Resumo

Refletir sobre a música como estratégia para o desenvolvimento infantil algumas considerações sobre a relação do aprender e o brincar através da música, considerando que a arte em suas diversas formas, entre elas a música, a dança, o teatro, as artes visuais e a poesia são elementos da cultura de uma sociedade presentes na vida das pessoas, e a escola deve atentar-se para a arte como meio de aprendizagem e como área de conhecimento, esta proposta de pesquisa apresenta a questão da contribuição da música para o ensino na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

**Palavras-chave:** : Arte, Música;. Educação Infantil, Aprendizagem.

### ABSTRACT:

This strategy for child development. It presents the view of theorists on the subject and some considerations on the relationship of learning and playing through music, considering that art in its various forms, including music, dance, theater, visual arts and poetry are elements of the culture of a society present in people's lives, and the school must pay attention to art as a means of learning and as an area of knowledge, this research proposal presents the question of the contribution of music to teaching in early childhood education and in the early years of elementary school.

forms, to further strengthen the child's understanding during childhood, using these tools for fixation and through wheel songs and children's songs. in



summary, it is concluded that music is knowledge and an extremely important element for the process of educating children in early childhood education and in the early years of elementary school.

**Keywords:** Art, Music ;. Early Childhood Education, Learning.

## 1 DESENVOLVIMENTO

Aprender passa pelo principal questionamento do porquê, na educação formal, as escolas de Educação Infantil quando observamos a questão que passe por entre as práticas musicais encontradas nas escolas e se difunda entre os educadores, a Música é só um conhecimento, mas um conhecimento que desenvolve, amplia os campos a frente de um aluno.

A Musicalização é um processo de desenvolvimento para um aluno na construção do conhecimento musical com o objetivo de despertar e desenvolver o gosto musical da criança, contribuindo para sua capacidade de criação e expressão artística em vários momentos do processo de ensino-aprendizagem, sendo de grande importância na busca do conhecimento, permitindo avanços no desenvolvimento lúdico, criativo, emotivo e cognitivo, as entidades escolares devem incentivar a interdisciplinaridade e suas várias possibilidades, pois a música ajuda em todas as fases e etapas do ensino.

A utilização da música, bem como o uso de outros meios artísticos, pode incentivar a participação, a cooperação, socialização, e assim destruir as barreiras que atrasam o desenvolvimento curricular do ensino, para isso acontecer é necessário a revisão dos métodos, da fundamentação, das bases que orientam as várias atitudes didático-pedagógicas dos conteúdos disciplinares.

Com muita visibilidade em nossa educação, tanto nas áreas de pesquisa como no ensino, o que acontece são diferentes posições multidisciplinares, nessa situação, é importante que os conhecimentos não se configurem em apenas um grande número de informações, transformados em receitas

educacionais, faz necessário a busca de novas formas metodológicas e didático-pedagógicas a serem desenvolvidas e introduzidas no meio educacional.

Produzir o conhecimento, e também repensar a educação, se é que existe a tendência de superação da transmissão tediosa de conteúdo escolar, a linguagem musical no processo de ensino apresenta-se como instrumental metodológico e pedagógico de significativa importância, pois além das vantagens já colocadas, traz a sua natureza e caráter, a interdisciplinaridade com a qual se dinamiza todo o processo de ensino-aprendizagem.

Quando a criança ouve uma música, ela aprende uma canção, brinca de roda, participa de brincadeiras rítmicas ou de jogos de mãos recebe estímulos que a despertam para o gosto musical, o despertar que floresce o gosto pelo som, ritmo, movimento, introduzindo em seu processo de formação um elemento fundamental do próprio ser humano, favorecendo o desenvolvimento do seu gosto estético e aumentando e melhorando sua visão de mundo para a criança a música representa mais que uma forma de expressão e integração com o meio; é um elemento que possibilita desenvolver habilidades, conceitos e hipóteses, contribuindo para a sua formação integral, quando a música é percebida pelos educadores como fonte de ensino-aprendizagem, as ações mais comuns realizadas no dia a dia transformam-se em vivências capazes de estimular o desenvolvimento da criança, persistindo uma forma de preservação social e histórica.

A presença da música nos currículos dos cursos que formam professores e, por conseguinte, assegurar a formação musical para o docente, não é suficiente para introduzir a prática da musicalização no contexto escolar, mas é o começo para a reconstrução da sua identidade dentro das instituições de ensino. Uma linguagem tão importante quanto às demais áreas do conhecimento e, portanto, fundamental para o processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Teca Brito (2003, p.17):

A música é uma linguagem universal. Tudo o que o ouvido percebe sob a forma de movimentos vibratórios. Os sons que nos cercam são expressões da vida, da energia, do universo em movimento e indicam situações, ambientes, paisagens sonoras: a natureza, os animais, os seres humanos traduzem sua presença, integrando-se ao todo orgânico e vivo deste planeta.

De fato, a música é um elemento sempre presente na cultura humana. Sendo imprescindível na formação da criança para que ela, ao se tornar adulta, atinja a capacidade de pensar por conta própria e exerça sua criatividade de maneira crítica e livre, a música e também a dança são fundamentais na formação do corpo, da alma e do caráter das crianças e dos adolescentes.

A importância da música para a formação da criança. Isso vale tanto para as atividades escolares quanto para todas as outras atividades desenvolvidas para e com a criança além de contribuir para que os diversos conhecimentos, a música faz com que ele desenvolva sua criatividade, sua subjetividade e exerça sua liberdade, tornando-o, no futuro, um ser autônomo e capaz de exercer com responsabilidade seu papel de ser autônomo e cidadão.

Segundo SCAGNOLATO, 2006:

A música não substitui o restante da educação, ela tem como função atingir o ser humano em sua totalidade. A educação tem como meta desenvolver em cada indivíduo toda a perfeição de que é capaz. Porém, sem a utilização da música não é possível atingir a esta meta, pois nenhuma outra atividade consegue levar o indivíduo a agir. A música atinge a motricidade e a sensorialidade por meio do ritmo e do som, e por meio da melodia, atinge a afetividade.

O aprendizado leva a criança a pensar, já a música a leva movimentar-se, de encontro com mais essa parcela de conhecimento sobre a música torna-se mais forte o desejo de aprender que a música está presente de forma

significativa no âmbito escolar tornando-se um aliado na formação psicológica e cognitiva da criança , para fortalecer ainda mais o entendimento da criança durante a infância, usando destas ferramentas para fixação e através das cantigas de roda e músicas infantis. em síntese, conclui-se que a música é conhecimento e elemento de suma importância para o processo de educação de crianças na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

A criança recebe estímulos de todas as formas, mas os mais significativos são os conhecimentos adquiridos na escola e a forma com que ela expressa através de seu corpo, o seu entendimento, sua forma de comunicar-se com o mundo dentre os grandes desafios que precisam ser enfrentados, de fato, ter propostas consistentes de ensino, que possibilitou termos o ensino de Música nos Projetos Pedagógicos das Escolas estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas de educação básica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Uma das competências a serem desenvolvidas na infância é a e, como intercâmbio com a comunidade acontecer, mais as famílias dos alunos estarão envolvidas na educação dos filhos, mais próximas as pessoas estarão atuando como educadora durante muitos anos, Teca Alencar de Brito considera-se uma pesquisadora.

Através de seus livros e artigos podemos perceber que a autora busca, constantemente, analisar e refletir sobre o modo como as crianças aprendem a fazer música, e qual é o significado que este fazer musical tem em suas vidas.

Uma importante proposta pedagógica, que visa a formação integral de seres humanos e não apenas, a formação musical especializada, pela pessoa de Koellreutter, uma das personalidades mais expressivas da

música e cultura brasileiras, atuando de modo dinâmico, ousado, polêmico e inovador

Apesar de ser reconhecido como o “grande mestre” de muitas gerações de músicos brasileiros, as reflexões.

Para POLARD (2011):

[...] pesquisas e propostas de Koellreutter para a realização de um projeto de educação musical dirigido a todos, e não apenas aos futuros músicos, priorizando a formação integral dos indivíduos, ainda são pouco conhecidas e entendidas. Este foi um dos principais motivos que me impulsionaram a escrever o livro “

A real importância da música na Educação Infantil, o contexto de assimilação passa pelos mesmos princípios de que a música é uma motivação de grande ajuda para alunos que precisam desenvolver-se em áreas como interação social, facilitando o raciocínio o ensino de música nas escolas públicas ou particulares, podem diferenciar no currículo escolar, abrindo portas e possibilitando o acesso às novas culturas, a circulação de informação e conhecimento, a interação na sociedade e a participação na produção da linguagem dessa sociedade.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, LBP. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 193 p. ISBN 978-85-7983-085-3. Available from SciELO Books.

BRITO, Teca Alencar de. **Música na educação infantil**. São Paulo; Peirópolis, 2003.

\_\_\_\_\_, Teca Alencar de. Koellreutter educador – o humano como objetivo da educação musical. São Paulo, Peirópolis, 2001.

ILARI, Beatriz / BROOCK, Angelita (orgs). **Música e educação infantil**. Campinas, SP; Papyrus, 2013.

POLLARD, Michael. **Maria Montessori**. Rio de Janeiro, Globo, 1993.



# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

## A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO INSTRUMENTO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

*TATIANA COSTA FRANCO DE OLIVEIRA FREITAS*

Eixo: Ludicidade

### **Resumo**

Este artigo visa trazer uma reflexão sobre a importância da contação de história como instrumento lúdico, através da visão de teóricos mais antigos e modernos que se debruçaram sobre o tema educação e ludicidade e que nos trouxeram luz sobre a educação das crianças, as brincadeiras e de jogos além da contação de histórias e do faz de conta como instrumento de educação no ensino fundamental.

**Palavras-chave:** : Ludicidade. Contação de Histórias. Educação Infantil

## ABSTRACT:

This article aims to reflect on the importance of storytelling as a playful instrument, through the vision of older and more modern theorists who focused on the theme of education and playfulness and who shed light on children's education, play and games in addition to storytelling and make-believe as an educational tool in elementary school.

**Keywords:** : : Playfulness. Storytelling. Child education

## 1 INTRODUÇÃO

A importância do lúdico e da contação de história com estratégia pedagógica lúdica por acreditarmos ser a contação de histórias de suma importância para o desenvolvimento da criança o dicionário Aurélio (2002, p. 433) nos diz que o significado da palavra lúdico é relativo a jogos, brinquedos e divertimentos e que a atividade lúdica é todo e qualquer movimento que tem como objetivo produzir prazer quando da sua execução, ou seja, divertir o praticante. Assim, etimologicamente, o termo lúdico vem do latim *Ludus*, que significa jogo, divertimento e gracejo, ludicidade é processo inerente ao



desenvolvimento humano, e de suma importância para o desenvolvimento psíquico, social e cultural da criança.

O Referencial curricular Nacional para Educação Infantil - RCNEI- (1998, p.27-28) nos diz que nas brincadeiras as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brinca por exemplo, que nos fala da importância da criança ouvir muitas histórias dizendo que "...esta ação é que formará o bom leitor". com todas essas teorias, me pergunto: será que as nossas escolas usam a contação de história como objeto lúdico a abordagem lúdica através da contação de histórias, tem como objetivo discutir a estratégia pedagógica lúdica através das ideias de grandes teóricos da educação como Froebel, Piaget e Vygotsky e inserir a contação de histórias dentro dessa estratégia pedagógica baseando-nos nas ideias desses e de outros autores que discutem o tema amplamente.

Em tempos antigos, brincar não era valorizado hoje, com muitas teorias permeando a educação infantil, o brincar tomou o seu lugar de importância na educação das crianças, porém, também sabemos que alguns pais e alguns pouco educadores não valorizam como deveriam as brincadeiras e principalmente a contação de histórias como atividade lúdica.

## **DESENVOLVIMENTO**

A contação de histórias é um dos meios mais antigos de interação humana usada por meio da linguagem para transmitir conhecimentos, estimular a imaginação e também para trazer valores morais, e desenvolver o interesse pela leitura”. que também trata do assunto dizendo que “...a história aquieta, serena, prende a atenção, informa, socializa que nos diz que “... a história é importante alimento da imaginação; permite a auto identificação, favorecendo a aceitação de situações desagradáveis, ajuda a resolver conflitos, acenando com a esperança”.

As ideias de importantes teóricos sobre o assunto “educar através do lúdico”, abordando as ideias de Froebel, Piaget e Vygotsky dentre outros que viveu entre os anos de 1782 e 1852, foi um dos primeiros educadores a considerar o início da infância como uma fase decisiva na formação das pessoas,

Modesto e Rubio (2014; p. 8) nos dizem:

Fröebel foi o primeiro pedagogo a incluir o jogo no sistema educativo por acreditar que as crianças aprendem através do brincar e que sua personalidade pode ser aperfeiçoada e enriquecida pelo brinquedo. (MODESTO E RUBIO, 2014)

Segundo Piaget que viveu entre os anos de 1896 e 1980, não era um educador infantil, mas foi um biólogo que se dedicou a observar o processo de aquisição de conhecimento pelo ser humano.

Piaget nos diz que há 4 estágios básicos de desenvolvimento que, segundo Oliveira (2001; p. 5-6) são esse período inicia com um egocentrismo inconsciente e integral, até que os progressos da inteligência sensório-motora levem à construção de um universo objetivo, onde o bebê irá explorar seu próprio corpo, conhecer os seus vários componentes, sentir emoções, estimular o ambiente social e ser por ele estimulado, dessa forma irá desenvolver a base do seu autoconceito.

a criança está trabalhando ativamente no sentido de formar uma noção de eu.

Depois a criança inicia alguns reflexos que pelo exercício, se transforma em esquemas sensoriais- motores.

II-Pré-operacional (2-7 anos): Nesse período, a partir da linguagem a criança inicia a capacidade de representar uma coisa por outra, ou seja, formar esquemas simbólicos. No momento da aparição da linguagem, a criança se acha às voltas, não apenas com o universo físico como antes, mas com dois mundos novos: o mundo social e o das representações interiores.

Durante esse período a criança continua bastante egocêntrica, devido à ausência de esquemas conceituais e de lógica, a criança mistura a realidade com fantasia, tornando um pensamento lúdico o egocentrismo é caracterizado como uma visão da realidade que parte do próprio eu, isto é, a criança se confunde com objetos e pessoas nessa fase a criança desenvolve noções a respeito de objetos que serão utilizados na próxima fase, para formar, a criança está sujeita a vários erros.

E para compreender o pensamento assim o descreve: “...ao lançar-se numa atividade desconhecida (o jogo ou brincadeira), o aluno entrará em conflito; mas logo ao tomar conhecimento e compreender melhor as ideias, este estará assimilando o novo conhecimento”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A ludicidade é importante para o desenvolvimento psíquico e cognitivo das crianças podemos constatar que diversos autores e teóricos da educação são favoráveis a ludicidade para o desenvolvimento completo das crianças. Dentre os autores pesquisados pudemos citar Froebel, Vygotsky e Piaget. Ambos acreditam que a criança deve participar ativamente do seu processo de aprendizagem.

Diante do exposto nesse artigo, concluímos que a contação de histórias é de suma importância na educação infantil e faz parte do lúdico no desenvolvimento dessas crianças ao observar através da leitura de textos com esse enfoque que, o papel do professor é primordial no caminho que leva a criança a desenvolver a imaginação, emoções e sentimentos de forma prazerosa e significativa, utilizando o lúdico como fonte inspiradora, a fonte do desenvolvimento é a aprendizagem formal, mais a comunicação e a cooperação com o adulto ou parceiro mais experiente.

O desenvolvimento segue a aprendizagem quanto maior o estímulo, maior o desenvolvimento acredita-se que a atividade lúdica é essencial na vida das crianças que viveu entre os anos de 1896 e 1934, psicólogo nascido na Bielo-Rússia, e que se dedicou a estudar o desenvolvimento atribuía um papel preponderante às relações sociais, tanto que a corrente pedagógica que se originou de seu pensamento é chamada sócio construtivismo ou sócio interacionismo posso concluir que incentivar a formação do hábito de leitura é a nossa missão como professores comprometidos com o desenvolvimento dos nossos alunos.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 2009.

KISHIMOTO, T. M. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira 2002.

MODESTO, M. C.; RUBIO, J. A. S. **A Importância da Ludicidade na Construção do Conhecimento**. Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 – 2014

SANTOS, Jane Gapo de Lacerda. **A contribuição do psicopedagogo na aprendizagem infantil através de brincadeiras e jogos.** Trabalho de Monografia – Universidade Candido Mendes. Rio de Janeiro 2010

SOUZA L.O. **A contação de histórias como estratégia pedagógica na educação infantil e ensino fundamental.** Revista educere et educare 235 – 249.Vol. 6 nº 12 jul./dez. 2011

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.



# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

## DIREITO EDUCACIONAL SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Maria Alcileide do Céu Brito

### Resumo

Com o passar do tempo, a democratização chegou às escolas, introduzindo o acesso dos estudantes com deficiência em classes regulares, apenas no sentido de integrar inicialmente. Apesar disso, as mudanças começaram a ser significativas, trazendo grandes mudanças para o cenário educacional. Porém, como problemática tem-se que apesar da legislação pertinente ao tema ainda existem desafios que precisam ser superados. Muitas vezes o que está descrito na lei não aparece no físico da escola, desrespeitando assim não só a legislação, mas, também o estudante. Assim, o presente artigo traz como objetivo geral, uma discussão do ponto de vista histórico da Educação Especial; e ao mesmo tempo, como objetivos específicos, os aspectos legais da Educação Especial e Inclusiva.

**Palavras-chave:** Inclusão; Direito Educacional; Atendimento Educacional Especializado.

### Abstract

Over time, democratization reached schools, introducing access for students with disabilities in regular classes, only in the sense of initially integrating them. Despite this, the changes began to be significant, bringing major changes to the educational scenario. However, as a problem, despite the legislation relevant to the topic, there are still challenges that need to be overcome. Often what is described in the law does not appear in the school's physical form, thus

disrespecting not only the legislation, but also the student. Thus, the present article has as its general objective, a discussion from the historical point of view of Special Education; and at the same time, as specific objectives, the legal aspects of Special and Inclusive Education.

**Keywords:** Inclusion; Educational Law; Specialized Educational Service.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho envolve uma discussão a respeito das Políticas Públicas e Educação, pensando especialmente no processo da Educação Especial e Inclusiva com base nos direitos que todos os estudantes possuem em relação ao acesso, permanência e direitos de aprendizagem. Esta não se trata de um processo tão antigo, principalmente em se tratando do Brasil, quando comparado aos demais países.

Todas as pessoas têm o direito de frequentar o ensino regular, havendo a necessidade por parte das escolas em transformar os diferentes ambientes a fim de acolher melhor a todos os estudantes, sem que este seja obrigado a se adaptar ao que já existe ali, mas garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem (NASCIMENTO, 2015).

Até então a preocupação era atender as deficiências, não se preocupando com a escolarização. Inicialmente, as escolas de ensino regular atendiam apenas a um grupo seletivo de estudantes, aproveitando-se da ausência de legislação pertinente, excluindo as pessoas com deficiência como um todo.

Com o passar do tempo, a democratização chegou às escolas, introduzindo o acesso dos estudantes com deficiência em classes regulares, apenas no sentido de integrar. Apesar disso, as mudanças começaram a ser significativas, trazendo grandes mudanças para o cenário educacional.



Dois movimentos fizeram a diferença: a criação da Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) em 1954; e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais em Salamanca em 1994.

Historicamente, antes de 1854, as pessoas com deficiência não eram reconhecidas pela sociedade. Na área educacional também não era diferente, pois, as escolas de ensino regular atendiam apenas a um grupo seletivo de estudantes, excluindo pobres, negros e deficientes.

No Brasil, esse ano ficou marcado pelo Decreto nº. 1.428/1854 que criava o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant; e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos, com o intuito de atender pessoas com deficiência auditiva e visual.

Em 1926, o Instituto Pestalozzi (1926) foi criado para o atendimento de pessoas com deficiência mental. Aproximadamente duas décadas depois, a Fundação Getúlio Vargas começou a preparar docentes para trabalhar com estudantes cegos ou com outros tipos de deficiência visual:

Em 1947, o Instituto Benjamin Constant, juntamente com a Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, realizou o primeiro Curso de Especialização de Professores na Didática de Cegos. No período de 1951 a 1973, passou a realizar tal curso de formação de professores em convênio com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP (MAZZOTA, 2005, p. 33).

A Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE), foi criada em 1954, permanece funcionando até os dias atuais, contemplando o atendimento de diferentes tipos de deficiência de forma mais humana e igualitária, crescendo a participação da comunidade, dos pais e amigos.

Diversos órgãos, instituições e Políticas Públicas foram criadas a fim de garantir esses direitos. Araújo (1997) relata que a Emenda nº 12 da Constituição Federal de 1967, serviu para inúmeras mudanças no Brasil.

Em 1971, a lei nº 5.692 alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), trazendo a necessidade do tratamento especial contemplando as: “deficiências físicas, mentais, que se encontra em atraso notável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados” (BRASIL, 1961).

Mas, o marco definitivo veio com a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988. A Constituição trouxe os artigos 5º, caput; 7º, inciso XXXI; 37, inciso VIII; 203, inciso IV e V; 208, inciso III; e 227, inciso II do parágrafo I e II.

Em 1994, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, discutiu os direitos das pessoas com deficiência. Nela, ocorreram discussões acerca da inclusão culminando na produção de um documento voltado à inclusão das pessoas com deficiência em classes de ensino regular comum, a fim de garantir a inclusão, a socialização e métodos centrados nesses estudantes (TAKAHASHI *et al.*, 2014).

A partir dessa data, mais Políticas Públicas foram criadas através de leis, normas e decretos respeitando o direito desses estudantes principalmente nas redes públicas de ensino.

Nos dias atuais, o cenário mudou completamente, pois, a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva está presente nas discussões governamentais, uma vez que agora todos reconhecem entre outros direitos o acesso e a permanência na escola respeitando e atendendo a suas especificidades e necessidades.

## **2 ASPECTOS LEGAIS RELACIONADOS A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA**

Quanto aos aspectos legais relacionados a Educação Especial e Inclusiva em São Paulo, a legislação educacional do Estado de São Paulo, junto a Secretaria de Educação Especial de São Paulo (SEESP), criou a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) em 1994, trazendo a importância do atendimento desses estudantes, permitindo seu ingresso na escola regular.

No caso da Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo e da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME), passaram a ofertar atendimento no ano de 1951, com a criação da primeira escola municipal para estudantes com deficiência auditiva, além da promulgação de diversas leis, decretos, projetos, formação continuada aos professores, instalação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), dentre outras ações que auxiliam a promover a inclusão dos estudantes com deficiência.

Um dos acontecimentos mais importantes no município foi a promulgação do que instituiu a Política de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais na Rede Municipal de Ensino. Esse Decreto discute a criação das Salas de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais (SAPNES) paralelas às classes regulares comuns.

Até o ano de 2004, já havia sido instaladas 99 salas, demonstrando o movimento da SME em relação ao atendimento pedagógico. O Decreto nº 45.415/2004, estabeleceu diretrizes e normas para a Política de Atendimento a crianças, adolescentes, jovens e adultos com Necessidades Educacionais Especiais no Sistema Municipal de Ensino.

O Artigo 2º assegurou a matrícula de todo e qualquer estudante na classe regular comum, sendo vedada qualquer forma de discriminação.

Ainda, considerou que os serviços de Educação Especial deveriam ser prestados em conjunto ou não, pelo Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI), pelo Professor de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (PAAI), pela Sala de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (SAAI), e pelas seis Escolas Municipais já existentes.

Por fim, o Artigo 4º trouxe as limitações e/ou disfunções no processo de desenvolvimento quanto ao encaminhamento para os serviços de Educação Especial, realizada a avaliação educacional e diagnosticada a real necessidade.

Esse Decreto, assim como outros, trouxeram avanços significativos entre os anos de 2005 e 2008 no que se refere à consolidação e a ampliação desses

serviços, bem como o aumento do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Por isso, uma das iniciativas do governo foi à implementação da Portaria Normativa nº 13 de 24 de abril de 2007, sobre o Programa de Implantação das SRM, voltado para integrar o estudante com deficiência, disponibilizando equipamentos de informática, mobília e materiais, além de integrar tudo isso a utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TIDIC) que servem como recursos atrativos, que instigam e estimulam a aprendizagem para os estudantes.

Já com relação ao Estado, a Deliberação CEE nº 68, do Conselho Estadual de Educação estabeleceu normas e procedimentos consideradas essenciais na sua implementação:

A educação, direito fundamental, público e subjetivo da pessoa, na modalidade especial, é um processo definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente, para apoiar, complementar e suplementar o ensino regular, com o objetivo de garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais (CEE, 2007, s/p.).

Foi criada a Resolução SE nº11/2008, que discutiu sobre a educação escolar de estudantes com deficiência, indicando que estes deveriam preferencialmente frequentar sala regular comum, com apoio de serviços especializados organizados na própria escola ou em outra unidade escolar.

O Artigo 3º trouxe uma discussão sobre o atendimento que também deveria ser orientado por avaliação pedagógica realizada pela equipe escolar, formada pela Gestão e o docente da sala comum, podendo contar com relação aos aspectos físicos, motores, visuais, auditivos e psicossociais, com professor especializado da Diretoria de Ensino e de profissionais da área da saúde, caso haja a necessidade (SÃO PAULO, 2008).

No caso de Terminalidade Escolar, a Portaria Conjunta CENP/COGSP/CEI, de 2009, regulamentou:

Art. 1º - Entenda-se por Terminalidade Escolar Específica, a certificação de estudos correspondente à conclusão de ciclo ou de determinada série do ensino fundamental, expedida pela unidade escolar, a alunos com necessidades educacionais especiais, que apresentem comprovada defasagem de idade/série e grave deficiência mental ou deficiência múltipla, incluída a mental, que não puderam, comprovadamente, atingir os parâmetros curriculares estabelecidos pela Pasta para o ensino fundamental (SÃO PAULO, 2009, s/p.).

No município, o Programa Incluir foi publicado a partir do Decreto Municipal nº 51.778/2010, instituindo a Política de Atendimento de Educação Especial, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação. O programa estava relacionado a diferentes projetos cuja finalidade era construir uma rede interligada de apoio entre o estudante, a instituição e a família, por meio de acompanhamento da trajetória escolar e do processo de ensino e aprendizagem.

A Portaria nº 8.764/2016 que regulamenta o Decreto nº 57.379/2016 instituiu na Rede Municipal a Política Paulistana de Educação Especial, extinguindo o Programa Incluir.

Por fim, na rede estadual, a Resolução SE nº 68/2017 dispôs sobre a implementação da SRM em turmas distintas compostas por estudantes de acordo com suas necessidades; exclusiva quando o processo de ensino e aprendizagem ocorre em substituição ao ensino regular sempre que esgotados todos os recursos na escola necessários à transposição de barreiras em relação à inclusão em classe comum; entre outras questões.

As Políticas Públicas trouxeram que: “O simples fato de o aluno frequentar a escola, tendo a oportunidade de conviver com os demais colegas e professores, justificaria sua permanência em sala de aula. Negligencia-se a construção do conhecimento em prol da socialização do sujeito” (HATTGE e KLAUS, 2014, p. 329).

Assim, a implementação de uma legislação específica provocou transformações importantes na inclusão de pessoas com deficiência garantindo assim como consta na Constituição de 1988 o direito de todos ao ensino.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A construção da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva encontra-se baseada principalmente no desenvolvimento de Políticas Públicas relacionadas ao direito à educação e as necessidades educacionais, possibilitando novos caminhos para o estudante.

A matrícula dos estudantes com deficiência em classes comuns instiga ao desafio de pesquisar mais sobre essas questões, buscando informações, elaborar diferentes estratégias para que se atinja mais qualidade na educação. Incluir o estudante com deficiência deve oportunizar a sua participação e aprendizagem. A escola deve manter o compromisso com o seu desenvolvimento garantindo a inclusão, o que deve trazer um olhar individualizado, levando-se em consideração as especificidades dessas crianças, pois, um trabalho direcionado e efetivo pode fazer toda a diferença na vida desses estudantes.

Segundo os dados encontrados sobre as Políticas Públicas e a Educação, a Rede Municipal de Ensino de São Paulo aparenta maiores possibilidades de inclusão principalmente no tocante a legislação e as suas práticas.

De qualquer forma, independente da rede na qual o estudante está matriculado, é preciso que o acompanhe em seu desenvolvimento a fim de lhes assegurar o que garante a legislação, apoiando a sua permanência na escola.

## **BIBLIOGRAFIA**

ARAÚJO, P.F. **Desporto Adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidades**. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997, 140f.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1961. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 16 mar. 2024.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO [CEE]. **Fixa normas para a educação de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, no sistema estadual de ensino**. Deliberação CEE n. 68, de 13 de junho de 2007. São Paulo, jun. 2007. Disponível em: [http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes\\_p0920-0931\\_c.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0920-0931_c.pdf). Acesso em: 15 mar. 2024.

HATTGE, M.D.; KLAUS, V. **A Importância da Pedagogia nos Processos Inclusivos**. Revista Educação. Especial | v. 27 | n. 49 | p. 327-340 | maio/ago. 2014 Santa Maria. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X7641>. Acesso em: 21 mar. 2024.

MAZZOTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.

NASCIMENTO, S.V. **Políticas públicas para Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil**. IFRJ. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. V Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente. PUCPR, 2015.

SÃO PAULO. **Resolução SE 11, de 31-1-2008**. Disponível em: [http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/11\\_08.htm](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/11_08.htm). Acesso em: 20 mar. 2024.

SÃO PAULO. **Resolução SE 29, de 23-6-2015**. Dá nova redação ao artigo 10 da Resolução SE 61, de 11-11-2014, que dispõe sobre a Educação Especial nas unidades escolares da rede estadual de ensino. Disponível em: [http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/29\\_15.HTM?Time=28/12/2019%2017:31:01](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/29_15.HTM?Time=28/12/2019%2017:31:01). Acesso em: 20 mar. 2024.

SÃO PAULO. **Resolução SE 68, de 12-12-2017**. Dispõe sobre o atendimento educacional aos alunos, público-alvo da Educação Especial, na rede estadual de ensino. Disponível em: [http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/68\\_17.HTM?Time=28/12/2019%2017:22:15](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/68_17.HTM?Time=28/12/2019%2017:22:15). Acesso em: 18 mar. 2024.

SÃO PAULO. **Dispõe sobre a Terminalidade Escolar Específica de alunos com necessidades educacionais especiais na área da deficiência mental, das escolas da rede estadual de ensino e dá providências correlatas**. Portaria Conjunta CENP/COGSP/CEI, de 6 de julho de 2009. Disponível em: <http://goo.gl/sPGW32>. Acesso em: 21 mar. 2024.

TAKAHASHI, A.R.W.; AMÉRICO, B.L.; CARNIEL, F. **Gestão pública da educação especial e formalismo nas políticas públicas inclusivas – o caso do Brasil**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.22, n.83, p. 379-410, abr./jun. 2014.





# UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fauesp

e-ISSN: 2675-1186

## POSSÍVEIS CAUSAS DAS DIFICULDADES DE APRENDIZADO DOS ALUNOS NA REGRA DE SINAIS

ANHOLETO, Tatiana

Eixo: matemática no ensino fundamental I e II

### Resumo

A literatura e a prática docente no ensino inicial de matemática têm ignorado o grande desafio que alunos do 7º ano em diante enfrentam ao aprenderem um significado diferente para os sinais positivo (+) e negativo (-), aprendidos inicialmente como operações de soma (mais) e subtração (menos). No entanto, essa concepção é parcialmente desfeita quando eles aprendem as operações no conjunto dos Números Inteiros, gerando grande problema na aprendizagem matemática, que é cíclica e progressiva.

**Palavras-chave:** matemática, regra de sinais, números inteiros.

### Abstract

Literature and teaching practice in initial mathematics teaching ignore the great challenge that 7th grade students face when learning a different meaning for the positive (+) and negative (-) signs, initially learned as sum (plus) and subtraction (less). However, this conception is partially undone when they learn the operations on the set of Integers Numbers, creating a major problem in mathematical learning, which is cyclical and progressive.

**Keywords:** mathematics, sign rule, integers.

## 1 INTRODUÇÃO

Atuando há muitos anos como professora, pude perceber que o uso dos símbolos de soma e subtração dos números naturais ensinados no Ensino Fundamental I enfrenta problemas que repercutem ao longo da vida escolar dos alunos. Grande parte da dificuldade enfrentada pelos alunos em compreender a regra de sinais no Ensino Fundamental II e Ensino Superior está diretamente relacionada com os diversos significados que foram atribuídos, ao longo da História, a um mesmo símbolo. A partir dessa análise, espero trazer significativas contribuições para o entendimento das dificuldades encontradas pelos alunos e professores no ensino matemático.

## 2 OS SÍMBOLOS + E -

Os símbolos matemáticos + (mais) e - (menos) representam positivo e negativo, assim como as operações de adição e subtração, respectivamente, além de outros usos, comentados adiante.

Em latim, esses símbolos correspondem a plus e minus, respectivamente e na Europa, no início do século XV foram simbolizados pelas letras "P" e "M". O sinal de “mais” (+) é uma simplificação do latim "et" (comparável ao símbolo “&”). O sinal de “menos” (-) pode ser derivado de um til (~) escrito sobre o *m* quando usado para indicar a subtração, ou pode ter vindo de uma versão abreviada da letra *m* em si.

Sabemos que o sinal de *mais* (+) também indica adição, como em  $2 + 3 = 5$ , mas também pode indicar um valor absoluto, ou seja, um valor positivo (+*x* significa o mesmo que *x*). Esta notação pode ser utilizada quando se deseja enfatizar a positividade de um número, especialmente quando em contraste com o negativo (5 contra -5). O sinal de *mais* (+) também pode indicar muitas outras operações, dependendo do sistema matemático em uso. Muitas estruturas algébricas têm operações equivalentes à adição. Além disso, o simbolismo foi estendido para operações muito diferentes. “Mais” pode significar:

- ou exclusivo (usualmente escrito  $\oplus$ ):  $1 + 1 = 0$ ,  $1 + 0 = 1$
- disjunção lógica (usualmente escrita  $\vee$ ):  $1 + 1 = 1$ ,  $1 + 0 = 1$

O sinal de *menos* (-) tem três usos principais na matemática:

- operador de subtração: Um operador que indica a operação de subtração, como em  $5 - 3 = 2$ , sendo a subtração a operação inversa da adição.
- diretamente na frente (antes) de um número indicando um número negativo, por exemplo,  $-5$  é 5 negativo ou o oposto de 5 positivo.
- um operador unitário que atua como uma instrução para substituir o operando pelo seu oposto. Por exemplo, se  $x$  é 3, então  $-x$  é  $-3$ , mas se  $x$  é  $-3$ , então  $-x$  é 3. Da mesma forma,  $-(-2)$  é igual a 2.

A seguir, um pouco da história sobre a origem dos números negativos e a regra de sinais.

### 3 NÚMEROS NEGATIVOS

O estudo da matemática antiga chinesa pode ser encontrado na mais importante obra da matemática chinesa *Jiuzhangsuan-shu* (*Chiuchangsuanshu*), ou Nove Capítulos da Arte Matemática. Essa obra foi produzida, muito provavelmente, durante a dinastia Han (206 a. C. – 220 d. C.) e constitui um livro totalmente voltado à matemática. Sua matemática consiste num conjunto de problemas e uma série desses problemas conduziria a sistemas de equações lineares. A solução dessas equações lineares era efetuada por transformações de matrizes. E nessas matrizes é que encontramos pela primeira vez na história o registro de números negativos (STRUIK, 1992, p. 67).

[...] para quem a geometria era um prazer e a álgebra um demônio necessário, rejeitaram os números negativos. Incapazes de ajustá-los em sua geometria, incapazes de representá-los por figuras, os gregos consideravam os negativos

não exatamente como números (KASNER; NEWMAN apud MEDEIROS; MEDEIROS, 1992, p. 51).

Foi na Grécia antiga, que ocorreu o início da matemática demonstrativa. Onde existiu uma escola filosófica denominada escola pitagórica, baseava-se em suposição de que a causa das várias características do homem e da matéria são os números inteiros (EVES, 2004). O início das demonstrações matemáticas ocorreu por intermédio da escola pitagórica baseando-se nas causas das características do homem e da matéria relacionada aos números inteiros. Dentre as contribuições de Diofanto de Alexandria (250 a.c-350 a.c) está a Aritmética, embora ele tenha dado várias contribuições à álgebra. No começo do seu primeiro livro da sua obra “Aritmética”, que consiste em uma coleção de 150 problemas, ele apresentou uma declaração muito importante a respeito do que hoje é a multiplicação de números negativos afirmando que o que está em falta multiplicado pelo que falta resulta em algo positivo; enquanto o que está em falta multiplicado pelo que é positivo resulta em algo que está em falta (BOYER, 1996). Assim, pode-se observar que os matemáticos gregos já conheciam a regra de sinais menos por menos dá mais e menos por mais dá menos, sinalizando a necessidade da criação de um novo tipo de número ainda que na prática diária da época eles não fossem tão importantes.

Muitos matemáticos europeus, nos séculos XVI e XVII, não apreciavam os números negativos e quando esses números apareciam nos seus cálculos, eles os consideravam falsos ou impossíveis. Simon Stevin (1548-1620) um matemático Belga, contribuiu para o processo de incorporação dos números negativos no meio acadêmico quando aceitou esse tipo de número como raízes e coeficientes de equações com o uso da proposição de que as raízes negativas das equações são as raízes positivas da equação obtida pela substituição. Ele admitiu a adição, em lugar de considerar a subtração. Também justificou geometricamente a regra da multiplicação de números negativos utilizando uso da identidade algébrica. (GLAESER, 1985). O autor não afirmou sobre seu direito de existir como símbolo de uma quantidade, ou

seja, um número propriamente dito. Seu uso restringiu-se como um “artifício de cálculo” e seu êxito nos cálculos justificavam seu uso.

Mac Laurin (1698-1746) disse a respeito do número negativo: "A quantidade negativa, bem longe de ser rigorosamente menos que nada, não é menos real em sua espécie que a quantidade positiva". Em seu livro "Tratado da Álgebra" (1748), trata de definições sobre quantidades negativas, definições sobre a regra de sinais e atribui os números negativos a segmentos de direções opostas, o que representou um grande avanço na época (BOYER, 1996). Segundo Boyer (1996) Leonhard Euler e René Descartes entre outros matemáticos também contribuíram para o desenvolvimento sobre entendimento dos números negativos na história da matemática. Conforme Boyer (1996) e Eves (2004) na idade Contemporânea, tal problema foi superado no fim do século XIX, como consequência do movimento de otimização e aritmetização da análise, com os trabalhos de Hankel e Dedekind nos quais eles apresentam os números como fruto da abstração da mente humana. Como consequência disso surgiu outras construções para os números negativos como a teoria dos pares ordenados proposta por Hankel e desenvolvida por Stolz e a teoria das congruências proposta por Kronecker, que culminou com a interpretação das regras operatórias dos números inteiros como consequência do referido conjunto possuir a estrutura do anel comutativo com unidade (EVES, 2004). Portanto na idade antiga temos registro na civilização grega onde são encontrados indícios de operações com números negativos. Na idade média encontramos que os hindus introduziram os números negativos para representar débitos, sendo Brahmagupta quem estabeleceu as quatro operações com números negativos. Na modernidade os números relativos começaram a aparecer em trabalhos de Matemáticos como o de Simon Stevin, Colin MacLaurin, Leonhard Euler e René Descartes, que trouxeram grandes contribuições sobre a definição, regra de sinal e a direção dos números negativos. Na idade Contemporânea, os trabalhos de Hankel e Dedekind não apresentavam os números como fruto da abstração da mente humana, em sequência a teoria dos pares ordenados proposta por Hankel e desenvolvida

por Stolz e a teoria das congruências proposta por Kronecker, que culminaram para a interpretação das regras operatórias dos números inteiros.

## 4 REGRA DE SINAIS

A origem da regra de sinais é geralmente atribuída a Diofanto de Alexandria que viveu no século III d. C.. Diofanto não faz nenhuma referência aos números relativos, mas em seu Livro I Aritmética, ele menciona: “Menos multiplicado por menos é mais e menos por mais é menos” (DIOFANTO, 2007, p. 22).

A seguir, uma breve explicação sobre as regras de sinais aplicadas nas operações com os números inteiros.

### 4.1 ADIÇÃO E SUBTRAÇÃO DE NÚMEROS INTEIROS

Quando os números têm o mesmo sinal, basta somar as parcelas e manter o sinal. Exemplos:

- $+8 + 4 = 12$ ,
- $-6 + (-3) = -9$ .

Quando os números têm sinais opostos, subtraímos e preservamos o sinal do número com maior valor absoluto. Exemplos:

- $-9 + 12 = +3$  (porque  $12 - 9 = 3$ , e o valor absoluto de 12 é maior que o de 9, então a resposta é positiva),
- $+7 + (-10) = -3$  (porque  $10 - 7 = 3$ , e o valor absoluto de 10 é maior que o de 6, então a resposta é negativa).

Para efetuar subtrações, as regras são semelhantes às usadas na adição, porém, antes de tudo, devemos escrever o oposto da segunda parcela.

Exemplos:

- $+6 - (+3) = +3$  ou 3,
- $9 - (-5) = +14$  ou 14.

Para resolver, temos que  $-(+3)$  é o mesmo que calcular o inverso de +3, ou seja -3, logo  $+6 - 3 = +3$ . Então podemos concluir que  $+6 - (+3) = 3$ .

Já em  $9 - (-5)$ , temos que  $-(-5)$  é o oposto de  $-5$ , o que resulta em  $+5$ . Em seguida, realizamos a operação:  $9 + 5 = 14$ . Então podemos concluir que  $9 - (-5) = 14$ .

## 4.2 MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS INTEIROS

Tanto na multiplicação quanto na divisão entre dois números inteiros, quando os sinais forem iguais, a resposta será positiva; quando os sinais forem diferentes, a resposta será negativa. Exemplos:

- $(-6) \times (-7) = +42$  (Ambos negativos, sinais iguais, então teremos produto positivo.)
- $(-5) \times (+4) = -20$  (Números têm sinais opostos, logo o produto é negativo.)
- $(+8) \times (-3) = -24$  (Números têm sinais opostos, logo o produto é negativo.)
- $(+9) \times (+2) = +18$  (Ambos positivos, sinais iguais, então teremos produto positivo.)
- $(-16) \div (-4) = +4$  (Ambos negativos, sinais iguais, então teremos quociente positivo.)
- $(-20) \div (+5) = -4$  (Números têm sinais opostos, logo o quociente é negativo.)
- $(+15) \div (-3) = -5$  (Números têm sinais opostos, logo o quociente é negativo.)
- $(+36) \div (+6) = +6$  (Ambos positivos, sinais iguais então teremos quociente positivo.)"

Laplace (1749-1827) com respeito a Regra de Sinais disse: "É difícil conceber que um produto de  $(-a)$  por  $(-b)$  é o mesmo que  $a$  por  $b$ ".

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi exposto, o sinal de “mais” (+) é usado em várias situações diferentes, ora para definir um número positivo, ora para representar soma, entre outras, dificultando a aprendizagem dos alunos nos anos seguintes à educação infantil, período no qual não aprendem os sinais dos números, apenas os sinais de operações, ou seja, durante a educação fundamental I, é introduzido ao aluno apenas um significado para o sinal +, o da operação de soma. Ao se deparar, já na educação fundamental II, com a expressão  $-4 + 5$ , o aluno soma os números, sem considerar que um número negativo junto a outro número positivo só pode ser subtraído. Se houvesse um símbolo diferente para representar a operação de soma diferenciando-a do indicador de número positivo, como por exemplo, a letra P (*plus*) para simbolizar a operação soma, já no início do aprendizado escolar do aluno, ou que os alunos já tivessem contato com os números negativos e não apenas com o sinal de menos (-) indicando subtração, acredito que se evitariam problemas de aprendizado no futuro. Como por exemplo,  $5 P 6 = 11$ , ao invés de  $5 + 6 = 11$ .

Outro exemplo seria  $-5 - 4$ , cujo resultado decorre de uma soma, e o sinal da soma (+) nem aparece na expressão. Neste exemplo, muitos alunos subtraem, colocando como resultado 1 ou -1, ao invés de -9.

Assim, acredito que símbolos diferentes deveriam ser usados quando se refere ao sinal do número (positivo/negativo) dos que se referem às operações de (soma/subtração), ou que os alunos já desde o início de seus estudos fossem introduzidos aos números negativos, partindo do Conjunto dos Números Inteiros e não apenas Naturais.

## **BIBLIOGRAFIA**

BOYER B. C.. **História da Matemática**, 1996.

DIOFANTO DE ALEXANDRIA. **La aritmética y el libro sobre los números poligonales.Tres canto: Nivola Libros Ediciones**, 2007.



EVES, H. Introdução à história da matemática. Campinas, SP : Ed. UNICAMP, 2004.

GLAESER, George. Epistemologie des nombres relatifs. RDM, v.2, n.3, 1981.

GONZALEZ J. L., IRIARTE M., JIMENO M., ORTIZ A., ORTIZ A., SANZ E., VARGAS-MACHUCA I., **Cultura e Aprendizagem - Números Inteiros**, 1985.

HILLESHEIM, SF., and MORETTI, MT. **A regra dos sinais: alguns elementos importantes do seu contexto histórico**. In: BRANDT, CF., and MORETTI, MT., orgs. Ensinar e aprender matemática: possibilidades para a prática educativa [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, pp. 233-254. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/dj9m9/pdf/brandt-9788577982158-12.pdf> .

Acesso em: 23 de março de 2024.

IFRAH G., **História Universal dos Algarismos**, 1995.

JOSEPH, G. G. La Cresta Del Pavo Real: las matemáticas y SUS raíces no europeas. Madrid: Pirâmides, 1991.

MEDEIROS, A.; MEDEIROS, C. Números negativos: uma história de incertezas. Bolema, Rio Claro, v. 7, n. 8, p. 49-59, 1992.

PONTES, M. O. Obstáculos superados pelos matemáticos no passado e vivenciados pelos alunos na atualidade: a polêmica multiplicação de números inteiros. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

SCHUBRING, G. Um outro caso de obstáculo epistemológico: o princípio de permanência. Bolema, Rio Claro, Ano 20, n. 28, p. 1-20, 2007.

SINAIS DE MAIS E MENOS. Disponível em:

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Sinais\\_de\\_mais\\_e\\_menos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sinais_de_mais_e_menos)>. Acesso em: 23 de março de 2024.

STRUIK, D. J. História concisa das matemáticas. Lisboa: Gradiva, 1992



**FAUESP**

Paulista de Unificação da Universidade de São Paulo

# UNIFICADA

REVISTA MULTIDISCIPLINAR DA FAUESP



SL EDITORA